

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 3



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-517-4 DOI 10.22533/at.ed.174190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidade de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELAÇÕES COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS E CULTURAIS

CAPÍTULO 1	1
“BLINDSPOT”: PONTOS CEGOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL EM UMA SEMIOSFERA	
Helio Fernando de Oliveira Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1741906071	
CAPÍTULO 2	10
A VIDA QUE PULSA EM CIDADES E RIOS DA AMAZÔNIA	
Joristela de Souza Queiroz	
José Aldemir de Oliveira	
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1741906072	
CAPÍTULO 3	22
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELO CULTIVO DA MANDIOCA (<i>MANIHOT SCULENTA</i>) NA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS – BRAGANÇA/PA	
Alciene Lisboa de Brito	
Helton Pacheco	
Ana Paula Cavalheiro de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1741906073	
CAPÍTULO 4	27
EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO MOCOTÓ NA CIDADE DE VÁRZEA ALEGRE-CE	
Thays Barros Carvalho	
Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1741906074	
CAPÍTULO 5	39
AS POSSIBILIDADES DO CICLOTURISMO PARA A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ – BRASIL	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
Leandra Luciana Barbieri de Oliveira	
Gabriella Rister Luchini	
DOI 10.22533/at.ed.1741906075	
CAPÍTULO 6	48
IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERADORA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTROLE SOCIAL	
Igor Eduardo dos Santos Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1741906076	

CAPÍTULO 7	56
PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI (RH2)	
Daiane Regina Valentini	
Janete Facco	
Manuela Gazzoni dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.1741906077	
CAPÍTULO 8	69
TERRA INDÍGENA MARÓ E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO	
Ib Sales Tapajós	
DOI 10.22533/at.ed.1741906078	
CAPÍTULO 9	82
MONÓLITOS DE QUIXADÁ/CE: UM LEGADO CULTURAL PARA O ECOTURISMO	
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.1741906079	
CAPÍTULO 10	95
A QUESTÃO URBANA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATOS DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROGRAMA DE APOIO A REFORMA URBANA DA UFPA E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL DA UFPR	
Eliza Maria Almeida Vasconcelos	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.17419060710	
CAPÍTULO 11	105
O (DES) ENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SEROPÉDICA-RJ POR SUA INCLUSÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
Diná Andrade Lima Ramos	
Márcio de Albuquerque Vianna	
Lamounier Erthal Villela	
DOI 10.22533/at.ed.17419060711	
CAPÍTULO 12	117
PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: O CASO DO SICREDI UNIÃO RS, AGÊNCIA DE SANTO ÂNGELO	
Pedro Luís Büttenbender	
Ademir da Silva Dutra	
Ariosto Sparemberger	
Giovana Fernandes Writzl	
DOI 10.22533/at.ed.17419060712	

CAPÍTULO 13 132

AROMATERAPIA: ESTUDO DAS PROPRIEDADES DOS ÓLEOS ESSENCIAIS DE CANELA E CITRONELA APLICADOS A PRODUÇÃO DE SABONETES ARTESANAIS

Marina Serafim da Rocha
Giovanni Uema Alcantara
Caroline de Souza Rodrigues
Mayra Beatriz Stanize Martins dos Reis
Raquel Teixeira Campos
Marcelo Telascrêa

DOI 10.22533/at.ed.17419060713

CAPÍTULO 14 139

ESTUDO DA APLICABILIDADE DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COMO ESSÊNCIA EM SABONETES ARTESANAIS

Afonso Poli Neto
Caroline de Souza Rodrigues
Fabiana Navas Reis
Laís Cabrerizo Vargas de Almeida
Luiz Gustavo de Moraes Gazola
Murilo Ferreira da Rua
Marcelo Telascrêa
Raquel Teixeira Campos

DOI 10.22533/at.ed.17419060714

CAPÍTULO 15 148

RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE: ESTUDO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM MANHUAÇU - MG

Bruna Agda Cezário Tuelher
Wagner de Azevêdo Dornellas

DOI 10.22533/at.ed.17419060715

CAPÍTULO 16 162

UM OLHAR PARA O FUTURO DO TURISMO NA PERSPECTIVA DO *TRADE* E PODER PÚBLICO – UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Ana Paula Cardoso
Gleiciane Cristina Selau
Marina Tété Vieira

DOI 10.22533/at.ed.17419060716

CAPÍTULO 17 173

UM RIZOMA DE TROCAS, EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O COMÉRCIO DE AÇAÍ DO MARAJÓ DAS FLORESTAS

Daniel da Silva Miranda
Fernando Arthur de Freitas Neves
Ramiro Esdras Carneiro Batista
Sabrina Campos Costa

DOI 10.22533/at.ed.17419060717

CAPÍTULO 18 187

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E (IN) SUSTENTABILIDADE URBANA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Marlon D'Oliveira Castro
Valéria Maria Pereira Alves Picanço

DOI 10.22533/at.ed.17419060718

SOBRE A ORGANIZADORA..... 206

ÍNDICE REMISSIVO 207

“BLINDSPOT”: PONTOS CEGOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL EM UMA SEMIOSFERA

Helio Fernando de Oliveira Junior

Faculdade Jaguariaíva – FAJAR – Jaguariaíva,
Paraná.

RESUMO: Desde os primórdios, o homem mantém relações diretas ou indiretas com meio ambiente: na alimentação, na confecção de utensílios, fármacos; etc. Logo, poderia ser considerado a área mais compreendida e aceita no meio escolar. Porém, o ensino das questões ambientais segue o modelo tradicionalista de educação, onde o aluno é um mero ouvinte, não participa ou constrói conceitos. O presente artigo traz algumas concepções de alunos de ensino médio, de escolas públicas e particulares localizada na cidade de Jaguariaíva - Paraná, sobre uma possível cegueira ambiental, nesse artigo entendida com a proposição da terminologia “blindspot” ou pontos cegos.

PALAVRAS-CHAVE: cegueiras do conhecimento; aprendizagem significativa; educação ambiental.

ENVIRONMENTAL BLINDSPOTS IN A SEMIOSPHERE

ABSTRACT: Since the beginning of time, mankind has direct or indirect relationship with environment: feeding, crafting, making

medicines, etc. Thus, could be considered the most understood and accepted at school environment. However, the teaching of environmental concerns follows the traditional model of education where the student is a mere listener, does not participate or build concepts. This article brings some conceptions of high school students, from public and private scenario located in the city of Jaguariaíva (Paraná), about a possible environmental blindness and it is understood in this article as a proposition of the new terminology, “blindspot”.

KEYWORDS: knowledge blindness; meaningful learning; environmental education.

1 | INTRODUÇÃO

É notório o acentuado viés no modo de enxergar e estudar o ambiente por parte da maioria dos estudantes, professores e até mesmo especialistas (SALATINO; BUCKERIDGE, 2016), onde normalmente, percebe-se uma visão de cunho mais naturalista. Podemos entender essa fragmentação do conhecimento como uma característica humana que reconhece e/ou ignora determinados aspectos do conhecimento. Salatino e Buckeridge (2016), consideram que uma explicação para essa percepção fragmentada teria um importante fator cultural.

Ao analisar essa forma de enxergar o mundo, de forma incompleta Salatino e Buckeridge (2016) defendem o termo “cegueira” para explicar a ausência de determinados conceitos/conteúdos na compreensão do mundo. Salatino e Buckeridge (2016) apresentam Wandersee e Schussler (2002) como criadores do termo cegueira, quando relacionado a botânica. Wandersee e Schussler (2002) definiram a cegueira botânica (*Plant Blindness*) como a incapacidade de reconhecer a importância das plantas na biosfera e no nosso cotidiano e ainda acrescentam que por achar que as plantas são seres inferiores aos animais, portanto, imerecedores de atenção equivalente.

Nesse primeiro momento da aplicação do conceito de cegueira, fica claro que determinados conhecimentos não aparecem quando avaliamos os conhecimentos em determinadas áreas do saber. Podemos pensar que certos conhecimentos não foram significativos para um aluno ou mesmo grupo de alunos, determinando assim, sua exclusão. Entende-se aqui a aprendizagem significativa como a interação de um novo conhecimento e um já existente, em que ambos se modificam (MOREIRA, 2005; MOREIRA, 2011) e ao ganhar significado, tornam-se presente na compreensão e explicação do mundo que nos cerca.

Ao analisar essa exclusão e partindo do conceito de aprendizagem significativa, entende-se que o modelo de educação pode não estar sendo adequada para elaborações mais complexas e integradas. Miranda e Souza (2011) reconhecem que uma abordagem objetiva e racionalista do meio ambiente, tem uma grande contribuição para o conhecimento científico, mas ao mesmo tempo critica essa abordagem ao afirmar que tem se mostrado insuficiente para promover mudanças significativas na conduta da sociedade, em especial diante da complexidade dos problemas ambientais contemporâneos. (MIRANDA; SOUZA, 2011).

Durks e Silva (2016) aproximam a reflexão de Bauman e Morin, e apresentam que o atual contexto social-histórico exige da educação escolar a característica da reflexividade individual e coletiva acerca do mundo herdado e a ser construído. É necessário assim, que a noção de conhecimento na contemporaneidade, mais do que encontrar uma verdade ou ordem absoluta, necessita compreender a complexidade e a dialogicidade do real (ordem, desordem, organização), bem como a ambivalência constitutiva em todo ato de interpretação e tradução do real. Isso significa reconhecer que os paradigmas positivistas que se tornaram hegemônicos na modernidade precisam ser compreendidos como instâncias poderosas de conhecimento, que criaram não apenas luzes e certezas, como também cegueiras, e ilusões. Reconstruir as diferentes tradições de conhecimento herdadas do mundo moderno talvez nos ajude a compreender os desafios éticos e políticos contemporâneos, os quais parecem exigir o reconhecimento da ambivalência da linguagem e da necessária religação dos saberes. Condição esta essencial para a construção de uma política e de uma ética planetária, a qual desafia a escola, uma instituição social-histórica, a ser uma das mediadoras do processo auto-reflexivo e civilizatório.

Carvalho e Rodrigues (2015) conspiram para essa reflexão, apresentando Amorim Filho (1992) e Okamoto (1996). Nesse sentido, uma questão que requer atenção é o estudo da percepção ambiental, já que esta área diz respeito às interações entre o comportamento humano e o meio ambiente e, também pode apontar o melhor caminho para se enfrentar e controlar os danos ambientais dentro de determinadas comunidades. Contudo, a complexidade do comportamento humano tem sido estudada por alguns pesquisadores a partir da hipótese de que as aspirações, decisões e ações (individuais e coletivas) que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem podem ser avaliadas através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens que a mente humana tem a capacidade de elaborar. Para ele, um grupo de intelectuais está convencido de que os estudos sobre percepções ambientais constituem a última e decisiva fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa. (AMORIM FILHO, 1992).

A compreensão daquilo que os alunos se apropriam nas questões ambientais e consequentemente daquilo que não aprenderam, tem como forte vertente as análises de percepção ambiental. Os estudos que utilizam a percepção ambiental visam investigar a maneira como o ser humano enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que vive, principalmente em se tratando de ambientes instáveis ou vulneráveis socialmente e naturalmente. (OKAMOTO, 1996).

Ao introduzir a ideia do não aprendido, retorno ao conceito de cegueira, apresentado anteriormente e ampliar o conceito, com uma mudança conceitual, passando de “cegueira” para “pontos cegos”. Freitas (2016) apresenta o conceito de pontos cegos, aqui também denominado “blindspot”, de acordo com a autora, a aprendizagem guarda certas dimensões, onde o verbo guardar é o mais exato, pois algumas dimensões dimensão existem, mas não aparecem; está em ponto cego. Morin (2000), também nos aproxima do conceito ao afirmar que vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto.

Dessa forma, fica claro a proposição do uso de pontos cegos ou blindspot como alternativa a cegueira, pois enquanto a cegueira transmite a sensação de ausência de um determinado aprendizado, os pontos cegos, nos faz entender que podem existir aprendizados parciais. A percepção desses pontos cegos, pode permitir ao educador (ambiental ou não), uma visão mais integrada do conhecimento, para então partir daquilo que ele consegue ver para o que ele ainda precisa ver, buscando assim estratégias que tornem a aprendizagem ainda mais significativa.

Em busca da compreensão de como esses pontos cegos se apresentam em alunos do ensino médio da cidade de Jaguariaiva, esse trabalho e objetiva caracterizar a percepção no que diz respeito ao conceito ambiental de escolas

Públicas e Particulares da cidade, identificando e plotando os conhecimentos em uma semiosfera gráfica.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado entre os anos de 2016 e 2018, no município de Jaguariaíva-PR, localizado na mesorregião do Norte Pioneiro (Figura 1).. A cidade apresenta uma população, segundo o último censo populacional brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 34.164 pessoas. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004), essa mesorregião está localizada em parte no Segundo Planalto e em parte no Terceiro Planalto, caracteriza-se por apresentar uma condição ambiental muito modificada, com cobertura vegetal reduzida a poucos fragmentos florestais. A condição de depauperação ambiental da região é acentuada devido à ausência de áreas significativas com reflorestamento (0,8% da área do território da mesorregião) e, ainda, à pequena extensão de florestas protegidas como Unidades de Conservação.

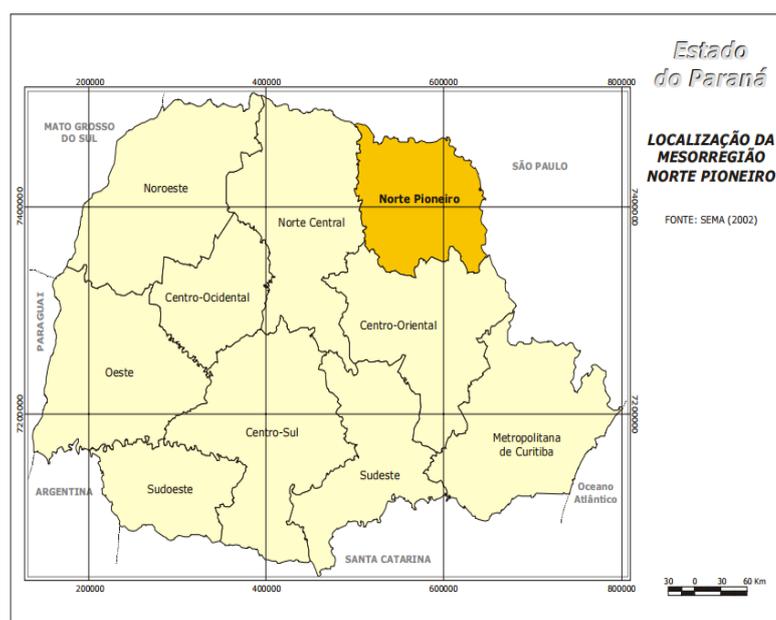


Figura 1: Localização da Mesorregião do Norte Pioneiro.

Fonte: IPARDES (2004).

Na metodologia utilizada optou-se pelo desenvolvimento de um estudo exploratório quantitativo, possibilitando dessa forma, refinar conceitos e desenvolver hipóteses para estudos *à posteriori*, assim como identificar e quantificar variáveis e fenômenos possíveis de serem estudados dentro da temática proposta.

A investigação caracterizou-se pela realização de uma entrevista dirigida, utilizando questionário semiestruturado, na tentativa de buscar mensurar alguns elementos dentro da temática, com arguições relevantes, tais como: o meio ambiente,

problemas ambientais, importância dos problemas ambientais, realidade ambiental da escola e a necessidade pessoal em participar de programas ou ações ambientais. A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas reunindo alunos e alunas de diversas escolas da cidade, públicas e particulares, em um total de 67 pessoas.

Para a aplicação da entrevista foram seguidas as seguintes etapas: (a) apresentação do aplicador e exposição dos objetivos da pesquisa; (b) reiteração sobre o anonimato dos participantes e a confidencialidade de suas respostas; (c) informação sobre a livre deliberação de cada um em responder; e, por fim, (d) instruções sobre a liberdade em suas respostas.

As entrevistas realizadas foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2009). As respostas dos alunos foram relacionadas com os temas selecionados para nosso estudo: e a partir dos dados, foi então construído a semisfera, onde são identificados possíveis pontos cegos, em suas concepções ambientais.

3 | RESULTADOS

Ao serem aplicadas as entrevistas, foram observados de uma forma geral que a maioria dos estudantes quando questionados o que era o meio ambiente o consideraram como sendo constituído apenas por elementos naturais: “animais, plantas, ar, água e solo”. Isso é um aspecto relevante, pois demonstra que o conceito dado ao meio ambiente não aumenta em complexidade à medida que se aumenta o grau de escolaridade, considerando que foram analisados alunos do ensino médio, que já tiveram em seu currículo questões ambientais desde sua inserção no ambiente escolar.

Quando perguntados sobre o que é meio ambiente as respostas surgem de forma bastante incompleta como quando dizer que é “Tudo em minha volta”, mas sem saber explicar o que seria essa totalidade. Surge ainda uma visão bem naturalista, trazendo conceitos bem ecológicos e naturalista, ao assumir que meio ambiente seria sinônimo de ecossistema ou ao explicitar que seria “tudo em volta, seres vivos vivem”. O saber ambiental nesse momento apresentado, infelizmente não causa estranheza, é um saber ambiental que está impregnado por uma visão fragmentada da realidade, tendo como um dos motivos conhecimento ser apresentado de forma fragmentada, como diria Paulo Freire. (2001a).

Perguntados sobre ações efetivas, surgem dois pontos apenas, o plantar árvores e ajudar animais, nesse caso, relacionado a ter um animal de estimação. Algo interessante, é que todos têm animais adotados, o que parece ser uma realidade ampliada em cidades do interior. Souza (2014) nos demonstra que essa atitude é uma forma de educação ambiental, pois ter os animais não é uma obrigação, mas uma escolha, a qual pode gerar responsabilidades.

Quando levantado questões sobre o consumo como diferente entre homens

e mulheres, e possíveis repercussões ambientais, surge uma visão pouco crítica, com a afirmação do consumo maior de mulheres chegando a afirmação de que as mulheres compram de forma compulsiva. Surgem apenas pequenos momentos de maior reflexão, onde questões biológicas como o fato de ter filho e assim, e dessa forma necessitando de um consumo maior devido a essa situação. É importante destacar que essa visão não se apresenta como algo real, mesmo que as mulheres, temos que destacar por exemplo, o fato das mulheres terem salários menores que os homens. A compreensão dos padrões de consumo, demandariam uma análise da complexidade da cultura do consumo. (TRINCA, 2008).

Com a ideia do consumo apresentada, surgem questionamentos sobre o consumo em uma relação de consumismo e ostentação, acima da qualidade, algo de marca ou preço alto, poderia ser algo a comprar indiferente de sua necessidade. Não apresentam a preocupação com a origem de algo que compra. Para Brandalise et al. (2009) a percepção Ambiental é formada por questões que se referem às ações, à conduta ambiental no cotidiano, considerando os elementos redução/conservação de recursos no consumo, reutilização e reciclabilidade, e se busca verificar o grau de percepção e conduta do consumidor, considerando a variável ambiental. As características psicográficas incluem as necessidades individuais, percepção, atitude, personalidade e estilo de vida e são importantes, pois são determinantes pessoais ou intrapessoais do comportamento do consumidor. A percepção ambiental é demonstrada pela ação ou comportamento em relação às atividades domésticas, profissionais e de lazer, sobretudo na aquisição e consumo de produtos considerados ecologicamente corretos.

Ao final da discussão, mesmo ampliados alguns aspectos da discussão, com a inclusão da questão do consumo e de homens e mulheres, no entanto, ao final sendo pedido que resumissem meio ambiente em uma palavra, retornam as ideias estritamente naturais, destacam-se as respostas mais apresentadas: “meio ambiente”, “vida”, “árvore”, “animal”, “natureza”, “sobrevivência” [...]. Apresenta-se a seguir uma visão gráfica dessa visão, na forma de uma semiosfera (Figura 2).

Na representação esquemática da semiosfera são mostrados alguns exemplos de elementos conceituais do meio ambiente reconhecidos pelos alunos durante a entrevista. Os tons de cinza na figura representam camadas gradativamente mais obscuras para o início de um processo de reconhecimento que tenham significado em relação ao universo de conhecimentos. Quanto mais escuros, mais longe dos conhecimentos rapidamente mobilizados e conseqüentemente mais perto de serem ignorados, podendo assim, serem considerados como pontos cegos dos conhecimentos.

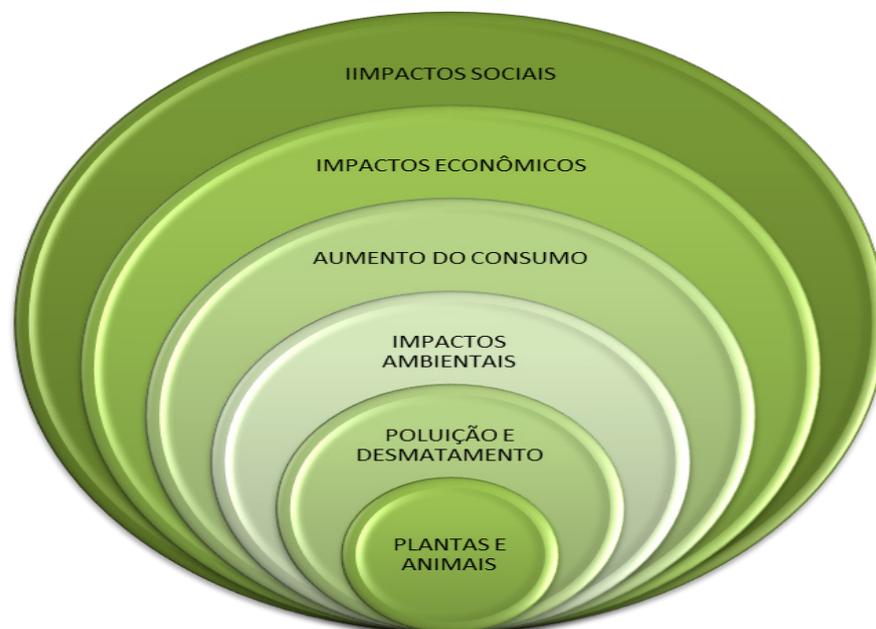


Figura 2: Semiosfera dos conhecimentos ambientais.

Fonte: O autor.

Considerando um forte apelo naturalista, podemos nos perguntar até que ponto a ignorância gerada pelos pontos cegos podem influenciar negativamente a tomada de decisões em questões ambientais? Com certeza é urgente pensar em metas de curto, médio e longo prazos, que consigam mudar a imagem que prevalece na mente de grande parte das comunidades discente e docente ligadas a questão ambiental.

Não se pode desconsiderar que o aprendizado é pessoal, que se desenvolve não apenas em situações formais, aprendemos pela observação, interação, por nossas experiências, então o que estaria levando nossos alunos a não buscarem por essa aprendizagem ambiental? O que será que a escola não nos ensina, ou melhor porque a escola não nos ensina determinadas questões consideradas fundamentais na compreensão do meio ambiente?

Retornando a Paulo Freire (2001b), compreende-se que ensinar ou ser professor, não autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. E talvez aqui esteja ao menos parte da resposta das indagações sobre a existências de tantos pontos cegos nos conhecimentos ambientais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do ambiente como algo integrado, não apenas as questões naturais, mas a inserção de aspectos sociais, econômicos, de gênero [...] permitem uma tomada de consciência do ambiente Perceber e compreender o ambiente que

se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo é uma forma de ir além de uma conscientização, é permitir uma sensibilização, a qual permite mudanças de atitudes. Cada pessoa percebe, reage e responde diferentemente a compreensão do ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

Cada pessoa interpreta o mesmo mundo de formas diferentes, são percepções diferentes de uma mesma realidade, é uma dificuldade concreta em compreender o mundo em sua totalidade. A elaboração de uma semiosfera, como um instrumento pedagógico auxiliar pode possibilitar a identificação e de conhecimentos ambientais frente às várias áreas do conhecimento ambiental, e dessa forma, possibilitar aos educadores a busca por novas metodologias que levam a uma aprendizagem realmente significativa de nossos alunos.

Assim, é fundamental que os educadores superem uma formação fragmentada em questões ambientais, e procurem aprofundar-se no assunto, é necessário que as escolas, em todos os níveis, cumpram bem o seu papel para que os alunos então possam ter uma concepção integrada e complexa do meio em que vivem.

Dessa forma, pode-se refletir que a educação necessária para que mais que informações fragmentadas, tenhamos conhecimentos concretos e uma sensibilização para mudanças de valores e atitudes, é de grande importância o conhecimento daquilo que se sabe sobre o ambiente, e a partir deste conhecimento, buscar aquilo que seria desejável, na ideia de pontos cegos, poderíamos afirmar que é necessário a passagem dessa escuridão cognitiva para uma concepção mais complexa de mundo.

Como reflexão final, busco na Espiral do silêncio proposta Scheufele (2007), aproximando suas ideias midiáticas e trazendo para a educação a reflexão de que da mesma forma que a mídia nos impões pontos cegos, silenciando ideias, a escola pode silenciar ou então abrir possibilidades concretas de intervenção, em uma visão ampliada de mundo.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Os estudos da percepção como última fronteira da gestão ambiental, In: Simpósio ambiental e qualidade de vida na região metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 2, 1992, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia Geológica, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BRANDALISE, Loreni Teresinha et al . A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 16, n. 2, p. 273-285, June 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2009000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2009000200010>.

CARVALHO, Aurean de Paula; RODRIGUES, Maria Anunciada Nery. Percepção ambiental de

moradores no entorno do açude Soledade no estado da Paraíba. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p.25-35, set./dez. 2015.

DÜRKS, Daniel Bardini; SILVA, Sidinei Pithan da. Ambivalência, complexidade e conhecimento: Bauman e Morin. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p.35-43, jan./abr. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido 30 anos depois**. In: FREIRE, A. A.F. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001 (a).

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-268, Aug. 2001(b). Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200013>.

FREITAS, Ana Beatriz Machado de. A Dimensão Estética na Aprendizagem: desocultando pontos cegos. **Educ. Real.**, [s.l.], v. 41, n. 2, p.575-589, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623648223>.

IPARDES. **Leitura regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense**. Curitiba: Gráfica do Estado, 2004. 141 p.

MIRANDA, N. M.; SOUZA, L. B. Percepção Ambiental em propriedades rurais: Palmas (TO), Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 171-186, 2011.

MOREIRA, M.A.. Mapas Conceituais e Aprendizagem Significativa. **Revista Chilena de Educação Científica** 4: 38-44. 2005.

MOREIRA, M.A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. **Aprendizagem Significativa em Revista**, Brasília, v. 1, n. 3, p.25-46, jan. 2011. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID16/v1_n3_a2011.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, Francisco M.; SILVA, Juremir M. (Org.) **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000, pp. 19-42.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento**. São Paulo: Plêiade, 200p., 1996.

SALATINO, Antonio; BUCKERIDGE, Marcos. “Mas de que te serve a botânica?”. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 30, n. 87, p.177-196, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870011>.

SCHEUFELE, D. A. **Opinion climates, spirals of silence, and biotechnology: public opinion as a heuristic for scientific decision making**. In: BROSSARD, D.; SHANAHAN, J.; NESBIT, T. C. (Ed.) **The public, the media and agricultural biotechnology**. An international casebook. Cambridge, MA: Oxford University Press/CABI, 2007. p.231-41.

SOUZA, Alinne Silva de. Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, [s.l.], v. 5, n. 617, p.110-132, 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.05.001.ao06>.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. **O corpo-imagem na “cultura do consumo”**: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. Marília: Edunesp, 2008. 154 p.

WANDERSEE, J. H.; SCHUSSLER, E. E. Toward a theory of plant blindness. **Plant Science Bulletin**, v.47, p.2-9, 2002.

A VIDA QUE PULSA EM CIDADES E RIOS DA AMAZÔNIA

Joristela de Souza Queiroz

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
Manaus- Amazonas

José Aldemir de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
Manaus- Amazonas

Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
Manaus- Amazonas

RESUMO: O artigo tem por finalidade apresentar algumas ideias sobre a importância dos rios como referência identitária em cidades da Amazônia, a partir de estudos bibliográficos e documentais, apresentados na disciplina A cidade e o urbano na Amazônia do curso de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas. Durante muito tempo e presente até os dias atuais, fomos sendo “enxertados” de metáforas tipicamente engrandecedoras e ilusionistas a respeito da descrição da Amazônia. Ideias como a Terra do El dourado, Jardim do Éden, Pulmão do Mundo, entre outras místicas, ligadas às questões regionalizadas e ruralistas. Os referenciais confundem a ideia de urbanização da região, aumentando o

paradoxo de entendimento do que foi, é ou está se construindo. Entender a realidade pressupõe ultrapassar preconceitos, interpretar por várias áreas do conhecimento, pois as diferentes cidades na região Amazônica não são só natureza, elas são socialmente produzidas no tempo e no espaço, são realidades concretas, produzidas por relações sociais, determinadas historicamente por gente que faz e se refaz a cada instante vivido, nos lugares onde os portos das beiras dos rios interligam a cidade e a floresta

PALAVRAS-CHAVE: cidade; Amazônia; urbano; rural

THE LIFE THAT PULSES IN CITIES AND RIVERS OF THE AMAZON

ABSTRACT: This article aims to present some ideas about the importance of rivers as an identity reference in Amazonian cities, based on bibliographical and documentary studies, presented in the subject The city and the urban in Amazonia of the PhD course in Society and Culture in Amazon, offered by the Federal University of Amazonas. For a long time and present to the present day, we have been “grafted” from typically engranding and illusionist metaphors about the description of the Amazon. Ideas such as the Land of the Golden

El, Garden of Eden, Lung of the World, among other mystics, linked to regional and rural issues. The references confuse the idea of urbanization of the region, increasing the paradox of understanding of what was, is or is being constructed. Understanding reality presupposes overcoming prejudices, interpreting for various areas of knowledge, because the different cities in the Amazon region are not only nature, they are socially produced in time and space, they are concrete realities, produced by social relations, historically determined by people who makes and restores every moment lived, in places where the ports of the rivers' rivers interconnect the city and

KEYWORDS: city; Amazônia; urban; rural

1 | INTRODUÇÃO

Pensar na Amazônia sob a ótica reducionista remete à mente a imagem da “floresta grandiosa e encantada”, onde os rios quase oceânicos escondem em suas profundidades todo o mistério mitológico que distancia a realidade da vida dos que ali vivem.

Ultrapassar esta visão, pressupõe compreender o processo e dinâmica de urbanização da Região Amazônica na perspectiva de preservá-la como local no qual a sociedade e a natureza interagem harmonicamente.

Iniciaremos nossas discussões apresentando a conceituação de cidade e urbano, dialogando com as observações apresentados por Sandra Lencione (2008), Henri Lefévre (1991) e Monte-Mór (2006).

Em consonância ainda em Lefévre (1991), o diálogo sobre o entendimento de que a floresta é um espaço socialmente produzido e possui múltiplas dimensões, que estão para além das representações simbólico-culturais, mas possuidora de valores e saberes particulares que a tornam parte da vida urbana.

Nortearmos nossas reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia, com base em alguns estudos feitos nas pesquisas lançadas no livro de Bertha Becker (2013) *A Urbe Amazônia: a floresta e a cidade*, que a princípio, revela que a região ficou à margem do Estado Brasileiro, passando por curtos períodos de crescimento, seguidos de longos intervalos de estagnação.

De forma breve apresentamos algumas discussões a respeito do paradoxo da atual urbanização da Amazônia, na perspectiva de John O. Browder e Brian J. Godfrey em sua obra *Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento, e Globalização na Amazônia Brasileira*.

As dimensões dos espaços vividos na Amazônia serão contextualizadas na obra de José Aldemir de Oliveira (2000), *Cidades na Selva*, e sob o olhar etnográfico de experiências e vivências no contexto amazônico.

Mais do que um elenco de intenções esperamos poder contribuir com elementos que possam subsidiar novas reflexões e, assim fomentar novos caminhos que apontem para uma maior compreensão desta rica e complexa vida nas cidades

amazônicas.

2 | CONCEITUANDO CIDADE E URBANO

Os esforços empreendidos neste estudo foram também o de conhecer em que moldes, os diferentes autores, apresentam o processo de urbanização da Amazônia, mas para isso, convém apresentar inicialmente, o conceito de “cidade” e “urbano” tendo como referência à realidade brasileira, observada por Lencione (2008), em que enfatiza a necessidade em dividir partes da totalidade para iniciação de análise e elaboração de sínteses mais aprimoradas.

É importante lembrar que os conceitos são apenas referências para nortear a análise e compreensão da essência do objeto de estudo, das leis, dos fenômenos, enfim, são instrumentos que dão suporte para construção, transformação ou aprimoramento dos conhecimentos.

A autora apresenta algumas observações a respeito dos conceitos: a) os conceitos são exercício do pensamento sobre o real, que existe independente do pensamento sobre ele ou sobre o objeto real; b) eles são apenas uma forma de refletir sobre o objeto; c) são simultaneamente, objetivos e subjetivos; d) não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere; e) existem em movimento; f) não existe sem uma definição g) exige nexos com relação a outros conceitos.

Dito isto, é preciso que fique claro que a palavra pode ter diferentes significados, no entanto, o conceito em tese, não. Como significados gramaticais e etimológicos os termos cidade e urbano, sugerem diferentes conceituações, dependendo do contexto em que as mesmas estão configuradas, mas aqui, no estudo, trataremos o termo *cidade* voltado para a realidade concreta, como aglomeração, como forma, dimensão e estrutura e o termo *urbano* como algo subjetivo ligado ao modo de ser que caracteriza uma sociedade em transformação.

Definir cidade não é tão fácil assim, visto que o termo foi utilizado historicamente, com caracterizações específicas para cada momento. Para Lencione (2008), cidade:

[...] não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio” – referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma idéia comum a todas elas, que é a de aglomeração. (p. 115)

Pensar em cidade como objeto direciona à várias ideias formuladas no arcabouço histórico em que ela foi se constituindo, geralmente voltada para algo concreto, não importando a dimensão ou característica, trata-se de um “produto social” inserido na relação estabelecida entre o homem e o meio em que está inserido, daí advêm os termos associados às ideias de aglomeração e de sedentarismo. “O fato da aglomeração sedentária conter população voltada para as atividades do campo não compromete o sentido da cidade que pode estar presente no aglomerado”

(LENCIONE, 2008, p.116), assim as cidades são produtos de determinações sociais dentro de uma perspectiva histórica.

Poderíamos chegar às diferentes reformulações, mas especificamente, falando da cidade no Brasil a questão da aglomeração está caracterizada pela presença de mercado, onde existe administração pública que regulariza o sistema de troca. De acordo com Monte-Mór (2007, p. 19) “[...] legalmente as cidades são definidas por seus espaços, seus perímetros urbanos municipais e territoriais”.

A ideia de “urbano” apontada por Lencione (2008) é de que trata-se de um fenômeno. Lefebvre (1999) relaciona este conceito à ideia de sociedade capitalista industrial, no entanto, é preciso desvendar os detalhes desta relação histórica entre o “urbano e o capital”, pois no Brasil o urbano precisa ser entendido, a partir dos marcos históricos.

Para Monte-Mór (2007, p.14) “O urbano é uma síntese da antiga dicotomia cidade–campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade–campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social”.

O mesmo autor afirma ainda que há um rito de passagem da cidade ao urbano que foi marcado pelo crescimento da indústria onde a produção ganhou destaque e o proletariado passou a ocupar espaço também de poder, porém subordinado à lógica do capital da indústria.

3 | BERTHA BECKER E SEU OLHAR SOBRE A CIDADE E OS SURTOS DE DESENVOLVIMENTO

Oras, visto sob esta perspectiva não poderíamos deixar de apontar em nossos escritos, mesmo que de forma despretensiosa uma breve análise feita por Bertha Becker (2013) em sua obra *A urbe amazônica: a floresta e a cidade*, onde a autora faz abordagens a respeito da origem das cidades amazônicas à luz das teorias de Jane Jacobs e na metodologia de Peter Taylor, onde as cidades identificam-se como indústrias motoras de crescimento econômico, enfatizando que a história remonta fatos em que a Amazônia ficou à margem do Estado e dependendo das demandas das grandes metrópoles e de países estrangeiros, até talvez, por sua ocupação europeia ser tardia em relação às outras regiões do Brasil.

Por conta desta dependência foram poucos os momentos identificados como áureos de crescimento, no entanto, seguidos por longos anos de estagnação e letargia, o que não ocorreu em outros estados do Sudeste, por exemplo. A autora destaca que:

Direcionadas pelo mercado externo, as urbes amazônicas cresceram devido ao comércio de importações praticamente sem substituição, justamente o trabalho novo capaz de dinamizar as cidades e a economia. Pois que o verdadeiro trabalho novo, capaz de direcionar o mercado não estava localizado nessas urbes, mas

sim nas cidades que comandavam a economia, remetendo às relações entre as cidades. (BECKER, 2013, p. 38)

Com isso, emergiram novas divisões de trabalho, mas sem aumento igualitário de distribuição de riqueza. Inicialmente, apenas índios escravizados e alguns negros também escravizados, que aviltados e castigados, promoveram intensas rebeliões. “Não houve, pois condições nem de acessibilidade e, nem de recursos econômicos e políticos para que as cidades pudessem se consolidar e crescer, e muito menos para que organizassem estruturas regionais.” (BECKER, 2013, p.11)

Com diferentes conflitos e o êxodo como mote, surge então, a mão de obra nordestina como sustentáculo dos surtos nos ciclos da borracha, castanha, criação de gado etc. A descontinuidade e a falta de dinamismo, contribuíram para o não desenvolvimento da região.

As dificuldades enfrentadas pelos núcleos urbanos na região permanecem nos dias de hoje, o que não dá para entender uma vez que os núcleos urbanos foram centrais no processo de colonização da Amazônia.

Dito isto avancemos em algumas reflexões acerca do contexto das cidades amazônicas.

4 | O FENÔMENO URBANO DA AMAZÔNIA E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Compreender o processo de urbanidade na Amazônia tem sido a tônica de muitas pesquisas e embates teóricos, a complexidade da vida urbana remete a diferentes entendimentos, por hora apontamos alguns descritos por Trindade Júnior (2013) em um trabalho publicado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), onde ele apresenta algumas teses defendidas por alguns autores:

- a. Becker (2004) defende a tese de “Selva Urbanizada” afirmando que trata-se de um fenômeno que está diretamente ligado à expansão da fronteira econômica, que já nasce urbana.
- b. Browder & Godfrey (1997) entendem como “Urbanização polimorfa e desarticulada” e assim, existem diferentes formas de interação socioespaciais e de formações microssociais híbridas como elementos marcantes da urbanização regional.
- c. Hurtienne (2001) argumenta a tese de “Urbanização estatisticamente des-criteriosa” onde existe um patamar de cerca de 20.000 habitantes para definição do rural e do urbano na Amazônia.
- d. Machado (2000) acredita na “Tendência à ruralização” onde os municípios de formação recente tendenciam em predominância à ruralidade.
- e. Monte-Mór (2004) em sua tese enfatiza que há uma “Urbanização extensiva” para além das cidades, por meio dos valores e modos de vida

- f. Oliveira (2000) diz que há “Difusão da sociedade urbana” no modo de vida urbano, mas não do domínio da cidade na paisagem.

Como se pode observar nos argumentos das teses referenciadas, há posicionamentos divergentes quanto à questão da urbanização da Amazônia. Por certo, temos que a Amazônia possui grande diversidade, ela é por excelência um espaço de encontro entre sujeitos sociais que são distintos e que se fazem no tempo e no espaço, onde há conflitos e muito ainda a ser desvendado.

Muitos problemas urbanos continuam sem a atenção devida na Amazônia, ao observamos a dinâmica nas pequenas cidades, verificaremos que alguns destes entraves estão relacionados à infraestrutura, serviços básicos de saúde, crescimento desordenado, surgimento de espaços favelados, o que conseqüentemente, contribui para o surgimento de novos problemas nas áreas sociais e ambientais.

Browder e Godfrey (2006) ressaltam que esta realidade urbana complica a criação e implantação de políticas públicas urbanas mais eficazes e que correspondam às necessidades da população. Os autores destacam que existe uma mediação na vida urbana e esta compreende o campo, a natureza e a cidade, por este motivo a aldeia e sua relação com a cidade está muito longe de ser conhecida em sua totalidade.

A relação cidade e campo se transforma “A cidade expandindo-se adentra-se ao campo modificando o modo de vida dos que ali vivem [...] As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas.” (BROWDER e GODFREY, 2006, p. 74)

As dimensões da produção dos espaços urbanos da Amazônia são exemplos complexos que exigem dos pesquisadores fundamentações rigorosas em suas avaliações e estudos, para que não se cometa o deslize de homogeneizar as cidades na Amazônia ou em um lugar qualquer, pois elas possuem tempos diferenciados e se constroem agregando valores inerentes à sua cultura local o que irá caracterizar suas estratégias nas questões econômica, social e política.

Na obra *Cidades na Selva* de José Aldemir Oliveira (2000), o autor discute a respeito da cidade, chamando a atenção para o olhar para além do aparente, enfatizando que os espaços que são construídos, reproduzem-se no cotidiano de quem o constrói, onde existem vivências na produção deste espaço e do tempo vivido, onde a ênfase maior está nos indivíduos que constroem este espaço. Ainda em Oliveira (2000, p. 20) “Na Amazônia, mas do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz [...]”.

As diferentes formas de acesso dão às cidades o motor diferenciado para sua forma de produção e subsistência. Na Amazônia, muitas cidades têm ligações por vias terrestres ou aéreas, mas é pelos rios que grande parte se comunica e se interliga para os grandes centros urbanos. “O processo de produção do espaço

ocorre a partir da ação de todos esses atores e da relação entre si e com a natureza [...]”. (OLIVEIRA, 2000, p.20).

5 | IDENTIDADE DE LUGAR: O RIO COMO ESPAÇO DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA

As discussões em torno do tema identidade a colocam como um tema complexo, cujas características se constituem, segundo Mourão e Cavalcante (2011) em um processo dinâmico e multável que acontece ao longo da vida de indivíduo.

Além das características de identidade pessoal, específicos de cada pessoa, há também a referência à identidade social que cada um adquire no decorrer de suas experiências vividas em grupos sociais, que o fazem pertencer a categoria específica como, étnicas, profissionais, de gêneros, entre outras.

O lugar onde o indivíduo nasceu, vive ou viveu torna-se elemento importante, para definição da identidade, o que faz diferença é o significado que cada momento vivido tem para a pessoa, o sentido de pertencimento e conexão no espaço-temporal.

É relevante destacar que na Amazônia, muitas cidades têm ligações por vias terrestres ou aéreas, mas é pelos rios que grande parte se comunica e se interliga para os grandes centros urbanos. Oliveira (2000, p.20) enfatiza que “O processo de produção do espaço ocorre a partir da ação de todos esses atores e da relação entre si e com a natureza [...]”.

Buscar aprofundamento teórico sobre a identidade de lugar é, sem dúvida, uma condição necessária de quem vive no espaço amazônico, pois nos últimos anos, tem sido muito recorrente a identificação da Amazônia Brasileira como algo distintamente descontextualizado à vida dos que aqui vivem, geralmente, muitas interpretações são estereotipadas e associadas às representações e à imagem da floresta como se ela fosse um elemento à parte de toda região.

A ideia que se faz das populações amazônicas que vivem às margens dos rios e a força da imagem social construída a partir da figura do ribeirinho é uma personificação típica regional que nos lembra a importância dos rios para a formação de todo um contexto histórico-geográfico-cultural.

O rio surge como elemento importante tecendo e servindo como elo no estabelecimento de relações na vida das pessoas, configurando-se mudanças a partir de um padrão espaço-temporal que implicaram em diferentes modos de produzir e existir.

Compreender as relações de indissociabilidade entre os indivíduos e a floresta na contemporaneidade requer um esforço enorme em buscar também entender a diversidade amazônica e todo processo de construção desde o período de colonização da região.

Por certo temos que a construção das múltiplas identidades traz a identificação, os sentimentos de pertencimento e estranheza vividos no decorrer de nossa

existência, são eles que marcam o processo de desenvolvimento da autoidentidade e da identificação no mundo.

Especificamente, em se tratando do estado do Amazonas, a maior parte das cidades, formou-se às margens dos rios, a estrutura, geralmente, possui características peculiares. A igreja bem a frente, próxima ao porto da cidade, como um símbolo da organização no período de colonização.

Até a década de 1969, as fortes ligações das pequenas cidades com a dinâmica de circulação dos rios, conferiu, segundo Saint Clair (2013) fortes elos com a natureza, com a vida no campo ainda pacata, ligadas às questões rurais e com o “ritmo de floresta” com baixa exploração.

Oliveira (2000, p. 35) de forma poética descreve as cidades situadas às margens dos rios “Assim vista do rio, a cidade parece um quadro emoldurado pela folhagem verde escura das mangueiras enormes e das palmeiras majestosas que lhes guarnece as beiras”.

Isto lembra as diferentes viagens feitas durante experiência no Programa de Formação de Professores / Parfor, pela Universidade Federal do Amazonas, em que alocados nos mais diferentes e longínquos municípios participamos como docente.

A paisagem vista da beira do rio ao aportarmos no Porto de cada cidade, exemplifica detalhes descritos tal qual os apresentados na obra deste autor, que em sensível olhar para além das aparências descreve a vida que pulsa nas cidades “ribeirinhas”.

Notadamente, evidenciam-se espaços produzidos pelos homens amazônidas em um processo de produção em que sua condição humana os conduz a novos modos de vidas. Estes diferem é claro os de outrora em que havia preocupação bem maior em produzir meios próprios para sua própria subsistência.

Diferentemente, podemos dizer que nas pequenas cidades onde o acesso ainda é muito difícil por conta de questões geográficas, alguns modos de vida e produção permanecem arraigados não só em memória, mas latente no cotidiano dos indivíduos.

A relação com os outros ainda é de pertencimento aquele local, de partilha de comunidade, de produção muitas vezes compartilhada, a exemplo “a farinhada de meia”, a pesca no “lanço”, entre outras coisas, que já diferem dos grandes centros urbanos, onde o capital é o nuance das relações.

6 | O OLHAR INVESTIGATIVO

Nossas reflexões neste trabalho se deram com base em pesquisa bibliográfica, com suporte teórico selecionado para a disciplina A cidade e o urbano na Amazônia, no Curso de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas no ano de 2018.

Os objetivos encaminharam-se para compreensão da cidade enquanto materialização do processo de trabalho e o urbano como modo de vida, produzidos por meio das necessidades, contradições e aspirações da sociedade, além de buscar analisar os processos de produção da cidade e do urbano no Brasil e na Amazônia, articulando na medida do possível, o estudo específico de cada aluno à compreensão teórica da cidade e do urbano na Amazônia.

Realizamos trabalho de campo nas ruas do centro da cidade de Manaus, registrando tudo, como forma de observamos e posteriormente, descrevermos os diferentes nuances da vida cotidiana na cidade, relacionarmos as mudanças ocorridas, com base em contextos históricos estudados em diferentes textos, desde o período de colonização até os dias atuais.

7 | O ESPAÇO VIVIDO

No trabalho de campo pudemos caminhar pelo centro da cidade Manaus com olhar investigativo do que foi, é e pode se transformar, ao observarmos as medidas adotadas pelo poder público.

Registramos tudo com fotos, filmagens e anotações em caderno de campo, apresentamos abaixo, algumas imagens das visitas em alguns espaços históricos e movimentações do grande centro urbano.

Com estudos teóricos e o trabalho de campo desenvolvido, compilamos ideias que foram elencadas nestes escritos de produção textual e em forma de crônica literária para qual apresento como resultado desta construção teórica.

Manaus, a capital das águas...

“Não supunha, que naquela manhã de sábado, iria vivenciar, momentos memoráveis, dos quais ficariam, com certeza, guardados no primoroso baú de belas lembranças.

A caminhada não é tão simples quando se lança um olhar de curiosidade investigativa, esta que por ora, havia sido instigada por um professor de Universidade Pública, no Curso de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, um caminhante, visivelmente, apaixonado pela cidade e seus espaços, para ele “ver a cidade é encontrar-se consigo”.

Em uma manhã ensolarada, na majestosa capital das águas, Manaus, cidade banhada pelo Rio Negro. Contemplar, observar, descrever, dialogar com obras estudadas, era parte da missão, por certo tenho, que no fundo mesmo, o primordial era reconhecer o que se tem de maior valor, a história, no tempo e no espaço.

O ponto de partida, a Praça Antonio Bittencourt, esta que em 1942 recebeu o nome de Praça do Congresso devido ao Congresso Eucarístico ali realizado. Nela, o imponente busto de Eduardo Ribeiro que fora implantado em 1995.

As horas passam e de diferentes ângulos vemos o apressar dos passos das

pessoas que se dirigem aos seus locais de trabalho, de estudo e de afazeres. Bem, se vê em muitos, o olhar despercebido diante das “coisas” da cidade, a pressa é amiga da sua feição.

Nas ruas, nos cantos, nos muros, nas vielas, o cheiro mal fazejo às nossas narinas ajudam a denegrir a imagem da antiga Belle Epoque. As casas tão ricas de detalhes, deteriorados pelo tempo e pelo abandono, encontram-se infiltradas, em meio, aos emaranhados fios que contrastam com algumas, poucas e frondosas árvores, na “cidade de pedra”.

Oras, por que não lembrar em que contexto se deu a construção deste espaço? O espaço urbano nunca significou um espaço transformado para todos, pois era palco de alguns poucos privilegiados, a população mais pobre estava sempre à margem. Mas se Manaus da época da borracha era a cidade dos poderosos e, agora, nesta época, ela pertence a quem?

Rito de passagem é dar um passeio pela Praça da Saudade ou Praça 5 de setembro, ela foi criada no século XIX, seu espaço tão bonito entra em desarmonia com as pichações, apelidadas por alguns de arte moderna.

Em meio à praça observamos barracas de acampamento, lembrei de uma reportagem sobre este fato, assistida no dia anterior, tratam-se de venezuelanos e colombianos, fazendo do espaço da praça, lugar de sua morada. Dai vem na mente, onde fazem suas necessidades mais básicas? Fica a indagação, como mote para reflexões e questionamentos acerca de como o poder público lida com esta situação.

Quem diria que logo à frente da praça, onde encontra-se a Sede do Rio Negro era um antigo cemitério chamado São José, este fora desativado em 1865, por conta do cólera, bem verdade, que há quem acredite em “visagem”, e, se soubesse deste enredo da história, não se arriscaria a sentar-se nos bancos da praça, altas horas da noite. (risos)

Bom, sigamos em frente pois é longa a caminhada, em meio a buracos e lixos espalhados nas esquinas, observo o professor de forma saudosa, lembrar dos velhos comerciantes, da Casa Dias e destacar o porto próximo às mercearias, o rio teve e tem a sua importância na economia.

Não passa despercebido o transitar dos carros, motos e ônibus lotados com personagens visivelmente com olhar fitados nas coisas e também perdidos nos mais remotos pensamentos.

De repente, um susto...ele se dá conta da falta dos valiosos mármore de lios nos pequenos pedaços de calçadas que ainda restam, poderiam ter sido tirados para a venda, não sei, ocorre que agora, a história terá que ser contada, para que não se apague, ou se perca com o vento.

A capacidade de refletir a tudo é sempre interrompida pelo barulho de alguém que grita e faz propaganda de algo das lojas, informando as promoções e os preços ou pelas agudas e ensurdecedoras buzinas dos carros comandado pelos impacientes que exigem de certa forma uma atenção no trânsito caótico.

Muro de lamentações? Não!!!

Na cidade há também muitos espaços conservados e outros que às duras penas resistem a ordem do tempo, bem lembrar, o imponente pico do Teatro Amazonas, visto de longe, como uma linda obra prima que esconde nos relatos de sua construção o fatídico trabalho daqueles que contribuíram para o monumento que ajudaria no “embelezamento da cidade”.

Creio que com a importância com que tratam os espaços públicos, em breve alguns deles serão parte integrante, apenas de boas lembranças, ou não!

O que fica arraigado em minh'alma por hora é o desalento no olhar de quem tanto conheceu e que por hoje procurou com paixão e não encontrou mais, tudo o que um dia a história contou”.

8 | BREVES CONSIDERAÇÕES

Buscar aprofundamento teórico nesta temática é, sem dúvida, uma condição necessária de quem vive no espaço amazônico, pois nos últimos anos, tem sido muito recorrente a identificação da Amazônia Brasileira como algo distintamente descontextualizado à vida dos que aqui vivem, geralmente, muitas interpretações são estereotipadas e associadas às representações e à imagem da floresta como se ela fosse um elemento à parte de toda região.

O rio tem sua importância neste contexto histórico, a força da imagem do ribeirinho construída no imaginário social mostra sua personificação no enredo histórico, geográfico e cultural da região ele confere um ethos e um ritmo à vida regional.

Compreender as relações de indissociabilidade entre os indivíduos e a floresta na contemporaneidade requer um esforço enorme em buscar também entender a diversidade amazônica e todo processo de construção desde o período de colonização da região.

As ideias são diversas, daí advém a complexidade, o que tem pautado debates políticos e acadêmicos que estão, por certo, longe de atingirem um um resultado final, no entanto, os diferentes âmbitos ideológicos, fomentam reflexões e estas podem apontar caminhos mais exequíveis para compreensões mais próximas da realidade.

Acreditamos com os argumentos expostos ter de alguma forma contribuído para o estabelecimento de diálogos mais abertos, em que a compreensão das ideias estejam para além de sentidos metafóricos, pois compreender a Amazônia não é algo tão simples, requer um esforço muito grande do pesquisador.

Isto pressupõe buscar elementos nos arcaibouços teórico-histórico-metodológico, nas fundamentações com base no rigor científico ou até mesmo nas potencialidades endógenas assentadas na vida cotidiana das populações urbanas e nas formas como elas articulam-se com o ecossistema no qual são peças inerentes

do existir.

Este é o desafio a caminho, em serviço, para qual demos ênfase a querida cidade de Manaus, para qual nos vemos inseridos e imersos em reflexões profundas diante de tanta diversidade e complexidade para resoluções de tantos problemas.

Há um longo caminho a percorrer, somos frutos de nossas escolhas e para as quais, em tempos de “crise”, não há espaço para omissão, comodismo ou papéis coadjuvantes, se queremos mudanças e melhorias, sejamos nós a mudança e, esta começa por aqui, por reflexões e imersões na realidade, pelo sentimento de pátria e acima de tudo, pelo sentimento de **pertencimento**.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: EDUA, 2006. (Cap. 2). 7ªed.

HARVEY, David - **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 27-66.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra - **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEO-USP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, 109-123, 2008. http://www.geo-grafia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de; MORAES, André de Oliveira e SANTANA, Paola Verri de - **Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n. 111, p.09-18, jul./dez. 2006. http://www.ipardes.gov.br/webisidocs/docs/rev_pr_111_roberto.pdf, acesso em 13/01/2013.

OLIVEIRA, José Aldemir – **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000 (Cap. 1).

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”**: espaço, ambientes e urbano diversidade na Amazônia Brasileira. Belém: UFPA/NAEA, Papers do NAEA,

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELO CULTIVO DA MANDIOCA (*MANIHOT SCULENTA*) NA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS – BRAGANÇA/PA

Alciene Lisboa de Brito

Instituto Federal do Pará – Bragança/PA

Helton Pacheco

Instituto Federal do Pará – Bragança/PA

Ana Paula Cavalheiro de Andrade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN

RESUMO: Este estudo foi realizado na comunidade de São Domingos que está situada no município de Bragança (nordeste paraense). Os estudos foram realizados através de observação direta e aplicação de questionários com os agricultores, e teve como objetivo caracterizar os principais impactos socioambientais causados pelo cultivo da mandioca (*Manihot sculenta*) e as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores na sua produção. O tipo de manejo utilizado no cultivo dessa cultura vem causando assoreamento dos rios, erosão, perda da fertilidade do solo, diminuição da biodiversidade de espécies vegetais e animais nos agroecossistemas, além de sérios problemas ambientais em decorrência do desmatamento e da queima da área para o preparo do roçado. Práticas agroecológicas de uso do solo e no desenvolvimento das culturas são necessárias para melhorar a qualidade de vida e diminuir a degradação ambiental ocorridas nesta comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar.

Práticas Agroecológicas. Degradação Ambiental.

SOCIOENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY THE CULTIVATION OF MANIOC (*MANIHOT SCULENTA*) IN THE COMMUNITY OF SÃO DOMINGOS - BRAGANÇA/PA

ABSTRACT: This study was carried out in the community of São Domingos, located in Bragança-PA (northeastern). The studies were carried out through direct observation and application of questionnaires with the farmers, and had the objective of characterizing the main socioenvironmental impacts caused by the cultivation of manioc (*Manihot sculenta*) and the main difficulties faced by farmers in their production. The type of management used in the cultivation of this crop has caused silting of the rivers, erosion, loss of soil fertility, reduction of the biodiversity of plant and animal species in agroecosystems, besides serious environmental problems due to deforestation and burning of the area for the rooting. Agroecological practices of land use and crop development are necessary to improve the quality of life and reduce environmental degradation in this community.

KEYWORDS: Family Agriculture. Agroecological Practices. Environmental Degradation.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a segunda posição na produção mundial de mandioca (*Manihot sculenta*), participando com 12,7% do total, sendo o estado do Pará responsável pela maior produção nacional, com uma área cultivada de 314.076 hectares e uma produção de 5.078.426 toneladas em 2006, com a quase totalidade de produção destinada à farinha de mesa (ALVES; MODESTO JUNIOR; ANDRADE, 2008).

A comunidade de São Domingos, localizada no município de Bragança -Pará é composta por trinta e sete famílias, que tem como a principal cultura agrícola a Mandioca, sendo esta a principal fonte de renda de grande parte dos agricultores desta comunidade.

Na referida comunidade, a agricultura é de base familiar, que pode ser entendida como aquela em que os membros da família participam diretamente na produção agrícola e na comercialização dos produtos (WANDERLEY, 1996).

Para a continuidade e efetividade do cultivo de qualquer cultura agrícola, as questões relacionadas ao uso e manejo do solo são de extrema importância. As atividades agrícolas sem o uso de técnicas adequadas são responsáveis em grande parte, pelo elevado desgaste da camada superficial do solo. Os impactos ambientais provenientes do mau manejo resultam em erosão, compactação e degradação.

Primavesi (2002), ao se referir ao uso do solo, enfatiza que “o futuro do Brasil está ligado à sua terra, sendo o manejo adequado do solo é a chave mágica para a prosperidade e bem estar geral”.

Nesse sentido, a Agroecologia busca introduzir princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas sustentáveis, tornando-se um caminho eficaz para se alcançar equilíbrio no solo, capaz de torná-lo produtivo com a realização de práticas agroecológicas de produção, visando rentabilidade do mesmo e que se sustente por longas gerações.

Segundo Gliessman (2001), “a agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis, onde a realidade socioeconômica e ecológica local é que define a forma de aplicação dos métodos, por meio da construção de conhecimentos de referência que visam contribuir com o desenvolvimento de outras experiências”.

Assim, o presente trabalho, teve como enfoque principal identificar o emprego de práticas agroecológicas utilizado pelos agricultores da comunidade de São Domingos no cultivo da mandioca (*Manihot sculenta*).

OBJETIVOS

Geral

Verificar práticas agroecológicas empregadas no cultivo da mandioca (*Manihot sculenta*) pela comunidade de São Domingos.

Específicos:

- Analisar as técnicas de manejo do solo empregado por esta comunidade.
- Identificar as principais dificuldades dos agricultores e os impactos socioambientais provenientes do manejo solo.

Metodologia

O presente estudo foi realizado na comunidade de São Domingos que está situada no município de Bragança-Pará. A comunidade tem como principais recursos produtivos, o cultivo de mandioca, hortaliças, milho, feijão, arroz, e criação de aves.

A pesquisa foi direcionada aos agricultores familiares que moram na referida comunidade, entretanto foram selecionadas 10 famílias de agricultores. O levantamento dos dados na comunidade foi realizado através de observações in loco e aplicação de questionário com as famílias.

Os questionários aplicados aos agricultores, sujeitos da pesquisa, foram direcionados com o intuito de complementar os dados obtidos com as observações realizadas in loco, para que desta maneira, pudéssemos identificar as dificuldades que este grupo tem, no que se refere ao acesso as técnicas de produção relacionados a cultura da Mandioca (*Manihot succulenta*).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos questionários aplicados e as visitas realizadas, foi observado que os agricultores familiares da comunidade São Domingos estão com dificuldades em obter uma boa produtividade. Através dos estudos, verificou-se que a baixa produtividade, está relacionada ao manejo incorreto do solo ao longo dos anos, principalmente pelo desmatamento com o corte da capoeira e queimadas na área de produção.

Atualmente o cultivo da mandioca se encontra estagnado, não tendo produção suficiente para garantir uma renda segura para os mesmos.

Nesta perspectiva, para que a comunidade em pauta consiga se desenvolver de forma sustentável é necessário a implementação de práticas menos impactantes ao meio ambiente, como as empregadas pela ciência Agroecologia, baseada na convivência harmônica entre o ser humano e a natureza.

Foi observado que o modo de produção é predominantemente tradicional, ou seja, utilizando-se a prática de corte e queima. Esse método de produção tem

afetado diretamente o solo.

A degradação destes ecossistemas está relacionada em parte, pela falta de conhecimentos técnicos conservacionistas pelos agricultores da comunidade, dificultando o aumento da produtividade e renda dos produtores que cultivam e processam a Mandioca (*Manihot Sculenta*).

Observou-se que práticas utilizadas para o processamento da mandioca, principalmente para a produção de farinha, tem ocasionado assoreamento dos corpos hídricos, além de exalarem fortes odores no local devido a fermentação que ocorre durante o tempo em que as raízes ficam imersas em água nos igarapés (Foto 1), esta prática é utilizada para que a “massa” da mandioca solte da casca. Esta prática, libera ácido cianídrico que tem se mostrado muito tóxico para peixes e organismos que habitam estes locais, sendo comum o aparecimento de peixes mortos principalmente nos meses de setembro a dezembro, quando o volume de água está baixo devido ao período de seca que ocorre nesta região.



Foto 1 – Casca da mandioca em igarapé

Fonte: Alciene Lisboa, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma projeção a partir do que foi observado, podemos concluir que os agricultores pesquisados na comunidade de São Domingos realizam poucas práticas agroecológicas de produção no cultivo da Mandioca (*Manihot sculenta*) e que o uso contínuo de práticas como o uso de queimadas e o desmatamento colaboram para a estagnação da produção. A depósito das cascas da Mandioca e a liberação de compostos químicos nos igarapés, tem ocasionado a perda da vida aquática e a escassez da água potável na comunidade.

Dessa maneira, para se conquistar a sustentabilidade na produção, é necessário que políticas públicas sejam implementadas, juntamente com planos de capacitação para os agricultores, possibilitando os processos de transição da agricultura

convencional para uma agricultura sustentável, pois a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias heterogêneas, com adequação às circunstâncias socioeconômicas e culturais das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de S. & ANDRADE, A. C. da S. O trio da produtividade da cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS**, Campina Grande, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 653p. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em solos tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: **Anais do XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.GT 17: Processos sociais agrários**. Caxambu, MG: UFMG, Outubro / 1996.

EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO MOCOTÓ NA CIDADE DE VÁRZEA ALEGRE-CE

Thays Barros Carvalho

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
Juazeiro do Norte - Ceará

Márcia Maria Leite Lima

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
Juazeiro do Norte - Ceará

RESUMO: Este artigo aborda o empreendedorismo como fonte sustentável no desenvolvimento econômico e social. Tendo como objetivo geral analisar a influência do empreendedorismo sustentável na Associação Comunitária do Sítio Mocotó, na cidade de Várzea Alegre. A pesquisa foi realizada através de uma entrevista semiestruturada com 22 (vinte e duas) perguntas entre abertas e fechadas e com um auxílio de gravador de voz, apresentando como abordagem metodológica um estudo de caso descritivo e exploratório, que constituiu com a abordagem qualitativa. Com isso pode-se observar que a associação não somente se desenvolveu e cresceu naquela localidade, mas proporcionou aqueles da comunidade qualidade de vida, elevando os seus níveis de escolaridade, saúde, bem-estar e também aumentando sua capacidade de trabalho em equipe, onde foi o grande impulsionador para tais acontecimentos, onde os grupos formados trabalham por objetivos em comum, em prol de desenvolver socialmente e

economicamente os que residem naquele sítio. Observou-se também que a mesma ainda passa por algumas dificuldades, como os auxílios e apoios que recebem, em alguns aspectos não estão suprindo todas as suas necessidades, e buscam incessantemente por mais ajuda para manter a associação, para que os associados continuem motivados com suas atividades, pois esse é o meio que se mais gera renda naquela comunidade, foi através dessa ação que vidas foram e ainda são renovadas.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Associativismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT: This article approaches entrepreneurship as a sustainable source in economic and social development. With the general objective of analyzing the influence of sustainable entrepreneurship in the Community Association of the Mocotó Site, in the city of Várzea Alegre. The research was carried out through a semistructured interview with 22 (twenty-two) questions between open and closed and with a voice recorder, presenting as a methodological approach a descriptive and exploratory case study, which constituted the qualitative approach. With this, it can be observed that the association not only developed and grew in that locality, but it provided those in the community with quality of life, raising their levels of schooling, health, well-being and also increasing

their ability to work in teams, where was the great impetus for such events, where the groups formed work for common goals, in order to develop socially and economically those who reside in that place. It has also been noted that it still faces some difficulties, such as the aid and support they receive, in some aspects are not meeting all their needs, and are constantly seeking more help to maintain the association, so that members remain motivated with their activities, because this is the medium that generates more income in that community, it was through this action that lives were and are still renewed.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Associativism. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

O ato de empreender é conhecer o mercado em que se encontra, de acordo com Dornelas (2010) é fazer algo novo, ainda não explorado, é mudar o quadro em que se encontra. É visualizar uma oportunidade de negócio, colocar em prática, mesmo sabendo dos riscos e dos possíveis fracassos.

O presente artigo tem como problemática discutir as bases do empreendedorismo sustentável nas associações. No Sítio Mocotó a 12km do município de Várzea Alegre-CE, se encontra a Associação comunitária, desenvolvida por irmãs através de um grande sonho, de buscar novas alternativas no âmbito de ocupação e renda para mudar a realidade do seu povo. Diante desse cenário surgiu-se a indagação de como e o que influenciou a idealização desse empreendimento e quais os desafios enfrentados?

Tendo como hipóteses se na localidade existe grandes oportunidades de negócios e desenvolvimento; a formação da associação se deu pela necessidade de desenvolvimento naquela localidade; será que realização das atividades artesanais era a especialidade daquela população, fazendo com que obtivessem bons retornos lucrativos.

O objetivo geral é analisar a influência do empreendedorismo sustentável na Associação Comunitária do Sítio Mocotó na cidade de Várzea Alegre. Seguindo dos objetivos específicos, como, compreender o empreendedorismo, verificar suas influencias no mercado local, fazer um estudo sobre os impactos daquela associação em sua localidade.

Este artigo tem como justificativa conhecer o meio do empreendedorismo sustentável, e quais os impactos que causam diretamente e indiretamente na sociedade, já que essa prática estar crescendo e novos negócios são criados, e também é visível que o mesmo se encontra em constante exploração. Nessa circunstância o presente estudo pretende pesquisar e compreender, como à associação comunitária em estudo, surgiu e permanece sustentável atualmente, e quais as práticas realizadas, dificuldades enfrentadas e sucessos alcançados. Essa pesquisa terá como contribuição para associação uma avaliação mais rica quanto ao seu desenvolvimento ao decorrer do tempo, e melhorias que a associação ocasionou

na localidade que reside, e também uma divulgação do seu trabalho através dessa pesquisa. Para o pesquisador esse estudo será de grande aprendizado, conhecendo de uma forma mais detalha o empreendedorismo, contribuindo também para o seu desenvolvimento profissional. No meio acadêmico, lhes proporcionará novos conhecimentos quanto ao empreendedorismo local de associações sustentáveis e novas pesquisas acadêmicas. A sociedade por sua vez, lhe será proporcionada entendimento sobre as influências do empreendimento sustentável e suas melhorias quanto a essa pratica nesta localidade.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empreendedorismo e sua origem

O empreendedorismo começa desde uma observação, a uma percepção e análise de tarefas, surgindo então uma ideia de um novo negócio, com base nas tendências do mercado, desenvolvimento e cultura, de uma maneira racional ou até mesmo intuitiva, sendo de acordo com as necessidades dos consumidores e na possível demanda (BERNARDI, 2010).

A postura do empreendedorismo, é identificar oportunidades, segundo Dornelas (2012) é aproveita-la para se construir um novo negócio capitalizando acerca dela, o mesmo se caracterizando pela sua iniciativa e sem receio da criação desse novo mercado, sempre com paixão pelo que faz, com uma criatividade diferenciada, e o mais importante levar adiante essa recente atividade apenas com os meios que no momento estão disponíveis.

Dornelas (2012) ressalta também os aspectos do empreendedorismo, onde se detecta uma oportunidade e em cima disso construir um negócio para capitalizar sobre ela, mesmo com todos os riscos, tendo como características a iniciativa, sem o medo de criar um novo negócio, com paixão pelo que faz, ser criativo com os recursos disponíveis, fazendo um ambiente social e econômico, tendo em mente também os riscos e os possíveis fracassos.

2.2 Perfil empreendedor

De acordo com Tranjan (2010) empreendedor se divide em sete perfis, sendo aqueles que compreendem a natureza básica dos negócios, sendo eles a probabilidade de se obter sucesso ou fracasso de uma organização, que são os seguintes: No quadro a seguir segue a ilustração para melhor compreensão.

A fim de definir o perfil empreendedor, baseado em estudos na literatura, estão definidas, abaixo, características de acordo com Tranjan (2010).

Guerreiro	O mais contemplado pela sociedade, onde o mesmo está disposto a qualquer desafio, onde não tem medo de deixar o seu legado. Para se atingir seus objetivos, não se importa em passar por cima de valores e princípios.
Jogador	A competição não é tudo, a sua meta é vencer, pois perde não faz parte de seus planos.
Curioso	Não enxerga o mercado um lugar com ameaças, e sim um lugar a dominado, ou seja, no local se encontra oportunidades e sua função como empreendedor é identificá-la.
Perito	Possui suas competências em cima do que se estudou, pesquisou e preparou-se. Visualiza o mercado como lugar que se detém de necessidades e seu dever é introduzir seus conhecimentos no mercado de trabalho.
Artista	Considera o mercado com uma tela vazia, onde nada se foi feito. Em sua visão o cliente tem que ser encantado todos os dias, sendo que o mercado se move como uma fonte de inspiração, para obter imaginação e uma maior visibilidade de oportunidades.
Solidário	Ver o mercado como um meio para prestar ajuda e serviços solidários. Onde se obtém capital fazendo o bem, se colocando ética, e integridade. Lucrando, porém sem esquecer os valores. Onde se obtém capital fazendo o bem, se colocando ética, e integridade.
Cultivador	Considera que empreender é bem mais do que lucrar, é unir indivíduos com o objetivo de um mundo melhor.

Quadro 01: Perfil empreendedor.

Fonte: Adaptado de (Tranjan, 2010).

Observa-se que o perfil dos empreendedores está fortemente ligado a capacidade de aprender com o fracasso e dar a volta por cima, forte intuição e visão para novas oportunidades, gosto de trabalhar sozinho, iniciativa, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização, perseverança, gosto de trabalhar com metas (TRANJAN, 2010).

2.3 O empreendedor por necessidade ou oportunidade

A motivação do empreendedorismo consiste pela a iniciação da necessidade ou oportunidade, no qual o empreendedor por necessidade não se tem muitas expectativas, ou seja, montam o seu negócio porque não possui alternativas de emprego, com o intuito de gerar renda, visando apenas o seu sustento e de sua família (GEM, 2016).

Segundo a GEM (2007) o ato de empreender apenas pela necessidade se apresenta como situações instáveis, onde essa parte da população de empreendimento precisa ser formada por políticas públicas de qualificação, ou o acesso de crédito e entre outros recursos.

Empreender por oportunidade, de maneira mais completa é determinado pela formação de organizações com uma maior complexidade empresarial, um amplo nível de tecnologia e superioridade em seu conhecimento de mercado por parte do empreendedor (GEM, 2009).

No que se refere ao empreendimento de oportunidade, se descreve como uma capacitação de identificar a possibilidade de um novo negócio ou até mesmo um nicho de mercado, onde procede com o negócio mesmo conhecendo a opções concorrentes de emprego e renda. No qual através desses aspectos se é possível simplificar a TEA - A taxa de empresas iniciais – (GEM, 2016).

Motivação	Taxas	Percentual da TEA	Número de Empreendedores
Oportunidade	11,2	57,4	15.022.742
Necessidade	8,3	42,4	11.113.080
Razão Oportunidade/Necessidade		1,4	

Tabela 01: Motivação dos Empreendedores Iniciais: Taxas para Oportunidade e Necessidade, Proporção sobre a TEA, Estimativas e Razão Oportunidade e Necessidade no Brasil – 2016.

Fonte: Extraído GEM (2016).

A motivação para abrir o seu próprio negócio estar entre a oportunidade e a necessidade, onde iniciar uma empresa por oportunidade possui um percentual um pouco maior que a necessidade, onde organizações são criadas a parti de uma visão diferenciada, visualizando uma grande oportunidade de crescimento, mas ainda existe as realizadas apenas pela necessidade, que podem ou não obter êxodo (GEM, 2016).

2.4 Empreendedorismo sustentável

O empreendedorismo sustentável é o efeito da adaptação da importância econômica, social e ambiental no que se refere ao empreendedorismo. No qual um empreendimento é sustentável no momento em que é ambientalmente sustentável, socialmente sustentável e economicamente sustentável, onde a inclusão deste pode diferenciar fortemente as inovações sustentáveis dos padronizados, quer dizer que, não são todas as inovações que são sustentáveis (PIMENTEL; REINALDO; OLIVEIRA 2010).

Ruggi e Oliveira (2009) relata que o empreendedorismo sustentável se especifica ao comportamento das organizações, na qual, o lucro, duração do negócio, valores ambientais e sociais, objetivando as principais vantagens competitivas em seus segmentos de negócios, ou seja, os que realizarem seus novos negócios nessa linha se caracterizam como empreendedores sustentáveis, onde identificam as oportunidades considerando a sustentabilidade.

Uma organização sustentável se classifica como aquela que gera lucro sócios, e conjuntamente preserva o meio ambiente e até mesmo melhora a qualidade de vida dos indivíduos com quem mantém relações (SAVITZ, 2007).

Os empreendedores terão um papel de grande importância no futuro do planeta, onde as pessoas envolvidas no meio empresarial estão com a responsabilidade do

desenvolvimento sustentável, ou seja, será necessário que se atente as necessidades atuais, mas sem que afete o bem-estar das futuras gerações (DEGEN, 2009).

2.5 Associativismo

De acordo com Cardoso (2014) o termo associação se refere a um sentido duplo, ou seja, é qualquer iniciativa formal ou informal, onde se reúne indivíduos ou outras sociedades jurídicas com objetivos iguais, pretendendo ultrapassar as dificuldades e também gerar benefícios para todos os associados, a mesma é uma maneira jurídica de se legalizar a sociedade de pessoas que possuem seus interesses, o associativismo visa à adoção de formas de agir em conjunto, estimulando a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento e o empoderamento das pessoas.

O associativismo é um instrumento fundamental onde uma determinada comunidade possa ser reconhecida, onde terá uma maior expressão social, política, ambiental e econômica. A comunidade se fortalece através de uma associação, onde tem uma vasta chance de se alcançar os objetivos em comum, empenhando-se pela sobrevivência e pela qualidade de vida da comunidade (GOERCK et al., 2015).

A participação do associado se objetiva em constituir e preservar uma associação, pois o intuito é exatamente em participar da riqueza e também dos benefícios alcançados pelo trabalho em grupo, onde se unem de maneira de uma sociedade, ou seja, a atividade dos associados conquistará o sucesso das metas sociais e econômicas, acarretando uma melhor qualidade de vida dos mesmos e de suas famílias e conseqüentemente desenvolvendo a comunidade e região (AVELAR; SANTOS, R.; SANTOS, S. 2016).

3 | METODOLOGIA

O presente artigo tem por objetivo analisar as influências do empreendedorismo sustentável na Associação comunitária do Sítio Mocotó, com cunho de natureza básica que de acordo com Silva (2008) se objetiva gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática. Envolvendo verdades e interesses universais.

Se caracterizando também como pesquisa descritiva e exploratória, onde Gil (1991) relata sobre pesquisa descritiva como a caracterização de uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. E a exploratória proporciona uma maior flexibilidade com o problema em vista tornar explícito ou a construção de hipóteses.

Sendo a mesma qualitativa, de acordo com Denzin; Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa envolve um estudo do uso da coleta de dados de uma variedade de materiais empíricos.

Quanto aos procedimentos é um estudo de caso que segundo Gil (2010) visa

compreender em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação, que por ventura pode-se ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que a mesma tem de mais essencial e característico.

A pesquisa foi realizada na Associação Comunitária do Sítio Mocotó, na cidade de Várzea Alegre – CE. De acordo com Barbosa (2016) a associação se fez presente na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), e em Nova York, no qual a mesma foi solicitada para mostrar os trabalhos realizados na associação, e ressaltando todo o percurso de como obtiveram todo esse sucesso.

A entrevista foi realizada com a presidente da Associação no mês de setembro por meio de um instrumento com 22 (vinte e duas) perguntas abertas e fechadas, tendo como auxílio um gravador de voz. Segundo Demo (1995) entrevista semiestruturada trata-se de uma atividade científica, permitindo ao pesquisador descobrir e confrontar a realidade.

A análise dos dados foi realizada de acordo com a transcrição da entrevista, qualitativa, buscando a compreensão e interpretação teórica, e um traslado fiel da gravação de voz. Que se iniciou com uma cópia da entrevista, sucedendo a leitura da mesma, com o intuito de se ter um melhor contato com os textos. Em segunda instancia a divisão das ideias, que se assemelhasse com a temática do estudo em questão. Onde foi finalizada com uma organização das conformidades e oposição da fala do sujeito, objetivando um delineamento das ideias e uma seleção de categorias que em princípio respondam a indagação da pesquisa.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O empreendedorismo sustentável demonstra uma potencialidade e maximização nos lucros, e também busca por oportunidades de novos negócios, porventura estão ligados ao um nicho ambiental ou social, onde propicia uma colaboração em seu ambiente ou até mesmo em sua comunidade (BORGES, 2014).

A Associação Comunitária do Sítio Mocotó, foi fundada em 30 de maio de 1989, onde as suas primeiras atividades foram realizadas com o objetivo de mudar a realidade do povo daquela comunidade. Pois o analfabetismo, mortalidade infantil, pobreza rural e êxodo rural era o que mais prevalecia. Os filhos dos moradores do sítio quando completava os seus 16 anos se dirigiam para outras capitais, principalmente para São Paulo, pois naquela localidade se não tinha trabalho, emprego, os mesmos viviam diretamente da agricultura familiar. Naquela época as condições eram bastante difíceis, uma vez que o ouro do agricultor era o algodão, e nesse mesmo período começou a ser exterminado no Nordeste, onde todas essas causas foi o que motivou a abertura da associação.

Em sua abertura houve algumas dificuldades, por motivos de morarem em sítio, o conhecimento do povo era pouco, porque a maioria eram semianalfabetos

e principalmente o trabalho em grupo era pouco. Se iniciou o projeto de alfabetizar a todos, e conseqüentemente houve mais união entre o povo, onde também reivindicaram as autoridades por melhoria de vida para a comunidade.

Na década de 80, os grupos ajudaram aquele povo, como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Ematerce (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), e outras instituições fizeram trabalho no município de Várzea Alegre com o propósito de descobrir as suas potencialidades. Como por exemplo, o pessoal que produzia o crochê, varanda, painéis de barro, esculturas, o governo pretendia investir em localidades que tinha pessoas com potenciais para realizar esses trabalhos, para melhoria de vida das famílias, para evitar o êxodo rural.

E nessa busca foi encontrado 17 (dezessete) adolescentes fazendo esse crochê debaixo de uma árvore, o Sebrae e Ematerce viram essa cena e parou, e perguntou o que os mesmos estavam fazendo, no qual responderam que estavam fazendo crochê, e porventura não estava mais usando algodão, e estavam pegando as linhas de uma outra pessoa para fazer o crochê, mas não sabiam o preço que a mesma vendia os seus produtos, então Maria Miguel de Oliveira perguntou se o governo possuía recursos para que aqueles jovens pudessem comprar sua matéria prima e produzir para eles mesmo, com isso se deu o início oficial da associação, que até então não tinha nada formalizado.

Naquela época se tinha 30 (trinta) associados, incluindo jovens e adultos e na comunidade residiam 300 pessoas no todo. Os associados iniciaram atividades de grupos de jovens, onde se trabalhava a catequização, no mesmo período começaram a fazer um levantamento histórico de todas as famílias, como, de que sobreviviam, se alimentavam, sua situação de vida, infelizmente nessa época a mortalidade infantil estava muito grande, havia muita desnutrição na comunidade.

Atualmente são 26 (vinte e seis) associados, mas alguns fatores levaram a saída de alguns integrantes, por motivo de falecimento, melhoria de vida, uns fizeram vestibular e estão cursando faculdade fora do município de Várzea Alegre, atualmente estão se formando e outros já estão formados e atuando sem sua área. Na comunidade não tem mais analfabetismo, as próprias pessoas da mesma que não fez faculdade, mas terminaram o ensino médio. E naquele sítio a quantidade de associados estar diminuindo porque as pessoas estão melhorando de vida, estudando, e trabalhando para ganhar mais dinheiro do que no artesanato. Maria Miguel ressaltou que os governantes precisam se preocupar um pouco mais nas potencialidades da comunidade, onde esses trabalhos tenham uma continuação, que o trabalho de artesão não se acabe, que aquela arte que foi aprendida quando criança não se encerre.

A associação é composta por homens e mulheres, com uma maior participação das mulheres, e no começo os produtos que era mais comercializado eram a varanda, crochê e as redes, mas com o passar do tempo ocorreu mudanças de

gosto, onde atualmente o jogo americano é um dos que mais é procurado, e outros mais vendidos são as redes solo a solo e tapetes, pelos clientes e até mesmo por outros estados do país.

Para a produção das peças a matéria prima é comprada em Santa Catarina, e os produtos possuem um tempo determinado para ser feito, como a rede artesanal leva 3(três) dias para bordar e desfiar, a fabricação é quase totalmente manual, somente 20% que é na máquina, a varanda leva no mínimo 15 (quinze) dias para ser fazer, a rede para ficar pronta passa por 6 (seis) artesã e o Sousplat (Jogo americano) fica pronto em uma manhã.

Os associados recebem por um sistema da associação, onde os terceirizados recebem por produção, ou seja, por cada peça, por exemplo, o jogo americano apenas com sua fabricação pode mensalmente um artesão faturar entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00. Já na fabricação da rede mensalmente o faturamento gira em torno de um salário mínimo, depende de cada peça e tempo de trabalho.

Na associação ainda não foi determinado um limite de produção por associado, e a média de produção de peças de peças estar entre 600 e 1.000, onde é feito 700 a 800 jogos americanos, 600 a 700 redes. Onde todas essas fabricações são realizadas por associados e terceirizados, totalizando 1.000 (um mil) pessoas trabalhando na comunidade e município.

Os trabalhos são divulgados através de feiras, rodadas de negócios, redes sociais como facebook, instagram, jornais, televisão e rádios, é utilizado de todas as maneiras, como também o marketing boca a boca. Quando uma peça é feita com um novo design é divulgada pelas redes sociais, em feiras, rodas de negócios e entre outros.

A qualidade de vida dos associados mudou totalmente, como sua maneira de viver, o seu nível de educação, escolaridade, a sua forma de querer crescer mais, de ajudar uns aos outros. Onde na associação tem associados com nível superior, cursando até mesmo pós-graduação. Todos agora têm alimentação de qualidade, açude público, casa feitas com tijolos, onde foi demolido todas as casas que eram de taipa, atualmente estão em luta para conseguir um meio de comunicação com mais facilidade.

Naquela comunidade existe oportunidade de desenvolvimento, mas ainda precisam de muito apoio, como das universidades fornecendo alguns cursos específicos para os moradores, atividades produtivas, apoio governamental, do próprio município, com o propósito de ajuda-los para o seu desenvolvimento profissional, como fazer a divulgação com mais eficácia dos seus trabalhos, como ser remunerado, incentivando a continuação da sua arte, seu artesanato.

O trabalho realizado pela associação é bastante valorizado pela população, como o Município e Estado. Onde a presidente da associação Maria Miguel de Oliveira, esteve nos Estados Unidos para expor os produtos da associação, se fez presente também na sede da ONU em Nova York pelo projeto Mulher Cidadã

Brasileira onde foi eleita para representar a associação, município, estado e país, ficando em primeiro lugar no estado do Ceará. Participando também do projeto Mulher Empreendedora no ano de 2005 e 2006, ficando em primeiro lugar no estado, terceiro lugar a nível nacional e quinto lugar a nível mundial, que a levou para o México. E também o projeto Comercio Justo onde foi feito uma peregrinação por todos os estados do Brasil, mostrando os seus produtos, como a rede, entregando CDs, em shopping, nos centros de artesanato, para que eles pudessem conhecer seus produtos e assim divulgando a marca da Associação e sua história.

A associação anseia por mais atividades para a comunidade, mesmo que ocorra as dificuldades em se trabalhar em grupo pelas suas diferenças, principalmente para os jovens, pois estão deixando o artesanato, perdendo o interesse, a comunidade se tem a necessidade de uma formação de um grupo para os jovens, em que eles possam contribuir com algo na associação.

4.1 Análise e interpretação do estudo de caso

Foi em 1989 que a Associação comunitária do Sítio Mocotó se oficializou e iniciou suas atividades, com o objetivo de melhorias naquela comunidade, pois a mesma passava por problemas, as pessoas não viviam bem, não tinha saúde, sem trabalho, sem renda. Com a associação talentos foram descobertos, e através de pequenas atividades que apenas gerava um pouco de dinheiro, passou-se a um trabalho que ganhava bem, que possibilitou a qualidade de vida, a estudos, boa moradia, saúde.

A comunidade se fortalece através de uma associação, onde tem uma vasta chance de se alcançar os objetivos em comum, empenhando-se pela sobrevivência e pela qualidade de vida da comunidade (GOERCK et al., 2015).

O atesado não era novidade, muitos faziam para uso pessoal, ainda não enxergavam como uma oportunidade, não olhavam esse trabalho como algo que gerasse renda suficiente para mudar de vida. Mas com a iniciativa da Maria Miguel que hoje é atual presidente da associação, essa visão mudou, a comunidade se reuniu, passou a notar o artesanato de uma maneira diferente, com uma visão empreendedora, identificando aquele negócio com uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Neste sentido o empreendimento por oportunidade, se descreve como uma capacitação de identificar a possibilidade de um novo negócio ou até mesmo um nicho de mercado (GEM, 2016).

Empreender tem suas dificuldades e na associação não foi diferente, o conhecimento era pouco, o nível de escolaridade era bastante baixo, e tinham que tornar aquela associação sustentável, transforma-la em algo produtivo, que gerasse melhoria para todos. Alguns órgãos deram apoio, mas o que realmente fez com que a mesma crescesse e atingisse os objetivos, foi a própria comunidade, com os trabalhos solidários, deixando de lado o individualismo, estudando cada família,

cada problema, e buscando as soluções, radicalizando mesmo a vida de cada um.

O empreendedorismo sustentável é determinado como a criação e o desenvolvimento de oportunidades onde estão diretamente unidas a alguns nichos sociais e ambientais, onde geram renda e melhoria social e ambiental (BORGES, 2014).

Os trabalhos realizados na associação começaram a surtir efeito, o município começou a visualizar aquele lugar com outros olhos, oportunidades surgiram, os produtos foram e ainda são comercializados em quase todo o Brasil. A associação cresceu, se desenvolveu, mudou a vida de todos da comunidade, os trabalhos continuam até hoje mesmo com os obstáculos, e ainda estão lutando por mais melhorias, em construção de mais atividades, sem deixar que a associação fique estagnada, mas em constante crescimento.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma organização que realize suas tarefas de maneira que a mesma se desenvolva economicamente, socialmente e ambientalmente se classifica como sustentável, onde nesse entendimento a Associação Comunitária do Sítio Mocotó foi nomeada para o atual estudo. Com o objetivo de compreender como se iniciou e o que impulsionou a abertura desse empreendimento, o que resultou após a abertura e como está se comportando atualmente, com isso colheu-se junto a associação em estudo um levantamento de dados e informações relevantes para auxiliar na concepção do presente artigo.

No que se refere o desenvolvimento de um empreendimento sustentável possui seus aspectos, não é algo tão simples e fácil de obter sucesso, onde diante desse estudo de caso, se observou alguns pontos relevantes, como o surgimento de alguns empreendimentos que são por necessidade e outros por pouca visão de negócio, não enxergam as oportunidades que o mercado oferece, na pesquisa em questão observou-se que houve uma junção dessas características citadas acima, onde conseqüentemente tardou a abertura da associação.

REFERÊNCIAS

AVELAR; SANTOS, R.; SANTOS, S. **Manual: Gestão de Associações**. Minas Gerais: SEDE, 2016.

BARBOSA, H. **Associação comunitária do Sítio Mocotó é certificada com o Selo CEART**. Diário do Nordeste, 2016. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/associacao-comunitaria-do-sitio-mocoto-e-certificada-com-o-selo-ceart-e-homenageia-cedro/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BERNARDI, L. A. **Manual de Empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BORGES, C. **Empreendedorismo sustentável**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARDOSO, Univaldo Coelho. Associação./Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lucia Nogueira Carneiro, Edna Rabêlo Quirino Rodrigues. Brasília: Sebrae, 2014.

DEGEN, R. J. **O Empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DENZI, N. K; LINCOLN, Y. S.; e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed., São Paulo, Atlas, 1995.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil – 2007**. Curitiba: IBQP, 2008.

_____. **Empreendedorismo no Brasil – 2008**. Curitiba: IBQP, 2009.

_____. **Empreendedorismo no Brasil – 2016**. Curitiba: IBQP, 2017.

_____. **Empreendedorismo no Brasil – 2017**. Curitiba: IBQP, 2017.

GOERCK, C. et al.. **Cartilha do associativismo**. 2015. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>>. Acesso em: 20 jun/2018.

PIMENTEL, T. A. B.; REINALDO, H. O. A.; OLIVEIRA, L. G. L. **Empreendedorismo sustentável**: uma análise da implementação da sustentabilidade empresarial em micro, pequenas e médias empresas industriais atendidas pelo PEIEX- no NUTEC. In: SIMPOI, 13., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: SIMPOI, 2010.

RUGGI, M. O. OLIVEIRA E. A. F. **Empreendedorismo e Sustentabilidade**: O caso da Incubadora PTI. 2009. Disponível em: <http://www.isaebrasil.com.br/download/04%20Livro_Catedra%20Empreendedorismo%20e%20Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 16 maio/2018.

SAVITZ, A. W. **A Empresa Sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SILVA, R. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico**. São José: USJ, 2008.

TRANJAN, R. A. **Empreendedorismo**: sete perfis de empreendedores, uma questão de escolha. Sebrae, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=10000>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

AS POSSIBILIDADES DO CICLOTURISMO PARA A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ – BRASIL

Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa - PR

Leandra Luciana Barbieri de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa - PR

Gabriella Rister Luchini

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa - PR

RESUMO: A atividade de ciclismo vem se desenvolvendo nos Campos Gerais de maneira espontânea com presença de grupos de praticantes dessa modalidade independente do apoio e existência de políticas públicas, da formação e atuação de profissionais envolvidos para regulamentar e operacionalizar a atividade. Porém, quando existe a intenção em atrair turistas, o planejamento é imprescindível para a correta operacionalização da atividade gerando segurança ao praticante e benefícios a comunidade. Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa de caráter interdisciplinar envolvendo a área do turismo, lazer e esporte que busca compreender a prática de ciclismo sob a ótica do turismo, tendo como objeto de pesquisa o cicloturismo em Ponta Grossa e região suas necessidades de planejamento para viabilizar a operacionalização de roteiros. Dentre

os objetivos propostos busca-se analisar as ações sociais e a cultura no momento atual para o cicloturismo, além das atuais ações políticas que sugerem sua implantação sem as reflexões de planejamento, organização, para então levar ao desenvolvimento. Metodologicamente caracteriza-se como estudo de caso com análise qualitativa realizada por meio de *Benchmarking*. Finalizando é possível afirmar que a operacionalização do cicloturismo deve ser embasada através de planejamento turístico para que se consolide gerando benefícios para a comunidade onde se desenvolve.

PALAVRAS-CHAVE: lazer, ciclismo, cicloturismo, Campos Gerais, planejamento.

THE POSSIBILITIES OF THE CYCLOTURISM FOR THE REGION OF THE CAMPOS GERAIS DO PARANÁ – BRASIL

ABSTRACT: The activity of cycling is developing spontaneously in the Campos Gerais with presence of groups of practitioners of this modality independent of the support and existence of public policies, of the training and performance of professionals involved to regulate and operationalize the activity. However, when there is an intention to attract tourists, planning is essential for the correct operation of the activity, generating safety for

the practitioner and benefits for the community. This study is characterized by being an interdisciplinary research involving the area of tourism, leisure and sports that seek to understand the practice of cycling under the optimum of tourism, having as a research object the cycling in Ponta Grossa and region it's planning needs to enable the operationalization of scripts. Among the objectives proposed is to analyze social actions and culture in the current moment for cyclotourism, in addition to the current political actions that suggest its implementation without the reflections of planning, organization, and then lead to development. Methodologically, it is characterized as a case study with qualitative analysis performed through Benchmarking. Finally, it is possible to affirm that the operation of cyclotourism should be based on tourism planning so that it can be consolidated, generating benefits for the community where it is developed.

KEYWORDS: leisure, cycling, cyclotourism, Campos Gerais, planning

1 | INTRODUÇÃO

O Lazer e a recreação são atividades que podem ser desenvolvidas em localidades turísticas para que o visitante possa usufruir também de entretenimento onde a atividade turística se desenvolve. Uma equipe multidisciplinar de profissionais contribuirá para a concretização de um serviço de melhor qualidade em qualquer área. No turismo é imprescindível que se estude multidisciplinarmente cada caso e situação para uma formação de proposta para roteiros e produtos turísticos consistentes, que possam ser viáveis, sustentáveis, duradouros e integrem o lazer e o turismo, trazendo benefícios para a comunidade onde está inserido.

2 | LAZER

Para Marcellino, (1995) “o lazer, é entendido como especificidade concreta, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo das manifestações do brinquedo, do jogo, da festa, da recreação, para além do próprio lazer”.

O lazer é caracterizado em decorrência da ligação estabelecida entre o sujeito e a experiência em si. É livremente escolhido e praticado no momento e da maneira esperada por aquele que dele aguarda satisfação e até mesmo certo desenvolvimento, tem como funções básicas o descanso, o divertimento, recreação e entretenimento e a função de crescimento pessoal.

É uma das áreas de atuação do profissional em turismo, está diretamente ligado à qualidade de vida, a educação, a cidadania e o desenvolvimento local. É definido constitucionalmente como um direito do cidadão sendo incluído nas políticas públicas que norteiam o Turismo, esporte e educação.

A teoria dos “3D” de Dumazedier atribui ao lazer sua caracterização através de atividades que promovam nas pessoas o descanso, o divertimento e o desenvolvimento

pessoal ou social.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004, p. 34).

Luiz Otavio Camargo (1986) inclui nesta classificação de Dumazedier os Lazerres Físicos, que corresponde às atividades que implicam em esforço e exercício corporal.

O ciclismo pode ser entendido como toda atividade que envolva o uso da bicicleta e está relacionado a três maneiras de utilização: transporte, esportes e lazer. O ciclismo, como forma de lazer envolve o uso da bicicleta de forma não competitiva. É onde se enquadra o cicloturismo. O prazer de desfrutar lugares e paisagens usando a bicicleta como meio de locomoção e lazer aceitando os próprios desafios de superar-se ou não, usufruindo daquele espaço. É, onde “qualquer pessoa, homem ou mulher, jovem ou idoso, com uma condição física normal e com um treinamento médio está habilitado para andar de bicicleta mais quilômetros do que previamente podia imaginar.” (MELGAR, 2011 apud MACEDO, 2011, p.16) O cicloturista busca aventura, belezas naturais e simplicidade, mas aprecia conforto e bons serviços; vive intensamente o trajeto, relaciona-se com as pessoas do caminho e dá tanta ou maior importância ao percurso quanto ao destino. (“Circuitos de Cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros”).

Em algumas cidades o sistema de bicicleta pública é uma opção de mobilidade urbana para a população e ajuda a promover o ciclismo como opção viável de transporte. Na questão de esportes, existem diversas modalidades de ciclismo, cada uma com suas características. Entre elas podemos citar: Ciclismo de Estrada, Ciclismo de Ultradistância, Ciclismo de Pista, Ciclismo de Montanha (Mountain Bike), Ciclo Cross, BMX, Ciclismo de Obstáculos (Bike Trial) e Ciclismo de Ginásios (Indoor).

Já o ciclismo como forma de lazer abrange todas as práticas que utilizam a bicicleta, mas que não apresentam caráter competitivo e que podem ser divididas entre Ciclismo de Longa Distância, Ciclismo Recreativo e Cicloturismo, de forma que o cicloturismo é reconhecido como uma das principais formas de lazer relacionado ao ciclismo.

O ciclismo/cicloturismo é uma das principais formas de lazer nos Estados Unidos (Driver, 1980) e Europa. O cicloturismo apresenta demanda crescente no Brasil e no mundo, segundo Relatório da Federação Europeia de Ciclismo de 2012 (Cycling Works - Jobs and Job Creation in the Cycling Economy/2012).

“As necessidades e as preferências do consumidor tornaram-se as diretrizes para a provisão do lazer especialmente no turismo, nos meios de comunicação de massa e entretenimento.” MARCELLINO (1995). A dimensão tradicional da oferta de

parques e espaços tangíveis de lazer, de centros culturais e esportivos, somou-se a nova dimensão dos serviços intangíveis.

3 | PLANEJAMENTO E CICLOTURISMO

As ações humanas e a globalização já proporcionaram uma evolução imensa no modo de agir e planejar ações de todas as espécies. O poder público possui ordenamento jurídico próprio o que faz com que atue a seu próprio tempo e modo, nem sempre conectado com a realidade e velocidade que o mundo atual exige. A necessidade de estruturação basilar dos programas de políticas públicas antes da implantação efetiva de algum projeto é diferencial que nos proporciona saber se alguma ação política será funcional e consistente ou não.

Petrocchi (2000, p.20) define o planejamento como:

O planejamento – a visão do futuro próximo ou distante – contribui para que tarefas sejam melhor realizadas e objetivos sejam mais facilmente atingidos, por pessoas ou organizações. Ordena as ações e dá prioridade a elas. Permite mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.

A consolidação do turismo regional, desde que planejado e organizado torna-se uma fonte de desenvolvimento econômico e social, portanto, para que isso se concretize é necessário fundamentar o turismo na sua estrutura comunitária (JAMAL & GETZ, 1995, p. 188) onde se deve focar o controle efetivo da terra e das atividades econômicas e culturais associadas ao turismo (CORIOLANO, 2006), proporcionando que as atividades do cicloturismo possibilitem integração com as áreas naturais, porém sejam estruturadas de modo que se consolide em infraestrutura e apoio, desta maneira a modalidade em estudo integra-se também aos atrativos turísticos culturais possibilitando benefícios para a localidade onde está inserido.

O estudo do turismo permite uma visão geral deste no mercado, analisando as condições de crescimento, sua inserção econômica, além de interagir com diversos outros setores. Deve ser capaz de pensar a estrutura adequada para o desenvolvimento do turismo sob os aspectos de planejamento, organização e desenvolvimento em relação à acessibilidade, infraestrutura urbana e turística e superestruturas, orientando assim, as melhores alternativas de uso dos recursos materiais, tecnológicos, financeiros e humanos.

O ciclismo, seja ele no viés esportivo, seja no viés de lazer é uma das atividades que geram congregamento social e melhoria na qualidade de vida, onde uma infraestrutura básica se faz necessária (BOARETO ET AL, 2007). Se aprofundarmos a especificidade para o Cicloturismo, aumentam as exigências de infraestrutura, abrangendo além da esfera de vias e rotas que são condições *sine-qua-non* para a sua execução, toda a necessária para oferecer orientação, alimentação e hospedagem aos turistas.

Para se alcançar uma estrutura funcional, que ofereça ao visitante o melhor produto e ao morador local a melhor possibilidade de permanência e renda com sensação de pertencimento e apropriação do seu espaço, minimizando a interferência que a vinda dos turistas causa, (Ministério do Turismo, 2007) é necessário que toda essa atividade seja organizada de forma minuciosa e dentro das mais apuradas técnicas de planejamento.

Uma das formas mais eficientes de desenvolvimento da infraestrutura para o cicloturismo a que se apropria da fórmula dos portões de entrada de grandes terminais de transporte, considerando as cidades-destinos como “hubs” de ciclismo. Esta base orienta os investimentos relacionados à infraestrutura tanto cicloviária como turística e abrangendo as rotas para bicicleta que interligam um hub de ciclismo a outro para a realização do cicloturismo propriamente dito (SALDANHA et al., 2015).



Figura 1: Elementos de um hub de ciclismo.

Fonte: Adaptado de NTA, 2007.

Um produto existente que serve de exemplo para ações similares que podem vir a ser implantadas em nossa Região, desde que respeitadas às características individuais da localidade a ser implantada, é o Circuito Vale Europeu, em Santa Catarina, que entre outros produtos oferece Cicloturismo.

Metodologicamente este estudo buscou a análise comparativa por meio do *Benchmarking*, o método que compara o desempenho de algum processo, prática de gestão ou produto da organização, com um que esteja sendo executado de maneira mais eficaz e eficiente, adaptando a realidade e implementando melhorias significativas (FPNQ, 2005), no estudo de caso do cicloturismo em Ponta Grossa e entorno.

O caso que serve de base para nossa comparação se iniciou com o Projeto Acolhida na Colônia, que foi criado no Brasil em 1998 através de uma associação de agricultores integrada à Rede Accueil Paysan (atuante na França desde 1987), que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo

ecológico, onde os agricultores familiares do Estado de Santa Catarina abrem as casas para o convívio no seu dia-a-dia. O objetivo é compartilhar o saber fazer, as histórias e cultura, as paisagens. Oferecem hospedagens simples e acolhedoras com direito a conversas na beira do fogão a lenha, a tradicional fartura das mesas e passeios pelo campo. Praticam e promovem integração e troca cultural entre famílias e o visitante, gerando renda e pertencimento aos que residem e momentos de encantamento e lazer aos que visitam.

Em 1999, o cicloturismo foi introduzido no projeto complementarmente, absorvendo uma demanda existente e aproveitando a viabilidade do produto turístico, pois a infraestrutura já estava consolidada. O Circuito Cicloturismo Vale Europeu em SC permite que o turista permaneça na região por até sete (7) dias contribuindo para o fortalecimento da economia local. Em quatro (4) anos saiu de seu estágio embrionário e foi reconhecido no cenário turístico nacional. O Circuito é uma experiência positiva de gestão compartilhada público-privada, onde a vontade de fazer acontecer não sobrepujou a necessidade de planejamento e estudos de viabilidade. Neste exemplo foi valorizado o que há de mais importante para o local que é a própria comunidade receptora, que teve suas características e anseios respeitados. Possui 300 km de extensão passando por nove municípios. A dificuldade em realizá-lo é moderada e todo seu percurso é autoguiado, mesmo assim o visitante recebe um guia contendo mapas, planilhas de orientação e outras informações necessárias para a viagem.

Outro exemplo é o Circuito Estrada Real localizado entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Um dos maiores e mais antigos circuitos do Brasil, que compreende 1.600 quilômetros de extensão divididos em quatro rotas: Caminho Novo, Caminho Velho, Caminho dos Diamantes e Caminho do Sabarabuçu. Trata-se de um roteiro que integrou o período colonial brasileiro e por isso reúne um expressivo patrimônio histórico, que atrai turistas com diversos objetivos, sendo um deles a prática do cicloturismo.

A dificuldade em realizar o circuito em uma bicicleta ou até mesmo caminhando é alta, porém todos os quatro roteiros são autoguiados e sinalizados com totens que possuem coordenadas geográficas e informações históricas do local. O estudo do roteiro de Minas Gerais reforça a necessidade de implementação através de planejamento turístico, uma vez que, a identificação de placas interpretativas permite ao turista valorizar a paisagem e cultura local, auxiliando também para que a comunidade reconheça seu patrimônio e sua utilização através das atividades turísticas.

Ambos os modelos são fonte de inspiração de que o cicloturismo pode ser implantado na Região dos Campos Gerais, desde que respeitadas as particularidades deste espaço.

O Ministério das Cidades e o Ministério do Turismo propõem e estimulam as cidades brasileiras a criarem seus Circuitos de Cicloturismo através de uma proposta de roteiro a ser seguido por turistas que usam a bicicleta como meio de locomoção,

no qual são instaladas algumas infraestruturas de apoio. Seja por um ou mais municípios, é necessária a elaboração de um Projeto contendo todos os detalhes técnicos, econômicos, cronológicos, políticos e publicitários para a implantação e gestão do circuito.

“No Brasil, ainda é comum uma visão dissociada do planejamento cicloviário e do turismo, mesmo em cidades com relevância no turismo e com grande investimento em infraestrutura cicloviária” segundo SALDANHA, 2017.

Considerando as análises dos modelos de cicloturismo no Brasil, tem-se que a implementação destes roteiros deve estar pautada em bases sólidas que vinculem a cultura local, a participação da comunidade e profissionais de diversas áreas para estruturar as ações do turismo. Sendo assim, o desenvolvimento do cicloturismo na região dos Campos Gerais do Paraná é iminente, já esta se desenvolvendo naturalmente através dos grupos participantes dessa modalidade e que acabam por trazer visitantes para a região estudo.

4 | CICLOTURISMO NOS CAMPOS GERAIS

Em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais, há uma movimentação em torno do ciclismo e a prática do cicloturismo começa a se delinear. De forma desbravadora, passou a contar com uma operadora que oferece cicloturismo formalmente, usando as características próprias da região, que conta com a Geodiversidade de quem faz parte da Escarpa Devoniana, suas paisagens e belezas naturais que se compõem em um atrativo por si só, como atrativo. A oferta, porém se restringe a passeios de períodos curtos, sem pernoite, de forma que se percebe subutilizado principalmente pela precariedade das vias e falta de sinalização, ocasionado pela falta de planejamento estratégico e de engajamento por parte do poder público. Para que a modalidade se desenvolva de modo sustentável e permita agregar benefícios à comunidade local o projeto precisa prever o Estudo de viabilidade, a Gestão do circuito, a Equipe de trabalho, o Território do circuito, a Elaboração técnica do traçado, as Estruturas públicas e particulares de apoio ao circuito, a Elaboração do Guia para o cicloturista, os Recursos financeiros, a Divulgação do circuito, o Cronograma de implantação e gestão do circuito e as Metas e resultados esperados com seus mecanismos de avaliação.

O ciclismo como forma simples de lazer, já é praticado na comunidade embora não haja infraestrutura específica para a prática. A vocação natural para a implantação do turismo sobre duas rodas pende com a existência de planejamento multidisciplinar e a implantação de projetos basilares de infraestrutura que ofereçam à sociedade a amplitude de atividades de lazer a que tem direito.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região dos Campos Gerais possui potencial para o desenvolvimento turístico. Apresenta um cenário impar composto de paisagens naturais atrativas, rica geológica e visualmente além da ampla diversidade cultural que pode ser encontrada na região. Aos poucos vêm despertando para as atividades relacionadas ao turismo, e dentre as modalidades que estão despontando, a utilização das rotas já praticadas pelos ciclistas locais permitem a viabilização de roteiros para cicloturistas em diversos níveis de dificuldade. Entende-se que estes fatores naturais e culturais podem proporcionar o desenvolvimento da modalidade em estudo, permitindo que o cicloturismo se desenvolva na região desde que estruturado através de planejamento, utilização de infraestrutura adequada que possibilitará uma maior atratividade para turistas e visitantes locais, servindo para uma complementação da oferta turística local e o uso desta modalidade poderá contribuir para a formação de uma imagem positiva para a região dos Campos Gerais.

REFERENCIAS

BOARETO, Renato. et al. **Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades**. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

BOGAN, Christopher E. **Benchmarking, aplicações práticas e melhoria continua**. Rio de Janeiro: Makron Books Brasil, 1997. 422 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regionalização**. – Brasília, 2007. 67 p.: il.

BRASIL, Lei Nº 9.933, de 20 de Dezembro 1999. Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9933.htm em 06/05/2017.

CAMARGO, Luiz Octávio de L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DRIVER, B.L. **Elements of Outdoor Recreation Planning**. Michigan. The University of Michigan Press, 1980.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo, Contexto, 2002.

FPNQ, Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade: **Benchmarking – Relatório do Comitê Temático**. Qualitymark. São Paulo, 2005.

GOMES, Cristianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

JAMAL, T. B. e GETZ, D. **Collaboration theory and community tourism planning**. *Annals of*

Tourism Research, Volume 22, Número 1, pp. 186-204, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ROLDAN, Thierry Roland Roldan. **Cicloturismo: planejamento e treinamento**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SALDANHA, Luiz Emerson da Cruz **Políticas cicloinclusivas e cicloturismo: o caso do Rio de Janeiro/RJ** / Luiz Emerson da Cruz Saldanha. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2017.

VIEIRA, W. **Cicloturismo**. Revista Turismo. Abr./03. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/> Em 05/05/2017.

141125 Cycling Works - **Jobs and Job Creation in the Cycling Economy**_ECFdocument.pdf <http://www.tmlleuven.be/project/jobcreationcycling> Em 02/05/2017.

Paraná Projetos Web Site - Parque Estadual de Vila Velha in: <http://www.paranaprojetos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Em 05/05/2017.

Ministério do Turismo – Marcos Conceituais in: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf Em 05/05/2017.

IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERADORA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTROLE SOCIAL

Igor Eduardo dos Santos Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Brumado – BA

RESUMO: Os recentes desastres socioambientais que impactaram a sociedade brasileira, ocorridos nas cidades de Mariana/MG e Brumadinho/MG, espelham uma política de leniência do Estado brasileiro para com o setor minerário, face a presença de interesses econômicos ditos hegemônicos. Tais interesses, entretanto, em grande medida se contrapõem aos interesses das comunidades locais, ditos contra hegemônicos, e ao dever geral de proteção ao meio ambiente. Apesar da gravidade da questão, pouco tem sido produzido no campo legislativo para fazer frente ao problema. O presente trabalho busca analisar, de modo crítico, a possibilidade de criação de mecanismos de controle social da atividade mineradora no Brasil, de modo a garantir o desenvolvimento regional sem prejuízo dos interesses da comunidade e do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração; controle social; comunidades; meio ambiente; desenvolvimento.

IMPACTS OF THE MINING ACTIVITY IN REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS

OF THE NECESSITY OF SOCIAL CONTROL

ABSTRACT: Recent socioenvironmental disasters that have impacted the Brazilian society, occurring in the cities of Mariana/MG and Brumadinho/MG, reflect a leniency policy of the Brazilian State towards the mining sector, given the presence of hegemonic economic interests. Such interests, however, to a great extent counterbalance the interests of local communities, so-called counter-hegemonic ones, and the general duty to protect the environment. Despite the seriousness of the issue, little has been produced in the legislative field to deal with the problem. The present work seeks to analyze, in a critical way, the possibility of creating mechanisms of social control of the mining activity in Brazil, in order to guarantee the regional development without prejudice to the interests of the community and the environment.

KEYWORDS: Mining; social control; communities; environment; development.

1 | INTRODUÇÃO

O desastre ambiental que, em novembro de 2015, atingiu a cidade brasileira de Mariana/MG e seu entorno, resultante do rompimento da barragem responsável por conter os detritos da atividade mineradora, resultou em um total

de 19 (dezenove) vítimas fatais e despertou, à época, inúmeras discussões sobre a necessidade de se reforçar os mecanismos de controle, de modo a impedir a recorrência de fatos dessa natureza.

Todavia, decorridos mais de três anos sem que quaisquer medidas mais efetivas fossem adotadas, um segundo desastre, de proporções ainda mais amplas, atingiu a cidade de Brumadinho/MG, em janeiro de 2019. Neste segundo evento, cujos impactos ainda estão sendo mensurados, o número de mortes confirmadas já é superior à cifra de 230 (duzentas e trinta) pessoas.

Tais episódios – catastróficos – têm levantado a discussão acerca do controle prévio dos riscos provenientes da mineração de grande porte e do sistema de responsabilização ulterior em caso de danos ao meio ambiente e à coletividade.

A legislação mineral vigente no Brasil – o Código de Mineração – foi elaborada na década de 1960, em pleno regime de exceção, e se revela incipiente na proteção da sociedade face o complexo sistema de interesses econômicos presente no trato da questão.

Em que pese a disciplina dada pela Constituição Federal de 1988 à exploração de recursos minerais, pouca coisa mudou no regime normativo atinente à matéria.

Destarte, desde o início da década de 2010, discute-se a criação de um novo marco legislativo para o setor minerário no Brasil, mormente com base nos Projeto de Lei nº 37/2011 e 5.807/2013. Tais projetos surgem, à época, como resposta a um contexto de forte demanda internacional por *commodities*, impulsionado, sobretudo, pelo crescimento chinês no pós-ano 2000. Não se olvidando a retração posterior no cenário internacional, é forçoso reconhecer a presença dos interesses hegemônicos nos bastidores do Estado face a mineração no Brasil.

O discurso estabelecido em torno da expansão minerária é construído com base na ideia de progresso e desenvolvimento. É verdade, entretanto, que não há repartição equitativa de vantagens econômicas, as quais não atingem em plena medida a coletividade, embora haja repartição dos riscos e de seus impactos.

Ora, tendo em vista os impactos sociais e ambientais decorrentes da exploração de minérios, e considerando o paradigma democrático da cidadania, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (art. 1º, II), se impõe pensar em modelos de participação da comunidade no exercício do controle externo da atividade mineradora, inclusive com poder de veto ao desenvolvimento de tais atividades, quando o interesse público assim o exigir.

O problema precípua consiste em analisar em que medida o implemento de um controle social da atividade mineradora no Brasil pode contribuir para garantir o desenvolvimento regional sem prejuízo dos interesses da comunidade e do meio ambiente.

Trabalha-se com a hipótese de que a adoção de instrumentos de controle social pode garantir uma maior participação popular na elaboração de políticas públicas para o setor minerário e efetivar o exercício da cidadania pelas comunidades, na

defesa de suas tradições e do meio ambiente.

2 | BREVE HISTÓRICO

A discussão acerca dos impactos da atividade mineradora no âmbito do desenvolvimento regional e das comunidades se insere, juntamente com as demais questões que envolvem interesses macroeconômicos, no plano do uso da terra e nas tensões dialéticas que permeiam tal uso desde a história colonial brasileira.

O direito à posse e à propriedade sobre a terra se constitui, historicamente, como causa subjacente de vários conflitos no Brasil. Em grande medida, o sistema jurídico contribuiu na produção de tais conflitos, ao tratar o direito à terra como direito absoluto e desvinculado de exigências sociais.

Já a Constituição de 1824 proclamava o direito absoluto sobre a propriedade, sendo tal direito regulamentado pela Lei nº 601/1850 – Lei de Terras e recepcionado pelo Código Civil de 1916. Embora o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) apresente a ideia da função social da propriedade sobre a terra, apenas com o advento da Constituição Federal de 1988, tal ideia será dotada de eficácia jurídica.

Ora, a elaboração de um Código Mineral em pleno regime de exceção, na década de 1960, não pode ser compreendida fora da lógica desenvolvimentista, típica do período, que buscou promover ações do interesse do grande capital econômico em detrimento de uma perspectiva de desenvolvimento regional, sustentável e integrada ao modo de vida das comunidades.

3 | DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO

Geralmente, a questão da exploração mineral é justificada socialmente sob a ótica do desenvolvimento, de modo que as objeções que, não raro, são levantadas acerca dos impactos na vida das comunidades locais, são enxergados como entraves ao desenvolvimento. Tal ideia está ancorada, todavia, numa percepção anacrônica do desenvolvimento.

Tradicionalmente, desenvolvimento é compreendido como “um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 15). Tal conceito clássico é problemático porque a experiência prática demonstrou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda nem sempre se convertem em melhoria das condições de vida da população.

O problema do desenvolvimento humano levou à discussão sobre a existência de um direito ao desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas, que já havia declarado a existência do direito ao desenvolvimento, por intermédio da sua Comissão de Direitos Humanos, na Resolução 4, XXXIII, de 1979, consolidou o tema por meio da sua Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986. Em seu art. 1º, a

Declaração reconhece o direito ao desenvolvimento como um direito inalienável.

A doutrina moderna aponta a existência de três aspectos essenciais no conteúdo do direito ao desenvolvimento: 1) a importância da participação; 2) as necessidades básicas de justiça social; e 3) a adoção tanto de programas e políticas nacionais quanto de cooperação internacional (PIOVESAN, 2002).

Destaca-se no trato da questão do desenvolvimento as lições do economista indiano Amartya Sen, o qual, em conjunto com Mahbub ul Haq, criou o famoso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em contraponto à análise isolada do Produto Interno Bruto (PIB). (FERREIRA, 2015, p. 47).

O IDH leva em conta, no cálculo do desenvolvimento humano, além da renda *per capita*, outros índices como a escolaridade e longevidade da população.

4 | HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

As análises tradicionais que contrapõem a necessidade de desenvolvimento com os riscos da atividade minerária, não costumam levar em conta os impactos sobre o desenvolvimento humano, mas, apenas a produção de riquezas como um aspecto isolado.

Esta lógica, que observa o desenvolvimento apenas a partir das cifras econômicas, sem considerar o custo humano, deve ser compreendida, como aponta Boaventura de Sousa Santos, sob a perspectiva do que o autor chama de “Campo Hegemônico”:

É o campo dos negócios, dos interesses econômicos, que reclama por um sistema judiciário eficiente, rápido, que permita a previsibilidade dos negócios, dê segurança jurídica e garanta a salvaguarda dos direitos de propriedade. (SANTOS, 2011, p. 34).

Para este campo importa muito pouco o custo humano da mineração, que tende a ser diluído no cálculo dos rendimentos.

E é o campo hegemônico dita a agenda da atividade minerária no Brasil, quer seja ao estabelecer o modo de uso e controle do solo e das jazidas minerais, sem que haja uma participação ativa e efetiva da comunidade em tal processo decisório, seja ao contar com o beneplácito do Poder Público para escusar-se à responsabilização integral pelos danos e impactos causados pela atividade.

Passando ao largo dos interesses econômicos, reside um outro Campo, o qual Boaventura chama de “Campo Contra-hegemônico”:

É o campo dos cidadãos que tomaram consciência de que os processos de mudança constitucional lhe deram direitos significativos e que, por isso, veem no direito e nos tribunais um instrumento importante para fazer reivindicar os seus direitos e as suas justas aspirações a serem incluídas no contrato social. (SANTOS, 2011, p. 35).

Neste Campo Contra hegemônico se inserem as comunidades que vêm se

organizando face o avanço progressivo da fronteira minerária, para fazer valer os seus direitos de cidadania e reclamar maior participação no processo de discussão e decisão acerca do implemento da atividade mineradora.

O Poder Público, entretanto, permanece largamente influenciado pelas pautas do “campo hegemônico”, com o qual, historicamente, mantém relações íntimas, e pouco, ou nada, atento às demandas do campo adverso.

Nesta ótica, portanto, o longo lapso temporal decorrido, sem que o Poder Público reveja a sua legislação minerária, buscando adequá-la às exigências da contemporaneidade, não deve ser visto como casual. Tal lapso se insere no contexto daquilo que Boaventura chama de “morosidade ativa”:

As situações de morosidade ativa são situações de processo “na gaveta”, de intencional não decisão em que, em decorrência do conflito de interesses em que estão envolvidos e os responsáveis por encaminhar uma decisão utilizem todos os tipos de escusas protelatórias possíveis. (SANTOS, 2011, p. 47).

A morosidade, no caso, é ativa porque o Estado entra em verdadeiro estado de inação, quer ao não revisar sua política mineral, quer ao não punir adequadamente os agentes que, na prática de tais atividades geram danos à coletividade, porque o próprio Estado está adstrito à lógica do “Campo Hegemônico” e tem sua pauta ditada por tais interesses.

5 | A NECESSIDADE DE CONTROLE SOCIAL

O Código de Mineração, de 1967, se revela defasado face às exigências socioambientais modernas no que tange à exploração minerária. De um lado, a Constituição Federal de 1988 trouxe novas disposições acerca da atividade; de outro giro, a Carta Magna inaugurou um novo paradigma na seara da proteção dos interesses sociais e do meio ambiente.

A Constituição traz ínsita a preocupação com a busca por um desenvolvimento econômico e social que promova a redução das desigualdades regionais. Tal preocupação consta dos objetivos da República Federativa do Brasil, constantes do art. 3º, da Constituição, especialmente em seus incisos II e III, mas é, ainda, uma proposição que permeia todo o corpo da carta constitucional.

Por seu turno, o art. 225, CF/88 estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por tratar-se de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às futuras gerações.

Neste ponto, forçoso reconhecer que a exploração mineral, como qualquer outra atividade econômica, deve compatibilizar-se com o dever geral de proteção ao meio ambiente, não havendo que se pensar que uma busca desenfreada pelo lucro, ainda que capaz de impulsionar a balança comercial do País, possa escusar-se a tão grave dever social.

Assim, se discute a elaboração de um novo código para tratar da questão mineral no Brasil. Tal discussão, entretanto, ignora solenemente os anseios de participação popular, sendo tratada apenas no âmbito das discussões parlamentares e dos gabinetes ligados a interesses patrimoniais do setor mineral.

Dentre as principais propostas que constam do Projeto de Lei está o aumento dos royalties da mineração de 2% para 4%, mantendo a atual divisão dos recursos da exploração entre União, Estados e Municípios produtores e a criação de um Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Nacional de Mineração. Tais propostas são representativas, apenas, dos interesses do “Campo Hegemônico”.

Existem registros, inclusive, de que o PL teria sido elaborado ou alterado em computadores de um escritório de advocacia que representa grande mineradoras.

Em 2013, diversas organizações da sociedade civil e representantes de comunidades atingidas pela mineração, sobretudo dos estados de Minas Gerais, Pará, Bahia, Goiás e Maranhão uniram-se para fazer marcar posição face os avanços do setor minerário, criando o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, composto por mais de 120 organizações de todo o Brasil, buscando garantir a participação das populações atingidas pela mineração nos debates sobre o novo código.

Tal Comitê pode ser situado no “Campo Contra-hegemônico” e se propõe a denunciar os impactos negativos da mineração sobre os trabalhadores, os territórios, a água e o meio ambiente como um todo. Como parte da estratégia de tensionamento da questão, o Comitê apresentou substitutivos ao PL 5.807/2013, propondo a elaboração de um código que garanta o desenvolvimento regional assegurando o direito das comunidades e o menor dano possível ao meio ambiente.

Dentre as medidas propostas pelo Comitê consta o implemento do direito de consentimento e veto dos grupos locais a atividades mineradoras. Trata-se, pois, de um mecanismo de controle social da mineração e se constitui no, talvez, mais relevante instrumento dentre aqueles propostos pelo Comitê, por tratar-se de um instrumento que, se implementando, daria efetividade à participação popular e ao exercício da cidadania na definição do modelo de desenvolvimento desejado pela própria comunidade.

A ideia de consentimento prévio e poder de veto, pelas comunidades locais, em face da atividade mineradora, encontra amparo na normativa sobre “consulta prévia”, estabelecida pela Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para as comunidades e povos tradicionais.

A consulta prévia estabelece “participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas [...] e a própria terra que ocupam ou utilizam” (OIT, 2011, p. 8).

Por óbvio, não se fala aqui, necessariamente, de povos e comunidade tradicionais (embora estes possam estar incluídos), mas das comunidades *lato senso*, aquelas

coletividades que têm o seu modo de vida e o seu cotidiano afetados pela mineração e que, geralmente em condição de vulnerabilidade, não são ouvidos sobre seus interesses e necessidades quando da instalação de tais empreendimentos.

O que se pretende é que a sociedade seja plenamente cientificada dos riscos inerentes à atividade, a par dos benefícios possíveis (especialmente na geração de emprego e renda), e possa ser protagonista de sua própria história, decidindo, inclusive com poder de veto, o modelo de desenvolvimento mais adequado à suas necessidades locais.

6 | CONCLUSÃO

Considerando a importância do setor minerário para a economia brasileira e o impacto de suas atividades no modo de vida das comunidades, é preciso pensar em soluções que compatibilizem a necessária busca pelo desenvolvimento com o direito das populações ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio e à preservação da sua identidade, práticas e fazeres.

Até o presente momento, entretanto, a pauta do setor minerário no Brasil tem sido ditada pelos interesses do “Campo hegemônico”, que impõe a sua pauta e compele o Poder Público a produzir a legislação que mais lhe interessa.

De outro lado, a sociedade experimenta, no alvorecer do século XXI, um impulso de participação popular e na busca pela construção de uma consciência cidadã que lhe permita discutir e decidir os rumos da sua vida.

O Projeto de Lei que propõe a criação de um novo código minerário é incipiente na proposição de soluções aos graves dramas sofridos pelas comunidades que convivem diariamente com os impactos da atividade mineradora.

Outrossim, o substitutivo apresentado pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração expressa o desejo de que a comunidade participe ativamente da busca por um novo paradigma de desenvolvimento integrado aos interesses da coletividade.

Dentre as medidas apontadas, se destacada a proposta de implemento do direito de consentimento e veto dos grupos locais a atividades mineradoras. Trata-se, pois, de importante medida que visa resguardar a participação prévia da sociedade na discussão sobre os riscos e impactos da instalação do setor minerário em determinada localidade e da assunção futura de eventuais responsabilidades por parte dos segmentos envolvidos.

É possível, pois, concluir que o implemento do controle social, pela comunidade, da atividade mineradora é medida que interessa a toda coletividade, e se faz necessária à garantia do desenvolvimento sustentável e à preservação dos interesses da sociedade, sobretudo para que novos desastres, como os de Mariana e Brumadinho não se repitam.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 maio. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 227**, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm. Acesso em: 16 maio. 2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FERREIRA, Paulo Vagner. **Análise de cenários econômicos**. Curitiba: Intersaberes, 2015.
- LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5. ed. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- NOVO código da mineração é escrito em computador de advogado de mineradoras. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs. Acesso em: 16 maio. 2019.
- OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília, 2011.
- PIOVESAN, Flávia. **Direito ao desenvolvimento**. Disponível em: http://dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_direito_ao_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 16 maio. 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). **Fundamentos de história do direito**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI (RH2)

Daiane Regina Valentini

Universidade Federal da Fronteira Sul
Chapecó – SC

Janete Facco

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis -SC

Manuela Gazzoni dos Passos

Universidade do Oeste de Santa Catarina
Chapecó -SC

aspectos da paisagem: natural e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Desenvolvimento regional; Rio Chapecó; Rio Irani.

LANDSCAPE AND REGIONAL DEVELOPMENT: A STUDY FROM THE HYDROGRAPHIC REGION OF THE CHAPECÓ AND IRANI RIVERS (RH2)

RESUMO: A Região Hidrográfica² (RH2) - localizada no meio oeste do Estado de Santa Catarina - é delimitada pelas bacias do Rio Chapecó e Rio Irani. Abrange 60 municípios, dos quais 44 (74%) possuem população abaixo de 10.000 habitantes: são pequenos municípios que tiveram o processo de ocupação do território (colonização) a partir do início do século XX e modificaram a paisagem natural a partir das atividades econômicas ligadas ao extrativismo, agricultura, pecuária e à agroindústria. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo caracterizar a paisagem da RH2, de forma a contribuir para o planejamento e a gestão do espaço e para o seu desenvolvimento no contexto regional. A caracterização da paisagem foi elaborada a partir da sistematização de uma base cartográfica georreferenciada, processada em software livre - QGis 2.18 - abordada sob dois

ABSTRACT: The Hydrographic Region 2 (RH2) located in the middle west of Santa Catarina-is delimited by the Chapecó and Irani river basins. It covers 60 municipalities, of which 44 (74%) have population below 10,000 inhabitants: are small municipalities that had the process of occupation of the territory (colonization) from the beginning of the TWENTIETH century and modified the natural landscape from the economic activities linked to extractivism, Agriculture, livestock and agricultural industry. Thus, this work aims to characterize the landscape of RH2, in order to contribute to the planning and management of space and its development in the regional context. The characterization of the landscape was elaborated from the systematization of a georeferenced cartographic base, processed in free software-QGis 2.18-approached under two aspects of the landscape: natural and cultural.

KEYWORDS: landscape; Regional

development; Chapecó River; Irani River.

1 | INTRODUÇÃO

Cada território possui uma identidade regional, construídos a partir das características naturais e dos processos humanos implantados no decorrer do tempo histórico. Essas características naturais e as construídas pelos homens são a essência que molda a paisagem numa bacia hidrográfica, que é determinante na influência da região onde localiza-se.

Há uma diversidade de conceitos e entendimentos da “paisagem” e em todos tem-se a noção da relação do homem com seu ambiente. Bertrand conceituou a Paisagem como “[...] o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 1971, p. 2).

“Outros conceitos são apresentados: o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2001, p. 67) e como expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo (MACEDO, 1993, p. 11).

AB’Saber, (2003, p. 9) afirma que a paisagem é uma “herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” e que essas heranças são remodeladas e modificadas por processos de atuação recentes.

Monteiro (1978) contribui no conceito de paisagem, propondo mudanças para considerar a conjuntura da organização funcional, abrindo probabilidades para análise temporal-evolutiva, deixando os geossistemas originais para geossistemas provenientes das ações antrópicas.

Cada território possui especificidades atuais em suas paisagens o que leva a observar o passado histórico de tal espaço, para assim procurar entender as formas que se apresentam atualmente, como consequências e marcas desse passado: “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada rua, à internacional” (SOUZA, p. 81, 2011). Percebe-se que nesse sentido, a paisagem também é modificada a partir das atividades econômicas desenvolvidas na bacia hidrográfica objetivando o desenvolvimento regional.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo caracterizar paisagem da Região Hidrográfica 2 (RH2) de forma a contribuir para o desenvolvimento da região Oeste Catarinense.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

Esta pesquisa foi realizada na Região Hidrográfica 2 do Estado de Santa Catarina, localizada no oeste catarinense. A Figura 1 apresenta a RH2, formada pelas Bacias Hidrográficas dos Rios Chapecó e Irani (Rios principais). A região hidrográfica é um recorte territorial estabelecido pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Lei Estadual nº 10.949 de novembro de 1998, “que congrega de duas a três bacias hidrográficas contíguas e afins cujos limites são os mesmos divisores de águas das bacias que os compõe” (SANTA CATARINA, 1998).

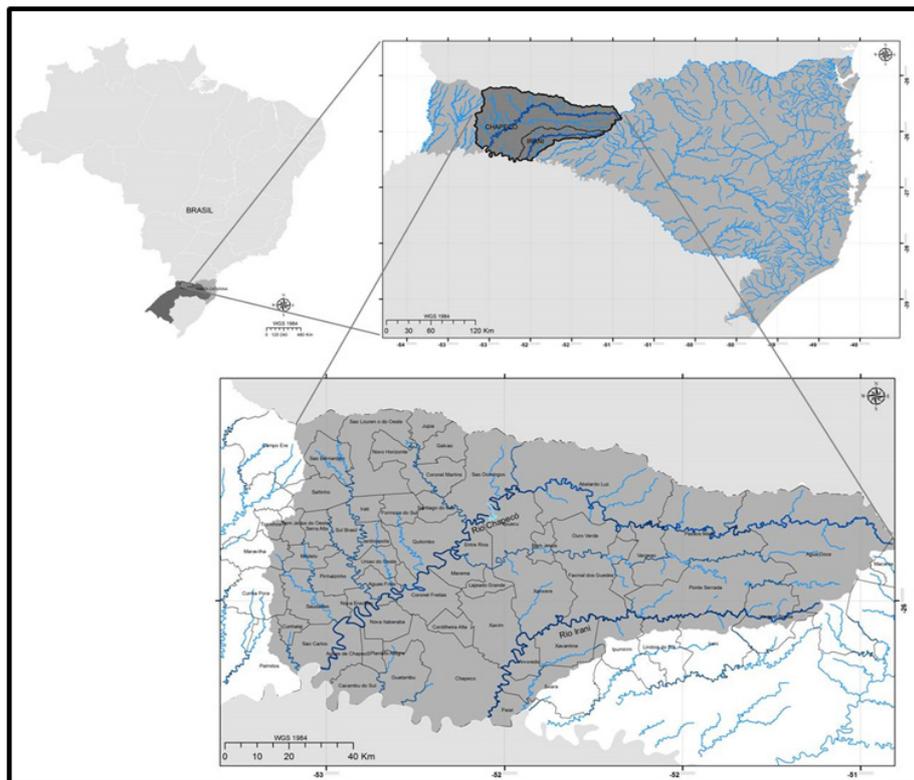


Figura 1: Localização da área de estudo na Bacia do Rio Uruguai; Oeste Catarinense; 60 municípios que conformam a RH2, com destaques para os principais rios da RH2 - Rio Chapecó e Rio Irani. **Elaboração:** VALENTINI, D. R. (2017). **Fonte:** Base cartográfica fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2013) e IBGE (2010).

Com uma área de extensão de aproximadamente 11.122 km², abrangência de 60 municípios e uma população de aproximadamente 700.000 habitantes (IBGE, 2015; SANTA CATARINA, 2017). Chapecó é o município mais populoso da RH2, com 205.000 habitantes (IBGE, 2015), também considerado polo do Oeste Catarinense.

Cabe evidenciar que as regiões hidrográficas são amplamente tomadas como unidade de planejamento, por possuírem estruturas ambientais que influenciam toda uma região: “apresentam-se como unidades fundamentais para o planejamento do uso e conservação ambiental, principalmente no que diz respeito aos recursos

hídricos, e mostram-se extremamente vulneráveis às atividades antrópicas” (FACCO, p. 1, 2011).

2.2 Método

Esse trabalho, de caráter descritivo e qualitativo, foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental. O embasamento para a caracterização da paisagem da área de estudo foi estruturada conforme o diagrama da Figura 2.

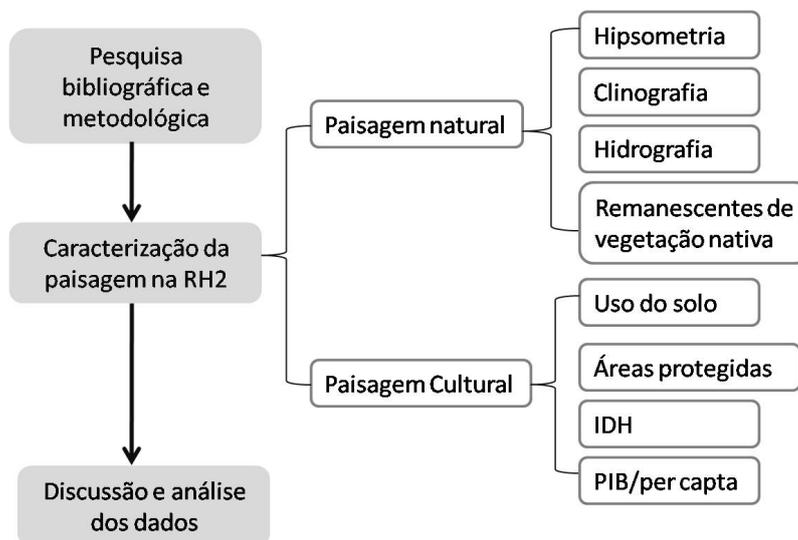


Figura 2 - Diagrama metodológico. Fonte: elaboração das autoras, 2017.

A análise da paisagem foi abordada sob dois aspectos: paisagem natural e paisagem cultural.

As informações relativas à hipsometria e clinografia foram geradas a partir do raster Modelo Digital de Elevação, gerado a partir de imagem SRTM - EMBRAPA, escala 1:250.000; tais cartografias analisadas em conjunto com a hidrografia e remanescentes de vegetação nativa, fizeram parte da estrutura da paisagem natural da RH2.

A partir da análise de como o espaço manifesta a materialização da ocupação humana, a paisagem cultural foi abordada a partir da cartografia Uso do Solo (EPAGRI/ CIRAM, 2013). Os dados foram analisados em conjunto com a espacialização das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) e indicadores de desenvolvimento municipal, tais como IDH e PIB per capita.

A discussão apresentada a seguir se estrutura a partir de uma abordagem geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território (METZGER, 2001).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto da ocupação do Oeste Catarinense

O oeste Catarinense teve um processo de ocupação que precedia os imigrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul, nas áreas de colonização induzida através da concessão de terras a empresas colonizadoras particulares. Esse ambiente foi modelado por diferentes grupos étnicos, como Guaranis, Kaingangos e fazendeiros, que possuíam organizações sociais distintas (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, p. 86, 2013).

Para o Oeste catarinense, “é possível descrever quatro ciclos econômicos: a pecuária, a erva-mate, a madeira e as agroindústrias” (FACCO, p.16, 2011). Dessas atividades econômicas, destaca-se a exploração das florestas pela indústria madeireira - principalmente junto aos rios (BAVARESCO, 2006)- e/ou seu corte para liberação do solo para a agricultura e pecuária (KLEIN, 1978; ROSSETO, 1995; SILVA, 2010). “A criação de suínos era típica na região desde a colonização, porém a partir da década de 1950, essa região iniciou um novo ciclo econômico, gerado pela agroindústria de carnes e derivados” (FACCO et. al., 2014). Assim, a região Oeste Catarinense tem se destacado em termos agrícolas e agroindustriais, cuja economia é estruturada por uma agricultura familiar diversificada e agroindústrias - com destaque à produção de suínos e aves (CANCELIER, p. 124, 2013).

Entre as principais variáveis consideradas para determinação das características espaciais que orientam o desenvolvimento, tanto locais quanto regionais, está a dinâmica populacional, especialmente pelas possibilidades que representa em processos endógenos de motivação de distintas formas de desenvolvimento territorial (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, p. 85, 2013). A região encontra-se fortemente ligada à dinâmica econômica nacional e internacional, o que, por sua vez, transforma este território num espaço onde as tendências globais se manifestam em nível local (CANCELIER, 2013) e regional, modificando constantemente a paisagem.

O principal suporte econômico, embasado na produção familiar rural vinculada à indústria alimentícia, tornou-se gradativamente ‘seletivo’, fazendo com que expressivos contingentes populacionais rurais migrassem para os novos espaços, especialmente urbanos, tanto locais quanto regionais e nacionais (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, p. 88, 2013).

As agroindústrias encontraram na pequena propriedade familiar um campo fértil para disseminar o programa de fomento para suinocultura, e também outros produtos como a avicultura (FACCO, p.20, 2011).

Apesar de sua ocupação datar de meados do século XX, a região Oeste Catarinense chama a atenção pelo fato de que até o fim da década de 1970, a tendência demográfica do Oeste Catarinense era expressiva, isto é, recebia

peças que migravam principalmente do Rio Grande do Sul e se estabeleceram em pequenas propriedades rurais daqui. A inversão do fluxo populacional ocorreu no início da década de 1980, quando pessoas da região Oeste de Santa Catarina migravam para outras regiões do país consideradas prósperas, como centro-oeste e norte (FACCO, p.19, 2011). Fatores estruturais, como a distância dos principais mercados consumidores, dificuldade de escoamento da produção e a estrutura fundiária excessivamente subdividida também condicionam a dinâmica econômica dos estabelecimentos.

3.2 Análise e estruturação da paisagem na RH2

A formação geomorfológica da RH2 é de planalto (unidades dissecado e campos gerais). Conforme pode ser observado no Mapa Hipsométrico da RH2 (Figura 3-A), o Rio Chapecó tem 248 Km de extensão, sua nascente está a 1.321 m de altitude, enquanto o Rio Irani, com 213 Km de extensão, possui a nascente a altitude de 1.200 metros enquanto sua foz é a 200 metros de altitude.

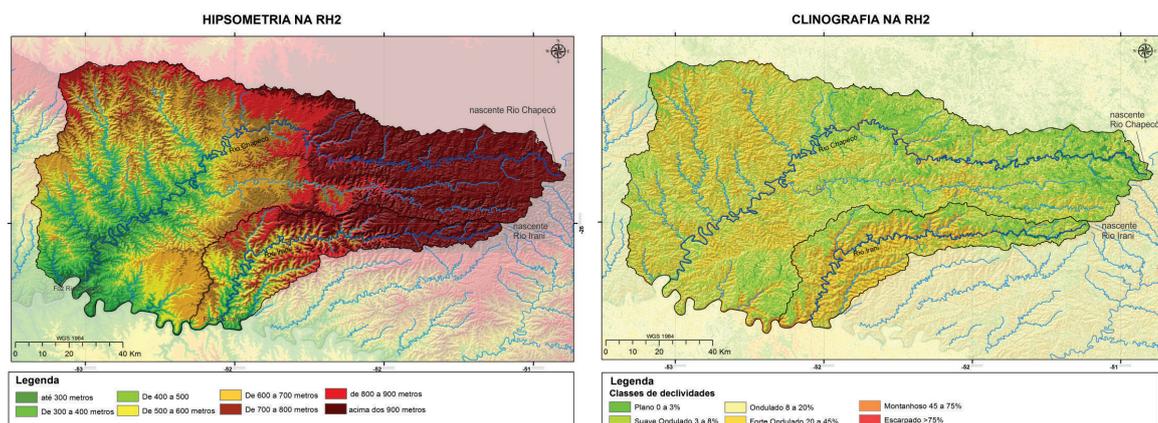


Figura 3: (A) Mapa Hipsométrico da RH2. (B) Mapa Clinográfico da RH2

Elaboração: VALENTINI, D. R. (2017). **Fonte:** imagem SRTM Embrapa. Base cartográfica fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2013) e IBGE (2010).

Observa-se no Mapa Clinográfico (Figura 3-B) que na RH2 predomina relevo com declividades entre suave ondulado (3 a 8% de declividade) a forte ondulado (de 20 a 45%). As maiores declividades encontram-se localizadas nos pequenos municípios com menores altitudes, principalmente a oeste do Rio Chapecó e junto a seus principais afluentes. Junto ao Rio Irani encontram-se as porções mais acidentadas da RH2, pequenas porções com inclinações montanhosas (de 45 a 75% de declividade), principalmente nas cotas altimétricas próximas a 600 metros ou inferior.

O diagnóstico da realidade territorial da RH2 é fundamental para o planejamento e desenvolvimento num contexto regional. Todo planejamento começa com amplo conhecimento do espaço geográfico, principalmente dos recursos naturais

locais e da forma e dimensão do assentamento humano (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, p. 220, 2008).

Os rios principais da RH2 possuem características físicas naturais de sinuosidade, encachoeirados e lóticos. Essas características apresentam potencial hidrelétrico em toda sua extensão e seus afluentes permitindo um número elevado de PCHs e CGHs nesta região hidrográfica. Este fator leva a uma alteração da paisagem criando ambientes com águas lânticas e com a formação de lagos.

Em relação à apropriação da paisagem na RH2, pode-se destacar o Mapa de uso do solo (Figura 4) e na Tabela 1. O uso predominante na paisagem da RH2 é pastagens e/ou campos naturais (39,77%), seguida de 27,29% de remanescentes de floresta nativa em estágio sucessional secundário e 26,11% de agricultura.

USO DO SOLO NA RH2	%
Agricultura	26,11%
Area de mineracao	0,01%
Corpos d'agua	0,90%
Florestas em estagio inicial (pioneiro)	0,32%
Florestas em estagio medio ou avancado e/ou primarias	27,29%
Reflorestamentos	4,58%
Area urbana	1,02%
Pastagens e campos naturais	39,77%
Solo exposto	0,01%

Tabela 1: Distribuição do Uso do Solo na RH2. **Fonte:** Elaboração das autoras a partir da base cartográfica fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2013).

Reafirmando o caráter rural da paisagem da RH2, apresenta-se que somente 1,02% são áreas urbanizadas. Um dos pontos que chama a atenção é que o percentual correspondente às áreas cobertas por reflorestamento na RH2 é mais de 4,4 vezes maior do que as áreas urbanizadas, chegando a 4,58%. Pode-se afirmar que o fenômeno do abandono das atividades rurais, bem como o decréscimo populacional dos menores municípios de base agrícola na RH2 (ALBA et al, 2015) tem contribuído para o aumento das áreas de florestas implantadas em toda a região oeste catarinense.

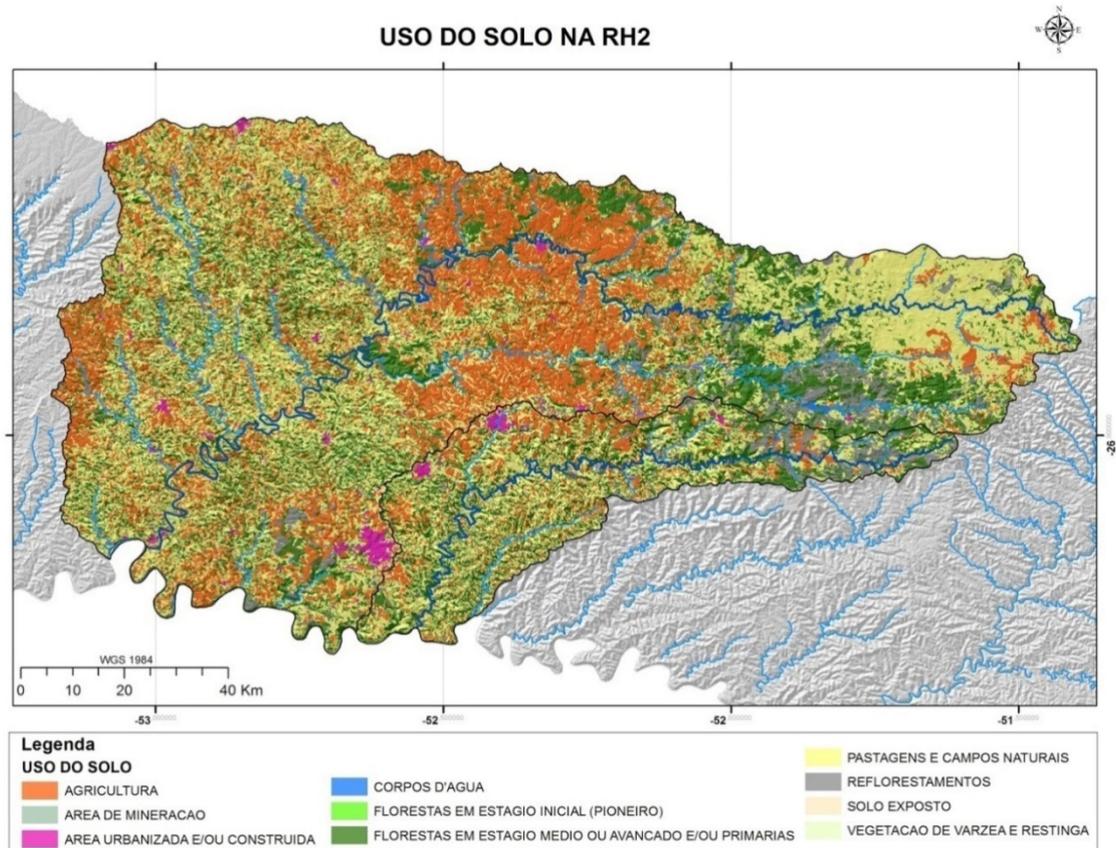


Figura 4: Mapa de uso do solo na RH2. **Elaboração:** VALENTINI, D. R. (2017).

Fonte: Base cartográfica fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2013) e IBGE (2010).

Os municípios localizados à leste da RH2 e mais próximos às nascentes dos rios principais, possuem maior área territorial, menor declividade e usos do solo predominante pastagens e campos naturais, cuja exploração econômica é relacionada à pecuária e à agricultura mecanizada. Nesses municípios também destacam-se grandes áreas de reflorestamentos destinadas à indústria da celulose, que é a base econômica do município de Vargem Bonita (5.200 habitantes), município que possui o maior PIB per capita dos municípios integrantes da RH2.

As áreas que possuem destaque para a agricultura (Abelardo Luz, São Domingos, Ipuacu, Xanxerê, entre outros) localizam-se desde a divisa com o estado do Paraná se estendendo até o divisor de águas das bacias do Rio Chapecó e Rio Irani. A produção agrícola é destaque também em pequenas manchas a oeste da RH2 (municípios de Cunha Porã e Maravilha) e nas proximidades de Chapecó. Essas áreas possuem altitudes médias e menores declividades no contexto da RH2, facilitado também pela oportunidade de maior mecanização do solo e pedologia favorável ao desenvolvimento agrícola. Segundo Valdatiet al (2017, p. 42) as áreas ocupadas por latossolos são muito usadas para cultivos agrícolas “por possuírem um bom desenvolvimento vertical, com horizontes bem desenvolvidos e boa drenagem”. Por isso, predomina uma combinação geomorfológica e pedológica de solos, com boa capacidade de retenção de água boas condições de drenagem. Nesses locais

os leitos dos rios e áreas adjacentes estão mais vulneráveis ao assoreamento e contaminação pela produção intensiva e, sem dúvida contribui para o assoreamento dos rios. Essa condição pode contribuir para a ocorrência de enchentes e enxurradas.

Nos demais municípios da RH2, principalmente os menores, predomina a agricultura familiar. Pertile (2013,p. 156) destaca que os produtores rurais do Oeste Catarinense têm necessidade exercer múltiplas funções para contornar dificuldades socioeconômicas e naturais. Essa característica é mais evidente nos municípios de menor urbanização, cujo padrão fundiário é baseado em pequenas propriedades (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, 2008). Sem dúvida, pela conformação natural do espaço que gera dificuldade de mecanização das atividades do campo, mantém-se a característica regional da produção agrícola familiar. A maioria desses produtores possuem economia de base agrícola com diversificação e rotação de culturas, com tendência a maior atrelamento à agroindústria com a produção de aves e suínos e gado leiteiro.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, como compreensão da paisagem sociocultural, destaca-se o Índice de desenvolvimento humano (IDH) e o PIB per capita. Os municípios localizados nas áreas de maior altitude e menos declivosos, que possuem atividades predominantes na pecuária a leste da RH2, são os que possuem os menores IDHs. Enquanto isso os municípios, mesmo com as maiores dificuldades de apropriação natural do território e que possuem base fundiária na agricultura familiar mantiveram índices médios. Os maiores índices do IDH são dos municípios que vem incrementando o setor industrial, com destaque para Chapecó, Cordilheira Alta (4.253 habitantes) e Pinhalzinho (18.696 habitantes), que também possuem PIB per capita médio-alto em relação aos demais municípios da RH2.

Em relação às áreas não exploradas economicamente na RH2, pode ser observado no Mapa da Figura 5 que os remanescente de vegetação nativa em estágio secundário são bastante fragmentados. Essas manchas de pequena extensão são escassas nas áreas de intensa exploração agrícola, pecuária ou nas áreas urbanizadas dos municípios mais populosos. Nas demais áreas, se localizam em áreas de declividade forte-ondulada ou montanhosa, onde as condições morfológicas conformam difícil a exploração econômica do solo. Observa-se que o padrão de fragmentação não se altera nas margens dos rios, mesmo junto aos rios principais, o que denota a fragilidade das áreas destinadas à proteção permanente e do comprometimento da conectividade dos corredores ecológicos na área de estudo.

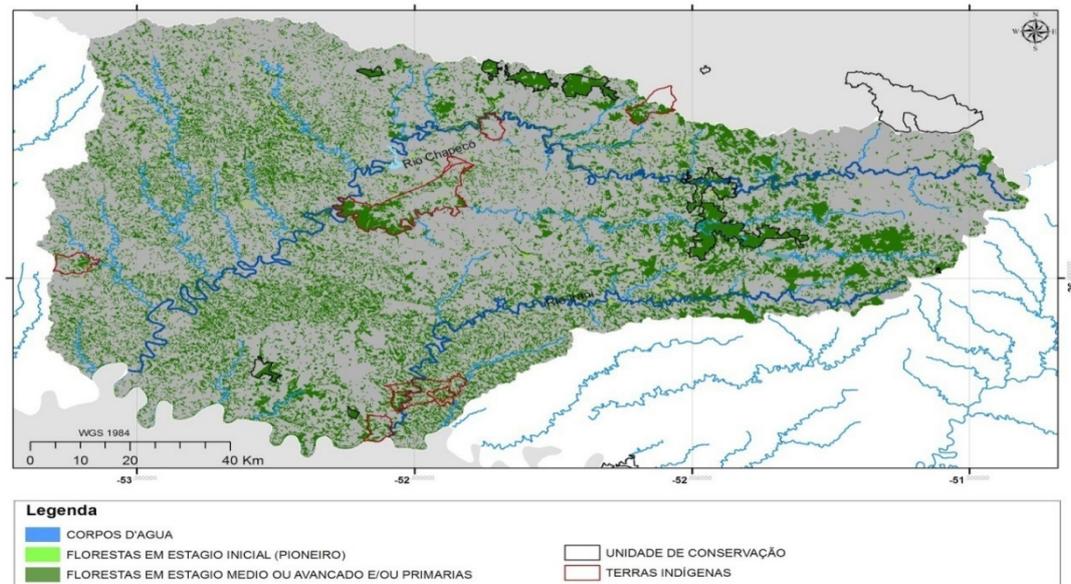


Figura 5: Mapa dos remanescentes de vegetação, Unidades de Conservação e Terras Indígenas na RH2. **Elaboração:** VALENTINI, D. R. (2017). **Fonte:** adaptado a partir da base cartográfica fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina (2013) e IBGE (2010).

As extensões das manchas de vegetação remanescentes são mais significativas nas Unidades de Conservação (destaque a leste e a norte da área de estudo), ou em outras poucas nas terras indígenas.

Das áreas vegetadas não protegidas, destacam-se as manchas de remanescentes de floresta nativa de maior extensão entre as nascentes dos Rios Chapecó e Irani, localizadas nas áreas mais altas e planas da RH2. Nessa área localizam-se também as maiores áreas de florestas implantadas ligadas à indústria da celulose e sua manutenção pode ser associada às áreas de compensação ambiental ligada à essa atividade.

Em relação aos usos da água, a RH2, por abrigar pólo agroindustrial, demanda de grandes vazões para sua produção o que leva a maior pressão sobre a qualidade da água subterrânea e superficial, constatação levantada na construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, em desenvolvimento (SANTA CATARINA, 2017). Conforme o Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó (SANTA CATARINA, 2009), além do aumento no consumo de água também tem ocorrido o comprometimento de sua qualidade, especialmente da água superficial que tem como principais fontes de contaminação o setor agropecuário, industrial e os esgotos gerados nas cidades.

Este cenário tende a aumentar devido aos aumentos mais expressivos na produção de leite ocorreram em Santa Catarina no ano de 2016 (89,77 milhões de litros), (IBGE, 2017), sendo 73% produzido no Oeste (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2017; SANTA CATARINA, 2017). Também, no ano de 2016, Santa Catarina ficou em

segundo lugar no ranking nacional no abate de frangos, com 14,9% dos abates no país. No mesmo ano, o Estado liderou o abate de suínos, com 25,4% do total nacional, (+450,87 mil cabeças), (IBGE, 2017). Tudo isso implica no aumento do consumo de água com qualidade não apenas na criação de animais, mas também no abate, ressaltando que grandes agroindústrias de transformação de carne encontram-se no Oeste Catarinense.

Muitos municípios brasileiros já convivem com a falta de água potável para consumo humano e de água para consumo animal, embora o Brasil seja um país 'abençoado' pela abundância de recursos naturais. A ocupação desordenada do solo municipal (rural e urbano), aliada ao desmatamento e à poluição hídrica, está comprometendo a qualidade e a quantidade da água (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, p. 219, 2008).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da paisagem está intimamente ligada a processos naturais culturais e é materializada através do patrimônio coletivo do território. Esses processos são remodelados e modificados por processos de atuação recentes, estruturados principalmente sob o objetivo do desenvolvimento, na RH2 principalmente o econômico.

A paisagem natural na RH2 tem sido intensamente modificada desde a colonização: através do desmatamento se obtiveram espaços livres para exploração econômica da agricultura e da pecuária. A ocupação da região, realizada de maneira não sustentável, trouxe inúmeros problemas como o alto grau de desmatamento, a erosão do solo, o assoreamento dos cursos d'água, o uso intenso e não planejado de dejetos de suínos, a utilização de agrotóxicos, a falta de tratamento de esgoto nas cidades, a disposição inadequada do lixo e efluentes industriais. Assim, a paisagem natural de mata atlântica deu lugar a pastagens e/ou campos naturais e agricultura, que juntos cobrem 65,88% do solo da RH2.

Considera-se destaque a organização formal dos remanescentes de vegetação nativa em estágio secundário. Fragmentadas, essas manchas de pequena extensão são escassas nas áreas de intensa exploração agrícola, pecuária ou nas áreas urbanizadas dos municípios mais populosos. Nas demais áreas, se localizam em áreas de declividade forte-ondulada ou montanhosa, onde as condições morfológicas conformam difícil a exploração econômica do solo. Observa-se que o padrão de fragmentação não se altera nas margens dos rios, mesmo junto aos rios principais, o que denota a fragilidade das áreas destinadas à proteção permanente e do comprometimento da conectividade dos corredores ecológicos na área de estudo.

A escala do planejamento e desenvolvimento do território deve contemplar desde as particularidades de um pequeno setor municipal até a totalidade da região. Torna-se necessária a articulação entre os municípios para a definição de políticas

públicas integradas.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **Os domínios de Natureza no Brasil**. Potencialidades Paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

ALBA, R.S; MAIA, C.M.; SANTOS, J. P.; OTSUSCHI, C.; VILLELA, A.L. **Dinâmica populacional do Oeste Catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios**. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. org. Oeste de Santa Catarina território, ambiente e paisagem. São Carlos: Pedro&João Editores; Chapecó, UFFS, 2015. páginas 41-70

BAVARESCO, P.R. **Colonização do Extremo Oeste Catarinense**: contribuições para a história campezina da América Latina. Artigo apresentado no doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006>. Acesso: 08/05/2017.

BERNARDY, R. J.; ZUANAZZI, J.; MONTEIRO, R. R. **Território, Planejamento e Gestão**: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC. - Chapecó: FIE, 2008.

BERNARDY, R. J.; ZUANAZZI, J.; MONTEIRO, R. R. **Processos de desvitalização espacial**: análise da dinâmica territorial do Oeste de Santa Catarina. In: O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos. CAMPO, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27, 1971.

CANCELIER, J. W. **A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural**. In: O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos. CAMPO, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

FACCO, J. **Os conflitos ambientais no processo de urbanização na microbacia do Lajeado São José**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Chapecó – SC, 2011.

FACCO, J; FUJITA, Camila; BERTO James L.; **Agroindustrialização e Urbanização de Chapecó-SC (1950 – 2010)**: uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais. Santa Cruz do Sul: REDES - Rev. Des. Regional, v. 19, n. 1, p. 187 - 215, jan/abr 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). **Contagem da população**. Estimativa para 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf. Acesso em 10/05/2017.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2016, produção de ovos e abate de frangos e suínos são recordes**. (2017). Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3391>. Acesso em 10/05/2017.

MACEDO, S. S. **Paisagem, Urbanização e Litoral**: do Éden à Cidade. Livre docência. São Paulo: FAU/USP, 1993.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagem?** *Biota Neotrópica*, 1-9.2001

MONTEIRO, C. A. F. **Derivações Antropogênicas dos Geossistemas Terrestres no Brasil e Alterações Climáticas**: perspectivas urbanas e agrárias ao problema de elaboração de modelos de avaliação. In: simpósio sobre comunidade vegetal como unidade biológica, turística e econômica, 1978, São Paulo. Anais... São Paulo: p. 43-76.

PERTILE, N. **Espacialidades das ações humanas: o trabalho cotidiano na agricultura familiar do Oeste Catarinense**. In: O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos. CAMPO, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Importação e queda de consumo seguram preço do leite em SC**. Publicado 24/05/2017. Disponível em <http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/importacao-e-queda-de-consumo-seguram-preco-do-leite-em-sc-158970>. Acesso 08/05/2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS. Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI. **Plano estratégico de gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó** – Florianópolis (SC). SDS/MPB engenharia. (2009).

____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS. Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI. **Comitês de Bacias Hidrográficas**. (1998). Disponível em: <http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridSantaCatarina.aspx>. Acesso 08/05/2017.

____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (1997). **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina. Diagnóstico Geral**. Florianópolis, 1997. 163 p.

____. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. **Avanços da cadeia produtiva do leite no oeste catarinense**. Por JV Ascom em 12/01/2017. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2017/01/12/avancos-da-cadeia-produtiva-do-leite-no-oeste-catarinense/>. Acesso 08/05/2017.

____. Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina – **Audiência Pública de apresentação dos dados e informações levantadas**. Chapecó-SC: Maio, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 384 p.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: **Conceito e Temas**. Organizadores Iná E. de Castro, Paulo C. da C. Gomes, Roberto Lobato Corrêa, 14^a ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011. 352 p.

TERRA INDÍGENA MARÓ E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO

Ib Sales Tapajós

Graduado em Direito e Mestre em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
Santarém/PA

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto um conflito socioambiental em curso na Gleba Nova Olinda, município de Santarém, Pará, envolvendo atores sociais com distintos modos de relacionamento ecológico com o território em disputa: indígenas, extrativistas, empresas madeireiras, administração pública e o judiciário. Nesse conflito, a dinâmica territorial dos povos indígenas *Borari* e *Arapium*, que lutam pela demarcação da Terra Indígena Maró, encontra-se em colisão frontal com os interesses econômicos de empresas madeireiras que atuam na área. Apoiadas por tais empresas, um conjunto de associações agroextrativistas da Gleba Nova Olinda propuseram ação na Justiça Federal de Santarém para anular os atos de reconhecimento do território indígena. O Judiciário, chamado para resolver o conflito, prolatou uma sentença que declarou não haver povos indígenas na área, mas sim populações tradicionais ribeirinhas. Diante desse cenário, o presente trabalho faz uma análise etnográfica sobre os discursos contidos no processo judicial

que questionou a demarcação da Terra Indígena Maró, sobretudo o discurso do juiz responsável pelo caso. Busca-se, a partir do embate travado no processo, realizar uma descrição densa do conflito socioambiental na Gleba Nova Olinda e dos seus significados socioculturais, políticos e territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: conflito socioambiental, direitos indígenas, Terra Indígena Maró.

MARÓ INDIGENOUS LAND AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICT IN THE GLEBA NOVA OLINDA: AN ETHNOGRAPHIC LOOK

ABSTRACT: The present work has as object an ongoing socioenvironmental conflict in Gleba Nova Olinda, county of Santarém, Pará, involving social actors with different modes of ecological relationship with the territory in dispute: indigenous, extractive, logging companies, public administration and the judiciary. In this conflict, the territorial dynamics of the Borari and Arapium indigenous peoples struggling for the demarcation of the Maró Indigenous Land are in direct collision with the economic interests of timber companies operating in the area. Supported by these companies, a group of agro-extractive associations of the Gleba Nova Olinda proposed action in the Federal Court of Santarém to annul the acts of recognition of the

indigenous territory. The Judiciary, called to resolve the conflict, issued a ruling declaring that there were no indigenous peoples in the area, but rather traditional riverside populations. Faced with this scenario, the present work makes an ethnographic analysis on the discourses contained in the judicial process that questioned the demarcation of the Maró Indigenous Land, especially the speech of the judge responsible for the case. It seeks, from the clash in the process, to carry out a dense description of the socio-environmental conflict in Gleba Nova Olinda and its socio-cultural, political and territorial meanings.

KEYWORDS: socio-environmental conflict, indigenous rights, Maró Indigenous Land.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo trata de um conflito socioambiental em curso no interior da Amazônia, na Gleba Nova Olinda, Santarém/Pará, envolvendo, de um lado, indígenas das etnias Borari e Arapium, e, de outro, empresas madeireiras interessadas em explorar os recursos naturais da Gleba. Os indígenas apresentaram ao Governo Federal o pleito de regularização de um território indígena: a Terra Indígena (TI) Maró, ao passo que os madeireiros buscaram a aprovação de planos de manejo, em parceria com algumas comunidades não indígenas da Gleba.

Os indígenas da TI Maró vivenciam, desde o início dos anos 2000, a intensificação de um fenômeno conhecido como emergência étnica, no qual se observa a valorização da ancestralidade indígena como mecanismo de afirmação de uma identidade étnica específica. Até então classificados como *caboclos*, os Borari e Arapium passaram a rejeitar esse rótulo genérico e lutar pelo reconhecimento do seu direito à diferença e pela efetivação dos direitos territoriais indígenas previstos na Constituição Federal de 1988.

Em 2010, foi publicado, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) o Relatório de Identificação da TI Maró. Inconformadas, as empresas madeireiras se articularam com um grupo de associações agroextrativistas da Gleba Nova Olinda, que propuseram ação na Justiça Federal de Santarém para anular os atos de reconhecimento do território indígena. Em 2014, o Judiciário, chamado para resolver o conflito, prolatou uma sentença que declarou não haver povos indígenas na área, mas sim populações tradicionais ribeirinhas. Como resultado, o Estado-Juiz anulou os atos da FUNAI relativos ao reconhecimento da TI Maró.

Diante desse cenário, o presente artigo, que é baseado em pesquisa bibliográfica e documental, busca debater o conflito socioambiental envolvendo a TI Maró, a partir da leitura do processo instaurado na Justiça Federal de Santarém. A proposta aqui encapada é realizar uma análise etnográfica dos discursos produzidos no interior do mencionado processo.

Ao interpretar o processo, buscarei realizar uma descrição densa do discurso do juiz, olhando para as estratégias discursivas por ele manejadas no julgamento da

causa. Clifford Geertz assinala que uma descrição densa se volta para os significados das ações sociais, não apenas os significados mais evidentes, mas também os ocultos, que só podem ser alcançados pela análise do contexto e das estruturas de significação (GEERTZ, 2013).

Fazer a análise etnográfica de um processo judicial pode parecer estranho, tendo em vista que a etnografia se constituiu como um tipo de escrita que busca descrever outras formas de vida, isto é, a cultura dos ditos “povos primitivos”. Não obstante, na antropologia contemporânea tem se tornado frequente tanto a descrição etnográfica da cultura da qual o etnógrafo faz parte, quanto a utilização de variadas formas de discurso como objeto de análise, a exemplo de textos escritos e documentos.

Refletindo sobre as possibilidades da Antropologia do Direito no Brasil, Roberto Kant de Lima sustenta ser possível a utilização do *método* etnográfico não apenas para analisar os “fenômenos sociais de que participa diretamente o observador como também sobre quaisquer produtos culturais de uma dada sociedade, o que inclui tanto discursos orais como escritos” (LIMA, 2007). Assim, a reflexão etnográfica sobre documentos mostra-se produtiva tanto para o saber antropológico quanto para o saber jurídico.

No caso deste artigo, proponho-me a fazer um exercício etnográfico sobre uma sentença judicial, isto é, um documento produzido por um agente estatal encarregado de aplicar as leis aos casos concretos. Isso exige, por um lado, construir um diálogo entre Direito e Antropologia, e, por outro, contextualizar o documento como produto de um campo específico, isto é, o campo judicial, definido por Bourdieu (1989) como o espaço social organizado no qual ocorre a transmutação de um conflito direto entre partes interessadas no debate juridicamente regrado entre profissionais que atuam por procuração e que têm em comum o conhecimento das regras do jogo jurídico.

Por outro lado, a interpretação de um documento (no caso, a sentença) não prescinde da análise do contexto mais amplo no qual esse documento foi produzido. É necessário, aqui, “um bordejar dialético contínuo, entre o menor detalhe nos locais menores, e a mais global das estruturas globais, de tal forma que ambos possam ser observados simultaneamente” (GEERTZ, 2013, p. 73).

Por isso, além de interpretar a sentença do caso Maró, tentarei discuti-lo à luz do contexto maior no qual o texto foi produzido, isto é: o conflito pelo uso da terra e dos recursos naturais da Gleba Nova Olinda. Trata-se, afinal, de um inequívoco conflito socioambiental, entendido como “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, 91).

Deste modo, utilizarei também alguns dos caminhos metodológicos indicados por Paul Little (2006) para as etnografias de conflitos socioambientais, quais sejam: a) identificação do foco central do conflito; b) identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos e dos seus interesses específicos; c) descrição das “cotas

de poder” de cada grupo, aí incluídas suas alianças e coalizões, bem como as táticas e estratégias utilizadas.

2 | O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA

A Terra Indígena (TI) Maró foi constituída a partir do processo de autoidentificação de três comunidades: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, situadas na margem esquerda do rio Maró (afluente do rio Arapiuns), em Santarém/PA. Os moradores dessas comunidades se reconhecem como pertencentes às etnias Borari e Arapium e vêm lutando, nas duas últimas décadas, pela regularização de seu território junto ao poder público.

As comunidades da TI Maró foram constituídas há cerca de 150 anos, como descreve Peixoto (2012, p. 180):

Os índios Borari viviam em Alter do Chão, quando viram suas terras tomadas pela “grande migração”, durante o ciclo da borracha. Decidiram, então, subir o rio para encontrar um lugar onde pudessem garantir sua sobrevivência e reprodução social. (...) Dentro da mata, os indígenas mantiveram vivos os seus rituais, mesmo que os praticando de forma velada, porque sofriam forte discriminação. Garantem que a raiz do índio está na pajelança e que a comunidade sempre praticou rituais de cura.

Apesar de ocuparem suas terras há mais de um século, o processo formal de reivindicação territorial dos Borari e Arapium teve como marco inicial o dia 31 de dezembro de 2000, quando suas lideranças encaminharam uma carta ao Ministério Público Federal solicitando a demarcação de suas terras (FUNAI, 2011).

A autoafirmação dos Borari e Arapium da TI Maró está associada a um fenômeno social mais amplo, que ocorre desde o final da década 1990 na região do Baixo Tapajós, no qual dezenas de comunidades vêm reelaborando suas identidades para reivindicar do Estado o reconhecimento de direitos territoriais indígenas. Trata-se de um processo em que povos já dados como extintos entram em cena novamente, alterando as relações entre esses grupos e as instituições do Estado (VAZ FILHO, 2010). Populações nativas do Baixo Tapajós, identificadas como “caboclas” ou “ribeirinhas” até meados da década de 1990, passaram a afirmar publicamente a identidade de povos indígenas.

Essa nova postura de “assumir-se como índio” (VAZ FILHO, 2010) é interpretada por vários autores à luz do conceito de etnogênese, isto é, um “processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45). Em obra escrita sobre os povos indígenas do Baixo Tapajós, Beltrão (2015) afirma que a etnogênese é um processo de suposto (re) aparecimento e luta por direitos de povos que durante muitos anos não puderam, por razões políticas, se identificar como indígenas.

No que tange às comunidades do Maró, o processo de etnogênese ocorreu num contexto de conflito territorial envolvendo a Gleba Nova Olinda, uma porção de terras matriculadas em nome do Estado do Pará. Entre 2002 e 2006, teve início na Gleba Nova Olinda uma acelerada ocupação de áreas por fazendeiros e madeireiros oriundos do Sul do país, que receberam do Governo do Estado porções da referida Gleba como permuta por terras que haviam perdido no sul do Pará. A entrada dos “permuteiros” desencadeou uma série de disputas pelo uso do território segundo interesses de diferentes atores.

Considerando a tipologia de conflitos socioambientais sistematizada por Paul Little, a Gleba Nova Olinda é palco de um conflito “em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.” (LITTLE, 2006), ao mesmo tempo em que revela um choque entre valores e modo de vida. A atividade madeireira é vista, pelas comunidades do Maró, como uma ameaça ao seu modo de vida tradicional. Por isso, a luta das comunidades não se resume à garantia dos territórios, mas também reivindicam a paralisação das atividades econômicas que se chocam com as dinâmicas territoriais comunitárias.

O processo administrativo de demarcação da TI Maró foi iniciado em 2004 pela FUNAI, todavia, a morosidade do órgão indigenista, associada à intensificação das atividades madeireiras, levou os indígenas a adotarem estratégias mais ousadas para proteção de suas terras. Assim é que os Borari e Arapium iniciaram a autodemarcação de suas terras, um movimento autônomo de abertura de picos na floresta para delimitação territorial. Com o apoio de organizações aliadas, os indígenas elaboraram um mapa participativo, com a representação cartográfica de si mesmos, indicando como sua uma área com cerca de 42 mil hectares (PEIXOTO, 2012).

Essa iniciativa de autodemarcação foi essencial no processo de luta territorial dos Borari e Arapium, de tal forma que pautou a demarcação oficial realizada posteriormente pelo Grupo Técnico Interdisciplinar, nomeado em 2008 pelo Presidente da FUNAI.

Todavia, paralelamente ao avanço da luta indígena, avançava também a regularização das terras das empresas madeireiras junto ao Governo do Estado, o qual expediu várias autorizações para planos de manejo florestal nas áreas em conflito. Diante desse contexto, em novembro de 2009, “os Borary-Arapiun e as comunidades tradicionais da gleba Nova Olinda fecham o rio Arapiuns durante um mês, impedindo a passagem das balsas das empresas madeireiras” (SENA, 2011, p. 89). Após vários dias de reivindicação, sem receber resposta das autoridades estatais, os manifestantes encerraram o protesto, e duas balsas carregadas de madeira foram queimadas. Esta ação gerou prejuízo milionário aos madeireiros, o que acirrou o conflito:

Madeireiros contrariados passaram a incentivar o ódio étnico-racial na população local. Alguns jornalistas da imprensa veiculam matérias alegando que os indígenas não são verdadeiros, pois, segundo eles, a etnia Borari já está extinta há duzentos anos. Essas matérias apontam os indígenas como responsáveis pelo atraso econômico da região, acusando-os de inviabilizar o uso produtivo das terras regionais (PEIXOTO, 2012, p. 190)

Cerca de um ano depois, no dia 10 de outubro de 2011 o Presidente da FUNAI fez publicar no Diário Oficial da União o Relatório de Identificação e Delimitação da TI Maró. O Relatório relatou, com base em critérios históricos e antropológicos, a ocupação tradicional e permanente da área correspondente à TI Maró pelos povos Borari e Arapium, desde, pelo menos, a década de 1950. A equipe técnica descreveu uma história marcada por frentes de expansão coloniais e políticas indigenistas que buscaram a assimilação das sociedades indígenas, o que provocou o enfraquecimento das suas práticas culturais:

Durante quatro séculos os povos indígenas do Baixo Tapajós passaram por várias frentes de expansão, relações marginalizantes e obscurecimento das identidades indígenas. Somente com a Constituição de 1988, em que se reconhece um Estado pluriétnico e se asseguram os direitos aos povos indígenas é que as populações da Cachoeira do Maró, Novo Lugar e São José III, tiveram um contexto histórico mais favorável para desvelar suas narrativas de pertencimento e dar sentido a sua história (FUNAI, 2011)

Após a publicação do Relatório pela FUNAI, o processo de demarcação foi contestado na esfera administrativa pelo Estado do Pará e, posteriormente, foi judicializado por associações agroextrativistas que representam comunidades não-indígenas vizinhas à TI Maró, resultando, no final de 2014, em uma sentença judicial que determinou a anulação de todos os atos praticados pela FUNAI.

3 | A SENTENÇA DA JUSTIÇA FEDERAL SOBRE A TERRA INDÍGENA MARÓ

O processo administrativo de demarcação da TI Maró, conduzido pela FUNAI, foi alvo de duas ações na Justiça Federal, com objetivos opostos: a) uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) de Março/2010, com o intuito de agilizar a demarcação; e b) uma ação anulatória ajuizada em Junho/2010 por sete associações comunitárias ribeirinhas da Gleba Nova Olinda, vizinhas à TI Maró, que se opõem ao reconhecimento da terra indígena. A União e a FUNAI são rés em ambas as ações.

Em relação aos sujeitos processuais, vale notar que não há nenhuma empresa madeireira atuando oficialmente no processo, embora seja público e notório o embate delas com os indígenas do Maró. Não obstante, os elementos de informação colhidos pelo MPF levaram o órgão a afirmar que, não havendo sobreposição da TI Maró com as áreas das comunidades representadas pelas sete associações agroextrativistas, ficou evidente que “as associações estão sendo manipuladas por madeireiros que na verdade vêm na causa uma forma de alcançar seus objetivos de

continuar explorando a terra e os recursos florestais nela existentes” (MPF, 2015, p. 10).

Embora as duas ações tivessem objetivos opostos, elas foram reunidas para julgamento conjunto, que ocorreu em 26 de novembro de 2014. O juiz do caso concluiu, em síntese, que “os elementos probatórios reunidos aos autos conduzem à improcedência da ação civil pública proposta pelo MPF e à procedência dos pedidos formulados pelas comunidades ribeirinhas da Gleba Nova Olinda” (BRASIL, 2014, p. 03).

3.1 Um resumo da sentença

A sentença em questão, com 106 laudas, foi assinada pelo juiz federal José Airton Aguiar Portela. Seu núcleo central consistiu em negar a legitimidade do autorreconhecimento das três comunidades da Terra Indígena (TI) Maró como indígenas. Na ótica do magistrado, “as comunidades abrangidas pela Gleba nova Olinda são formadas por populações tradicionais ribeirinhas, resultantes de longo período de miscigenação étnica e entrelaçamento cultural” (BRASIL, 2014, p. 104).

Do ponto de vista da estratégia discursiva, é importante mencionar que o juiz Airton Portela se reportou a duas fontes poderosas de autoridade no campo jurídico: a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal. Da Constituição, o magistrado transcreveu o artigo 231, caput e parágrafos 1º e 2º, extraindo dele três requisitos para o reconhecimento de terras indígenas: a tradicionalidade, a permanência e a originariedade da ocupação da terra.

Para reforçar esses apontamentos, Airton Portela fez alusão à decisão do Supremo Tribunal Federal no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Petição 3388), nos quais foram destacados os elementos/requisitos da tradicionalidade, permanência e originariedade. “No presente debate verifico a ausência, não de apenas um, mas dos três elementos referidos e assim ergue-se obstáculo constitucional insuperável que inviabiliza o reconhecimento de terra tradicionalmente ocupada por indígenas” (BRASIL, 2014, p. 8).

A estrutura da sentença se formou em torno do empenho do juiz em demonstrar que os três elementos estão ausentes na TI Maró. Sobre o requisito da tradicionalidade:

O descortino da realidade histórico-social, situação onde os elementos catalogados por técnicos contratados pela FUNAI em lugar de comprovar a existência de índios no Baixo-Tapajós e Arapiuns, antes revelam tratar-se de **populações tradicionais ribeirinhas** e que em nada se distinguem das onze comunidades restantes que formam a Gleba Nova Olinda, assim, como também nada há que se divisar como elemento diferenciador das demais populações rurais amazônicas. Um ou outro elemento de cultura indígena, identificados pelo Laudo antropológico da FUNAI, ou foram introduzidos artificialmente por ação ativista-ideológica exógena, ou decorrem da própria influência indígena na cultura nacional. Isso, conseqüentemente, afasta por completo o elemento **tradicionalidade** [grifos no original] (BRASIL, 2014, P. 8).

Na lógica do magistrado, a ausência da tradicionalidade dos indígenas da TI Maró deve-se à inexistência de diferenças socioculturais em relação às demais comunidades da Gleba Nova Olinda e da Amazônia de modo geral. Deste modo, a autoafirmação das comunidades do Maró foi motivada por influência de atores externos a tais comunidades, como missionários, organizações ambientalistas e antropólogos, que manipularam seus moradores a se proclamarem indígenas. Tais agentes externos teriam interesse na demarcação da TI Maró como mecanismo de conservação ambiental da área.

Quanto ao requisito da originaridade, estaria ausente porque “o laudo antropológico não forneceu qualquer evidência de que os pretendentes à condição de indígenas sejam descendentes das extintas etnias arapium e borari” (BRASIL, 2014, p. 9). Segundo o magistrado, os estudos técnicos publicados pela FUNAI não teriam demonstrado a ancestralidade indígena dos moradores da TI Maró, de modo que Airton Portela que o fenômeno da etnogênese indígena no Baixo Tapajós consistiu, na verdade, num “processo de conversão de populações tradicionais (ribeirinhos) em indígenas”.

Por fim, Airton Portela consignou a ausência do requisito da permanência devido ao não atendimento do critério do marco temporal estabelecido pelo STF na Petição 3388:

As três comunidades até o ano de **1999** não cogitavam de se autoreconhecerem como indígenas (...) Neste caso tem-se por não observado o requisito **permanência ou marco temporal** fixado definitivamente pelo STF no julgamento da Pet 3.388/RR. Na ocasião reconheceu-se que a Constituição Federal de 1988 substituiu a teoria do **Indigenato** pela **Teoria do Fato Indígena**, e que exige a comprovação e demonstração, da presença constante e persistente de índios, até 5 de outubro de 1988, em locais a serem reconhecidos como terras indígenas (BRASIL, 2014, P. 8-9)

Vale destacar que a sentença não negou a presença, em 1988, das comunidades da TI Maró na área sob demarcação. Todavia, como os seus moradores não se identificavam como indígenas em 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição Federal), o magistrado decidiu que este território não poderia ser reconhecido e demarcado como indígena, em atenção ao critério do marco temporal.

Airton Portela utiliza-se também de estudos historiográficos da região para afirmar que, desde o Século XIX, não havia mais índios no Baixo Tapajós:

Alguns cientistas europeus contemporâneos aos primitivos habitantes da região, já no início do século XIX constataram o desaparecimento das primitivas etnias que habitavam a região hoje ocupada pelo Município de Santarém. (...) Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp Von Martius (...) na obra “Viagem pelo Brasil” 1817-1820, anotaram (...) os descendentes de indígenas da “redondeza”, eram o cruzamento de um “semi-numero” de tribos e que caldearam-se ao contato com o branco, formando uma população homogênea nos costumes e na língua” (BRASIL, 2014, p.61)

Percebe-se na sentença o argumento recorrente da miscigenação com brancos e negros como um fator que negaria a “indianidade” dos moradores da TI Maró.

Arguindo argumentos historiográficos, Airton Portela assinala que as populações indígenas outrora existentes no Baixo Tapajós deram lugar a “uma nova organização social miscigenada, fruto da fusão da cultura de levas de migrantes nordestinos com a população que já habitava o vale do Tapajós” (BRASIL, 2014, p. 10).

Com base nesses fundamentos, o juiz Airton Portela declarou inválidos todos os atos praticados no processo administrativo de demarcação da TI Maró, bem como afirmou a inexistência de terra indígena demarcável (BRASIL, 2014).

3.2 A sensibilidade jurídica por detrás da sentença

A sentença do juiz Airton Portela exige uma dura crítica, em razão da violência simbólica nela contida. Valendo-se do seu “direito de dizer o direito”, o magistrado decretou (mais uma vez na História da região) a extinção de um conjunto de povos indígenas do Baixo Tapajós. Para analisar criticamente a sentença, partirei da seguinte questão: quais os pressupostos culturais que ensejaram a decisão de Airton Portela? Como tais pressupostos se relacionaram com a atividade de “dizer o direito”?

Um aspecto importante que notei é o provincianismo constitucional, isto é, o apego à legislação nacional associado a um desprezo pelas normas internacionais de direitos humanos. Apesar de o Estado brasileiro ter ratificado importantes documentos internacionais sobre direitos indígenas, especialmente a Convenção 169 da OIT (de 1989) e a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas (de 2007), Airton Portela constrói toda sua argumentação com base nas leis nacionais: Constituição Federal e Estatuto do Índio; ou melhor: toma como base um determinado tipo de interpretação dessas normas. Quando faz menção às normas internacionais, é apenas para afastar sua aplicabilidade: “a Convenção OIT nº 169, assim como as demais resoluções da Assembleia Geral da ONU, são recomendatórias e não diretamente vinculantes” (BRASIL, 2014, p. 51).

O provincianismo constitucional dos juízes (não apenas de Airton Portela) é um método “conveniente para reproduzir uma cultura jurídica nacional que discrimina os povos indígenas” (FERNANDES, 2017). No caso da sentença sobre a TI Maró, acredito que o desprestígio à Convenção 169 da OIT está associado ao incômodo que gera um dos seus dispositivos – o *art. 1º*, item 2: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção” (BRASIL, 2004).

Este dispositivo da Convenção 169 introduziu no Direito brasileiro o princípio do autorreconhecimento, que retira do Estado o poder de definir, de modo unilateral, as identidades culturais dos grupos com os quais se relaciona. Em outras palavras: não cabe ao Estado dizer quem é indígena e quem não é. Ao se relacionar com comunidades que se autoafirmam indígenas, o Estado deve levar em consideração

as noções de pertencimento destes sujeitos como o critério fundamental nas suas decisões e políticas públicas.

Outro aspecto da sentença revelador da sensibilidade jurídica de Airton Portela é o tipo de diálogo travado entre direito e antropologia. O magistrado criticou o RCID da TI Maró, coordenado pela antropóloga Geórgia Silva, chegando a declará-lo como inválido. Não obstante, não se baseou em estudo técnico alternativo, que poderia ter sido feito como “perícia judicial”; ou seja: não ouviu qualquer antropólogo acerca do “relatório antropológico da FUNAI”, mas se sentiu seguro o bastante para declarar a sua inconsistência.

Fruto da incompreensão sobre os debates antropológicos contemporâneos, o juiz expressa uma visão sobre a miscigenação que influi decisivamente na tomada de decisão. A miscigenação de indígenas com brancos é apontada como fator de “desindianização” dos primeiros: as populações indígenas do Baixo Tapajós deram lugar a “uma nova organização social miscigenada, fruto da fusão da cultura de lavas de migrantes nordestinos com a população que já habitava o vale do Tapajós” (BRASIL, 2014, p. 10).

A miscigenação como fator de negação da “indianidade” faz parte de um entendimento sobre identidade étnica há muito tempo rechaçado pela antropologia social, como assevera Manuela Carneiro da Cunha (2012). Isto é, o critério biológico de raça e o critério cultural compreendido de forma estática. Acerca do primeiro critério:

Durante muito tempo, pensou-se que a definição de um grupo étnico pertencesse à biologia. Um grupo étnico seria um grupo racial, identificado somática ou biologicamente. Grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes “puros” de uma população pré-colombiana. Esse critério ainda é vigente no senso comum popular. Ora, é evidente que, a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente sem miscigenação. (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 104).

Sobre o segundo critério, o cultural, a citada antropóloga adverte que a cultura de um povo não deve ser tomada como uma característica primária: “Tampouco podem ser invocados critérios baseados em formas culturais que se manifestassem inalteradas, pois isso seria contrário à natureza essencialmente dinâmica das naturezas humanas” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 103).

Interessante notar que Airton Portela analisou o RCID da TI Maró – que descreve um conjunto de elementos culturais das comunidades indígenas do Maró – e buscou “provar” que tais elementos não refletem traços socioculturais indígenas (BRASIL, 2014). Desta forma, práticas, costumes e hábitos verificados pela equipe multidisciplinar que elaborou o referido Relatório, como o puxirum, o batismo de casa, a crença nos encantados, o consumo do chibé e do tarubá tiveram sua “indianidade” negada na sentença. Tais práticas seriam comuns a qualquer população amazônica, segundo o juiz, não revelando a necessária tradicionalidade indígena.

O que seria então a “cultura indígena” para o juiz, compatível com o requisito

da tradicionalidade? O conjunto de afirmações presentes na sentença me leva a crer que a noção de cultura nela adotada é uma noção estática, como se os indígenas de hoje precisassem ter a mesma cultura dos seus antepassados (cultura ancestral), sob pena perderem a indianidade, o que é tido como absurdo pela Antropologia contemporânea:

Grupos indígenas no Brasil, sobretudo os de contato mais antigo com a população neobrasileira, foram induzidos a falar línguas novas, primeiro a língua geral, derivada do tupi, mais tarde o português. (...) A interferência nas culturas tradicionais atingiu também a religião, os costumes matrimoniais, a organização política, a tecnologia, os hábitos alimentares. A resistência indígena a essa interferência manifestou-se no apego a alguns traços culturais que, enfatizados, preservavam a identidade do grupo. Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 106-107).

No caso dos povos indígenas do Baixo Tapajós, o prolongado “contato” com o colonizador – isto é, o longo processo de violência simbólica em que estiveram imersos – acabou transformando muitos dos seus elementos culturais. Mas há algum tempo a antropologia tem buscado enxergar esses processos de contato não apenas em termos de perda (a dita “aculturação”), mas sim como processos dinâmicos nos quais é relevante a agência dos povos indígenas. Neste sentido, Marshall Sahlins (1997) debruça-se sobre o fenômeno da “intensificação cultural” entre povos submetidos à violência colonialista, cujas culturas supostamente em extinção mostram-se, na realidade, vibrantes, ativas e inventivas, reelaborando-se conforme as novas circunstâncias.

Deste modo, em que pese tenha o juiz citado vários antropólogos em sua sentença, parece que tais citações tiveram como intuito a criação de uma áurea de autoridade em seu próprio discurso, não revelando um diálogo efetivo com a antropologia contemporânea. Esse diálogo ausente impediu uma compreensão aberta dos processos étnicos em curso na TI Maró. Afinal, “como os direitos indígenas são informados pelo conteúdo das práticas e tradições dos povos indígenas, somente uma decisão antropologicamente informada pode ser juridicamente consistente” (FERNANDES, 2017).

A arrogância epistemológica de uma hermenêutica jurídica fechada em si mesma (que não é exclusividade de Airton Portela, mas sim um traço muito forte no campo jurídico) não parece contribuir para uma adequada efetivação dos direitos humanos, sobretudo os direitos territoriais dos povos indígenas. A interpretação dos processos étnicos e territoriais dos povos indígenas tende a ser mais proveitosa com a mediação da ciência que surgiu e se consolidou na tentativa de compreender o universo de sentido dos *outros povos*.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sentença aqui discutida provocou tensão e revolta entre os Boraris e Arapiuns, bem como entre os seus aliados. Em 09/12/2014, o movimento indígena realizou uma ocupação do prédio da Justiça Federal em Santarém, chegando a queimar simbolicamente uma cópia da sentença.

No início de 2015, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, apontando diversos equívocos na sentença, destacando a necessidade de sua suspensão imediata, pois, ao declarar a inexistência de terra indígena na Gleba Nova Olinda, abriu caminho para o desembargo administrativo das atividades madeireiras na área (MPF, 2015). Cerca de um ano após da sua interposição, o recurso foi julgado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que resolveu anular a sentença de 1º grau. O motivo determinante da decisão do TRF foi a ausência de sobreposição da TI Maró com as áreas das comunidades agroextrativistas que ajuizaram a ação. Assim, mostrou-se ausente o interesse processual na causa, e a sentença foi anulada.

Esse resultado foi muito celebrado pelos indígenas da TI Maró. Não obstante, ainda se nota as “sequelas” da sentença entre eles. Continua a haver um forte incômodo entre os indígenas, porquanto o discurso de Aírton Portela expressa não uma visão isolada, mas sim uma corrente de opinião com certo peso no debate público regional e nacional. A discriminação tem sido uma constante, resumida na pecha de “falsos índios”.

A sensibilidade jurídica que o juiz Aírton Portela deixou transparecer em seu discurso está relacionada, portanto, com essa opinião difusa sobre os “falsos índios”, além de refletir uma postura epistemológica fechada (típica do campo jurídico), que pouco dialoga com outras áreas do conhecimento. Criticar essa postura é um primeiro passo na direção de uma hermenêutica mais afeita ao pluralismo cultural e à resolução de conflitos complexos envolvendo questões socioambientais no interior da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, 12, Abril de 2006.

BELTRÃO, Jane. **Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns**. Belém: Supercores, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Justiça Federal – Subseção de Santarém. **Sentença proferida nos processos nº 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902**. Santarém, 26 de novembro de 2014.

_____. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12/07/2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FERNANDES, Pádua. **Colapso ético do Judiciário brasileiro e os povos indígenas**. In: Revista “Juízes para a democracia”, nº 74, Fev.-Abr. 2017.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró/Pará**. Diário Oficial da União nº 195 – Brasília, 10 de Out. de 2011.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 13ª Ed. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2013.

LIMA, Roberto Kant de. **Por uma Antropologia do Direito no Brasil**. In: CERQUEIRA, Daniel T.; FILHO, Roberto F (Orgs.). “O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica”. Millenium, 2007.

LITTLE, Paul. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. “Horizontes Antropológicos”, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Recurso de apelação contra a sentença dos processos nº 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902**. 2ª Vara Federal de Santarém. 2015.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo; PEIXOTO, Rodrigo. **A luta territorial dos indígenas da Terra Maró**. In: *Somanlu – Revista de Estudos Amazônicos*, ano 12, n.2, jul./dez. 2012.

SAHLINS, Marshal. **O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: porque a Cultura não é um ‘Objeto’ em via de Extinção**. In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, UFRJ, 1997.

SENA, Antônio Edilson de Castro. **Conflitos ambientais no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico: o caso da Gleba Nova Olinda em Santarém-Pará**. Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Tese. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), 2010.

MONÓLITOS DE QUIXADÁ/CE: UM LEGADO CULTURAL PARA O ECOTURISMO

Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de analisar como a relação entre identidade, memória e conservação podem contribuir para o desenvolvimento do turismo utilizando elementos do patrimônio cultural no território do Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá. Para isso, desenvolveram-se processos de investigação calcados principalmente em uma abordagem qualitativa com metodologia baseada na análise de conteúdo. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas, em fontes documentais e empíricas com atores locais envolvidos com o turismo e a cultura. E a partir dessa averiguação, identificaram-se aspectos da memória coletiva que contribuiu para conhecer a história local e determinando, dessa forma, quais os bens culturais na visão desses grupos que são representativos à cidade e que formam a identidade quixadaense constituindo no seu patrimônio. Por fim, entende-se que para ocorrer o desenvolvimento sustentável do turismo com enfoque na cultura é imprescindível que a relação entre memória, identidade e conservação se concretize na sociedade local.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Ecoturismo, Unidades de Conservação

1 | INTRODUÇÃO

Na academia é destacado o caráter multidisciplinar da atividade turística, comprovando-se também na prática, pois ela é vista pela diversidade dos setores envolvidos, tanto da esfera governamental, quanto da privada. Talvez seja por isso que no âmbito dos conceitos e definições de turismo exista uma enorme complexidade, o que tem justificado a dificuldade de se ter um conceito que atenda aos seus diversos aspectos.

Para iniciar as discussões neste trabalho, cabe-se enunciar a concepção de turismo de Beni (2001), em que agrega a essa definição; as dimensões econômica, técnica e holística. Da mesma forma, no cotidiano, o turismo vem ocupando diversas categorias, seja de atividade econômica, social, cultural, meio de proteção e/ou degradação ambiental, dentre outras.

Para Beni (2001), turismo é um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado, um público visitante.

Ao longo do século XX, com o aumento da prática do turismo pela sociedade e

consequentemente o despertar para o estudo da atividade, surgiu-se várias outras definições para turismo inclusive com uma ampliação em sua complexidade, como se vê na definição proposta pelo antropólogo Jafar Jafari (*apud* BENI, 2001, p.36):

“é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e cultural da área receptora”.

No curso do século XX, os entendimentos de cultura e história passaram por significativas modificações que repercutiram na compreensão dos bens considerados patrimônios. Para compreender melhor essas mudanças Canclini (1994) conceitua que, o patrimônio inclui a herança cultural de cada povo, os bens culturais produzidos pelos segmentos sociais em cada tempo histórico e também os bens culturais visíveis e invisíveis, tais como idioma, conhecimento, documentação, artesanato, entre outros.

Desde o final dos anos de 1950, o turismo tem se tornado uma importante variável na economia mundial. Ao longo das três últimas décadas, o turismo tem sido reconhecido por vários países como uma valiosa estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Neste cenário, o turismo tem despontado como um instrumento importante de dinamização do setor de serviços, uma vez que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a atividade obtém receitas mundiais anuais de mais de US\$ 400 bilhões. A OMT prever que em 2020, o turismo mundial deverá alcançar receitas de aproximadamente dois trilhões de dólares.

Desse modo, pode-se dizer que o turismo constitui uma possibilidade concreta de minimização das disparidades regionais (CRUZ, 2000). Assim, a atividade turística constitui alternativa capaz de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento regional.

No entanto, apesar de reconhecer que o turismo exerce grande importância sobre a cultura de determinado país ou de determinada região, funcionando como atividade articuladora da organização sociocultural, no caso brasileiro ainda não há estimativas específicas para tal segmento do turismo, isto é, no Brasil existem poucos estudos que quantificam, com maior rigor, os impactos desse segmento sobre a cultura.

No mundo, estima-se que 10% seja a cota mínima de proteção de recursos pelas várias nações, sejam estas unidades agrupadas como unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sejam unidades de uso sustentável, onde se procura compatibilizar a conservação da natureza com as necessidades socioambientais das populações envolvidas. O Estado do Ceará já alcança 6,5%, porção considerável do espaço cearense protegido e que dará respostas futuras aos esforços gerados para garanti-los.

Nesse pano de fundo, tem-se as Unidades de Conservação (UC) que são áreas naturais sob regime especial de administração, criadas legalmente pelo Poder Público, com localização e limites definidos. Em geral, possuem características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, com elevada riqueza de

espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, amostras representativas de diferentes ecossistemas, significativa beleza cênica, ou recursos naturais indispensáveis para o bem-estar das comunidades humanas. Atualmente, no Estado do Ceará, temos 24 (vinte e quatro) Unidades de Conservação e um Corredor Ecológico que são administrados pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

Em função da fragilidade dos diversos sistemas ambientais do Estado e os atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar das populações humanas, o Governo do Estado vem adotando medidas que têm por finalidade a proteção e preservação da biodiversidade, geodiversidade e o disciplinamento do processo de ocupação, visando assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

O Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, com uma beleza cênica de grande valor paisagístico, ecológico e turístico que encerram os campos de *inselbergs* existentes na região. Os *inselbergs* da região, popularmente conhecidos como Curral de Pedras, apresentam-se em forma de serrotes (monólitos), construindo uma paisagem formada por relevos residuais distribuídos sobre áreas pediplanadas.

Mediante a realidade exposta, referente ao objeto de estudo precisa-se compreender a potencialidade existente na referida UC no que tange o seu acervo patrimonial, onde guarda relíquias históricas e monumentos que remontam à época da colonização portuguesa, pois, assim, o turismo em áreas protegidas abre perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, do revigoramento das tradições, da redescoberta de bens culturais materiais e imateriais, muitas vezes reprimidas pela concepção consumista moderna.

A delimitação desse estudo foi orientada a partir da percepção de que a preservação do patrimônio cultural se apresenta como essencial para a memória da UC, na medida em que possibilita o reencontro com as raízes das suas comunidades e a reafirmação das suas identidades, bem como, transformando-se em potencial atrativo cultural no planejamento turístico municipal.

Sob essa ótica, o presente trabalho visa reconstruir um cenário, onde a atividade turística passa necessariamente pela questão da cultura local do território da UC, reforçando a necessidade em compreender as suas memórias, investigar as peculiaridades de seu patrimônio e estimular a participação da comunidade no que diz respeito à conservação do seu legado histórico. E sob essa temática apresenta-se como problema de pesquisa: Como a relação entre identidade, memória e conservação pode contribuir para o desenvolvimento do turismo com enfoque no patrimônio cultural da UC estadual?

O objetivo geral do trabalho é analisar como a identidade, a memória e a conservação podem contribuir para o desenvolvimento do turismo, utilizando elementos do patrimônio cultural do Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá.

Para o alcance desse objetivo, delinearam os seguintes objetivos específicos: averiguar se há identidade cultural da população com a sua cidade; compreender a importância histórica do patrimônio cultural da UC para o desenvolvimento local; avaliar a participação dos atores relacionados com o turismo na elaboração de políticas/ações para o turismo em UC; apontar os impactos positivos e negativos já existentes e potenciais em decorrência da atividade turística na UC.

Para Bomfim (2006), muitos autores têm percebido que a história humana acaba por predominar sobre os fatores naturais na configuração de regiões. Outros acrescentam, ainda, o sentimento de pertença com a consciência da tradição e de ideais comuns, considerando ainda que o binômio homem-meio ainda não foi incorporado como uma das grandes dimensões da identidade.

Logo, a identidade de um povo é primordial para a reversão da tendência em curso e seu fortalecimento serve como base para a valorização do lugar.

2 | UM MOSAICO DE IDEIAS

2.1 Apreciação do legado histórico e sua importância para o desenvolvimento local: o caso de Quixadá (CE)

A identidade cultural e a memória coletiva, bem como suas diferentes expressões na preservação do patrimônio intangível, são extremamente importantes para a compreensão do vínculo entre o patrimônio cultural e os direitos da coletividade.

Nesse contexto, os bens patrimoniais servem de apoio à memória, uma vez que o passado só existe porque se apoia nos objetos que lhe estão ligados. A materialidade do patrimônio cultural está intimamente relacionada a fatores imateriais que o exercício da memória coletiva pretende associar à formação identitária de um povo.

Pode parecer equivocado dizer que todos os bens integrantes do patrimônio cultural carregam um vínculo com a identidade e a memória das comunidades em que estão inseridos. Entretanto, não é difícil aceitar essa conclusão quando se verifica que a destruição de um bem cultural promove a passagem do material para o imaterial: é um ato de destruição do passado e daquilo que a construção coletiva da memória quer representar.

O homem, nas suas relações sociais, forma a teia de interações, trocas e harmonia com a terra em que vive, e constrói sua cultura em conjunto com paisagens, completando-as com a beleza e a grandeza das suas criações, destacando-se a inventividade do povo cearense, que respeita o ambiente e que convive diariamente neste recorte do Nordeste.

A criação do município de Quixadá data do século XVIII, quando os índios Kanindés e Jenipapos, pertencentes ao grupo dos Tapuias teve vencida a sua

resistência, no momento em que Manuel Gomes de Oliveira e André Moreira Barros ocupou as terras por eles habitadas. Em 1728, essas terras foram adquiridas, por compra, por Manoel da Silva Lima, conforme escritura de 18 de dezembro do ano citado. Em 1747, as terras foram vendidas a José de Barros Ferreira, que construiu casas de morada, capela e curral, bases da atual cidade de Quixadá, sendo considerado, o legítimo fundador da cidade. A fazenda prosperou e transformou-se em distrito do município de Quixeramobim, “podendo-se dizer que Quixadá teve seu início de história datado de 1747” (COSTA, 2002, p.12).

De tal modo, há bens que não pertencem apenas a um indivíduo ou a um grupo. Eles são tão importantes que têm valor para a comunidade, para uma cidade, para um país. São produtos da cultura de um povo, de toda ação inteligente do homem, na tentativa de conhecer e de se adaptar ao meio ambiente. Foram criados, recriados, aprimorados e estabelecidos ao longo do tempo e da história. Os bens culturais são os elementos que diferenciam grupos e sociedades e ajudam um povo a compreender suas características e construir sua identidade.

Para que se possa compreender a forma de vida de pessoas de uma comunidade faz-se necessária a análise do contexto cultural no qual ela foi gerada, e a sua subjetividade porque, segundo Motta (2006, p.27),

[...] cultura é linguagem, é código. Ela fornece um referencial que permite aos homens dar um sentido ao mundo em que vivem e as suas próprias ações. Ela designa, classifica, corrige, liga e coloca em ordem. Define os princípios de classificação que permitem ordenar a sociedade em grupos distintos, desde os grupos totêmicos até as categorias profissionais [...]

Considerar o espaço e o modo de interação entre as pessoas e os grupos, no seio da sociedade na qual eles se constroem e funcionam, é pressupor a existência de um laço social, de um sentimento de pertença. É necessário, porém, apreender-se como sujeito; reconhecer-se como ser que pensa, age, e é possuidor de vida. Esse sujeito, no entanto, é parte de uma coletividade sem a qual esse reconhecimento não ocorrerá. É na interação com o outro que ele toma consciência de sua existência no mundo, do seu fazer, das formas de agir e reagir sobre os impulsos naturais e a conquista de seu próprio destino histórico, do seu espaço geográfico.

O homem como sujeito ativo, pertencente a uma sociedade, a uma comunidade, é pela práxis que se desenvolve. Pela cultura, ele se transforma e modifica a si mesmo e a natureza. Pela educação, ele aprimora seu trabalho, humaniza-se, socializa-se, constrói sua identidade.

Baseado nesses fundamentos e nas respostas colhidas por meio do questionário pode-se dizer que a identidade cultural do povo quixadaense é muito forte, genuinamente nordestina, representada pelos repentistas, pelo bumba meu boi, pelas festas populares, pelo artesanato, pelas crenças e credences, o que proporciona o conhecimento dos hábitos culturais e a forma como o sertanejo se relaciona com os recursos naturais da Caatinga.

Mesmo se tendo ciência de que o sentimento cultural do povo quixadaense é forte, 64,44% de seus protagonistas, representados pelos participantes dessa pesquisa, afirmam que a cultura está sendo esquecida. As causas são as mais diversas, dentre as quais se destacam a inexistência de políticas públicas, a falta de interesse político e da própria comunidade; a globalização de hábitos, atitudes e valores absorvidos pelos jovens. Fazem coro a essa afirmação, os entrevistados comerciantes e comerciários, ao colocarem que o fator principal da não preservação da cultura são a falta de investimentos e de políticas públicas.

Os entrevistados da iniciativa privada, embora acreditem que há preservação da cultura, ressaltam a dificuldade nesse sentido por falta de incentivo do governo municipal. Entretanto, outra parte deste segmento tem opinião divergente. As pessoas afirmam que a cultura em Quixadá é preservada porque o povo vive cultivando sua cultura e sua gente; porque a população tanto preserva os costumes como as crenças, a fé e se orgulha da beleza que são os seus monólitos.

Há, também, entre secretários e comerciários, os que consideram que as pessoas têm em si espírito tradicional, por isso preservam bem os costumes, hábitos e crenças, e que esse trabalho conta com o apoio da população e das leis de preservação. Ainda com respeito a esse aspecto, argumenta-se que a preservação cultural se dá também por conta de instituições ali instaladas como as faculdades e o IFCE que procuram incentivar os movimentos culturais. As entrevistas consideraram a atuação efetiva da Fundação Cultural por meio dos eventos por ela realizados.

Em Quixadá, a cultura manifesta-se por meio das festas populares e religiosas, do artesanato e dos esportes, que na cidade são chamarizes para a visitação turística. Pela amostra da pesquisa, as festas tradicionais de maior visibilidade são: a quadrilha junina (21,48%); o forró (19,62%), o carnaval (18,62%) e a vaquejada (18,19%) da amostra pesquisada. Diante das respostas, as festas preferidas da população local e regional são a quadrilha e o forró, o que não poderia ser diferente, visto que, excetuando-se o carnaval que tem amplitude nacional, as demais fazem parte do folclore nordestino, pertencem à cultura regional e refletem as raízes de seu povo.

O artesanato aparece como um dos fatores de renda para a população. São confeccionados objetos com palha de carnaúba, madeira, couro, pedra sabão, cera, tintas, juta, arranjos de flores artificiais e reciclagem de jornais e papelão. Também incluem bordado, crochê, trabalhos em tecido, confecção de bonecas de pano, redes de pesca, bijuterias, pintura em tela e em tecido e redes de dormir. Das pessoas da comunidade consultadas, 21,85%, afirmam que o crochê é o artesanato mais comum em Quixadá, seguido do bordado, escolhido por 20,18% da amostra pesquisada. A pintura, em tela e em pano, também é reconhecida por, respectivamente, 17,61% e 13,49% da população que respondeu ao questionário. Outros tipos de artesanato fazem parte da cultura de Quixadá, porém sem muita expressão, como objetos em palha, madeira, couro e escultura em pedra.

Há ainda em Quixadá uma representação social singular. Várias são as manifestações culturais, algumas delas derivadas do imaginário popular. As pessoas acreditam em Objetos Voadores Não Identificados (OVNI) e, por isso, na região, a ufologia é assunto corriqueiro.

A paisagem natural de Quixadá, dotada especialmente de originais monólitos, configura-se como de uma beleza ímpar, inclusive, tem servido de cenário para diversas produções cinematográficas. Alguns filmes foram ali rodados, tais como: “O Cangaceiro Trapalhão”, “O Quinze”, “O Auto da Camisinha”, o “Área Q”, ora em exibição nos cinemas e “Gato Preto”, ainda não estreado. A cidade possui poucos equipamentos culturais: o Museu Histórico Jacinto de Sousa, o Centro Cultural Rachel de Queiroz, com dois pavimentos, um teatro e um anfiteatro, que oferecem oficinas de audiovisual, música, teatro e artes plásticas. Entretanto, a população sente falta de incentivo por parte de órgãos do governo, em todas as esferas administrativas, e de parte da população.

A partir desse cenário, pode-se inferir que:

Transformando os recursos da região em arte, extraindo do solo, dos monumentos naturais, da fauna e da flora o seu sustento e, a partir desse manejo, mantendo a subsistência da comunidade, o nativo região de Quixadá torna possível uma exploração consciente e racional dos bens. E, no equilíbrio entre trabalho e meio ambiente, oferece o resultado de uma cultura profundamente enraizada, com produtos que revelam a criatividade e a versatilidade de artesãos populares, intimamente sintonizados com suas mais caras tradições (VON BEHR, 2007, p. 34).

Em Quixadá, como em outras cidades do interior, a cultura sobrevive no imaginário popular e é preservada, em parte, devido a transmissão oral de geração a geração, muito mais do que por iniciativas ou ações derivadas de políticas públicas, como se pode constatar nesta pesquisa. Há certo desinteresse pelas “coisas da terra” por parte das pessoas mais jovens que procuram outras formas de expressão cultural, copiando modas, modismos, atitudes, hábitos e comportamentos de outras regiões, tangidos pela força da mídia. As poucas atividades culturais resumem-se às festas populares como São João, festa da padroeira, encontro dos profetas das chuvas, carnaval e vaquejadas, as quais de alguma forma, contribuem para o incremento do turismo na região.

Nas últimas décadas, a atividade turística tem se configurado como uma importante atividade econômica em todo o mundo, com implicações diretas na vida social e cultural de cidades e pessoas, gerando empregos, divisas e proporcionando contatos culturais e representações de diversas localidades.

Dessa forma, é importante se discutir acerca do turismo como prática social vivida por pessoas que buscam atendimento às suas necessidades mais diversas. É nesse aspecto que o turismo se sustenta e se desenvolve.

A criação ou escolha de espaços turísticos se funda na ótica do diferente, do belo, do exótico, do rústico, do histórico, do cultural, da religiosidade, aspectos que

devem se contrapor à rotina do turista. Para atender a essa exigência, o turismo produz novas configurações geográficas, pelas relações produtivas do espaço, pela acumulação de bens e renda.

No cenário mundial, a atividade turística tem se transformado em meio de expansão do capital, consolidando-se através do consumo, da produção e reprodução do espaço social em um grande produtor e gerador de riquezas, o que contribui para a produção de espaços novos, independentemente de sua localização geográfica.

As atividades turísticas apresentam dois lados divergentes: da mesma forma que pode promover o crescimento local e regional, o turismo, ao se instalar nos espaços, transforma-os em lugares evidenciados como “da moda” e todo o patrimônio cultural, histórico e natural é vendido como objeto de prazer, de ócio, de cultura, de religiosidade. Nesse contexto são produzidas várias formas estruturais de paisagens e de negócios, provocando, muitas vezes, na população local um sentimento de não pertencimento com conseqüente perda de sua identidade.

A indústria do turismo, nesse processo de criação, recriação e transformação do território para seu uso e exploração, entra em conflito com os habitantes locais. Mas, nem sempre essa indústria tem a força necessária para alijar do território ocupado a sociedade ou grupo social que o produziu.

Isso se deve à existência de sentimentos contraditórios e, ao mesmo tempo, articulados entre o lugar e a cultura, entre o lugar e seus habitantes, os quais se expressam mediante diversas formas de resistência à quebra de suas tradições. Essa disputa faz com que o território construído para o turismo não seja exclusivo dele, mas também dos que nele vivem com suas diferentes formas de vida e de relações socioespaciais.

Com o turismo, as pequenas (e grandes) cidades se modificam e novas relações socioespaciais são estabelecidas entre os que lá vivem e os que ali chegam. Um novo espaço é (re)criado. Os lugares, com seus contrastes culturais e diferenciação geográfica, são as bases da exploração pelos agentes hegemônicos.

Faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas claras e objetivas, porque a atividade turística consegue estabelecer uma relação fragmentada e, ao mesmo tempo, articulada entre o lugar e o mundo. É nesse modelo paradoxal de relação que o turismo se materializa, pois usa dos recursos locais, da reestruturação dos espaços, das pessoas para produzir paisagens diversas e vendê-las, obtendo e acumulando capital.

Portanto, a política para a expansão do turismo em qualquer espaço, seja nas pequenas, médias e grandes cidades, deve levar em conta os anseios da população ali residente, a preservação do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e cultural, além do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Constata-se que, o turismo no Nordeste cresce em ritmo acelerado e em todos os sentidos: na quantidade de turistas que visita a região e, conseqüentemente, no volume de capital gerado pela atividade. O espaço turístico é, sobretudo, um

espaço geográfico e constitui, portanto, “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985, p.49).

Algumas cidades, por sua localização e situação geográfica, são propícias aos investimentos do capital, na forma de oferta de bens e serviços— a indústria do turismo e Quixadá é uma delas. Devido à beleza de suas paisagens, o município apresenta grande potencial para se desenvolver como polo turístico no Sertão Central, especialmente no que se refere ao ecoturismo e turismo cultural. As atividades turísticas ali desenvolvidas, ainda são tímidas, talvez pela falta de incentivo estatal ou de visão empresarial, fazendo com que se percam oportunidades de desenvolvimento, por meio da exploração dos recursos naturais. Não existem políticas públicas locais para implementá-las, sendo que os poucos empreendimentos ali instalados vêm de fora e são organizados por empresas que utilizam o espaço geográfico, seu relevo e paisagem para tal fim.

A natureza propiciou uma paisagem belíssima à região de Quixadá: seus monólitos, alguns em pleno centro da cidade ganham, na percepção dos indivíduos pesquisados, formas diversas e são usados para a prática de esportes radicais; uma vegetação de caatinga, que mesmo com um clima quente e seco, no inverno, enche os olhos com seu verdor e, no período de estiagem, mostra toda a beleza de uma natureza que espera renascer à primeira gota d’água caída do céu; um povo hospitaleiro e simples; um comércio pujante e em crescimento.

Porém, como frisado pelos pesquisados, faltam políticas públicas para o incremento de atividades turísticas mais sistemáticas e contínuas; faltam empreendedores e formação profissional mais focada nesse sentido; falta vontade política e investimentos para alavancar uma atividade que, se bem conduzida, pode oportunizar emprego e renda para a população local e regional.

2.2 A herança dos Monólitos transformação turística de Quixadá: reflexões, impactos e transformação turística

Diante dos grandes desafios que acometem a civilização neste princípio de terceiro milênio, a discussão em torno dos rumos a serem tomados no trato das questões ambientais assume posição de destaque. Nunca esteve tão em pauta a preocupação com a preservação da vida no planeta, em suas mais variadas formas, e com o aprimoramento dos meios necessários à manutenção do patrimônio natural, dando margem a um maior envolvimento da sociedade na definição dos princípios que devem reger o seu relacionamento com o meio que a cerca.

Neste contexto, às Unidades de Conservação cabem papéis significativos quando buscam proteger espaços territoriais criados pelo poder público, delimitados com o objetivo de assegurar a conservação de seus recursos ambientais, possuindo características naturais relevantes, sendo submetidos a um regime especial de administração e adequada proteção.

Assim, tais espaços ambientais são porções delimitadas do território cearense, especialmente protegidas para garantir a preservação do meio ambiente e defender a biodiversidade. Espera-se que as Unidades de Conservação sejam ampliadas, diversificadas e interconectadas, aliadas ao respeito cultural e saber especializado das comunidades tradicionais, e à promoção da qualidade ambiental e de vida para uma sociedade rumo à sustentabilidade.

Paralelamente a isso, o poder público, junto com a coletividade, tem que se articular para implementar uma política de fiscalização e monitoramento, dentro e no entorno dessas áreas, capaz de garantir a integridade dos ecossistemas sob o seu domínio.

Para tanto, quando se trabalha com herança e simbolismo, deve-se ter uma abordagem em que o ponto de partida é a representação revelada pelos pontos de vista populares. E como forma de compreender o conceito de símbolo, Bourdieu (1976, p.82) afirma que, “é a resultante das condições sociais [...]”.

Observa-se que os símbolos mais mencionados pelos entrevistados foram: o Açude Cedro, a Pedra da Galinha Choca, o Santuário N. Senhora Imaculada Rainha do Sertão, o Chalé da Pedra, a Lagoa dos Monólitos, a Pedra do Cruzeiro, a Serra do Estevão e a Gruta de São Francisco. Os resultados da pesquisa mostraram que a população tem esses pontos turísticos como os mais visitados. O Açude Cedro e o Chalé da Pedra são os mais requisitados (26,35% e 25,75%, respectivamente), seguidos do Santuário, com 18,36, e da Pedra da Galinha Choca, com 11,38 da preferência dos respondentes do questionário.

A pertinência do diálogo continua para comprovar que a conservação dos bens culturais deve e pode contribuir para o desenvolvimento do turismo local. Acredita-se que na atividade turística as mudanças, referentes à cultura, têm estabelecido uma relação simbiótica, de um lado o turismo pode ser e oferecer incentivos diversos para:

“manutenção e revitalização de diversas atividades culturais [...] da mesma forma, os efeitos que o turismo pode causar nas tradições locais podem ser desastrosos, e ao invés de reavivar a memória local, pode apagá-la ou descaracterizá-la”. (BELFORT, 2004, p.09).

Ao perguntar sobre o que eles sabiam sobre a história de Quixadá, verificou-se certa apatia e desconhecimento nas respostas, de modo tal que pelos os três grupos consultados, apenas o grupo do governo sobressaiu-se um pouco melhor sobre o assunto.

Diante dessas conversas, pode-se ter a nítida impressão de que aquilo que era explanado pelos representantes do governo, se configurava em um conhecimento mecânico, sem emoção e sem representar uma identidade com a riqueza histórica local.

Desse modo, é imprescindível uma cooperação de todos os atores envolvidos para conhecer, ordenar e/ou classificar todos os bens que compõem o patrimônio

cultural de Quixadá em prol da atividade turística.

Face ao exposto, cabe mencionar Mathieson e Wall (apud TULIK 1990, p.68-69), pois eles admitiam, já na década passada, com uma visão abrangente, que o turismo estimulava a existência e a reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional.

Sendo assim, estudos internacionais mostram que o turismo cultural propicia a revitalização de atividades tradicionais de áreas em declínio, a redescoberta de sítios com propriedades específicas e de cidades históricas, estimulando a transformação de antigas habitações em acomodações turísticas, mantendo a estrutura e as características tradicionais.

Infere-se, que ao questionar esses pontos na pesquisa, compreendeu-se a real importância da história de Quixadá apenas no contexto geral de representatividade para o Estado, já que, no foco local, a amostra pesquisada mostrou-se inativa ao universo cultural existente em Quixadá.

Para tanto, é necessário adotar uma nova proposta para a imagem de lugar turístico com elementos culturais e naturais agregados permitindo que se tenha uma demanda turística, a qual permaneça mais tempo e interaja com a população local, respeitando suas crenças desenvolvimento sociocultural e seus hábitos contribuindo para o desenvolvimento do capital humano. Vale ressaltar que a participação comunitária é uma prerrogativa para a implantação do turismo cultural, pois é através dela que se fortalecerão os traços de identidade junto com o seu patrimônio.

Sob essa ótica, procurou-se investigar a opinião dos quixadaenses sobre as perspectivas do turismo voltado ao patrimônio cultural da cidade. Apesar de seu potencial para o turismo cultural, o município de Quixadá não vem desenvolvendo atividades voltadas para este segmento, que causaria menos impactos no local, dada as implicações no planejamento diferenciado para os produtos turísticos culturais e no comportamento das pessoas interessadas neste tipo de atividade, contrária às práticas de turismo que vêm sendo incentivadas no município.

3 | METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser compreendida, de forma resumida, como a soma de técnicas e processos empregados na realização de uma pesquisa, sendo que as técnicas corresponderiam às atividades sistematizadas e racionais que permitem alcançar os objetivos, delineando o caminho metodológico a ser seguido (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Nesse sentido, foram duas técnicas empregadas nessa pesquisa:

1. Documentação indireta: refere-se ao levantamento de dados em fontes primárias e secundárias através de:
 - Pesquisa documental: realizada no arquivo do Monumento Natural Os Mo-

nólitos de Quixadá, onde foi possível ter acesso a relatórios e pesquisas ambientais.

- Pesquisa bibliográfica: baseou-se no levantamento, localização, fichamento e, por fim, análise e interpretação de obras pertinentes ao tema, a partir de três eixos principais:

I- Atrativos, patrimônio e ecoturismo, II- Caracterização da área de estudo e III- Interpretação ambiental

2. Documentação direta: corresponde ao levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, nesse caso, o Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá, através de pesquisa de campo. Foi realizada em duas etapas, uma no ano de 2015 e outra em 2016, totalizando cerca de 20 dias, com o objetivo de compreender melhor as características da área de estudo, bem como entrevistar os 50 (cinquenta) atores envolvidos com a temática em questão, dentre esses participaram 35 (trinta e cinco) pessoas da comunidade local inserida na UC; 5 (cinco) membros atuantes do governo local; e 10 representantes da iniciativa privada que tem relação com a UC. Nessas visitas de campo, possibilitou-se também identificar, georreferenciar e fazer o registro fotográfico dos atrativos naturais e culturais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a relação contraditória entre sociedade e natureza é antiga entre nós. Admite-se que, nos últimos anos, com a inserção de novas relações sociais de produção, esse quadro se agravou sensivelmente. É importante reconhecer que os mais antigos expressavam uma postura de mais respeito em relação ao meio ambiente dominante.

Como se vê, nesse contexto, o belo, o singular, o exótico aparecem como incentivo ao sentimento de se contemplar e valorizar o que é do cearense, propiciar aos diferentes olhares o conhecer, o sentir para agir e conservar o patrimônio histórico, contribuindo, desse modo, para a sustentabilidade da gestão dos recursos naturais do Estado.

REFERÊNCIAS

BELFORT, C. **A relação entre turismo e cultura popular**. Itinerários: revista científica de turismo. São Luís (MA), v. 01. n. 01. 2004. p.7-12.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BOMFIM, L.C.E. **O turismo como alternativa de desenvolvimento local no município de Presidente Epitácio**: representações sociais e culturais de identidade local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2006. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CANCLINI, N.G. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. - IPHAN, Brasília, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasília, no.23,1994. p.95-111.

COSTA, J.E.C. **Retalhos da história de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2002. 602p. CRUZ, R.C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.167p.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: economic, physical and social impacts**. Harlow: Longman Scientific & Technical Editora, 1990.

MOTTA, F.C.P. Cultura e Organizações no Brasil. In: CALDAS, M.P; MOTTA, F.C.(Org.).

Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 2006. p.25 – 37. SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

VON BEHR, M. **Quixadá: Terra dos Monólitos**. São José dos Campos: Somos Editora, 2007. 303p. (Série Ecossistemas Brasileiros).

A QUESTÃO URBANA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATOS DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROGRAMA DE APOIO A REFORMA URBANA DA UFPA E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL DA UFPR

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social
Belém – Pará

Maria Tarcisa Silva Bega

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia
Curitiba - Paraná

RESUMO: Trata de relato de experiência de extensão universitária desenvolvida em universidades federais, nomeadamente pelo Programa de Apoio a Reforma Urbana- PARU vinculado a Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará e o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional vinculado ao Departamento de Sociologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, cujo objetivo é socializar a rica experiência de ação extensionista desenvolvida pelos referidos programas os quais tem como premissa a justa articulação da atividade de extensão vinculada ao ensino e a pesquisa, o que tem permitido ao longo de pelo menos três décadas desenvolver práticas que objetivam fortalecer e potencializar a luta pela reforma urbana de Belém e região, da grande Curitiba e região do litoral paranaense que formam o rico campo empírico de atuação

respectivamente dos programas em referencia, os quais tem como princípio o fortalecimento dos processos democráticos e a participação dos movimentos sociais urbanos no planejamento e implementação de políticas públicas como fator preponderante a reforma urbana inclusiva ao direito as cidades brasileiras. Tem como proposição teórico-metodológica a análise a partir do materialismo histórico e dialético como ferramenta indispensável para a compreensão dos movimentos de totalidade urbana e social e sua mediação com os processos particulares e singulares da sua expressão social; o resultado destas experiências contribuiu com o fortalecimento, nomeadamente dos movimentos sociais urbanos na luta pela defesa dos seus direitos e que tem como resultados o fortalecimento da democracia e dos processos decisórios os quais envolvem diversos atores públicos e sociais na trama da formulação de políticas públicas possíveis, através de práticas inovadoras de extensão universitária de inclusão da sociedade civil e do estado nos processos de investigação, intervenção e proposição de políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; estado e movimentos sociais; políticas públicas.

THE URBAN QUESTION AND THE UNIVERSITY EXTENSION: REPORTS OF THE EXPERIENCE EXPERIENCED IN THE UFPA URBAN REFORM SUPPORT PROGRAM AND THE UFPR URBAN AND REGIONAL DEVELOPMENT PROGRAM

ABSTRACT: It is a report on the experience of university extension carried out in federal universities, namely by the Program of Support for Urban Reform - PARU linked to the Faculty of Social Service of the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Pará and the Program of Urban and Regional Development linked to the Department of Sociology of the Human Sciences Sector of the Federal University of Paraná, whose objective is to socialize the rich experience of extensionist action developed by these programs, which has as premise the just articulation of the extension activity linked to teaching and research, which has allowed for at least three decades to develop practices that aim to strengthen and strengthen the struggle for the urban reform of Belém and the region, the greater Curitiba and the region of the coast of Paraná, which form the rich field of activity of the programs in question, the Which are the main principles the strengthening of democratic processes and the participation of urban social movements in the planning and implementation of public policies as a preponderant factor in urban reform that is inclusive of the right to Brazilian cities. It has as a theoretical-methodological proposition the analysis based on historical and dialectical materialism as an indispensable tool for understanding the movements of urban and social totality and their mediation with the particular and singular processes of their social expression; the result of these experiences has contributed to the strengthening of urban social movements in the fight for the defense of their rights, which results in the strengthening of democracy and decision-making processes that involve various public and social actors in the formulation of possible public policies , through innovative practices of university extension of inclusion of civil society and the state in the processes of investigation, intervention and proposal of public policies of local and regional development.

KEYWORDS: university extension; state and social movements; public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A luta pela reforma urbana no Brasil tem seu acirramento na década de 80 do século XX, quando a questão urbana se revela numa crise profunda e atinge níveis intoleráveis de habitabilidade no espaço urbano, materializada pela degradação social e ambiental diante da omissão do estado em planejar e implementar políticas públicas necessárias à garantia do direito a cidade. Nesse descaso do poder público, a dimensão urbana no Brasil acumula, ao longo de décadas, uma complexa problemática que implica em índices elevados de déficit habitacional. Tais índices se expressam na exclusão da população pobre do acesso à moradia digna e aos equipamentos urbanos. Isso se agrava na medida em que se desdobra em um conjunto de tantos outros problemas urbanos, que dizem respeito à política de regularização

fundiária, ao saneamento ambiental, infraestrutura, transporte e mobilidade urbana.

Viver em cidades, portanto, implica em desenvolvimento de políticas públicas urbanas que possam elevar a qualidade de vida da sua população, principalmente a de baixa renda que vive o processo de urbanização da forma mais desumana. A vida aviltada decorre do desrespeito aos direitos civis que corresponde ao direito de ir e vir, ao transporte público de qualidade; aos direitos políticos de participar do planejamento e gestão democrática das cidades bem como os direitos sociais que vai desde o mínimo necessário à sua reprodução, como a moradia digna como um direito fundamental do ser humano. O Brasil se urbanizou de forma degradada e precisa fazer um grande investimento em políticas públicas, nomeadamente urbanas fundamentais a restauração do direito de viver em cidades inclusivas e que proporcione o bem-estar dos seus cidadãos.

É neste contexto que o Programa de Apoio a Reforma Urbana (PARU) institucionaliza-se em 1992 a partir dos trabalhos desenvolvidos na década anterior junto à efervescência dos movimentos sociais urbanos em Belém e desde então desenvolve ações interventivas e investigativas no âmbito da questão urbana e suas múltiplas expressões na realidade local e regional, bem como através das redes de relações que se estabelecem junto às políticas públicas setoriais urbanas e controle social. Este legado é duplicado a partir de 2013 na Universidade Federal do Paraná com a criação do programa de extensão denominado Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR) que incorpora as mesmas premissas e princípios do PARU e desde então opera com ações articuladas com o ensino e a pesquisa permitindo por um lado à melhoria da formação acadêmica dos alunos e professores envolvidos, e por outro lado, contribui com os agentes públicos e sociais nas discussões referentes às políticas urbanas.

2 | BREVE REFLEXÃO DAS CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EXPRESSAS NAS CIDADES CAPITALISTAS CONTEMPORÂNEAS

Ao analisar o espaço urbano espanhol, Saéz Capel em *Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español* diz:

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano -agentes en cuanto que realizan operaciones concretas, que contribuyen a modelar la ciudad, y árbitros en cuanto que intervienen en los conflictos surgidos entre los otros agentes, contribuyendo a superar sus contradicciones. (SÁEZ CAPEL, 1974, p.19)

O autor chama a atenção para a questão da produção do espaço urbano (a

cidade) no contexto do capitalismo, de acordo com os interesses de determinados agentes que se contrapõem ao interesse da maioria da população. Ao executarem operações concretas produzem uma cidade para o capital, para as classes que dominam a economia local e regional de um determinado espaço e indica que o papel do estado é intervir enquanto árbitro nessas relações de forças. A necessidade desta função reguladora é a expressão de conflitos que surgem entre os agentes e que confluem para os conflitos entre as várias frações de capital e os agentes aqui nomeados como movimentos sociais urbanos, contribuindo para superar suas contradições impostas no processo de produção do espaço urbano. Portanto, a lógica para entender a produção do espaço urbano seria assim representada:



Quem são estes agentes? Horácio Capel indica:

1. proprietários dos meios de produção;
2. os proprietários de terras;
3. promotores imobiliários e empresas de construção;
4. os órgãos públicos;

Como polo de interesses opostos, emerge um quinto agente fundamental que faz o contraponto dessas relações de forças travadas na produção do espaço - os **movimentos sociais** -, força motriz que impulsiona a luta pelos interesses e direitos sociais da população carente mergulhada em sua grande maioria em situação de vulnerabilidade social. Portanto, o marco jurídico, ou seja, a regra de planejamento urbano contidas nos planos diretores e outros instrumentos jurídicos necessita ter atendido não somente aos interesses de agentes capitalistas, mas também os dos segmentos populares organizados através da representação dos movimentos sociais.

Neste sentido, o espaço urbano passa a ser produto das lutas sociais antagônicas travadas na sua concreticidade através das práticas e ações dos agentes urbanos, que definem processos e formas distintas na estruturação socioespacial das cidades. A caracterização, portanto, de cada lugar, sua feição e modo de ser se define em função das estratégias e ações dos seus agentes numa correlação de forças econômicas, políticas e sociais que podem definir a produção do espaço, suas particularidades e singularidades e as suas diferentes formas de organização e ocupação.

3 | AS AÇÕES EXTENSIONISTA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O papel das universidades no processo de produção do espaço urbano também

é fundamental, pois são nestes espaços que se produz conhecimento, que se fórmula princípios e instrumentos alternativos de implementação de políticas públicas e que, principalmente, se pode formar profissionais com competência de dar conta da complexidade da realidade urbana.

É neste contexto que se coloca em debate o papel das ações extensionistas das universidades na sua relação com a sociedade, nomeadamente com os agentes que produzem o espaço urbano. Tais ações envolvem movimentos sociais, agentes capitalistas, agentes públicos, representações de organizações não-governamentais, de conselhos gestores, alunos, docentes e técnicos da universidade, dando centralidade à complexidade das contradições e desafios colocados à efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Tal política é pautada na ação democrática, descentralizada e com ampla participação popular que engloba a política de habitação, nomeadamente de interesse social, saneamento básico, regularização fundiária, mobilidade urbana e dos processos políticos que culminaram nos marcos legais do direito à cidade. A partir das ações e experiências extensionistas traz a discussão do papel fundamental da extensão universitária nos processos de fortalecimento da universidade articulada em desenvolver um projeto de universidade democrática, livre e socializadora de conhecimento. É através de práticas inovadoras de extensão que redefinem políticas públicas locais e regionais com a ampla participação dos movimentos sociais urbanos. São motores que impulsionam o processo histórico que conduz a reforma urbana na perspectiva do direito à cidade humanizada e sustentável. Especificamente o PARU vem ampliando ao longo destas décadas e mais recentemente o PDUR, características interdisciplinares e interinstitucionais que, a partir do Serviço Social e da Sociologia vem abrangendo também as áreas da arquitetura e urbanismo, do direito e da geografia, o que permite compreender o fenômeno urbano nas suas múltiplas determinações de concreticidade e complexidade. O desenvolvimento de práticas extensionistas indissociáveis do ensino e da pesquisa, com uma vasta produção de conhecimento da realidade local e regional, contribui sobremaneira com o processo de formação profissional nas áreas envolvidas, nomeadamente do Serviço Social e da Sociologia. Conforme Vasconcelos & Bega (2018):

O movimento e luta por reforma urbana no Brasil é uma bandeira que vem sendo levantada com o processo de urbanização já no início do século XX, entretanto, quer-se destacar a década de 80 do século XX, período pós-ditadura militar onde se constata a deflagração da problemática urbana pela voz e contestação dos movimentos sociais urbanos principalmente diante do crescente déficit habitacional em todo país, com uma enorme proliferação de ocupações irregulares a margem da segurança fundiária, do precário sistema de transporte e mobilidade, além dos graves problemas de saneamento, principalmente em relação aos serviços de água tratada e esgotamento sanitário que têm seus impactos na questão ambiental e de saúde da população. (VASCONCELOS & BEGA, 2018, p. 19).

Destaca-se aqui a crise na questão ambiental que assola a cidade de Belém e

região, assim com a cidade de Curitiba e região que coloca em alto grau de risco a saúde dos seus munícipes diante das condições indignas de habitabilidade da sua população. Conforme Teixeira 2002 a “não ação” ou “omissão” por parte do Estado, em seus vários níveis de intervenção tem colocado cada vez mais a população pobre a margem dos seus direitos (TEIXEIRA 2002), principalmente os palafitados do norte do país expostos à insalubridade e condições desumanas de vida, o que tem mobilizado os movimentos sociais em torno da luta pela reforma urbana. Cabe destaque ao atual movimento de unificação nomeado de “Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB)” resistência implacável para a esperança de reprodução de vida com dignidade principalmente para a população pobre que vive nesta região do Brasil. É neste contexto que a universidade tem papel fundamental para abarcar a luta pela reforma urbana e fortalecer os movimentos sociais urbanos, conforme lê se na edição do PARU/PIBEX 2017 e a edição do PDUR/PROEC 2015 respectivamente:

Contribuir para o avanço nas discussões sobre o desenvolvimento urbano e regional da RMB a partir da diretriz básica do direito à cidade através do fortalecimento do controle social no planejamento e implementação de políticas públicas setoriais de interesse social: habitação, regularização fundiária, saneamento ambiental e mobilidade urbana tendo como locus privilegiado de pesquisa empírica a Região Metropolitana de Belém, através do ensino, pesquisa e extensão universitária. (PARU/PIBEX 2017, p.3.).

O presente programa justifica-se pela necessidade da Universidade Federal do Paraná inserir-se no processo de desenvolvimento urbano e regional do estado do Paraná através da formação profissional, da produção de conhecimento e da formação mais ampla que envolve os agentes envolvidos no planejamento e implementação das políticas urbanas através da articulação indissociável dos eixos fundamentais de ensino, pesquisa e extensão. Isso é possível através da produção e socialização do conhecimento comprometido com o desenvolvimento urbano ancorado numa perspectiva democrática e cidadã buscando articular mecanismo para dar conta do desafio de ampliar sua interação com a sociedade fortalecendo o princípio de reforma urbana. Nesta perspectiva, o incentivo a programas e projetos de extensão é fundamental para troca de saberes acadêmicos e populares, tanto em relação ao desenvolvimento da formação crítica docente e discente quanto ao fortalecimento de políticas públicas e do controle social, que são elementos centrais na construção da cidadania. Para tanto, se faz mister o fortalecimento da relação universidade e sociedade. (PDUR/PROEC 2015, p.06).

Veja que o objetivo central dos programas PARU e PDUR é a articulação entre universidade e sociedade, é isso tem sido possível através de parcerias com instituições governamentais, não governamentais e principalmente assessoria aos movimentos sociais e conselhos gestores de política urbana. A finalidade destas ações extensionistas é de fortalecer os processos políticos que constroem redes de relações entre estado e sociedade, ao mesmo tempo em que opera na formação profissional ao constituir-se como campo de estágio para os alunos da graduação em Serviço Social com formação teórica e de pesquisa, capaz de fundamentar a reflexão crítica sobre a realidade local e regional. Articula-se à dimensão do ensino, na graduação e pós-graduação, através de grupos de estudos e de pesquisa em

ambos os programas. Também desenvolvem ações de capacitação através de seus projetos para agentes públicos, sociais, lideranças do movimento social, assessores de ONGS e conselhos gestores articulados ao processo de desenvolvimento urbano, políticas públicas e controle social elementos essenciais à reforma urbana.

Através da parceria orgânica com os grupos de pesquisas vinculados ao CNPq: Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (UFPA) e Sociologia e Políticas Sociais (UFPR) desenvolve pesquisas sobre a realidade norte e sul na área de desenvolvimento urbano e regional em torno de temas relacionados à questão urbana e suas múltiplas expressões, o que tem alimentado o rico acervo de produção de trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, artigos e livros. Portanto, os programas se assentam na perspectiva da autonomia, organização, participação social e exercício da democracia participativa junto aos movimentos sociais urbanos das Regiões Metropolitanas de Belém e de Curitiba. Constituem-se como parceiros fundamentais para o processo de ampliação de direitos, uma vez que ao produzirem conhecimento por meio da extensão universitária tem subsidiado a plataforma de reivindicações específicas para as regiões metropolitanas de Belém e Curitiba, destacando as especificidades dessas cidades no contexto particular e singular. Acompanham, formam, capacitam e buscam fortalecer a organização social e política dos segmentos excluídos em relação ao direito à cidade. Em resumo, o PARU e o PDUR realizam através das suas ações e práticas extensionistas, a saber: assessoria, capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade no que diz respeito à inclusão numa perspectiva ampla, de participação e usufruto de padrões de civilidade dignificadores da vida em sociedade.

Ermínia Maricato (2011) destaca como a realidade social urbana é “ignorada” pelos responsáveis pelo urbanismo oficial e pela sociedade de uma forma geral, realidade de um contingente enorme de pessoas que habitam precariamente nas grandes cidades brasileiras. Vasconcelos & Bega (2018) destacam que:

A extensão universitária tem uma função social no processo de desenvolvimento econômico, cultural e político da região na qual esta inserida. Na prática se materializa através de várias ações multidisciplinares para atender pleitos e demandas da sociedade através de assessoria, qualificação e prestação de serviços à comunidade na perspectiva de inclusão social. Para tanto, se faz mister estabelecer parcerias com secretarias dos governos federal, estadual, municipal ou com ONGs, celebração de contratos e convênios com empresas para desenvolvimento de programas e projetos. (VASCONCELOS & BEGA, 2018, p. 38-39).

O papel dos programas de extensão incide, portanto, no fortalecimento e comprometimento da comunidade universitária com o nexos necessário entre o saber acadêmico aos saberes dos demais segmentos da sociedade, incentivando a prática acadêmica na contribuição para o desenvolvimento da consciência social e política no processo de formação profissional bem como introduzindo a práxis na relação entre os saberes acadêmico e popular na construção de projetos mais democráticos

e participativos. A extensão universitária desempenha um importante papel na produção de políticas públicas, além de ser um valioso instrumento de inserção social que aproxima a academia das comunidades locais e regionais. Vasconcelos & Marinho (2017) destacam que:

O PARU vem acumulando experiências ao longo destas décadas o que tem dado destaque e visibilidade ao programa tanto no âmbito interno da universidade como no olhar externo. A sua forma de intervenção através de uma prática interdisciplinar na realidade local e regional tem possibilitado a rica experiência de integração dos setores da UFPA, bem como sua relação com a sociedade. Esta articulação tem de fato proporcionando experiências inovadoras na dimensão do ensino, pesquisa e extensão que vem acumulando experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, unificação dos movimentos sociais urbanos, na execução de trabalhos técnico-sociais em projetos de intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental. (VASCONCELOS & MARINHO, 2017)

E como diz Vasconcelos & Bega (2018):

Ao analisar a trajetória histórica da extensão universitária no Brasil, verifica-se que a mesma teve um significativo avanço no contexto das academias e hoje desempenha um papel fundamental na relação universidade x sociedade. Particularmente, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, onde vem desempenhando uma significativa contribuição na concepção de políticas públicas através do uso de metodologias de intervenção que permitem a apreensão da realidade e conhecimento para a elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano e regional através da capacitação de agentes públicos e sociais e no desenvolvimento de ações de apoio ao setor público tanto em nível estadual como municipal. Desta forma tem contribuído com o desenvolvimento institucional para a conseqüente implementação de políticas em conformidade com os princípios de participação popular nos processos de gestão das políticas públicas e controle social. (VASCONCELOS & BEGA, 2018, p. 34).

Constata-se que extensão universitária tem desempenhado a um importante papel na produção do espaço urbano e de proposições de políticas públicas, além de ser um valioso instrumento de inserção social que aproxima a universidade das comunidades locais e regionais. Os programas de extensão aqui apresentados (PARU&PDUR) tem seguido este caminho de acompanhamento, pesquisas, assessoramentos das questões urbanas junto das comunidades e movimentos sociais, possibilitando seu empoderamento e debate nos fóruns de discussão sobre política urbana.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas e transmissão dos conhecimentos que delas derivam, assim como o acumulado de saberes têm na universidade o lugar de suporte, mas a articulação com a sociedade é fundamental para retroalimentar e trazer a dimensão humana para dentro dos conhecimentos científicos. Na experiência extensionista, detalhes modificam a percepção das comunidades sobre a universidade. O exemplo dos

cursos de formações, realizados de forma gratuita e com espaços reservados aos movimentos sociais dentro da universidade geram mudanças de percepção, por parte dessas comunidades, em que a universidade passa a ser apropriada por eles. Só isso já provoca outra prática, agora contida da experiência de ocupação desses lugares (até então vistos como impenetráveis) produzindo a condição de cidadania. Em outras palavras, diminuem-se as distâncias entre o mundo científico e o mundo das pessoas comuns, através da apropriação por estes últimos dos espaços universitários.

Há que se destacar o trânsito geracional que a experiência do PARU&PDUR provocou ao longo dos anos: jovens estudantes, dotados de um saber escolar no convívio com populações adultas, de “mãos calejadas”, velhos carregados de experiências, com muitas histórias vividas e dispostos a, generosamente, compartilhá-las. Isso tudo mediados pelos professores que têm como missão amalgamar estes vários saberes, transformando-os em novos conhecimentos acadêmicos e em novas proposições de intervenções junto aos movimentos populares.

Sem dúvida o PARU e o PDUR ao longo das suas existências cumprem os princípios extensionistas das universidades públicas, através de atividades de assessoramento junto às comunidades componentes do seu campo de atuação, possibilita a valorização e participação dos cidadãos nas questões do seu cotidiano e vislumbra o direito a cidades mais justas, democráticas e humanas. Diante da experiência acumulada pode-se destacar como proposições de avanço das práticas extensionista, a saber: 1) manter práticas investigativas e interventivas junto aos movimentos sociais, órgãos públicos e comunidades locais no debate em torno das demandas sociais utilizando metodologia participativa na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas; 2) práticas envolvendo os bolsistas e parceiros institucionais e sociais o que lhes confere uma formação baseado em saberes construídos com princípios democráticos e de cidadania; 3) produção de saberes que se revelam nas pesquisas e sistematização do conhecimento que se materializam em textos, monografias, dissertações e perspectivas de outras produções que venham contribuir com o processo de conhecimento da realidade local e regional numa perspectiva norte-sul.

A avaliação obtida através de devolutivas dos grupos sociais envolvidos nas ações extensionistas indica que existe uma demanda efetiva da presença interventiva da universidade com as comunidades, indicando que estes grupos – por mais subalternizados que sejam – processam suas experiências de exclusão, compreendem o “não lugar” a eles destinado. No entanto, o dia-a-dia da luta pela sobrevivência não lhes permite desenhar formas alternativas de enfrentamento da realidade na qual vivem. É aí que a universidade, que se constrói historicamente como o locus de reflexão – pode avançar no sentido se se construir como espaço no qual a ação refletida se alcança outro patamar de saber que incorpora a noção de experiência dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 292
- MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2011.
- SÁEZ. Horacio Capel. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. In **Revista de Geografía**. 1974. ISSN 0048-7708, N° 8, 1974, p. 19-56
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA. 2002.
- UFPA/ICSA. **Relatório do PARU/PIBEX 2017. Programa de Apoio à Reforma Urbana: Políticas Setoriais Urbanas e o Direito à Cidade**. Belém, ICSA/FASS. 2017.
- UFPR/SCH. **Relatório do PDUR/PROEC/2015. Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional**. Curitiba, SCH/Departamento de Sociologia. 2015.
- VASCONCELOS, Eliza Maria; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Limites e possibilidades de investigação e intervenção do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional. In. BEGA & VASCONCELOS (Org) **Intervenções na cidade: Relatos de experiência de pesquisa-extensão. 1ª Edição. Jundiaí**. Paco Editora. 2018. cap. 1, p. 19-46.
- _____. Eliza Maria; MARINHO, Taynáh. **Lutas Sociais e a cidade: A experiência do programa de apoio à reforma urbana em Belém/Pa**. In ANAIS do II Seminário Internacional da América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos. Belém. 2017.

O (DES) ENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SEROPÉDICA-RJ POR SUA INCLUSÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Diná Andrade Lima Ramos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas
Três Rios - Rio de Janeiro

Márcio de Albuquerque Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Teoria e Planejamento do
Ensino

Seropédica - Rio de Janeiro

Lamounier Erthal Villela

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Ciências Econômicas
Seropédica - Rio de Janeiro

Trabalho apresentado no III SEDRES, 2016. Parte de seu conteúdo faz parte das pesquisas das teses de doutorado de Diná Andrade Lima Ramos e Márcio de Albuquerque Vianna.

RESUMO: O objetivo da pesquisa é discutir o processo de organização política dos agricultores familiares de Seropédica/RJ. Eles buscam, num esforço coletivo, pôr em prática o direito de ofertar alimentos às escolas públicas do município, conforme prevê o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento do território rural no Brasil. Trata-se de um estudo de caso com observação participante. Os agricultores familiares, que resistiram às derrotas políticas, mostraram-se

sujeitos políticos conscientes ao lutarem pelo interesse coletivo. Cada conquista no jogo político significa, no nosso entender, o resultado da pressão exercida por estes atores locais.

PALAVRAS-CHAVE: PNAE; CONSEA; cidadania; desenvolvimento territorial rural.

THE TERRITORIAL DEVELOPMENT:
THE FIGHT OF FAMILY FARMERS OF
SEROPÉDICA-RJ FOR ITS INCLUSION IN
THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM

ABSTRACT: The purpose of this research is to discuss the process of political organization of the family farmers of Seropédica-RJ. They seek, in a collective effort, to put into practice the right to offer food to public schools in the municipality, as provided by the National School Feeding Program (PNAE); an important tool to promote the development of rural areas in Brazil. This is a case study with participant observation. Family farmers, who resisted political defeats, have shown themselves to be conscious political subjects as they strive for collective interest. Each achievement in the political game means, in our view, the result of the pressure exerted by these local actors.

KEYWORDS: PNAE; CONSEA; citizenship; rural territorial development.

1 | INTRODUÇÃO

A construção de um ambiente democrático, inspirador de criação de novas instituições, desde o restabelecimento da democracia formal no Brasil, tem sido atravessada pelo projeto neoliberal, que impõe a política do Estado mínimo e a consequente transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade. Ainda assim, Dagnino (2015, p. 201) defende a ideia de que, no caso brasileiro, o projeto político democratizante se encontra “[...] amadurecido desde o período de resistência da ditadura militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil.” A democracia, para a autora, funciona como um freio ao neoliberalismo.

A partir da Constituição de 1988, consolidaram-se instituições públicas que proporcionam a representação da sociedade civil por meio dos atores sociais que as integravam, possibilitando maior controle social e a descentralização de algumas políticas públicas setoriais. São exemplos: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF).

Dada a crescente importância dos atores sociais nos espaços de discussão e decisão de políticas públicas, o objetivo da pesquisa consiste em discutir o processo de organização política dos agricultores familiares de Seropédica, cidade situada na baixada fluminense.

Estes atores locais, mobilizados no CONSEA, desejam garantir seu direito já adquirido de ofertar alimentos às escolas do município, como está previsto no PNAE, uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento do território rural brasileiro. São importantes as contribuições teóricas de Gramsci, Habermas e Tenório. Trata-se de um estudo de caso com observação participante de um dos autores, durante período de junho de 2014 a abril de 2016, com o devido registro dos fatos em caderno de campo. Para o aporte teórico, usa-se a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da consulta tanto ao acervo impresso quanto eletrônico. O estudo está dividido em seis seções, contando com esta introdução. Na segunda seção discute-se o conceito e o papel da sociedade civil e da política, esta uma arena de lutas segundo Gramsci. Na seção três será discutida a relação entre Estado e Sociedade Civil de acordo com Habermas e Gramsci. Na seção quatro analisa-se a proposta da Gestão Social, enquanto um método de ação de política pública entendido como sendo o mais adequado às políticas territoriais rurais. A quinta seção destinou-se à análise da participação dos atores sociais no CONSEA do município de Seropédica a partir dos fatos ocorridos em reuniões devidamente registradas. Na seção seis são apresentadas as conclusões.

2 | SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA EM GRAMSCI E HABERMAS

Inspirado nas reflexões teóricas de Marx, Engels e Lênin, Gramsci desenvolveu

novas determinações no campo da teoria política, como um crítico desta. Segundo Coutinho (1999, p.91), a “[...] política em Gramsci (1999) é sinônimo de catarse” Ao realizar catarse, a classe se supera, deixando de ser um conjunto de *homo economicus* para se tornar sujeito político consciente em nome da vontade coletiva, passando do particularismo para a consciência universal.

A teoria política de Gramsci representou um avanço em relação à teoria marxista clássica. No *Manifesto*, para Marx e Engels (1997) o poder político era o poder de opressão do Estado burguês sobre as classes subalternas. Gramsci, por sua vez, em uma de suas *Cartas*, demonstra acreditar que poderia haver equilíbrio de forças entre a *sociedade política e a sociedade civil*. (GRAMSCI, 2011, p. 264). Gramsci (2007, p. 244) absorve de Hegel (1997) os fundamentos teóricos para a sua própria definição de sociedade civil: “Na noção geral de Estado [...] (seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).”

Gramsci, a partir do momento em que *amplia* o Estado, presta grande contribuição ao indicar o processo pelo qual a Sociedade civil poderia intervir numa determinada base econômica e sociabilidade, transformando-a. A capacidade de luta, ou seja, o poder de reação das classes oprimidas dependeria da estrutura da sociedade civil. Dessa forma, “no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscariam exercer sua hegemonia, ou seja, buscariam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política e o consenso*” (GRAMSCI, 2007, p. 245).

Gramsci põe na política e na sociedade civil toda a responsabilidade rumo à emancipação humana. Se democracia é, como aponta Coutinho (2000, p. 50) “sinônimo de soberania popular”, seria possível afirmar, na perspectiva gramsciana, que o Brasil se encontra numa fase de guerra de posições, buscando a hegemonia, se equivalente à soberania, num processo de luta permanente pelo fortalecimento da cidadania.

A democracia, para Coutinho (2000, p. 61) é “a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política”, enquanto “concebida como a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política.” Habermas (1995) oferece uma terceira via de modelo de democracia, ao propor um entrelaçamento da política republicana (dialógica) como a política liberal (instrumental) realizando o que chama de *política deliberativa*, “quando as correspondentes formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas.” O autor, portanto, apoia seu modelo “nas condições de comunicação e procedimentos que outorgam à formação institucionalizada da opinião e da vontade política sua força legitimadora.”

Habermas (1990, p.100-02) discute a dialética que diferencia e transforma o homem no cidadão (burguês) e o processo normativo de praticar cidadania. Para o autor, o conceito de cidadania sofreu muitas mutações desde que surgiu da Grécia antiga até o mundo moderno. Hoje se tornou quase sinônimo de garantia dos direitos

civis individuais inspiradas em John Locke que atenderiam apenas aos homens proprietários burgueses de acordo com Marx.

A partir da comparação de seu modelo de democracia *Deliberativa* com os outros dois, e analisando especificamente o “processo de formação democrática da opinião e da vontade comum”, Habermas (1995, p. 44-46) formula a *Teoria do discurso* onde, ao praticar democracia, “a razão prática se afastaria dos direitos universais do homem” ou “da eticidade concreta de uma determinada comunidade” e se fundamentaria nas “normas do discurso e de formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento da validade da ação orientada para o entendimento”. Habermas (2011, p.23) afirma que a “formação democrática da opinião e da vontade”, onde se concretiza o poder comunicativo da sociedade civil, é capaz de modificar a composição do poder administrativo ao longo do tempo. Assim, “a opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo procedimentos democráticos não pode “dominar” por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo.”

Rocha (2007, 126), investigando as obras de Gramsci e Habermas, chegou à conclusão de que ambos buscavam, com procedimentos distintos, ampliar “as possibilidades do campo da política, com alterações substanciais nas relações entre Estado e sociedade.” Em Gramsci, o alcance do consenso pelas classes, que incorpore e reflita seus interesses, “exige cada vez mais que seus portadores possuam estrutura e legalidade próprias para, assim, assumirem sua função de construção de relações sociais de hegemonia.” Já Habermas “detalha a forma como, nos contextos democráticos, os procedimentos legais e políticos institucionalizados – a positivação do direito – vêm assegurando que os processos espontâneos de formação de opinião sejam gradualmente considerados nas instâncias decisórias do sistema político.”

Não obstante o destaque que Habermas e Gramsci destinaram à sociedade civil no campo político, Rocha (op. cit.) observou as diferentes direções analíticas em relação ao “delineamento da anatomia desta esfera, na constituição de seus atores e nas suas estratégias de ação política.” Para a autora, na concepção habermaseana, a sociedade civil, aproxima-se (da) “esfera das associações voluntárias, do espaço público dotado de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado, de solidariedade social, do discurso”. Os atores e instituições que a compõe a sociedade civil “não configuram partidos ou outras formas de organização política, visto que “não estão organizados tendo em vista a conquista do poder” (Ibid., p. 127). Já em Gramsci, vinculação entre sociedade civil e processo democrático se dá como “resultado da passagem, a partir do desenvolvimento da luta de classes, [...] de figuração dos interesses de um grupo social para uma consciência política que se coloca como capaz de projetar interesses universais.”

3 | GESTÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Ser agricultor familiar, além de identificar uma categoria de classe social, deve ser entendido como o indivíduo inserido nas relações sociais e históricas em seu território. Para Lukács (apud CARLI, 2013, p. 16), há um “selo ontológico”, produto do trabalho, que nasce a partir no novo ritmo imposto pelo capital à interação entre a sociedade e a natureza. Segundo Abramovay (1998):

A agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. [...] a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana. (ABRAMOVAY, 1998, p. 143).

A vida social do agricultor familiar não se descola de suas atividades econômicas. E, muito embora venha sofrendo pressões frequentes do capital, seja pela expansão ou especulação imobiliária, seja pelo agronegócio, a população rural brasileira tem resistido, tendo como um trunfo raffestiniano (RAFFESTIN, 1993), especialmente o fato de não ter perdido seu selo natural. O agricultor familiar tem inovando e criando novos mercados, contando com o apoio político e social de diferentes segmentos da sociedade, simpatizantes com seu modo de ser e fazer.

Nos territórios rurais, os atores-cidadãos, em coletividade, devem constituir a arena política local, defendendo os interesses da totalidade e exercendo o controle social. As políticas públicas ancoradas no território devem lançar mão de uma governança participativa, estimulando a prática cidadã como prevê a *Gestão Social*.

O conceito de Gestão Social tem sua base na Escola de Frankfurt, em especial nas obras de Jürgen Habermas. Absorvendo das tipologias habermaseanas as ações estratégica e comunicativa, e contrapondo-as, Tenório (2008, p.23) desenvolveu os conceitos de Gestão Social e Gestão Estratégica. “Assim, a expressão *ação estratégica* - ação racional voltada para o êxito, será antitética à *ação comunicativa* - ação racional voltada para o entendimento.” Segundo o autor, a *Gestão Social* se contrapõe à estratégica, pois “tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais [...] segundo os pressupostos do agir comunicativo” e fundados na cidadania deliberativa que propõe tratar as questões políticas de forma compartilhada com a sociedade civil e de acordo com os seguintes princípios: “inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum” (TENÓRIO, 2008, p.107-161).

4 | O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO CONSEA DE SEROPÉDICA/RJ

A situação da agricultura familiar em Seropédica, frente ao crescimento econômico da região, é demasiadamente frágil e requer uma atenção especial dos diversos atores envolvidos no processo de resgate e fortalecimento da atividade. Trata-se de um município localizado na região do Grande Rio, muito próxima da capital, e que vem apresentando significativas transformações socioeconômicas, culturais e ambientais. A proximidade com a cidade de Itaguaí, que abriga o porto, que registra eventos de importação e exportação de diversas indústrias como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), assim como a construção da rodovia BR-493, mais conhecida como Arco Metropolitano, tem atraído a instalação de condomínios logísticos, indústrias e mineradoras para Seropédica, exercendo diferentes formas de pressão para a expulsão do produtor familiar do campo.

Com todas essas transformações, a agricultura familiar, que no passado era considerada uma das principais atividades da região, e acompanhando as transformações por que tem passado o campo brasileiro sob a pressão da industrialização, da especulação imobiliária e do agronegócio, está sendo relegada ao segundo plano nas agendas políticas locais.

Como enfrentamento das adversidades, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) de Seropédica foi criado pelos atores sociais tanto da sociedade civil quanto pela Secretaria de Assistência Social de Seropédica, para discutir, entre outras questões, àquelas relativas à produção de alimentos locais e ao acesso às políticas públicas, em especial ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O CONSEA, composto por quatro entidades do poder público local e oito da sociedade civil, tem atuado, desde o ano de 2013, com debates que incluem questões como a desnutrição e a obesidade de crianças do município; casos de insegurança alimentar em alguns bairros e a inclusão dos agricultores familiares locais no PNAE; o assunto mais recorrente nesse fórum de discussão.

A primeira iniciativa desse processo nas reuniões do CONSEA foi a criação de uma comissão formada agricultores locais e nutricionistas da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Seropédica no sentido de ajustar o cardápio da merenda escolar aos produtos mais adaptados ao clima e ao solo de Seropédica: inhame, aipim, banana, abóbora, beterraba, etc.. Com a compra e produção programadas, poderiam ser adquiridos alimentos orgânicos, que, por lei, agregam um valor monetário de até trinta por cento acima do preço em relação ao produto não orgânico. Esse fato foi destacado nas reuniões, pois o maior interesse em ofertar tem partido da rede local de agricultores orgânicos, os quais vendem os seus produtos com maior valor agregado.

Outra discussão, acerca dos aspectos legais, trata da obrigatoriedade definida em lei, do município adquirir pelo menos 30% da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar, no âmbito do PNAE, conforme prevê o artigo 14 da Lei nº 11.947

de 16 de junho de 2009. Baseado nesse fato, o município de Seropédica, em 2014, conseguiu atingir o percentual obrigatório, mas por meio de uma cooperativa de Araruama, município distante em 180 km de Seropédica. Tal cooperativa, por seu turno, negociava com produtores de outras localidades, não incluindo os agricultores locais de seu próprio município. A proposta apresentada pela gestão do município de Seropédica consistiu em articular negociações entre os agricultores do município e a cooperativa de Araruama, já que a mesma possui o DAP-Jurídico, que é um dos documentos necessários à entrada no processo de aquisição de produtos para a alimentação escolar.

Por outro lado, alguns produtores mostraram desinteresse em *negociar* como cooperativa, visto que já possuem o DAP na modalidade individual e que, portanto, poderiam fornecer diretamente à secretaria de educação, tornando desnecessária a *intermediação* da cooperativa que venceu a chamada pública.

Mas a inserção individual dos produtores rurais na composição da oferta de alimentos às escolas tem sido dificultada por falhas na gestão pública, demonstrando incompetência administrativa para estabelecer uma articulação eficaz com os produtores rurais. Segundo um dos produtores presentes na reunião do CONSEA, que ocorreu no mês de outubro de 2014, uma das maiores falhas no processo de aquisição de alimentos é a falta de transparência. Há pouca divulgação das chamadas públicas para os agricultores que dispõem dos documentos necessários para a comercialização, o DAP, o Documento de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) que pode ocorrer no formato jurídico, no caso de uma cooperativa, ou individual. O agricultor não tem acesso às informações referentes às chamadas públicas, visto que as informações são divulgadas somente no Diário Oficial do município, canal de comunicação de acesso pouco eficiente, considerando o local, a renda e a rotina de trabalho dos produtores. O referido produtor indicou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)-Rio como órgão articulador que os tem apoiado no processo.

Para o estabelecimento da institucionalização da inclusão dos agricultores no PNAE, foi criada uma comissão entre os atores envolvidos – agricultores interessados e Emater-Rio que apoiaram na elaboração do projeto – que buscou discutir a consolidação da dinâmica organizacional como uma proposta de participação cidadã. Para a presidente do CONSEA, a sugestão dada pela Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio de Seropédica (SEMAMA) “conseguiu fazer com que eles cumprissem a lei e realmente olhar o agricultor local”, ao se propor a compra dos produtos pela cooperativa que vinha fornecendo os alimentos. Mas os agricultores locais tinham outra percepção.

Na última reunião do CONSEA de 2014, o subsecretário de meio ambiente e agronegócio tentou aproximar os agricultores interessados no fornecimento de alimentos às escolas, convidando um representante da cooperativa do município de Araruama, que havia vencido a chamada pública naquele ano. Foi sugerido pelo

subsecretário que a cooperativa adquirisse dos agricultores locais e depois fornecesse às escolas do município. Mas os agricultores locais não aprovaram a proposta, tendo em vista sua percepção de que na lei que rege o PNAE, consta que a venda pode ser realizada diretamente com a secretaria de educação no ato da chamada pública, dispensando a intermediação dessa cooperativa vencedora. Essa cooperativa seria, na visão dos agricultores, mera *atravessadora* dos produtos. Essa adesão, na visão dos agricultores, iria implicar em perda financeira frente à possibilidade do fornecimento direto. Diante da discordância justificada dos agricultores locais, ao fim do de 2014, mesmo com todas essas tentativas de articulação realizadas durante o ano, não foi possível a inclusão dos agricultores no PNAE segundo suas condições: fornecer diretamente para a alimentação escolar sem a intermediação da cooperativa vencedora da chamada pública.

No início do ano de 2015 houve retomada das ações dos conselhos acerca do processo de inclusão dos agricultores locais individualmente. O ponto de partida foi buscar reunir uma comissão formada por agricultores, a recém eleita presidente do CONSEA do município e o prefeito. O objetivo da reunião era cobrar maior transparência no processo de aquisição da alimentação escolar. Essa tentativa foi frustrada pela não destinação de agenda por parte do prefeito para receber a comissão.

Na reunião do CONSEA de abril de 2015, houve a presença do representante da Secretaria de Educação, responsável pela chamada pública do PNAE. Só isto já pode ser considerada como uma conquista legítima, resultado da pressão exercida pelos membros do CONSEA junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Segundo o representante, ao ser questionado pelos agricultores sobre a falta de divulgação da chamada pública, o mesmo respondeu que a obrigatoriedade da divulgação se dá por meio do Diário Oficial do município. Mas esse meio de comunicação, como mencionado acima, não tem alcance efetivo sobre àqueles que poderiam fornecer alimentos. Mediante esta queixa, o representante se dispôs a receber os agricultores interessados para maiores esclarecimentos e ainda informou que o edital estaria disponível em, aproximadamente, quinze dias a partir da data da reunião. Consultando os agricultores para verificar o cumprimento do prazo indicado, mais uma vez há uma indicação de má gestão pública. Na fala dos agricultores participantes das reuniões trata-se de “uma chamada oculta, [pois] eles não divulgam, fazem uma papelada interna lá, dizem que divulgou... ficamos procurando saber que dia que ia ser a reunião, onde era, como era, aí fomos descobrir tudo em cima da hora.”

Mesmo assim, com o apoio técnico da representante da Emater-Rio, três agricultores interessados em participar do processo se reuniram em alguns encontros para a leitura do edital e para a elaboração do projeto de fornecimento. Propuseram fornecer quinzenalmente, e individualmente, cerca de 6800 kg dos produtos abóbora e banana-prata, para quatro escolas rede municipal, totalizando um montante de cerca

de vinte mil reais pelo fornecimento, conforme valores analisados no documento. Valor esse que melhoraria significativamente a reprodução socioeconômica das três famílias envolvidas, segundo a opinião dos agricultores entrevistados.

Com a aprovação do projeto, os três agricultores iniciaram o plantio em junho das duas culturas para o fornecimento começar em agosto conforme havia sido indicado no projeto. Mas, a assinatura do contrato não ocorreu de imediato. Os responsáveis pela compra dos produtos no município só convocaram os agricultores para assinarem o contrato no final de setembro. Com toda essa espera e com diversas tentativas de contato dos produtores com a prefeitura para o fornecimento, sem uma perspectiva de assinatura, os agricultores tiveram que vender grande parte da produção por outros meios, para que não houvesse mais prejuízo e desperdício dos alimentos perecíveis. No momento da assinatura do contrato, já na segunda quinzena de setembro, a funcionária da prefeitura solicitou aos agricultores que o assinassem com data retroativa a julho, o que seria impróprio, dado o atraso em firmar o contrato e pelo fato de que muito da produção já havia sido destinada a outro comércio.

Outro problema sofrido pelos produtores é a complexidade na distribuição dos alimentos. Como são 18.000 refeições oferecidas diariamente numa rede que é composta por 45 escolas, a logística é complexa, conforme expõe a presidente do conselho. Contudo, a proposta incluiria três agricultores que forneceria alimentos para quatro escolas, o que torna mais fácil a organização, e, mais ainda, seria uma rica experiência piloto e um ponto de partida para os outros agricultores, com o interesse em participar da chamada pública nos anos seguintes. Segundo a extensionista da Emater-Rio, “como não deu certo, os agricultores terão que começar da estaca zero em 2016.”

A representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município, presente nas reuniões, salientou que o CAE é um conselho muito ativo e presente no controle e fiscalização em todo processo de aquisição e distribuição dos alimentos para as escolas. Há, segundo ela, todo um planejamento e agendamento de visitas nas escolas por parte deste Conselho. Sobre a aquisição dos alimentos escolares, segundo a representante, estes vêm de uma empresa privada que faz a entrega. Informou que no CAE a discussão sobre a compra vinda da agricultura familiar é algo bastante presente, citando o caso da compra de 30% por meio da cooperativa de Araruama no ano de 2014, ressaltando como uma primeira experiência exitosa. A mesma explicitou também que em 2014 os agricultores locais não quiseram vender os seus produtos para a cooperativa de Araruama, pois a consideravam como *atravessadora* no processo. Sobre o ano de 2015, referente à perspectiva da inclusão de agricultores de Seropédica na chamada pública, a representante informou que o problema teria ocorrido pela falta de interesse por parte dos agricultores, pois, depois de terem o projeto aprovado na chamada pública, os agricultores não teriam procurado a prefeitura para saber dos procedimentos e assinar o contrato - Informação bem

diferente da informada pelos agricultores. A mesma acredita que Seropédica não tem como atingir o percentual de 30% de produtos da agricultura familiar somente com os agricultores locais, pois produção vinda do município seria insuficiente para o fornecimento de alimento para 45 escolas. Inclusive, foi questionado por ela, até que ponto a agricultura familiar é presente no município.

De fato, a lei não obriga que a compra seja feita com só produtores locais, mas isso não significa que a prefeitura não possa priorizá-los enquanto uma proposta de desenvolvimento econômico sustentável para o município. Eles são perfeitamente capazes de fornecer alimentos para algumas escolas. Inclusive era esse seu projeto. Para isso, faz-se necessário estimular, estreitar as distâncias entre o agricultor, o programa e a prefeitura. O ano de 2015, por outro lado, serviu de experiência aos produtores locais enquanto uma primeira tentativa de compra direta.

Por conta da não concretização da compra dos produtores familiares de Seropédica, por meio da chamada pública, segundo a representante, o município no ano de 2015 não atingiu o mínimo de 30% estabelecido pelo PNAE, responsabilizando, assim, os agricultores. A entrevistada salientou que a prefeitura terá que justificar, em relatório, a não compra do mínimo de 30% da agricultura familiar em virtude do ocorrido. E, assim, a vítima foi culpabilizada.

O que se percebeu foi um descaso, por parte da prefeitura nesta articulação. Com o insucesso desse processo de inclusão, como consequência do desinteresse do poder público local de atender à justa demanda dos produtores familiares, a prefeitura passou a adquirir 100% da alimentação escolar através de uma empresa que não se preocupa, sequer, em comprar da agricultura familiar.

No início do ano de 2016, houve uma chamada pública, mas, novamente, sem uma ampla divulgação entre os agricultores, fato que levou os agricultores individuais a sequer participarem da chamada pública para o ano. Essa informação foi apresentada na reunião do CONSEA realizada no mês de março de 2016.

Toda a dificuldade e falta de estímulo relatada acima levou a uma queda drástica na participação dos agricultores no conselho. Para eles, o processo ficou desacreditado, embora a atuação do CONSEA tenha sido constante e incessante na articulação das discussões entre a sociedade cível e o poder público, devidamente assessorado pelas entidades de extensão e pesquisa que participam das reuniões, como a Emater. Por outro lado, há resistência. Na reunião ordinária de abril de 2016, o CONSEA de Seropédica contou com a presença de três representantes do CONSEA Estadual, os quais esclareceram várias questões sobre a criação do mesmo, sobre a possibilidade do município aderir, futuramente, ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e sobre os *entraves* enfrentados pelos agricultores no processo de sua inclusão no PNAE do município.

O CONSEA tem encontrado até mesmo dificuldade para a sua legalização. O conselho existe *de fato*, mas não *de direito*, pois até então não existia uma lei de criação do mesmo no município. A questão da criação da lei de criação do

CONSEA nas reuniões girava em torno de qual seria o meio mais viável para a sua efetivação: se por meio do poder executivo ou via câmara dos vereadores. Houve várias tentativas, sem êxito, de marcar uma reunião com o prefeito da cidade, para expor a necessidade da legalização do conselho que já existia e era atuante, mas que necessitava de amparo legal.

A opção adotada foi procurar o presidente da Câmara dos Vereadores para expor o problema. Assim, com muita disponibilidade em contribuir com a questão apresentada, o referido vereador participou de algumas reuniões do conselho em 2015 e, ao final do ano, apresentou o projeto de criação do CONSEA na Câmara que o aprovou, com seis votos a dois. Faltava somente a sanção do prefeito. No início de 2016 o prefeito vetou o referido projeto, alegando que a Câmara não deveria “interferir nas decisões do poder executivo.” Mas a Câmara derrubou o veto do prefeito na primeira semana de março de 2016. A criação do CONSEA foi publicada no Diário Oficial do município em maio de 2016.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências recentes têm mostrado esforços no intuito de fortalecer a governança da sociedade civil no território, para a promoção do desenvolvimento das populações mais fragilizadas que do campo. A abordagem territorial e sustentável exige dos atores locais uma maior participação política, em espaços públicos de consulta e deliberação como vem ocorrendo no CONSEA de Seropédica.

Para uma maior aproximação entre Estado e sociedade, sugeriu-se aqui que a administração pública deveria levar em conta os princípios fundamentais da cidadania deliberativa: inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum; por meio da Gestão Social. No caso de Seropédica, a gestão fundada em tais princípios não se verificou. Há um claro descompasso entre os interesses da administração pública, em especial do poder executivo; e os da sociedade civil; os agricultores familiares locais organizados no CONSEA.

Por outro lado, cada fase do processo deliberativo na guerra de posições ou no jogo político leva ao aumento da maturidade política, ampliando as possibilidades do agir comunicativo. Cada conquista, cada representação do poder público presente na reunião; significa o resultado da pressão e da luta travada pelos cidadãos-produtores familiares rurais; não pelo direito a ter direitos, mas para fazer valer o direito já conquistado no PNAE.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.15, n.1, p.137-157, 1998.

CARLI, R. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. **Contra a corrente: ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 49-69.

DAGNINO, E. Confluência **perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. In: GRINMSON, A. La Cultura em las Crisis Lationamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1 ed., 2004. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf. Acesso em: 15 jul. 2015, p. 195-216.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cartas do cárcere: Antologia**. Sevilha: Estaleiro Editora, 2011.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, n. 36, 1995.

_____. **Soberania popular como procedimento**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 26, p. 100-113, 1990.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**.v.29. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas Geografia e Política).

ROCHA, S. D. da. **“Imagens e contra-imagens do estado”**: considerações sobre a sociedade civil em Gramsci e Habermas, Dissertação de Mestrado, CCHLA, UFRN, Natal, 2007.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do Mercado: ensaios de gestão social**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: O CASO DO SICREDI UNIÃO RS, AGÊNCIA DE SANTO ÂNGELO

Pedro Luís Büttenbender

UNIJUÍ/DACEC

Santa Rosa/RS

Ademir da Silva Dutra

SICREDI

Santa Rosa/RS

Ariosto Sparemberger

UNIJUÍ/DACEC

Santa Rosa/RS

Giovana Fernandes Writzl

UNIJUÍ/BIC/ADMINISTRAÇÃO

Santa Rosa/RS

RESUMO: Esta pesquisa aborda práticas de sustentabilidade ambiental em uma cooperativa de crédito, explorando as ações desenvolvidas na Sicredi União RS, Unidade Atendimento de Santo Ângelo. São crescentes as atenções, políticas e programas voltadas para a sustentabilidade da vida para as gerações presentes e futuras. Estas se traduzem em práticas de gestão, operacionalização e educação ambiental que são incorporadas nas organizações. Esta prioridade integra a gestão das cooperativas de crédito, a sustentabilidade e os desafios e perspectivas das Cooperativas. O objetivo geral desta pesquisa estudar a política de sustentabilidade no Sicredi União RS, mapeando práticas de sustentabilidade

desenvolvidas na Unidades de Atendimento de Santo Ângelo, contribuindo com a difusão destas práticas no Sicredi e na própria sociedade. A metodologia utilizada para o estudo foi a utilização de um caso exploratório de natureza quali-quantitativa, tendo elementos de pesquisa participante. O Sicredi é reconhecido como uma instituição que prioriza a sustentabilidade, demonstrando seus diferenciais competitivos frente aos demais competidores bancários e demais organizações. O estudo apresenta evidências que demonstram que as práticas voltadas as sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito são crescentes, estão se qualificando e que contam com o apoio institucional de políticas e programas voltados a área. O estudo reconhece que os avanços são importantes, mas as políticas e ações devem se estender para a dinâmica da concessão de créditos, digitalização de documentos e processos administrativos e outras. Destaca-se a importância da educação e sensibilização no cooperativismo e na sociedade, gerando avanços para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Administração; Cooperativas de Crédito; Sustentabilidade Ambiental.

ABSTRACT: This research deals with environmental sustainability practices in a credit

cooperative, exploring the actions developed at Sicredi União RS, de Sant'Angelo. The attention, policies and programs focused on the sustainability of life for present and future generations are increasing. These are translated into practices of management, operationalization and environmental education that are incorporated in the organizations. This priority integrates credit cooperative management, sustainability, and the challenges and perspectives of Cooperatives. The overall objective of this study is to study the sustainability policy at Sicredi União RS, mapping sustainability practices developed at the Santo Ângelo Care Units, contributing to the dissemination of these practices in Sicredi and in the society itself. The methodology used for the study was the use of an exploratory case of a qualitative and quantitative nature, with participant research elements. Sicredi is recognized as an institution that prioritizes sustainability, demonstrating its competitive advantages over other bank competitors and other organizations. The study presents evidences that demonstrate that the practices focused on environmental sustainability in credit cooperatives are increasing, are qualifying and that have the institutional support of policies and programs focused on the area. The study recognizes that advances are important, but policies and actions should extend to the dynamics of credit design, document scanning and administrative and other processes. It is important to emphasize the importance of education and awareness in cooperativism and in society, generating advances for economic, social and environmental sustainability.

KEYWORDS: Administration; Credit Cooperatives; Environmental Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema cooperativista é considerado como um importante instrumento para a dinamização da economia de um país, estados e municípios, sustentado na economia social, com interação com os demais agentes de mercado e a distribuição de resultados junto a seus associados.

A responsabilidade é exercida pelo sistema cooperativista desde a sua origem, através da aplicação dos princípios e valores do cooperativismo nos quais as preocupações com as dimensões econômica, social e ambiental são orientadas para a manutenção do bom funcionamento da rede de relacionamentos dos agentes envolvidos. O Sistema de Cooperativas de Crédito - Sicredi é uma instituição financeira cooperativa que valoriza a vocação econômica das regiões, cria oportunidades de negócios e promove o desenvolvimento dos seus associados. Um sistema de cooperativas de crédito direcionado para o crescimento sustentável e cada vez mais próximo das pessoas e comunidades, as quais constituem sua razão de ser.

A sociedade dá sinais de que o modelo empresarial que só objetiva a maximização de riqueza através do lucro deve ceder espaço para um modelo que compreenda os interesses dos diversos públicos que se relacionam com a empresa, com a amplitude adicional de preservação do meio ambiente, da redução de

poluentes, e de investimentos que aliviem os desgastes naturais que ocorreram no passado, rompendo a estrutura anterior para a liberação de um novo projeto ético político, conhecido como responsabilidade social. Portanto, a adoção de práticas sustentáveis na exploração de atividades empresariais, refletidas na preocupação com a preservação ambiental e no oferecimento de retorno social, passou a ser assunto de extrema importância para o destaque e posicionamento mercadológico das empresas.

A sustentabilidade das organizações cooperativas e do próprio sistema ambiental, de acordo com Louette (2007) tornou-se uma fórmula para expressar a necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. As práticas voltadas a sustentabilidade ambiental se integram as organizações e aos cidadãos como necessários para a racionalização dos custos e impactos nocivos para o meio ambiente e a garantia da vida futura no planeta. Estudos, que exploram a temática e as experiências voltada a estas prioridades se fazem necessários e oportunos, para contribuir com o aprimoramento das mesmas e a difusão positiva junto as demais organizações, cooperativas ou não cooperativas.

O objetivo deste foi o de estudar a política de sustentabilidade no Sicredi União RS, mapeando práticas de sustentabilidade desenvolvidas na Unidades de Atendimento de Santo Ângelo, contribuindo com a difusão destas práticas no Sicredi e na própria sociedade.

Há vários esforços e propostas das organizações voltadas a sustentabilidade e o mesmo ocorre no Sicredi. Reconhece-se diferentes estudos realizados sobre sustentabilidade em instituições financeiras e em Cooperativas. Frente a realidade vivenciada pelo Sicredi União RS, em especial a Agência de Santo Ângelo, urge um projeto com propostas e ações para serem desenvolvidas sobre sustentabilidade na Agência de Santo Ângelo. Este estudo, além de ampliar o conhecimento acadêmico, estará contribuindo com a motivação coletiva para o tema da sustentabilidade, bem como, contribuirá para ampliar as ações e resultados do Sicredi voltados a sustentabilidade.

Em termos de procedimentos metodológicos o estudo se caracteriza como estudo de caso, de natureza exploratória, quali-quantitativa, tendo elementos de pesquisa participante e de observação direta. A coleta de dados referenciada em dados primários e secundários, considerando a verificação e mapeamento empírico das práticas e a consulta a documentos, registros e relatórios do Sicredi e outros registros bibliográficos. A sistematização observou a conjunto de dados e as ponderações conceituais, resultando na descrição e análise dos dados.

O estudo está estruturado na seção um com os fundamentos conceituais, considerando gestão de cooperativas de crédito, sustentabilidade ambiental, gestão e sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito. Na seção dois, são detalhados os procedimentos metodológicos, contemplando tipologia da pesquisa, a coleta de dados, sistematização e análise dos dados. Na seção três a apresentação

dos resultados do estudo, acompanhadas das proposições e considerações finais. No encerramento constam os referenciais bibliográficos.

2 | FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Neste seção são lavrados os fundamentos conceituais e antecedentes na literatura, com abordagem em três subseções: gestão de cooperativas de crédito; sustentabilidade ambiental; e a gestão e sustentabilidade ambiental em cooperativas de crédito.

2.1 Gestão de Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas (PAGNUSSAT, 2004), constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além da prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito da Cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum.

A relevância da qualificada gestão de uma cooperativa de crédito é expressa por Wilhelm e Schneider (2013), registrando o crescimento econômico e social para Sicredi União RS: a) Foco no resultado: o objetivo é atingir as metas, agindo com profissionalismo, transformando o associado em Dono, valorizando o associado como parceiro na obtenção do resultado, evitando o assistencialismo e o paternalismo; b) Fidelidade e Transparência: ser fiel aos princípios da Cooperativa nas relações, manter a palavra, cumprir o acertado e ser transparente, o que aumenta a confiança recíproca; c) Postura positiva: valorizar os acertos, incentivar o esforço e a iniciativa; e d) Desafios: não ser paternalista, assistencialista ou esperar passivamente as coisas de graça, ou atribuir demasiada responsabilidade e iniciativa ao poder público.

Büttenbender (2011) afirma que o cooperativismo, ao longo da sua história, tem demonstrado as suas impactantes e positivas contribuições para o desenvolvimento das sociedades, tanto as consideradas desenvolvidas, em desenvolvimento, quanto as subdesenvolvidas. Nesta sua trajetória, o cooperativismo propagou raízes e contribuições positivas em todas as dimensões do planeta. Estas contribuições em alguns momentos serviram para manter o domínio sobre determinados grupos sociais e, em outros, para promover o verdadeiro direito de cidadania, gerando melhores condições de vida aos que com ela convivem e participam.

O cooperativismo de crédito brasileiro, em particular, passa por um momento singular. Os últimos normativos editados conferem-lhe a mais ampla possibilidade estrutural e operacional e remetem às cooperativas centrais a responsabilidade pela qualificação e supervisão. Pagnussat (2004) indica que os associados identificam o diferencial de obter os serviços financeiros de instituição em que eles são os próprios

gestores e participam dos resultados. Estas condições desenvolveram na sociedade a esperança de que o fortalecimento do cooperativismo assegurará a melhoria das condições gerais dos serviços financeiros e, em especial, o acesso ao crédito como instrumento propulsor do desenvolvimento.

Para Schardong (2002) a cooperativa de crédito tem como objetivo primordial captar recursos financeiros de modo a financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada. Desta forma, as cooperativas de crédito apresentam as mesmas modalidades econômicas - financeiras de uma instituição tradicional, porém com diferenciais competitivos voltados para o associado. Ressalta o mesmo autor que as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, com forma e natureza próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Büttenbender (2011) também argumenta que as cooperativas diferenciam-se das empresas tradicionais por buscarem satisfazer às necessidades de seus associados, sendo que, as pessoas que optam pelo cooperativismo o fazem pela solidariedade, a transparência, a democracia, a equidade e a promoção da justiça social. Segundo ele, esta organização amplia a capacidade das pessoas a enfrentarem os desafios da vida. A cooperação contribui para o desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, sustentando a perenidade das firmas e a perpetuação do trabalho e dos negócios. O foco concentra-se em fortalecer as pessoas e as organizações para ampliar seus aportes na direção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Nesta dimensão, observa o mesmo autor, que as cooperativas estão repensando suas estratégias e incorporando novas competências para atuar no ambiente de competitividade crescente, voltando-se para as capacidades internas e externas das organizações. A intercooperação é um princípio decisivo para o fortalecimento das cooperativas e de todo sistema cooperativo. As novas práticas estão gerando estratégias, arquiteturas e alianças inovadoras, com integração vertical e horizontal, alinhando objetivos e negócios, formatando redes de cooperação e gerando resultados inatingíveis, caso individualmente as operassem.

A gestão de uma cooperativa de crédito, deve ser baseada em princípios e valores, tendo como grande meta contribuir para tornar a sociedade melhor. Sua vocação é colaborar para o crescimento humano. Seu sonho é gerar qualidade de vida a todas as pessoas que ela atinge direta ou indiretamente.

2.2 Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade é definida como a capacidade do ser humano interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. O conceito de sustentabilidade organizacional surge da conceituação do *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade, definido por

Elkington (1998), apresentando as esferas econômica, social e ambiental. Outro autor, Sachs (1993), destaca as temáticas da Sustentabilidade social, da sustentabilidade econômica e a sustentabilidade ecológica/ambiental.

O’Riordan e Voisey (1998) afirmaram que a transição para a sustentabilidade é um processo permanente, uma vez que a “sustentabilidade pura” nunca será, de fato, alcançada. Os autores identificam vários estágios da sustentabilidade, variando em uma escala que vai de sustentabilidade muito fraca, implicando pequenas mudanças de práticas ambientais, até sustentabilidade muito forte, mais inclusiva, auto-sustentada e que se preocupa em envolver as pessoas afetadas pelos processos produtivos nas decisões. Por isto que o economista Welford (1997) destaca que a sustentabilidade está mais relacionada a processos do que a resultados tangíveis, sendo os elementos-chave da sustentabilidade: a equidade (estímulo à participação dos interessados, proporcionando-lhes poder de decisão); a futuridade (precaução e uso consciente dos recursos); a preservação da biodiversidade; o respeito aos direitos humanos; e a incorporação do conceito de ciclo de vida e responsabilidade sobre os produtos.

De acordo com Serageldin (1993), os esforços no sentido de identificar as implicações operacionais da sustentabilidade só atingirão seus objetivos com a integração dos pontos de vista econômico, ecológico e social. Isto porque as atividades comerciais e econômicas estão inseridas em sistemas ecológicos e sociais mais amplos e deles dependem fundamentalmente, ressaltando que se um aspecto for comprometido, a estabilidade dos outros elementos inter-relacionados estará ameaçada.

Na dimensão econômica e de negócios, Marinho (2001) destaca que as empresas consumidoras intensivas de recursos naturais, energia ou água e aquelas atividades que implicam altos riscos para as populações ou geram grandes impactos ambientais ou sociais (ex. usinas nucleares, indústria de cigarro), sem uma profunda transformação na sua forma de produzir ou das características dos seus produtos, teriam maiores dificuldades de se enquadrar no conceito de sustentabilidade. É possível perceber nessas definições de desenvolvimento sustentável, a esperança de aliar essas três perspectivas: desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Entretanto, nem sempre os projetos possuem essas três esferas bem equilibradas.

Convergentes, Casarotto Filho e Pires (2001) dizem que as estratégias compreendidas de forma global são fundamentais para iniciativa e definição das propriedades que garantam: sustentabilidade; visão e capacidade de análise e identificação das propriedades imediatas e futuras; e descentralização e participação social. Ainda ressaltam que a institucionalização do desenvolvimento sustentável pode evitar a vulnerabilidade local e os desequilíbrios que poderiam gerar tensões e rupturas futuras.

Uma abordagem mais ampla sobre o tema da sustentabilidade, recentemente

externada em tese de doutoramento, é realizada por Büttenbender (2014), quando formula e sustenta um constructo que inicia com o conjunto de três interfaces triangulares. A primeira, reconhecendo Elkington (1998), com a primeira abordagem triangular das esferas econômica, social e Ambiental. A segunda, quando o autor reconhece a importância da abordagem inovadora de Julien (2010), quando define a base triangular da inovação, da tecnologia e do empreendedorismo. A terceira dimensão triangular, aporta as contribuições do ‘Triângulo de Sabato’, também conhecida como tríplice hélice, proposta por Etzkowitz (2009), com a necessária cooperação entre o Estado, a Indústria (Empresários) e Universidade (centros de pesquisa e desenvolvimento). A combinação integrada destes três conjuntos triangulares, de forma sistêmica, constituindo-se no constructo de Governança Inovadora e de Desenvolvimento Sustentável Territorial (Büttenbender, 2014).

Os desafios indicam na repercussão do constructo proposto na dinâmica de gestão do desenvolvimento de territórios e a gestão eficaz, eficientes e efetiva de empreendimentos cooperativos, na ótica direcionada a sustentabilidade ambiental, o que é melhor detalhada na seção seguinte.

2.3 Gestão e Sustentabilidade Ambiental em Cooperativas de Crédito

As cooperativas pela sua natureza são organizações baseadas na economia social e que tem na sustentabilidade ambiental, econômica e social um de seus princípios fundamentais. O cooperativismo, em seus distintos ramos, destacando o crédito e em particular o Sicredi, tem incorporado o tema da sustentabilidade a longa data. Antes mesmo dele tomar a forma atual no mundo empresarial e da sociedade. A sustentabilidade que passa pelos fundamentos da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Uma instituição é sustentável quando gera resultado econômico, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com as quais interage, equilibrando resultados financeiros com o desenvolvimento de comunidades. É uma instituição financeira cooperativa que valoriza a vocação econômica das regiões, cria oportunidades de negócios e promove o desenvolvimento dos seus associados. Um sistema de cooperativas de crédito direcionado para o crescimento sustentável e cada vez mais próximo das pessoas e comunidades, as quais constituem sua razão de ser.

Na construção da sua visão de sustentabilidade, o Sicredi partiu do pressuposto que as cooperativas, pela sua forma e natureza jurídica própria e em razão dos seus princípios, já têm a sustentabilidade na essência, pois trabalham para o desenvolvimento econômico e social. Assim se define que o nome da Cooperativa Sicredi União – RS, é muito mais que um nome fantasia, União representa a sustentabilidade de um empreendimento focado no crescimento das pessoas e das comunidades.

Nesse contexto Tachizawa (2005) indica que uma instituição financeira caracteriza-se como uma organização tipicamente de baixo impacto ambiental, em

observando a sua operacionalidade. Porém, como agente de crédito, assume um relevante impacto, a partir do financiamento de projetos de alto impacto ambiental. Como expressam Lins e Wajnberg (2007), o papel das instituições financeiras no voltado ao tema do desenvolvimento sustentável está na sua capacidade de sensibilização e indutora mudanças e transformações a partir das suas políticas de crédito.

Esty e Winston (2008) citam que os líderes ambientais que veem os negócios sob a ótica do meio ambiente encontram oportunidades de reduzir custos e riscos além de aumentar a receita. Essas estratégias geram um novo tipo de vantagem competitiva sustentável chamada de ecovantagem: utilização de um processo ecologicamente correto para gerar lucro, obtendo vantagens monetárias diretas, como a utilização de matéria prima sustentável, até vantagens indiretas, como melhoria na visibilidade da marca.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2007), o conceito de sustentabilidade nas instituições financeiras remete à necessidade destas integrarem a perspectiva sustentável à sua própria missão e estratégias, adotando critérios socioambientais além dos econômico-financeiros. Para Tosini (2006), o sistema financeiro, é um dos principais agentes do desenvolvimento econômico, e não pode ficar à margem dos problemas ambientais, pois além da consciência da sociedade, o arcabouço legal em relação ao meio ambiente também atinge estas instituições. Reforça também que as instituições estão expostas a riscos que podem trazer prejuízos relevantes, comprometer a saúde financeira e sua própria continuidade. Complementa que o risco ambiental para as instituições financeiras é o risco de dano ao meio ambiente causado por qualquer atividade econômica. A inserção do conceito de sustentabilidade nos negócios impõe um novo paradigma, entre os fatores econômicos, sociais e ambientais das organizações. Para Mattarozzi e Trunkl (2007) as empresas precisam avaliar corretamente em que ponto estão e em que ponto querem chegar ao que diz respeito à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. As repercussões da sustentabilidade no mundo dos negócios demonstram ser a tendência em várias áreas de estudo, quem retira os primeiros frutos da oportunidade, apesar do custo dos investimentos iniciais, fortalece a marca da empresa no presente e acumula benefícios com menor esforço, no futuro.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e estudo de caso Yin (2001). A pesquisa exploratória, aplicada com a finalidade de conhecer e explorar mais sobre o assunto. A pesquisa descritiva para descrever os dados e resultados do estudo. O estudo de caso, por estudar as práticas e inovações do Sicredi e de forma mais focada, na UA de Santo Ângelo do Sicredi União. Os fundamentos

da pesquisa quantitativa e qualitativa, pois buscou quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística, complementada com a análise qualitativa das abordagens (LAKATOS e MARCONI, 2007 e MALHOTRA, 2001).

Quanto aos meios foi documental, bibliográfica e exploratória e de campo (GIL, 2002). A temática que norteou o estudo foi o de estudar a política de sustentabilidade no Sicredi União RS, mapeando práticas de sustentabilidade desenvolvidas na Unidades de Atendimento de Santo Ângelo, contribuindo com a difusão destas práticas no Sicredi e na própria sociedade.

Para tanto, após a revisão conceitual e bibliográfica, a coleta de dados de campo, realizada no final do ano de 2015, foi baseada em um levantamento dos documentos e registros da cooperativa, que fundamenta e definem as políticas de sustentabilidade da cooperativa, registros, relatórios e outros demonstrativos impressos ou integrantes da intranet da cooperativa. Foram mapeadas as práticas, projetos e ações desenvolvidas na área da sustentabilidade. Contemplou a descrição detalhada dos principais projetos, com a finalidade de explorar de forma mais aprofundada as ações e resultados das iniciativas de sustentabilidade praticadas na cooperativa.

A sistematização dos dados e o tratamento estatístico, juntamente com as descrições qualitativas foram orientadas pelos objetivos do estudo. A análise e interpretação considerou também os referenciais conceituais e as abordagens sistêmicas e integradas da temática, produzindo a final, os resultados pretendidos.

4 | APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação de resultados contempla a caracterização da organização objeto do estudo de caso, com destaque a Agência objeto de estudo. Em prosseguimento a descrição da Política de Sustentabilidade do Sicredi e adicionadas da relação de projetos e ações em desenvolvimento e a proposição de outros para serem objeto de análise e possível implantação.

4.1 O cooperativismo de crédito e o Sistema Sicredi

O Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo) é o precursor da retomada, em 1980, do crescimento do cooperativismo de crédito brasileiro e da organização sistêmica, alicerçado na padronização administrativa e operacional. A precursora no cooperativismo brasileiro, o cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul iniciou no ano de 1902, com a fundação da primeira cooperativa de crédito. Esta atualmente nominada como Cooperativa Sicredi Pioneira.

O sistema Sicredi é composto por quatro cooperativas centrais, confederação, banco cooperativo e empresas controladas (administradora de cartões, administradora de consórcios, administradora de bens e corretora de seguros), com atuação de

forma integrada, proporciona ganhos de escala, fortalecimento da marca e maior competitividade. Opera atualmente com 98 cooperativas de crédito e mais de 1.330 pontos de atendimento em 11 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Rondônia, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro) e 17.870 colaboradores.

Possui como missão valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade em geral. Sua visão é ser reconhecida como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades, com crescimento sustentável das cooperativas, integradas em um sistema sólido e eficaz. Os valores do Sistema Sicredi são: Preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; Respeito a individualidade do associado; Valorização e desenvolvimento das pessoas; Preservação da instituição como sistema; Respeito as normas oficiais e internas; e Eficácia e transparência na gestão.

Os referenciais estratégicos definidos e a estrutura de liderança e gestão do Sistema se estende para todas as cooperativas que a integram. Desta maneira são adotados mecanismos de gestão integrada e de controle compartilhado valorizando a dinâmica de sistema e fortalecendo e ampliando a sustentabilidade o próprio cooperativismo a partir da intercooperação.

4.2 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul – Sicredi União RS.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul – Sicredi União RS foi fundada no ano de 1913 em Cerro Largo, RS. Nesta trajetória a mais de 100 anos a cooperativa atualmente é resultado de um processo de fusão ocorrida no ano de 2010, abrangendo três cooperativas: Sicredi Serro Azul RS, Sicredi Missões RS e Sicredi Grande Santa Rosa, prevalecendo a razão social o nome da primeira e mais antiga, expresso pelo nome fantasia de Sicredi União RS. Atualmente abrange 39 municípios, com 42 pontos de atendimento e aproximadamente 600 colaboradores, atendendo uma área total de 20.481 Km², população total de 452.739 habitantes sendo destes 123.426 associados da cooperativa. Representa aproximadamente 27% de participação da população cooperativada na região. Esta média é bem superior a média nacional que é de apenas 5,1%. A sede administrativa da Sicredi União RS está localizada em Santa Rosa, RS.

A Agência de Santo Ângelo, que é especificamente a referência do estudo, teve sua origem na Cooperativa de Crédito Rural Santo Ângelo Limitada – CREDISA, fundada em 15.05.1981 por 24 sócios fundadores. A Agência, atualmente com 34 anos, possui 27 colaboradores, 6500 associados (8,23% da população de Santo Ângelo), tem como função atender as necessidades dos associados, mediante a realização das operações de natureza financeira, prestação dos serviços demandados

e o relacionamento com o quadro social e comunidade.

4.3 A Política de Sustentabilidade do Sicredi.

Para a elaboração da Política de Sustentabilidade do Sicredi (SICREDI, 2016), foi utilizado o conceito de sustentabilidade proposto pela abordagem *triple bottom line* (ELKINTON, 1998), expressão que reúne simultaneamente o resultado econômico, o social e o ambiental. Assim define que uma instituição sustentável é aquela que gera resultado econômico, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com as quais interage. A escolha desta abordagem está alicerçada nos Princípios do Cooperativismo, que preveem a satisfação das necessidades econômicas em equilíbrio com as sociais. Isto fica ainda mais claro no sétimo princípio, o do interesse pela Comunidade.

A Política de Sustentabilidade do Sicredi (SICREDI, 2016) visa gerar diretrizes para explicitar as boas práticas sustentáveis desenvolvidas pelo Sicredi e aprimorar sua atuação, além de procurar envolver cada vez mais seu público de relacionamento: associados, dirigentes, colaboradores, parceiros, fornecedores e sociedade em geral. São objetivos específicos desta Política: I. Constituir e regulamentar o Comitê de Sustentabilidade e seus Subcomitês; II. Ratificar o 7º Princípio do Cooperativismo, Interesse pela Comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades; III. Assegurar o engajamento dos públicos de relacionamento do Sicredi com as práticas de Sustentabilidade; e IV. Incentivar a criação/adequação de processos, produtos e serviços, alinhados ao conceito de Sustentabilidade.

A sustentabilidade é um pilar da governança do Sicredi, envolvendo todos os seus públicos de relacionamento. Logo, todos os processos, produtos, serviços devem tomar por base o conceito de Sustentabilidade, inserindo-o em suas políticas, regulamentos e orientações específicos. O Sicredi institui um Comitê de Sustentabilidade, que acompanha, sugere, monitora, promove e divulga os projetos relacionados à Sustentabilidade. Após análise deste Comitê, os projetos são apresentados para a Diretoria.

As Diretrizes de Sustentabilidade do Sicredi visam à efetiva implantação desta Política, alinhados às necessidades do Sicredi quanto aos associados, dirigentes, gestores, colaboradores, parceiros, fornecedores e à sociedade. Quanto aos associados, os mesmos devem: I. Participar dos projetos de educação, cultura e esporte, desenvolvidos e/ou acompanhados pela Fundação Sicredi; II. Participar das ações de Sustentabilidade promovidas pelo Sicredi. Quanto aos dirigentes, os mesmos devem: I. Liderar a implantação desta Política; II. Fomentar as ações de Sustentabilidade junto aos associados.

Diante da Política de Sustentabilidade existem dois principais desafios a serem trabalhados que são: 1) Incorporar continuamente a Sustentabilidade nos processos de gestão da organização; e 2) Relacionar as ações de Sustentabilidade aos

objetivos profissionais dos colaboradores, participando de ações de Sustentabilidade promovidas pelo Sicredi na Sociedade.

O acompanhamento da efetiva implantação desta Política se dá pela evolução do Sicredi frente aos relatórios anuais com os indicadores do Protocolo Verde e do *GRI*, sendo que as ações são registradas no Relatório de Sustentabilidade do Sicredi, passível de auditoria.

4.4 Propostas de projetos e ações a serem adotadas na agência de Santo Ângelo e toda a cooperativa

Frente ao estudo, são apresentadas proposições visando a sustentabilidade, agrupadas em duas dimensões: As propostas de projetos e ações que poderão ser implementadas, de forma direta e operacional, a curto e médio prazo na agência de Santo Ângelo. A segunda dimensão que envolve a gestão de toda a cooperativa e do seu negócio.

Quanto as propostas de projetos e ações diretas na agência de Santo Ângelo, são relacionadas: separar lixo; descarte do lixo para empresa reciclável; gerenciamento de consumo de papel; separar folhas em caixas com nomenclatura utilizadas e para reutilização; comprar papel reciclável; gerenciamento do consumo de materiais de expediente; dar um copo de acrílico para cada colaborador; reaproveitamento da água da chuva; adequação das pias e vasos na agência; inserir energia solar; realizar campanhas semestrais de arrecadação de material escolar; realizar campanhas semestrais de arrecadação de alimento; realizar campanhas semestrais de arrecadação de agasalhos, roupas de inverno; criar projeto que realiza doações de mudas de árvore para incentivar o reflorestamento; análise da eficiência energética dos computadores da agência; análise do parque de impressoras e demais equipamentos da agência; realizar descarte do lixo eletrônico; introduzir um bicicletário (estacionamento para bicicletas) para colaboradores e associados; inserir papa pilhas na agência; introduzir luminárias de led; e outros.

Quanto a dimensão voltadas a sustentabilidade e que envolve a gestão de toda a cooperativa e do seu negócio, são relacionadas: Traduzir as proposições de anteriormente relacionadas as demais agências, superintendência regional e espaços de gestão da cooperativa Sicredi União RS e até para o Sistema Sicredi; estudar mecanismos para aprimorar os sistemas de avaliação das concessões de crédito, contendo mais explicitamente a variável da sustentabilidade para além das exigências legais dos licenciamentos ambientais; ampliar e aprimorar os programas de sensibilização e educação cooperativa para associados e colaboradores, voltados mais explicitamente para a sustentabilidade ambiental, juntamente com a sustentabilidade social e econômica; ampliar espaços de parceria e de intercooperação com as demais cooperativas, visando abranger os demais sistemas cooperativos e a própria sociedade, contribuindo com a sustentabilidade da vida e

do planeta; e outros.

5 | CONCLUSÃO

Com os avanços e transformações na sociedade e no sistema cooperativo, indicando oportunidades e desafios voltados a sustentabilidade ambiental, econômica e social do sistema cooperativo e da sociedade, indicam o aprimoramento contínuo das políticas, programas, gestão, projetos e ações voltados a área. Temáticas que ampliar sua importância na sociedade e demais organizações, a temática da sustentabilidade está inserida desde a gênese do cooperativismo e se expressa a partir de seus próprios princípios.

As cooperativas, como publica Büttenbender (2011), são reconhecidos, para além da sua organização própria sustentada na economia social, como efetivos agentes e instrumentos de desenvolvimento, e a partir da maior inserção, investimentos e educação voltados para a sustentabilidade, geram aportes ainda mais determinantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social das cooperativas e da própria sociedade.

Os objetivos propostos para o estudo foram alcançados. A partir desta pesquisa, novas temáticas e questões podem ser formuladas para serem explorados em estudos futuras, como por exemplo: quais políticas, programas e projetos poderão ser estimulados a partir dos avanços produzidos com a ênfase da temática da sustentabilidade? À luz do constructo de Governança Inovadora e de Desenvolvimento Sustentável Territorial de Büttenbender (2014), mapear iniciativas estratégicas que possam contribuir para ampliar a intercooperação e valorizar os demais princípios cooperativos? Quais aportes poderiam ser gerados pelas cooperativas, visando a constituição de um ecossistema inovadora e empreendedor no território do noroeste gaúcho, visando a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, de agregação de valor e a promoção crescente do desenvolvimento sustentável?

O estudo, com os resultados apresentados, tampouco a temática da sustentabilidade se esgota nestas abordagens. Ao problematizar estas temáticas, seja no ambiente cooperativo, quanto nas demais organizações, aduz este sobre a crescente importância de pesquisar e estudar temas diretamente implicados com a dimensão empírica, aproximando a pesquisa, a universidade e as demais organizações e gerando a maior e melhor socialização de resultados destas pesquisas e da socialização das demais dimensões da ciência e tecnologia.

Este estudo, acreditam os autores, cumpre com a missão de contribuir com a pesquisa-ação e, a partir da exploração deste estudo de caso, gerar aportes que contribuam com o fortalecimento do cooperativismo, o desenvolvimento da sociedade e a sustentabilidade da vida e do planeta.

REFERÊNCIAS

- BÜTTENBENDER, P.L. (Org.). Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2010.
- BÜTTENBENDER, P.L. Gestão de Cooperativas: Fundamentos, Estudos e Práticas. Ijuí: Unijuí, 2011.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em administração. Facultad de Ciências Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/ Argentina. 2014.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local; estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ELKINGTON, John, Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.
- ESTY, D. C.; WINSTON, A. S. O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 347 p.
- ETZKOWITZ, Henry. Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- JULIEN, Pierre André. A. Empreendedorismo Regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A.. Fundamento de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.
- LINS, C; WAJNBERG, D. Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, 2007.
- LOUETTE, A. (org.). Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007. 187p.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARINHO, M. M. O. A sustentabilidade, as corporações e o papel dos instrumentos voluntários de gestão ambiental: uma reflexão sobre conceitos e perspectivas. Bahia Análise & Dados, v. 10, n. 4, p. 342-349, 2001.
- MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. Sustentabilidade dos negócios no setor financeiros: um caso prático. São Paulo: Annablume; Brasília: BNDES, 2007.
- MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. 157 p.
- O'RIORDAN, T.; VOISEY, H. The political economy of the sustainability transition. In: The Transition to Sustainability: the politics of agenda 21 in Europe. London: Earthscan. 1998. p.3-30.

PAGNUSSAT, A. Guia do Cooperativismo de Crédito: organização, governança e políticas corporativas. Editora Sagra Luzzato, Porto Alegre, 2004.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZTYN, M. (Org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCHARDONG, A. Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SERAGELDIN, I. The fortune at the bottom of the pyramid. In: Finanças e Desenvolvimento, 1993. p.6-10.

SICREDI. Política de Sustentabilidade do Sicredi RS. http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/upload/files/19299_Politica_de_Sustentabilidade_Sicredi.pdf Acessado em 26.11.2016

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 427p.

TOSINI, M. F. C. Risco ambiental para as instituições financeiras. São Paulo: Annablume, 2006. 192 p.

WELFORD, R. J. Hijacking Environmentalism: corporate responses to sustainable development. London: Earthscan, 1997. 224 p.

WILHELM, Elomar José e SCHNEIDER, José Odelso. O primeiro CENTENÁRIO de um SONHO. Santa Rosa, 1ª Edição, 2013, 298 p.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

AROMATERAPIA: ESTUDO DAS PROPRIEDADES DOS ÓLEOS ESSENCIAIS DE CANELA E CITRONELA APLICADOS A PRODUÇÃO DE SABONETES ARTESANAIS

Marina Serafim da Rocha

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração.
Agudos – São Paulo

Giovanni Uema Alcantara

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração
Bauru – São Paulo

Caroline de Souza Rodrigues

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração
Bauru – São Paulo

Mayra Beatriz Stanize Martins dos Reis

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração
Bauru – São Paulo

Raquel Teixeira Campos

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração
Bauru – São Paulo

Marcelo Telascrêa

Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas –
Universidade Sagrado Coração
Botucatu – São Paulo

para o íntimo de cada indivíduo. A temática dos aromas não é algo recente, pois sabe-se que desde os primórdios da civilização, a utilização das essências disponíveis possui variadas finalidades, sendo elas: fins terapêuticos, místicos, alimentícios ou domiciliares. Atualmente, o setor de cosméticos tem adquirido um amplo espaço na economia do país, abrindo também a possibilidade para a produção de produtos artesanais, como por exemplo: os sabonetes artesanais. Com isso, este trabalho teve como objetivo produção de sabonetes artesanais, utilizando-se dos aromas de canela e de citronela devido às suas propriedades terapêuticas de estímulo ao cérebro e ao corpo, aumentando o foco do indivíduo (essência de canela) e servindo como um produto antidepressivo, anti-inflamatório e com outras propriedades (essência de citronela). Os procedimentos e produtos foram elaborados no Laboratório de Engenharia Ambiental da Universidade do Sagrado Coração (USC), localizado na cidade Bauru-SP.

PALAVRAS-CHAVE: Aromaterapia. Canela. Citronela. Cosméticos.

AROMATHERAPY: STUDY OF THE
PROPERTIES OF ESSENTIAL CINNAMON
AND CITRONELA OILS APPLIED TO THE

RESUMO: Sendo uma característica presente no cotidiano da sociedade, o aroma é algo único de cada objeto ou momento vivido, produzindo sensações diversas à quem o sente e, desta forma, guardando essas recordações

PRODUCTION OF ARTISANAL SOAPS

ABSTRACT: Being a characteristic present in the everyday life of society, the aroma is something unique for each object or moment lived, producing different sensations to those who feel and, in this way, keeping these memories to the depths of each individual. The theme of flavorings is not something new, because it is known that since the dawn of civilization, the use of essences available has varied purposes, being they: therapeutic purposes, mystics, or food at home. Currently, the cosmetics industry has acquired a large space in the economy of the country, opening up the possibility for the production of artisan products, as for example: the handmade soap. Thereby the objective of this work was to produce handmade soaps, using the cinnamon and citronella aromas due to its therapeutic properties of stimulating the brain and body, increasing the focus of the individual (cinnamon essence) and serving as a antidepressant, anti-inflammatory and other properties (citronella essence). The procedures and products were elaborated in the Laboratory of Environmental Engineering of the University of the Sacred Heart (USC), located in the city of Bauru-SP.

KEYWORDS: Aromatherapy. Cinnamon. Citronella. Cosmetics.

1 | OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi a produção de sabonetes artesanais, utilizando-se dos aromas de canela e citronela devido às suas propriedades terapêuticas de estímulo ao cérebro e ao corpo, aumentando o foco do indivíduo (canela) e servindo como antidepressivo, anti-inflamatório e outras propriedades (citronela).

2 | INTRODUÇÃO

Desde os primórdios as plantas sempre tiveram presentes na vida dos homens que as utilizavam para os mais diversos fins, tais como alimentar, místico, doméstico, cosmético e terapêutico¹.

Os povos antigos como os Gregos, Egípcios e os Indianos, vem estudando o poder de elementos aromáticos na saúde e mente dos seres humanos¹.

“Nesta época não se sabia como extrair os óleos essenciais puros. Assim, as plantas aromáticas eram maceradas em óleos vegetais, filtradas, utilizadas e comercializadas com o nome de unguento.”³

O termo aromaterapia foi criado pelo químico francês René Maurice Gattefossé, que na ocasião de um acidente em que sofreu queimaduras graves em seus braços mergulhou-os, por acidente, em um tanque que continha óleo essencial de lavanda e percebeu uma melhora imediata no ferimento.⁵

A aromaterapia faz uso dos óleos essenciais para tratamento de uma variedade de doenças e desequilíbrios emocionais.

Os óleos essenciais são compostos naturais, voláteis e complexos,

caracterizados por um forte odor sendo sintetizados por planta aromáticas durante o metabolismo secundário e normalmente extraídos de plantas encontradas em países quentes, como as do mediterrâneo e dos trópicos, onde representam parte importante da farmacopeia tradicional⁵.

Para Jimbo et al. (2009), a aromaterapia utiliza os óleos essenciais de acordo com seus efeitos, sendo que sua ação se inicia com a substância aromática em contato com a cavidade nasal, onde a molécula do aroma encontra o epitélio olfativo que posteriormente transmite informações para o hipocampo impulsionando estímulos ao sistema nervoso que por sua vez, controla uma série de reações vitais⁵.

Segundo Morris (2002) o entendimento de que saúde não é somente a ausência da doença é conhecido há tempos, pois incorpora de maneira geral o conceito de bem-estar, sendo este físico e mental. Inúmeros estudos têm sido feitos comprovando a eficácia da Aromaterapia em mudanças positivas de humor, bem como redução da ansiedade⁵.

Para confecção dos sabonetes o óleo essencial da canela e da citronela foram os escolhidos. Por serem fáceis de obter e possuírem cheiros característicos⁶.

A citronela é uma erva aromática medicinal e seu cheiro é bem característico, além de ter propriedades medicinais diversas e, atividade repelente de insetos e ação antifúngica⁷.

A canela ajuda a controlar os níveis de açúcar e lipídios, aplicada nos sabonetes o óleo essencial apresenta propriedades antissépticas⁶. Além de ser afrodisíaco e ajuda na concentração⁷.

Outro aspecto importante a ser considerado quanto ao uso dos óleos essenciais refere-se a forma de extração. O tipo de extração influencia nas propriedades. As técnicas mais comuns são extração por arraste a vapor, hidrodestilação prensagem a frio, extração por solventes orgânicos, por alta pressão e extração por CO₂ supercrítico⁵.

Castro et al.(2050 disserta que a extração por arraste a vapor é a mais utilizada e consistem em colocar o material vegetal no destilador que por meio da passagem do vapor pelo tubo de condensação, extrai os compostos aromáticos voláteis da planta que são coletados em um recipiente ao fim do sistema de condensação. Neste sistema a água serve como solvente carregando os compostos voláteis pelo sistema. O óleo essencial obtido é uma mistura de óleo e água, portanto é colocado em um funil de decantação para que haja a separação de ambos e coleta do óleo puro.

3 | METODOLOGIA

A princípio foram analisados quais plantas e especiarias seriam empregadas para fins de extração de seus respectivos óleos essenciais para uma posterior

aplicação dos mesmos nos sabonetes artesanais produzidos pelos alunos do curso de Engenharia Química da Universidade do Sagrado Coração.

Devido às propriedades associadas à cosmetologia, optou-se por trabalhar com a citronela (*Cymbopogon nardus*), classificada como planta medicinal, e a canela (*Cinnamomum zeylanicum*), classificada como uma especiaria amplamente utilizada pela indústria de cosméticos.

Após a escolha das matérias-primas o método escolhido para extração dos óleos essenciais foi a destilação por arraste de vapor, possibilitando a separação dos componentes das misturas (água + canela triturada) e (água + folhas da citronela trituradas), devido a diferença de características como o ponto de ebulição dos componentes presentes na mistura².

Para extração dos óleos, foram utilizados equipamentos do laboratório de Operações Unitárias da Universidade do Sagrado Coração: Manta aquecedora, balões para adicionar a mistura, coluna de fracionamento, condensadores, funil de separação, béqueres, balança analítica, liquidificador, água e espátulas.

Antes de dar início ao processo de extração em si, triturou-se tanto as folhas da citronela quanto a canela que originalmente encontrava-se em pau. Dessa forma a superfície de contato de ambas as matérias-primas foram aumentadas, e como consequência, um maior volume de óleo foi extraído.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o processo de extração de ambos os óleos, verificou-se o alto índice de concentração dos mesmos, já que mesmo após a separação dos óleos e da água, após o processo de destilação, o aroma manteve-se fortemente presente, como é possível observar através das Figuras 1, 2 e 3 a seguir.



Figura 1: Primeira etapa do processo
Fonte: Arquivo pessoal dos autores



Figura 2: Etapas do processo de extração da canela de extração da canela
Fonte: Arquivo pessoal dos autores



Figura 3: Extração do óleo essencial da citronela

Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Após a extração dos óleos essenciais, estes foram aplicados como essência dos sabonetes artesanais produzidos pelos alunos do Curso e Engenharia Química da Universidade do Sagrado Coração. As figuras 4 e 5 a seguir, possibilitam a verificação da aplicabilidade do produto nos sabonetes artesanais, conferindo cores e aromas característicos.



Figura 4: Sabonete feito com aroma e pau de canela

Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Figura 5: óleo essencial de citronela e sabonete feito com aroma de citronela sobre capim de citronela

Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Desta forma foi possível justificar o uso de óleos essenciais da canela e da citronela através do método de destilação por arraste de vapor, garantindo qualidade aos produtos fabricados e a transmissão das propriedades agregadas a eles para todos que fizerem uso dos mesmos.

5 | CONCLUSÃO

O projeto em questão permitiu um demonstrativo de como os aromas são importantes para um produto e que cada aroma causa uma determinada reação no organismo, foi de suma importância para o aprendizado dos autores a respeito do uso dos aromas, forma de extração, mas sobre trabalho em equipe.

REFERÊNCIAS

¹SERENAMENTE. **A importância e influência dos aromas em nossa vida**. Disponível em: <<https://serenamente.com.br/blog/a-importancia-e-a-influencia-dos-aromas-em-nossa-vida/245>>. Acesso em: 20 out. 2018.

²SOARES, B.G.; SOUSA, N.A.; PIRES, D.X. **Química orgânica: teoria e técnicas de preparação purificação e identificação de compostos orgânicos**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

³FERRAZ, André. Guia Completo da Aromaterapia para Iniciantes: Como Usar a Aromaterapia para Transformar sua Saúde e Equilibrar suas Emoções. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/GUIA-COMPLETO-DA-AROMATERAPIA_v1.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018.

⁴CRUZ, Mari Gema Fontelles de La. o Uso dos Óleos Essenciais na Terapêutica. UNIVAG - MT. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Documents/%C3%93leos%20essenciais/oleosnaterapeutica.>

pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

⁵MACHADO, Bruna F. M. T. Óleos Essenciais: Aspectos Gerais e usos em Terapias Naturais. Caderno Acadêmicos, Tubarão, v. 3, n. 2, p. 105-127, 2011.

⁶SANTOS, Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos et al. Essências Aromáticas: Produção e Aplicabilidade em Sabões/Sabonetes Visando Economia Solidária. In: Seminário de Extensão Universitária da Região do Sul, 31., 2013, Florianópolis RS. **Essências Aromáticas: Produção e Aplicabilidade em Sabões/Sabonetes Visando Economia Solidária....** [S.l.: s.n.], 2013. p. 1-6. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/Paulo/Downloads/AROMAS%20ASSOCIADOS.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

⁷MULHER, Redação M. de. **Aromaterapia: Como essências corretas podem trazer benefícios à sua vida.** 1. 2011. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/aromaterapia-como-essencias-corretas-podem-trazer-beneficios-a-sua-vida/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

⁸SCHERER, R. et al. **Composição e atividades antioxidante e antimicrobiana dos óleos essenciais de cravo-da-índia, citronela e palmarosa.** 4. ed. Botucatu: Revistas Brasileira de Plantas Mediciniais, 2009. v. 11. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722009000400013>. Acesso em: 21 out. 2018.

⁹WOMENS HEALTH. **Aromaterapia: conheça os benefícios de 6 tipos de óleos essenciais.** 2014. Unimed. Disponível em: <<https://www.unimed.coop.br/web/brusque/noticias/aromaterapia-conheca-os-beneficios-de-6-tipos-de-oleos-essenciais>>. Acesso em: 21 out. 2018

ESTUDO DA APLICABILIDADE DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COMO ESSÊNCIA EM SABONETES ARTESANAIS

Afonso Poli Neto

Graduando em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Caroline de Souza Rodrigues

Graduanda em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Fabiana Navas Reis

Graduanda em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Laís Cabrerizo Vargas de Almeida

Graduanda em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Luiz Gustavo de Moraes Gazola

Graduando em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Murilo Ferreira da Rua

Graduando em Engenharia Química na
Universidade Sagrado Coração – USC
Bauru – São Paulo

Marcelo Telascrêa

Professor Doutor do departamento de Engenharia
Química Centro de Ciências Exatas e Sociais
Aplicadas – Universidade Sagrado Coração
Bauru – São Paulo

Raquel Teixeira Campos

Coordenadora e professora do departamento de
Engenharia Química Centro de Ciências Exatas

e Sociais Aplicadas – Universidade Sagrado
Coração
Bauru – São Paulo

RESUMO: O ritmo da geração de resíduos está em constante ascensão no país, principalmente os sólidos urbanos (RSU), o que corresponde ao crescimento populacional. Desta maneira, a busca por ações que visam a sustentabilidade e melhoria do meio ambiente tem se tornado muito frequente na sociedade. Os resíduos orgânicos podem ser descritos como aqueles oriundos de restos de animais e vegetais, sendo considerados poluentes devido à fácil proliferação de microrganismos. O descarte incorreto do RSU resulta em risco à saúde pública, provoca degradação ambiental, além dos aspectos econômicos, sociais e administrativos. A Universidade do Sagrado Coração (USC), contém três lanchonetes e cursos de gastronomia e nutrição, os quais apresentam um número significativo de resíduos orgânicos gerados. A maior parte do resíduo é destinada ao pátio de compostagem da própria instituição, no entanto, este não é suficiente para atender a grande demanda do material formado. A fim de reduzir o número de RSU produzido na universidade, idealizou-se a proposta de reaproveitamento da casca da laranja, resíduo sólido vegetal de maior consumo da instituição.

Realizou-se o estudo e análise da geração de cascas de laranja, com o propósito de aplicação na confecção de sabonetes artesanais, introduzindo o aroma da laranja, através da extração do óleo essencial – Limoneno. O método utilizado foi a destilação por arraste de vapor, possibilitando a separação dos componentes da mistura, devido a diferença do ponto de ebulição dos componentes.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Orgânicos. Óleos Essenciais. Sabonetes Artesanais.

STUDY ON THE APPLICABILITY OF ORGANIC WASTE AS A ESSENCE ON CRAFTED SOAPS

ABSTRACT: The pace of waste generation is constantly increasing in the country, especially the urban solid (USW), which corresponds to the population growth. In this way, the search for actions that aim at the sustainability and improvement of the environment has become very frequent in society. Organic residues can be described as those derived from animal and vegetable remains and are considered pollutants due to the easy proliferation of microorganisms. Incorrect disposal of USW results in a risk to public health, causes environmental degradation, as well as economic, social and administrative aspects. The Universidade do Sagrado Coração (USC), contains three snack bars and courses of gastronomy and nutrition, which have a significant number of organic waste generated. Most of the waste is destined to the composting yard of the own institution, however, this is not enough to meet the great demand of the material formed. In order to reduce the number of USW produced at the university, the proposal was made to reuse orange peel, the company's most consumed vegetable solid waste. It was carried out the study and analysis of the generation of orange peels, with the purpose of application in the making of handmade soaps, introducing the orange aroma, through the extraction of essential oil - Limonene. The method used was steam distillation, allowing the separation of the components of the mixture due to the difference in the boiling point of the components.

KEYWORDS: Organic wastes. Essential oils. Handmade Soaps.

1 | INTRODUÇÃO

Com o crescimento populacional a geração de resíduos, principalmente os sólidos urbanos (RSU's), tem aumentado significativamente em todos países, com isso, a busca por ações que visam a sustentabilidade e melhoria do meio ambiente tem se tornado muito frequente na sociedade (SOARES, et al., 1988). São geradas cerca de 241 mil toneladas por dia em todo Brasil, sendo que somente 28% recebem o tratamento adequado, o restante é depositado em lixões a céu aberto, tornando-se muito prejudicial (BENTO, 2013).

Os resíduos orgânicos podem ser descritos como aqueles oriundos de restos de animais e vegetais, os quais somam metade de todo RSU's e são considerados como poluentes devido a fácil proliferação de microrganismos, se não armazenados

corretamente, que podem acarretar até mesmo em patologias (BENTO, 2013).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2017), os resíduos são provenientes das residências, indústrias e principalmente instituições, como as universidades, que contêm um fluxo muito grande de pessoas. Devem ser vistos como uma oportunidade econômica devido ao alto valor agregado que pode ser revertido através da logística reversa, gerando novos empregos e renda, auxiliando na economia local. (SILVA FILHO & SOLER, 2014)

Devido aos cursos de gastronomia, nutrição e lanchonetes, a Universidade do Sagrado Coração, em Bauru - SP, possui um número significativo de geração de resíduos orgânicos, apresentando em sua última quantificação, realizada em novembro de 2017, cerca de 2889 g por mês (ANTONIASSI & CONSTANTINO, 2017). Boa parte é destinada ao pátio de compostagem da instituição, porém este não é suficiente para atender a grande demanda do material gerado. Pensando em uma maneira de reduzir, reutilizar e reciclar, partindo do princípio dos 3R's, desenvolveu-se a fabricação de sabonetes artesanais, que vem ganhando cada vez mais espaço no mercado, utilizando a casca da laranja, resíduo gerado em maior quantidade no campus, para a extração de óleo essencial como aromatizante.

Os óleos são substâncias lipossolúveis, porém voláteis que integram o metabolismo secundário das plantas. De maneira geral, esses óleos são produzidos por estruturas especializadas, tais como pelos glandulares, canais oleíferos, células parenquimáticas diferenciadas ou em bolsões, que podem ou não estar contidas em todas as partes das plantas (AZAMBUJA, 2009).

Sendo assim, este trabalho foi realizado com o intuito de estimular a conscientização acerca da reutilização de resíduos orgânicos, através da utilização da casca da laranja em sabonetes artesanais de forma sustentável, reduzindo, portanto, os efeitos causados pelo consumismo. Pensando em conjunto com a ideia da desigualdade social, também foi possível apresentar à sociedade uma forma de gerar renda limpa e sustentável.

2 | PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

Em primeira instância, foram levantados dados de quais e em que quantidade os resíduos orgânicos de origem vegetal eram gerados diariamente na Universidade do Sagrado Coração, também observando quais poderiam ser utilizados para extração dos óleos essenciais. Partindo-se dos dados obtidos optou-se pelo uso da casca da laranja, devido ao fato de ser o resíduo de maior geração, possibilitando, conseqüentemente, uma maior quantidade de extração do óleo essencial, permitindo ainda a inserção da sustentabilidade por trás da extração dos óleos essenciais e posterior aplicação em sabonetes artesanais.

Para que fosse possível a extração dos óleos, foram utilizados equipamentos

do laboratório de Operações Unitárias (OPU) da Universidade do Sagrado Coração. Estes fora: Manta aquecedora, balões volumétricos, coluna de fracionamento, condensadores, funil de separação, béqueres, balança analítica, liquidificador e espátulas.

As laranjas fornecidas pela lanchonete chegaram ao laboratório de OPU contendo apenas bagaço e casca. Desta forma, a casca foi separada do bagaço através do processo de descascamento da mesma, como pode ser visto na imagem 1, possibilitando o isolamento da casca, que contém o óleo essencial (limoneno).



Imagem 1: Realização do corte das cascas de laranja para extração do óleo

Fonte: Elaborado pelos autores.

As cascas previamente separadas do bagaço foram postas no liquidificador juntamente com uma quantidade de água, a fim de facilitar o processo de trituração das cascas. Este processo proporciona maior superfície de contato com a casca, promovendo maior quantidade de óleo durante a extração. Posteriormente, a mistura foi posta em uma manta aquecedora a fim de dar início ao processo de extração, conforme imagem 2.



Imagem 2: Extração do óleo essencial da casca da laranja em uma manta aquecedora

Fonte: Elaborado pelos autores.

O método utilizado para a extração do limoneno foi a destilação por arraste de vapor, possibilitando a separação dos componentes da mistura (água e casca de laranja triturada) devido a diferença de características como o ponto de ebulição dos componentes presentes na mistura (JESUS NETA, 2011).

O óleo extraído foi empregado na produção de sabonetes artesanais com a finalidade de investigar a introdução dos produtos no mercado, bem como a durabilidade da essência produzida, no produto, conforme demonstrado na imagem 3. Todas as análises foram realizadas no laboratório de Operações Unitárias da USC.



Imagem 3: Representação do óleo essencial

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 | ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

A lanchonete da universidade produz diversos alimentos para atender as necessidades dos alunos em todos os períodos de atividade (manhã, tarde e noite), a fim de satisfazer todos os paladares. No entanto, muitos dos pratos produzidos pela lanchonete provêm de componentes orgânicos, isto é, frutas, verduras, legumes, entre outros, das quais, geram resíduos orgânicos, tais como: bagaços, cascas e sementes.

Tendo em vista essa ideia, foi realizada uma análise quantitativa dos principais resíduos orgânicos descartados pela lanchonete, com o intuito de reaproveitar tais compostos para a fabricação de sabonetes artesanais. Na tabela 1, é possível observar os principais resíduos orgânicos e suas quantidades que são rejeitados pela lanchonete.

Resíduo orgânico	Quantidade gerada em 1 dia pela lanchonete (Kg)
Casca de laranja	175
Casca de manga	26
Casca de mamão	14
Casca de abacaxi	9

Tabela 1: Principais Resíduos Orgânicos produzidos pela lanchonete

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a análise da tabela acima, é evidente que a geração de casca de laranja na lanchonete universitária é superior a todos os outros resíduos. Portanto, foi definido que a extração de óleos essenciais para a produção de sabonetes seria realizada a partir das cascas de laranja, a fim de diminuir a quantidade de lixo gerado na lanchonete, promover uma nova funcionalidade para esse material e obter maior produtividade de sabonetes.

Através da tabela 2, é possível visualizar, de maneira simplificada, o resíduo escolhido para extração do óleo essencial para aplicação nos sabonetes artesanais, a quantidade de resíduo orgânico gerada pela lanchonete, a quantidade de resíduo orgânico empregado na extração do óleo essencial e o rendimento da extração.

Resíduos Orgânicos	Quantidade gerada em 1 dia pela lanchonete	Quantidade utilizada para análises e extração do óleo essencial	Volume de óleo essencial extraído em 4 horas
Casca de laranja	175 Kg	5 Kg/dia	30 mL

Tabela 2: Relação do Resíduo e Volume extraído

A tabela 2 apresenta dados referentes à produção realizada pelos alunos em um período de 4 horas. O volume extraído corresponde ao uso das cascas de laranja trituradas, sendo possível observar a partir disso o motivo pelo qual a casca triturada foi empregada em todo o processo.

Após o processo de análise em relação ao uso das cascas inteiras ou trituradas, observou-se que o rendimento da extração do óleo era maior quando se empregava o uso das cascas trituradas. Isto se deve ao fato do aumento da superfície de contato e, portanto, em todas as etapas seguintes foram abordadas o uso das cascas trituradas. A tabela 3 traz os dados coletados a partir de uma das análises realizadas pelos alunos durante o processo de extração do limoneno.

Resíduo Orgânico (Casca de laranja)	Quantidade de óleo essencial extraído em 4 horas
Casca inteira	10 mL
Casca triturada	30mL

Tabela 3: Relação entre área de contato e rendimento da extração

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da tabela 3, é notória a drástica redução no rendimento do óleo essencial quando se opta por trabalhar com a casca da laranja inteira, demonstrando que o rendimento cai para um índice maior que 50%, justificando o uso das cascas trituradas no procedimento.

Durante o processo de extração verificou-se que o óleo extraído da casca da laranja oxida facilmente, promovendo à essência um aroma desagradável. No entanto, a fim de impedir o processo oxidativo do óleo e conseqüentemente manter o aroma agradável, comprimidos de vitamina C foram adicionados a mistura inicial de água e casca de laranja triturada.

Isto ocorre devido ao ácido ascórbico possuir facilidade de se oxidar, reduzindo a velocidade das reações de oxidação dos compostos da casca da laranja. Este por sua vez é classificado como um antioxidante removedor de oxigênio, o qual realiza o papel de capturar o oxigênio impedindo que este cause a oxidação dos demais componentes da solução (PEREIRA, 2008).

Dessa forma o óleo extraído deixou de sofrer o processo de oxidação, garantindo maior qualidade ao produto final, permitindo sua aplicação como essência dos sabonetes artesanais que seriam produzidos posteriormente. A imagem 4 é uma representação dos sabonetes artesanais produzidos utilizando o limoneno como matéria prima.



Imagem 4: Representação dos sabonetes artesanais produzidos pelos alunos da Universidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados a fim de buscar alternativas para o reaproveitamento de resíduos orgânicos gerados na Universidade com foco na redução, reciclagem e reutilização, observou-se que a casca da laranja pode ser utilizada como matéria prima na produção de sabonetes artesanais, estimulando a conscientização acerca da reutilização de resíduos orgânicos podendo tornar-se uma renda limpa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANTONIASSI, B.; CONSTANTINO, D. H. J. **Cartilha REGER: Redução na Geração de Resíduos**. Usc.br, 2017. Disponível em: <https://www.usc.br/custom/2008/uploads/institucional/divulgacao/Cartilha_REGER.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

AZAMBUJA, W. **O que são óleos essenciais?**. Oleosessenciais.org, 2009. Disponível em: <<http://www.oleosessenciais.org/o-que-sao-oleos-essenciais/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BENTO, A. L.; TORRES, F. L.; LEMES, R. R.; MAGALHÃES, T. de A. **Sistema de Gestão Ambiental para Resíduos Sólidos Orgânicos**. Unifal-mg.edu.br, 2013. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/sustentabilidade/sites/default/files/anexos/Res%C3%ADduos%20s%C3%B3lidos%20org%C3%A2nicos_rel%C3%B3rio_0.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão de Resíduos Orgânicos**. Mma.gov.br, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos.html>>. Acesso em: 20 out. 2018.

JESUS NETA, A. S. de; **Meio ambiente e gestão dos resíduos sólidos: estudo sobre o consumo sustentável a partir da lei 12.305/2010**. Ambitojuridico.com.br, 2011. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>>.

ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11291>. Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, V. R. Ácido Ascórbico – características, mecanismo de atuação e aplicações na indústria de alimentos. Quimicadealimentos.files.wordpress.com, 2008. Disponível em: <<https://quimicadealimentos.files.wordpress.com/2009/08/acido-ascorbico.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

SILVA FILHO, C. R. V. da; SOLER, F. D. **Gestão de Resíduos Sólidos: O que diz a Lei**. 4ª Ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=piuQDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=residuos+solidos&ots=ajYw2xVyXp&sig=d8wpwilC60fyvm-yQZR0JM4T-aA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

SOARES, B. G.; SOUSA, N. A.; PIRES, D. X. **Química orgânica: teoria e técnicas de preparação, purificação e identificação de compostos orgânicos**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S/A, 1988.

RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE: ESTUDO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM MANHUAÇU - MG

Bruna Agda Cezário Tuelher

Centro Universitário UNIFACIG, Curso de
Arquitetura e Urbanismo
Manhuaçu, Minas Gerais

Wagner de Azevêdo Dornellas

Centro Universitário de Sete Lagoas UNIFEMM,
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Belo Horizonte, Minas Gerais

RESUMO: O presente artigo levanta a realidade dos espaços públicos em uma cidade de pequeno porte, Manhuaçu (MG), frente aos conflitos oriundos de seu mau ou inexistente planejamento urbano, bem como sua importância para a imagem da cidade. O local escolhido para o estudo é atualmente utilizado como parque de exposição para festividades locais, contudo, de uso esporádico, configura-se um espaço subutilizado no município. O objetivo deste trabalho foi diagnosticar as consequências de um espaço urbano mal utilizado e apontar melhorias para potencializar sua utilização pela população local. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando-se de método qualitativo descritivo a partir de pesquisa bibliográfica, diagnósticos do sítio, análise cartográfica e iconográfica e análise urbana com técnicas apropriadas. Observou-se que o parque apresenta subutilização ao longo do ano, entorno com uso e ocupação

variado, sobretudo residencial e comercial, infraestrutura e acessos inadequados, embora localizado próximo a rodovias e em uma região que é vetor de expansão da malha urbana. Concluiu-se que o parque de exposição pode servir de estímulo para as potencialidades do município, mas para tanto, é necessário provê-lo de condições adequadas para usos variados, tornando-o multifuncional, democrático, mais seguro e acessível a todo o tipo de público durante todo o ano.

PALAVRAS-CHAVE: Parque urbano; Espaço público; Requalificação; Lazer.

RESIGNIFICATION OF PUBLIC AREAS AND THEIR CONTRIBUTION TO THE CITY REQUALIFICATION: STUDY OF AN EXHIBITION PARK IN MAHUAÇU - MG

ABSTRACT: This article brings up the reality of public spaces in a small city, Manhuaçu (MG), in the face of conflicts arising from its bad or non-existent urban planning, as well as its importance for the image of the city. The place chosen for the study is currently used as an exhibition park for local festivities, however, for sporadic use, it is an underutilized space in the municipality. The objective of this work was to diagnose the consequences of a poorly used urban space and to point out improvements

to enhance its use by the local population. For that, an exploratory research was carried out using a qualitative descriptive method based on bibliographic research, site diagnostics, cartographic and iconographic analysis, in addition to urban analysis with appropriate techniques. It was observed that the park underutilized throughout the year, with a varied use and occupation, mainly residential and commercial, infrastructure and inadequate accesses, although located near highways and in a region that is a vector of expansion of the urban network. It was concluded that the exhibition park can serve as a stimulus for the potential of the municipality, but for that, it is necessary to provide it with suitable conditions for various uses, making it multifunctional, democratic, safer and accessible to all kinds of throughout the year.

KEYWORDS: City park; Public place; Requalification; Recreation

1 | INTRODUÇÃO

O atual cenário dos espaços públicos existentes no Brasil está longe de ser o ideal para um melhor aproveitamento da população. Ao contrário, estes são caracterizados como lugares propícios a violência, precários em infraestrutura urbana e áreas verdes, além do fato de a maioria das vezes se encontrarem degradados e utilizados inapropriadamente. (SERPA, 2007).

Esse cenário é recorrente em cidades de pequeno a médio porte, como no caso de Manhuaçu, localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais com uma população de 88.580 habitantes (IBGE, 2017). É Considerada uma cidade influente na região, porém demonstra carência de espaços verdes e escassez de áreas públicas de interesse social e cultural. Atualmente moradores encontram-se obrigados a apropriarem-se de espaços públicos precários em relação à infraestrutura e segurança a fim de conseguirem realizar atividades relacionadas ao bem estar pessoal, especialmente as voltadas para o esporte e a cultura.

Perante o exposto, percebe-se a necessidade da busca de respostas para a questão central pertinente ao contexto apresentado: quais características são necessárias à conformação de um espaço público urbano capaz de estimular a potencialidade do município de forma a alcançar uma ressignificação e uma democratização de áreas desta tipologia?

Levando em conta tal questionamento e seu contexto, percebe-se que o parque de exposições e eventos de Manhuaçu denominado “Prefeito Fernando Maurílio Lopes” possuiria, *a priori*, potencial para oferecer respostas relevantes ao problema levantado, ressignificando-o como um possível parque urbano na cidade. Situado no Bairro Ponte da Aldeia, encontra-se em uma área de expansão do município e de fácil acesso à rodovia BR 262, contudo, atualmente é destinado apenas à realização de eventos esporádicos, apresentando ainda uma vizinhança carente e de baixa renda, onde faltam iniciativas que viabilizam uma apropriação de qualidade do espaço público.

Diante desse cenário, o presente estudo visa levantar os benefícios sociais, culturais e físicos que a inserção de espaços abertos qualificados traz para uma cidade e sua população de variadas classes sociais, como afirma Macedo e Sakata (2010). Para tanto, pretende-se usar variadas técnicas e estudos que servirão de embasamento para a propositura de diretrizes de intervenção urbanística no município de Manhuaçu, por meio da resignificação e reestruturação do parque existente.

2 | ESPAÇO PÚBLICO: DIVERSIDADE, RELEVÂNCIA E DEFINIÇÕES

O espaço público, em sua própria essência, é visto como todo e qualquer local de uso e posse de todos os cidadãos e tem como característica fundamental servir de ponto de encontro e relações interpessoais na cidade. Ademais, é caracterizado por ser local democrático ao facilitar o convívio e intercâmbio entre os diversos grupos que compõe a heterogênea sociedade urbana, não importando as diferenciações impostas pela comunidade (ARROYO, 2007). Segundo Lynch (1988), o espaço é o local principal em que se forma a imagem da cidade, já que é por ela que os habitantes transitam e tem a oportunidade de observá-la e entendê-la.

No âmbito físico, o espaço público pode ser entendido como um “vazio” urbano em meio às construções existentes nas cidades. Na maioria dos casos, é onde a vegetação torna-se protagonista e os feitos históricos, artísticos e culturais são referenciados por meio de monumentos, obras e esculturas instaladas no local. O espaço público também abriga aquilo que é mais conhecido por mobiliário urbano, ou seja, equipamentos que facilitem seu uso, como, lixeiras, bancos, luminárias, sinalizações em geral, pontos de ônibus, entre outros (ALOMÁ, 2013).

A forma como a estrutura de um espaço público urbano é planejada e mantida influencia não só o olhar dos cidadãos para com ele como determina todo funcionamento da cidade. Isto se deve pelo fato de que as pessoas tendem a se afastar de lugares que não estimulam seu uso, fazendo com que haja um desequilíbrio de uso em horários e lugares cada vez mais esquecidos, inseguros, propícios à violência e criminalização ou invadidos e mal utilizados (GEHL, 2013).

A cidade tradicional é cada vez menos usada em seu sentido de socialização através de seus espaços públicos que ofereceram em suas origens a possibilidade de interagir com o outro, de fazer confluir a diversidade, de poder cruzar-se numa rua ou praça com os vizinhos, de serem aproveitados por crianças e jovens. As possibilidades de intercâmbio se reduzem, em grande parte, acentuadas pela insegurança que provoca o ambiente imediato e, portanto, aumenta o sentimento de individualidade. (ALOMÁ, 2013).

Tal sucateamento dos espaços públicos clarifica o surgimento da “agorafobia urbana” que, como explica Borja (2000), é uma doença de classe, haja vista que por medo a classe dominante abandona os espaços públicos, constrói espaços privados e, por possuir maior poder político e econômico, tira o foco das ações públicas,

uma vez que não são diretamente beneficiados. Em contrapartida, os pobres e marginalizados mesmo sendo alvo da violência urbana não podem se dar ao luxo de negligenciar tais espaços, pelo contrário, se apropriam cada vez mais de locais inseguros e sem os devidos aparatos para realização de atividades necessárias ao seu bem estar.

Os espaços públicos desempenham assim, papel fundamental no cenário de recuperação urbana, visto que à medida que são requalificados, zonas antes esquecidas tem seus conflitos extintos e passam a atrair mais pessoas e recursos, resultando na criação de locais destinados à prática da cidadania e democracia (GEHL, 2013).

Os espaços necessitam encaixar-se em princípios que os qualificam como sendo bons ou não para uso dos cidadãos. Os urbanistas dinamarqueses Gehl, Gemzoe e Karneae (2006), criaram 12 critérios para definir um bom espaço público, sendo eles: proteção contra o tráfego; segurança nos espaços públicos; proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; espaços para caminhar; espaços de permanência; ter onde se sentar; possibilidade de observar; oportunidade de conversar; locais para se exercitar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e boa experiência sensorial.

O início de um planejamento para a inclusão de novos usos é entender qual é o problema fundamental a ser resolvido no local, só assim define-se novos usos que irão atrair mais pessoas em mais horários, dando novo significado ao espaço e proporcionando segurança a todo contexto requalificado. Esse novo uso, ou usos, não pode atuar em sentido contrário ao uso principal e sempre deve combinar com o perfil do espaço. Tal iniciativa gera um resultado economicamente estimulante para a cidade e ambientes propícios à diversidade (JACOBS, 2011).

Notoriamente, existem outras minúcias envolvidas no dia-a-dia de uma cidade, tais como: o abismo da distribuição de renda, os conflitos da sobrevivência e da violência em geral, a má formação da cidadania e a carência da educação. Porém, este estudo explora o que cabe ao arquiteto urbanista desempenhar no âmbito do urbanismo e do paisagismo, visando o bem estar dos cidadãos. A inserção de parques públicos no meio urbano torna-se assim, instrumento fundamental para demonstrar que a cidade também é: casa, lar, tudo aquilo que o cidadão quer conservar e não ver sendo destruído.

3 | PARQUES URBANOS: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Segundo as palavras da paisagista Rosa Grena Kliass: “O parque urbano é um produto da cidade na era industrial” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 7); surgiu a partir do século XIX como iniciativa de atender à demanda necessária de espaços públicos que a sociedade em plena mutação necessitava para realização de atividades

destinadas ao lazer e à socialização (MACEDO, 2015).

São muitas as constatações sobre parque urbano e sua função na cidade, porém, hoje uma de suas importâncias está em equilibrar o processo de urbanização atual preservando o meio ambiente, além de delinear novos contornos culturais e estéticos em seu perfil, entorno e identidade urbana, levando em conta seus diferentes tempos, funções e usos (KLIASS, 1993).

Segundo Macedo e Sakata (2010), as características apresentadas hoje pelos parques são frutos de um processo evolutivo com origem nos jardins da antiguidade. O parque passa a se propalar com mais expressão após a Revolução Industrial, com o intuito higienista de sanear a cidade poluída e, posteriormente, foi apropriado como elemento de ostentação das elites. Acompanhando a evolução urbana acelerada dos dois últimos séculos, hoje apresenta um acento na questão da recreação e lazer das cidades, sem deixar de ser a representação de valores culturais e sociais de uma comunidade urbana. Atualmente, existem várias tipologias de parques, podendo estes serem contemplativos, recreativos, ecológicos e temáticos.

O objetivo principal de um parque urbano de uso genérico e comum é sempre atrair o maior número e tipos de pessoas nos mais variados horários e propósitos. Para tanto, é necessário incluir em seu planejamento quatro elementos, sendo eles: complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial (JACOB, 2011). Em contrapartida, existem fatores que colaboram para baixa qualidade de muitos logradouros e, muitas vezes, para sua destruição parcial ou total, como afirma Macedo e Sakata (2010, p. 55):

Atos de depredação pelos usuários e por vândalos, invasão de terras, poluição de águas, cessão de áreas para a construção de feiras de gado, construção de prédios públicos e grandes avenidas, desmatamento e devolução de áreas de parque a antigos proprietários fazem parte do cotidiano urbano. Projetos incompletos, amadorismo técnico, má vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas, posturas incorretas diversas, algumas até de caráter messiânico, pois pretendem expulsar o usuário em favor da vegetação.

Tendo em vista, o conceito de revitalização urbana, segundo Del Rio (1991), está inteiramente ligado às medidas urbanísticas que surgem com o objetivo de dar novo significado, uso e eficiência econômica e social a essas áreas. A ressignificação das áreas urbanas é um fenômeno que nos últimos anos vem ganhando espaço no planejamento urbanístico que passa a levar em conta principalmente, a preservação da água, o desenvolvimento sustentável, a valorização e ocupação de vazios urbanos, a requalificação dos espaços, a melhoria na mobilidade urbana, dando importância à questão paisagística, logística e imobiliária (GROSSO, 2008).

Frente a exposto, percebe-se que a requalificação de áreas urbanas deve ter em seu planejamento critérios funcionais, mas também políticos, sociais e ambientais, a fim de unir a importância econômica e social no desenvolvimento das cidades.

4 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória através de um levantamento bibliográfico. Realizou-se também uma pesquisa aplicada e qualitativa a partir de análises e coletas de dados acerca do contexto de inserção do parque, englobando o município de Manhuaçu. A pesquisa versou ainda sobre mudanças sofridas pela área nas últimas décadas, por meio de levantamento de dados em bibliografia disponível, pesquisa e análise cartográfica e iconográfica, assim como foi uma análise urbana com levantamento de usos e fluxos da área, observando o perfil e comportamento ambiental de seus usuários.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo como base os conceitos estudados acerca do tema e a metodologia aplicada à pesquisa, tornou-se possível analisar a atual realidade dos espaços públicos existentes no município de Manhuaçu e seus devidos aspectos físicos e sociais advindos do processo de expansão.

Com território de 627,281 km², distante 290 km da capital Belo Horizonte, Manhuaçu está inserido na bacia do Rio Doce, sendo banhada pelo rio Manhuaçu. O município teve seu crescimento ligado a diversas frentes de expansões, tendo como as principais o cultivo do café e a proximidade com a rodovia BR 116 que corta o município juntamente com a BR 262 que, ainda hoje, representa papel fundamental na expansão e desenvolvimento do município. Atualmente, a cidade se consolida como polo econômico de prestação de serviços na região Vertente do Caparaó (IBGE, 2017).

Devido ao seu crescimento espontâneo e não planejado, Manhuaçu conta hoje com poucos espaços públicos destinados ao lazer, cultura e esporte e, em contrapartida, apresenta muitos espaços vazios subutilizados e não satisfatórios às necessidades dos moradores e visitantes (figura 01).

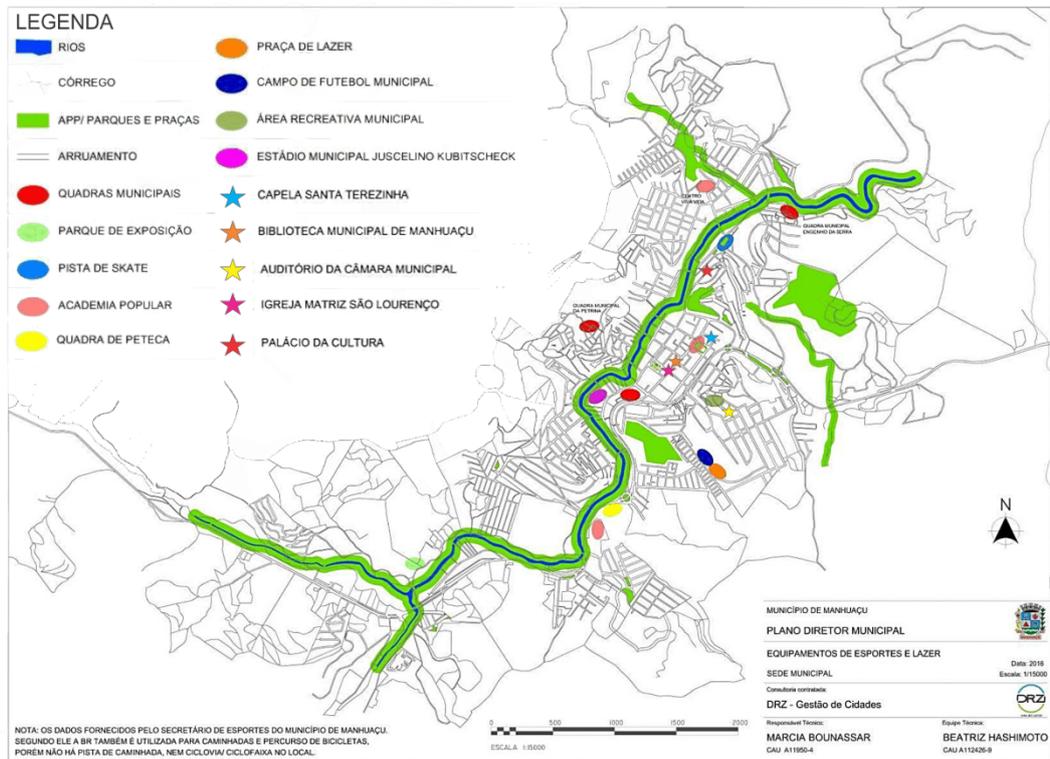


Figura 01 – Equipamentos de cultura, turismo e lazer na sede do município de Manhuaçu.

Fonte: Manhuaçu - Plano Diretor Municipal (2016, p. 139-141). Modificado pelo autor.

Os locais existentes no município são em sua maioria representados por quadras, campos de bairros e academias populares, espaços quase sempre inadequados às questões de acessibilidade universal e com capacidade inferior ao espaço utilizado, obrigando os moradores a procura de lugares alternativos e não equipados para a prática de tais atividades (figuras 02 e 03).



Figura 02 - Ciclista em área inadequada na BR 262.

Fonte: acervo dos autores (2018).



Figura 03 - Pessoas utilizando do gramado da rotatória da BR 262 para fins de recreação e descanso.

Fonte: acervo dos autores (2018).

Diante dessas e outras necessidades, em 2016 foi elaborado o Plano Diretor Municipal de Manhuaçu - atualmente em revisão - que tem como objetivo principal a organização dos espaços públicos, seu uso e ocupação, visando a promoção da equidade e justiça social, a eficiência administrativa e a qualidade ambiental. No mesmo ano, foi aprovado o Plano Municipal de Cultura de Manhuaçu objetivando fomentar a atividade cultural do município e torná-lo apto a receber recursos do Sistema Nacional de Cultura, por meio do ICMS Turístico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com a criação do Fundo de Turismo no município. Nessa área, possui importantes reservas naturais, como o sítio arqueológico Pedra Furada, as reservas Monte Alverne, o Sítio Graciema, a Mata do Sossego e os balneários Recanto do Paraíso e a Cachoeira Sete, tais locais protegidos pela Associação dos Amigos do Meio Ambiente (AMA), organização fundada em 1987 (MANHUAÇU, 2016).

Baseando-se na realidade retratada, a área de estudo foi delimitada visando analisar o entorno imediato do parque de exposições de Manhuaçu, no bairro Ponte da Aldeia, bem como as áreas de interesse próximas ao sítio e suas potencialidades. Tal escolha justifica-se por ser um terreno de grande extensão (69.700m²) e bem localizado (figura 04), porém, de uso esporádico e mal aproveitado por não apresentar uma diversidade de usos e funções, além de possuir acesso restrito para população em geral.

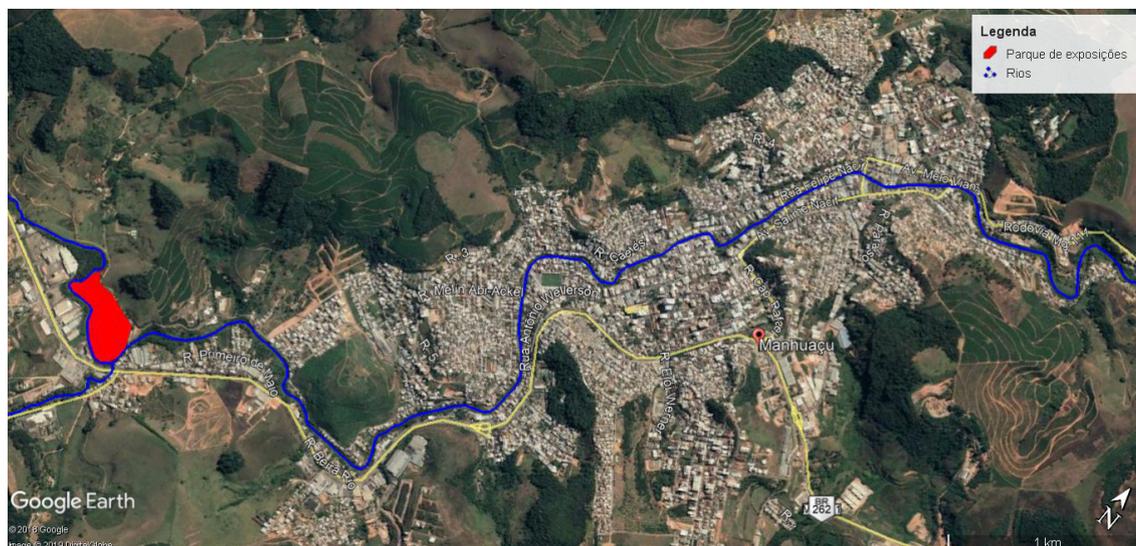


Figura 04 – Localização do parque de exposição na malha urbana.

Fonte: *Google Earth* (2018). Modificado pelo autor.

Devido a sua proximidade com a rodovia BR 262, o entorno do parque de exposição demonstra estar em pleno processo de expansão, principalmente no que diz respeito ao âmbito comercial e consequentemente em seu uso residencial, apresentando novos loteamentos planejados próximos à área do parque (figura 05).

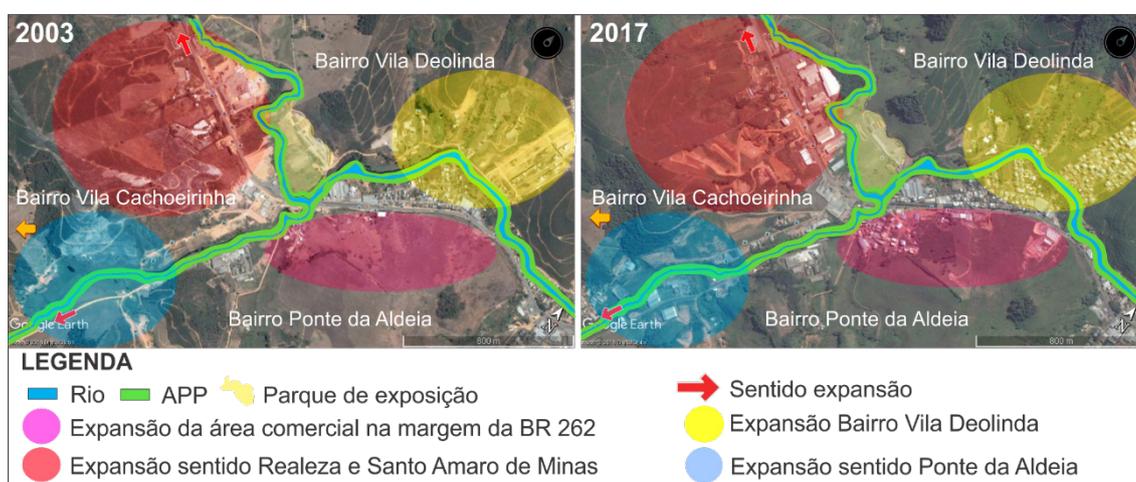


Figura 05 – Imagens dos vetores de expansão de Manhuaçu com foco no entorno do Parque de Exposições. Comparação feita por imagens de satélite do ano de 2003 e 2017.

Fonte: *Google Earth* (2017). Modificado pelo autor.

Atualmente o local configura uma área circundada por bairros de maior uso residencial e comercial (figura 06), porém ainda apresenta precária infraestrutura urbana. Nos bairros Ponte da Aldeia, Vila Deolinda e o Vila Cachoeirinha predominam características da zona rural, com ruas mal pavimentadas, iluminação precária e, principalmente, falta de espaços públicos para recreação, onde os moradores e em especial as crianças, utilizam as ruas para satisfazer suas necessidades de lazer.

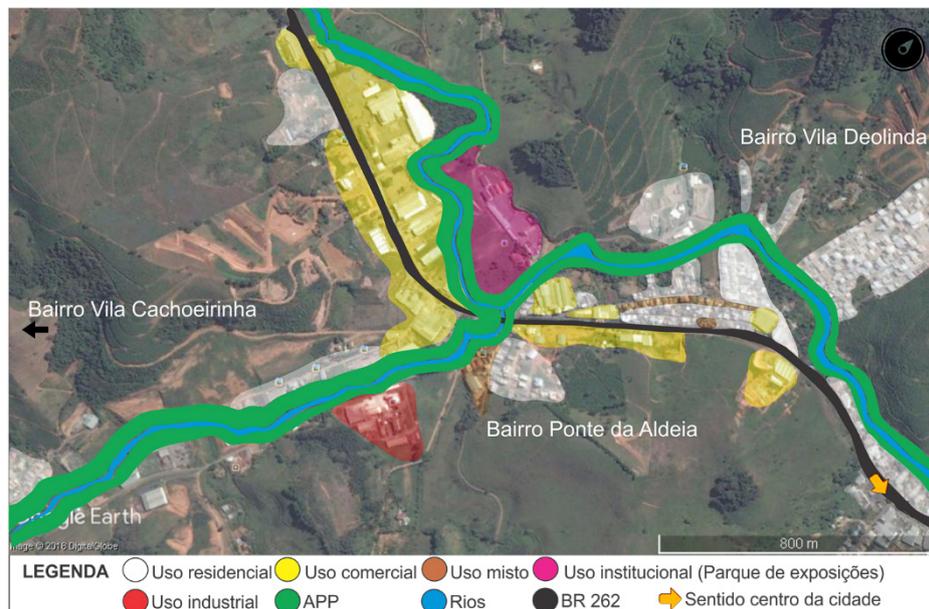


Figura 06 – Mapa dos usos do solo no entorno do parque de exposições.

Fonte: *Google Earth* (2017). Modificado pelo autor.

Outra característica que potencializa a localização do parque de exposição de Manhuaçu é sua proximidade com extensas áreas vazias, tendo em seu entorno mata fechada e os rios Manhuaçu e São Luíz. Essa localização proporciona ao terreno a chance de se tornar exemplo de intervenção ambiental além de mostrar para a cidade a importância de um planejamento adequado que propõe áreas arborizadas no meio urbano. Tais intervenções se dão não só por questões estéticas, mas também como um meio de recuperação ambiental do município que cresceu às margens do Rio Manhuaçu desobedecendo a área de preservação ambiental.

Apesar de distante do centro da cidade, o fácil acesso à área do parque também é algo a ser destacado, haja vista que atualmente dos nove itinerários existentes nos ônibus circulares, seis deles passam pela área, representando cerca de 67% do total da frota. Além dos circulares, há outras linhas que ligam as cidades próximas ao município e pelo fato da rodovia BR 262 estar próxima ao espaço analisado, facilita não só para os moradores de Manhuaçu como também para visitantes.

O parque de exposições é responsável por sediar eventos importantes para a cidade, como é o caso da Feira da Paz, vista como o principal evento do Calendário Municipal de Difusão Cultural e Turística da cidade, segundo a Secretaria de Cultura de Manhuaçu. Para este evento, a estimativa diária de público é de 10.000 (dez mil) pessoas incluindo cidadãos manhuaçuenses e turistas das cidades vizinhas. Além dos shows artísticos, o local ainda recebe exposições, rodeios e também parques de diversão itinerantes. De acordo com informações coletadas junto à Secretaria de Cultura e Turismo do município, pôde-se apurar o calendário de eventos acontecidos na área do parque de exposição no ano de 2017 (tabela 01).

MÊS	EVENTOS	Nº DE DIAS
Janeiro	Nenhum	0
Fevereiro	Nenhum	0
Março	Nenhum	0
Abril	Simpósio da Cafeicultura das Matas de Minas – dias 04 a 06	3
Abril	Festival de Música – dia 15	1
Maio	Show Naiara Azevedo – dia 06	1
Maio	Concurso de Marcha – dia 19	1
Maio	10º Encontro Nacional de Motociclistas – dias 26 a 28	3
Junho	Show do Rapa – dia 02	1
Junho	Festa Junina – dias 17 e 18	2
Julho	Festa do banco Sicoob – dia 11	1
Agosto	Show Wesley Safadão – dia 09	1
Agosto	Aniversário banco Sicoob – dia 22	1
Setembro	Baile do Dennis Dj – dia 16	1
Outubro	Show Maiara e Maraisa – dia 07	1
Novembro	Feira da Paz – dias 01 a 05	5
Novembro	Circo Máximus – dias 24 a 30	7
Dezembro	Confraternização dos sindicalistas – dia 17	1
	Total:	30

Tabela 01 - Eventos realizados no Parque de Exposição de Manhuaçu em 2017

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo do município de Manhuaçu-MG (2018).

Constatou-se que o parque foi utilizado pelo município apenas 30 dias durante todo ano, sendo que a maioria dos eventos realizados na área foi de acesso pago ou até mesmo restrito a um público específico, como as comemorações dirigidas por bancos, por exemplo. Traduzindo essas informações em porcentagens, esse fato representa que em 91% dos dias do ano o Parque de Exposição se caracteriza por ser um logradouro ocioso. Os moradores dos bairros vizinhos se apropriam de sua extensa área verde e de suas estruturas para realização de atividades tais como jogar futebol no campo improvisado e para exposição de pássaros de criadores da região, eventos que se repetem todos os finais de semana (figura 07).



-  Edificações existentes
-  Área exposição de pássaros
-  Campinho de futebol
-  Estacionamento improvisado
-  Rio
-  Ruas de acesso ao parque

Figura 07 - Estrutura oferecida pelo parque e suas apropriações.

Fonte: Portal Manhuaçu (2018). Modificado pelo autor.

Ante a grandiosidade dos eventos e, conseqüentemente, o número de pessoas atraídas para a área, faz-se necessário além da contratação de empresas responsáveis pela segurança do local, a organização de saídas de emergência e sinalizações adequadas. Deve-se prever a requalificação da infraestrutura oferecida que atualmente encontra-se insatisfatória tornando-se uma das reclamações mais recorrentes por usuários do parque. Devido a essa falta de infraestrutura adequada, o parque de exposições de Manhuaçu, em dias de eventos, gera conflitos na malha urbana de seu entorno, especialmente nas margens da BR 262 que passa a ser utilizada como estacionamento irregular e, em muitos casos, há a apropriação até dos acostamentos da avenida pra esse fim, representando perigo aos transeuntes e viajantes.

Ainda segundo a Secretaria de Cultura e Turismo, a área do parque de exposição não pertence ao município e sim ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, obrigando a prefeitura a pagar aluguel mensalmente e limitando possíveis reformas no local, uma vez que a administração municipal não pode reformar o que não lhe pertence. Como não é utilizado pelo sindicato rural, o proprietário de fato, o mesmo não tem interesse em fazer às adequações necessárias na área. Visto isso, somado a pouca utilização e diversidade de usos e funções, como supracitado, a insegurança passa a ser característica da área, ocorrendo no local roubos e furtos com frequência, evidenciando a necessidade de uma intervenção em tal espaço.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises, percebe-se a importância da inserção e preservação dos espaços públicos para o contexto urbano das cidades de pequeno e médio porte. Os espaços que são planejados com foco na diversidade de usos e acessíveis a variadas faixas etárias conseguem manterem-se preservados e proporcionam melhorias para a cidade como um todo, além de oferecer a ela um novo significado, pois passam a ter o semblante da sociedade e a funcionar como peça importante no convívio social e no desenvolvimento urbanístico, transmitindo ainda à população uma maior sensação de segurança e bem estar.

Na cidade de Manhuaçu, assim como em demais cidades brasileiras de pequeno a médio porte, é notável a existência de espaços abertos inseridos na malha urbana que contrapõem a sua verdadeira função de proporcionar lazer e cultura aos moradores, servindo aquém de suas potencialidades.

O parque de exposições e eventos Prefeito Fernando Maurílio Lopes, por sua vez, é uma área disponível, bem localizada e com grande potencial urbanístico, contudo, foi idealizado para um único uso e, por isso, perde a oportunidade de proporcionar ao município benefícios ainda maiores.

Como observado nas análises, diante das suas características e das potencialidades de promover a ressignificação e a democratização de seu contexto, o terreno do citado centro de eventos deveria ser cedido à administração municipal de forma definitiva, para que, com o auxílio de articulações público-privadas com instituições interessadas na temática, fosse possível lhe conferir condições ideais para atender as necessidades dos usuários, observando as premissas descritas para espaços públicos de lazer, principalmente a acessibilidade, o paisagismo com qualidade, a oferta de espaços de recreação, contemplação, observando ainda as legislações do município. Com tais parâmetros observados o local teria plenas condições de estimular a sociabilidade e a diversidade, contribuindo assim significativamente para a requalificação não só do bairro, mas de Manhuaçu e região, gerando conseqüentemente, como atração turística e seus benefícios.

REFERÊNCIAS

ALOMÁ, P. R. O espaço público, esse protagonista da cidade. **Archdaily**. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade/>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

BORJA, J. *Ciudad y ciudadanía dos notas*. **Working Papers**, Barcelona. n. 177, p.3-30. 2000. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/13283240.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

ARROYO, J. Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 081.02, Vitruvius, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

DEL RIO, V. **Desenho de revitalização da área portuária de Rio de Janeiro**. 1991. 518f. Tese

(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; GEMZOE, L.; KIRKNAES, S. **New City Life**. Copenhague: *The Danish Architectural Press*, 2006.

GROSSO, K. S. S. Intervenções urbanísticas como estratégia para o desenvolvimento local e revalorização da imagem da cidade: análise da revitalização no município de Niterói (RJ). In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1. 2008, Rio Claro. **Anais eletrônicos...** Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://www2.rc.unesp.br/eventos/igce/simpgeo/lista_trabalhos.php>. Acessado em 22 de Abril de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população de 2017**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acessado em 22 de março de 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1988. 205 p.

MACEDO. S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Quapá, 2010.

MACEDO. S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Quapá, 2015.

MANHUAÇU, Administração Municipal. **Revisão do Plano Diretor Municipal. Plano de mobilidade urbana**. Manhuaçu, MG. 2016. Disponível em: <www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/...plano-diretor-de-manhuacu/58475>. Acessado em 08 de junho de 2018.

PORTAL MANHUAÇU. 22º Simpósio de cafeicultura. 2018. Disponível em: <http://www.manhuacu.com/artigo/ler/aciam_comemora_excelentes_resultados_do_22o._simposio_de_cafeicultura/>. Acesso em 19 de junho de 2018.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

UM OLHAR PARA O FUTURO DO TURISMO NA PERSPECTIVA DO *TRADE* E PODER PÚBLICO – UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Ana Paula Cardoso

Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú
Camboriú – Santa Catarina

Gleiciane Cristina Selau

Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú
Camboriú – Santa Catarina

Marina Tété Vieira

Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú
Camboriú – Santa Catarina

RESUMO: O município de Balneário Camboriú/SC tem um grande potencial turístico, por ser uma das cidades que mais recebe turistas no estado. Por esta razão, a qualidade nos serviços e produtos oferecidos devem ser constantemente prezadas, garantindo que haja o desenvolvimento da atividade turística por meio de um planejamento adequado. A pesquisa tem como objetivo descrever projetos e ações do trade turístico e poder público da cidade, na perspectiva do futuro da atividade turística. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo como amostra secretarias públicas do município e entidades estaduais. O instrumento para a coleta das informações foi um questionário enviado por e-mail. Com a finalidade conhecer as propostas planejadas e em execução (e se as mesmas estão em consonância com o

Plano Catarina 2020) os dados coletados foram confrontados com o plano e apresentados textualmente. Com os resultados, considera-se que Balneário Camboriú é grande indutor do turismo e espera-se que os projetos/planos e/ou ações propostos pelas entidades representativas do município, estejam sendo pensadas a partir das orientações do Plano Catarina 2020. Com um planejamento adequado e atento ao futuro da atividade turística, o bem estar e satisfação não serão proporcionados apenas aos turistas e visitantes, como também aos próprios residentes da cidade. Deste modo, espera-se conscientizar a todos a respeito da importância de conhecer as atividades realizadas pelas secretarias públicas e órgãos representativos das empresas de turismo, já que estas são responsáveis por parte considerável da economia do município.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Planejamento; Balneário Camboriú.

A LOOK AT THE FUTURE OF TOURISM IN THE TRADE PERSPECTIVE AND PUBLIC POWER – A CASE STUDY IN THE CITY OF BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

ABSTRACT: The city of Balneário Camboriú/SC has a great tourist potential, being one of the cities that most receives tourists in the state.

For this reason, the quality of services and products offered must be constantly valued, ensuring that the development of tourism is carried out through adequate planning. The research describe projects and actions of the tourist trade and public service of the city, in the perspective of the future of the tourist activity. For the development, an exploratory and descriptive research was carried out, having as sample public secretaries of the municipality and state entities. The instrument for collecting the information's was a questionnaire sented by e-mail. In order to know the planned and ongoing proposals (and if they are in line with the Plano Catarina 2020), the data were confronted with the plan and presented verbatim. With the results, it is considered that Balneário Camboriú is a great inducer of tourism and it is expected that the projects/plans and/or actions proposed by the representative entities of the city, have being considered based on the guidelines of the Plano Catarina 2020. Adequate and attentive to the future of tourism, welfare and satisfaction will not only be provided to tourists and visitors, but also to the city's own residents. In this way, it is important to make everyone aware of the importance of knowing the activities of public departments and representative departments of tourism, considering that they are responsible for a significant part of the city's economy.

KEYWORDS: Tourism; Planning; Balneário Camboriú.

1 | INTRODUÇÃO

Cada dia que passa as cidades estão mais industrializadas, urbanizadas e preocupadas com o desenvolvimento (já que este reflete na economia). No entanto para que haja o desenvolvimento de maneira sustentável, torna-se imprescindível garantir aos moradores, visitantes e turistas bem estar e qualidade de vida.

Nessas garantias estão inseridas infraestrutura básica (saneamento básico, vias de acesso, sinalização, etc.) e serviços urbanos adequados (bancos, lotéricas, hospitais, meios de transporte público, entre outros). Entretanto, especialmente em destinos turísticos, os serviços de apoio ao turismo – meios de hospedagem, agências de viagem, restaurantes, equipamentos de lazer e entretenimento – devem estar agregados.

O turismo é uma das atividades que mais vem crescendo no país, pois as pessoas não viajam apenas para conhecer e admirar locais e sim, para vivenciar novas experiências, sensações e histórias (IGNARRA, 2003). Os turistas estão atrás de destinos onde possam conhecer e compartilhar das culturas e saberes locais, pois desejam levar para casa mais que belas imagens de um destino turístico (BRAGA, 2015).

Como qualquer pessoa, o turista/visitante também tem sentimentos, desejos e vontades, e a cada viagem ele se torna “alguém diferente”. Isso é a base para o desafio dos destinos turísticos, que devem se manter atualizados acompanhando sempre as novas tendências e inovações do mercado, buscando a melhor maneira de atender seus clientes (CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE

SANTA CATARINA, 2010).

Nessa busca por novas tendências e inovações no mercado turístico, surge o aumento da competitividade e da concorrência entre os empreendimentos turísticos e hoteleiros, o que gera um aumento da exigência por parte dos consumidores. Portanto, o sucesso desses estabelecimentos não depende apenas das inovações feitas, mas da qualidade dos serviços realizados e do profissionalismo de quem os realiza (RICCI e ESCRIVÃO FILHO, 2008).

O planejamento para o presente e para o futuro do turismo deve partir da profissionalização de novos técnicos na área, do fortalecimento das parcerias entre estabelecimentos que fazem parte do *trade* turístico, da busca por inovações para melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e do desenvolvimento sustentável que o destino oferece (CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010).

Futuramente este planejamento tenderá a ser mais complexo, pois os consumidores serão mais rigorosos, e a competitividade existente será ainda maior. Assim, o *trade* terá estabelecer uma proximidade maior com seus clientes e antecipar seus desejos e vontades. Portanto, toda profissionalização e melhoria na qualidade existente não bastarão se não houver um cuidado com os mínimos detalhes, pois é exatamente neles que a eficiência e qualidade nos serviços podem ser percebidas (TRIGO, 2009).

Segundo Trigo (2009, p.67),

Administrar e planejar turismo no mundo contemporâneo implica amplo conhecimento da realidade e das futuras tendências. É preciso que razão trabalhe com sensibilidade, que funcionalidade não despreze estética e que os esboços dos projetos não pequem pela generalização superficial e fácil, esquecendo os detalhes. Todos os projetos de sucesso no mundo do turismo se preocupam com detalhes.

Algumas tendências para o futuro do turismo podem ser identificadas observando as modificações no perfil dos turistas. Com isso pode-se afirmar que haverá uma procura cada vez maior em destinos turísticos que se preocupam com a qualidade de vida e com o meio ambiente. Isto deve-se ao fato de que cada vez mais os turistas estão atentos e conscientizados sobre a conservação dos recursos naturais visitados por eles (DIAS, 2011).

Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), a conduta dos turistas se caracteriza cada vez mais pela seletividade ao escolher o destino em que desejam visitar. A cultura local e o meio ambiente têm sido mais valorizados por aqueles que buscam a experiência, a criatividade e o bem estar em suas viagens. Através daí percebe-se uma mudança, tanto no desenvolvimento dos setores turísticos, quanto no perfil dos turistas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

A preocupação dos visitantes e também da comunidade internacional tem sido o desenvolvimento econômico do planeta, pois ele acarreta em acumulação e desperdício tanto de alimento como de recursos e afeta o meio ambiente. Pensando

no futuro, a adoção do termo sustentável mostra uma preocupação com o impacto das decisões atuais, pois quando bem pensadas podem minimizar os impactos negativos. Assim, os investimentos em sustentabilidade não serão somente para o futuro do turismo, mas também para a qualidade de vida das próximas gerações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Balneário Camboriú é uma cidade localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina, faz parte da região metropolitana da Foz do Rio Itajaí, e atualmente pertence à região turística da Costa Verde Mar. É um município onde o turismo vem crescendo constantemente, por ser uma das bases da economia da cidade (SEBRAE, 2013).

A cidade de Balneário Camboriú é conhecida nacionalmente como uma das mais belas cidades de Santa Catarina, por isso a constante melhoria na qualidade dos serviços e a procura por novas inovações é tão essencial para o futuro de uma das principais economias do município, o turismo. A atividade turística representa 16% das riquezas que são geradas no município, além de gerar cerca de seis mil empregos relacionados ao setor (ECONOMIA SC, 2015).

O referencial utilizado para análise, foi um documento oficial do Governo Estadual, o Plano Catarina 2020. O referido plano, trata de projetos para a melhoria do setor turístico no estado a serem realizados até o ano de 2020 (CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010).

O estudo teve como objetivo principal descrever os projetos e ações do trade turístico e poder público do município na perspectiva do futuro da atividade turística. Assim, investigando se as empresas de turismo e secretarias municipais da cidade, têm projetos visando a melhoria dos serviços e produtos oferecidos para turistas e visitantes em geral, e quais são suas propostas em relação ao futuro de Balneário Camboriú – SC.

2 | METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado foi o qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Segundo Chizzotti (2001) a abordagem qualitativa parte princípio de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

A pesquisa exploratória é optada principalmente quando o tema de estudo escolhido é pouco explorado e por esta razão é difícil estabelecer pressupostos precisos e operacionalizáveis. Já a pesquisa descritiva é adotada quando o intuito é descrever as características de uma população ou fenômeno específico, ou ainda estabelecer de relações entre variáveis, sempre com a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 2010).

Questionários semiestruturados foram o instrumento utilizado para coletar as

informações. Sendo construídos com perguntas abertas específicas para cada caso, eles foram aplicados com representantes do *trade* turístico e de algumas secretarias públicas da cidade de Balneário Camboriú,

As entidades representativas do *trade* foram a ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens), a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) e o Sindicato Patronal (donos dos bares e restaurantes). As secretarias municipais, selecionadas para compor a amostra juntamente com o *trade* turístico, foram: Secretaria da Educação; Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento Urbano; Fundação Municipal de Esportes; Fundação Cultural e Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública.

Os dados coletados foram tratados e confrontados com as informações contidas no documento Plano Catarina 2020. Posteriormente, descritos e analisados de acordo com a percepção e referenciais teóricos, e assim apresentados textualmente.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o cumprimento dos objetivos propostos, nos resultados e discussões estão presentes a descrição e o confronto realizado. Mais especificamente, estão contidas as metas e diretrizes, orientadas no Plano Catarina 2020, juntamente com os projetos e ações relacionados pelo poder público e *trade* turístico de Balneário Camboriú. Ao total, foram selecionadas dez entidades para fazerem parte do estudo, porém nem todas atenderam ao convite.

A ABAV atua intensamente no desenvolvimento da atividade turística, pois o setor de agenciamento turístico é um dos principais meios de distribuição das viagens, à medida que as agências servem como ligação entre a oferta e a demanda turística. A associação, possui projetos voltados para a capacitação profissional, por meio do ICCABAV (Instituto de capacitação da ABAV) e para a articulação com os agentes locais, com o intuito de buscar soluções para as problemáticas enfrentadas pelas agências (desintermediação, corte de comissões, concorrência com OTA's (*Online Travel Agencies*), etc.).

No ano de 2016 foram realizadas (em Balneário Camboriú) algumas palestras nas temáticas de Marketing Digital e Estratégias de Comunicação Digital ministradas por consultores renomados. A diretoria da ABAV, propôs algumas outras ações que estão previstas para os próximos anos, que podem/serão executadas na cidade.

Os principais projetos estão relacionados às áreas de Tecnologia, Inteligência de Mercado, Gestão do Conhecimento e Inovação. São eles: Big Data ABAV; Sou + ABAV; Agente de Qualidade; Agente Empreendedor; Agente Online e Registro ABAV. Mesmo não sendo projetos específicos para a cidade, após implantados atenderão também as agências instaladas no município. Desta forma será instigada uma maior

competitividade entre agências, que contribuirá para o município elevar os níveis de qualidade do turismo tanto receptivo como emissor.

A ABAV ainda mantém uma parceria com a Universidade do Vale do Itajaí, por meio do Curso de Turismo e Hotelaria. Assim, sempre que possível a associação desenvolve atividades para o aperfeiçoamento técnico dos agentes e acadêmicos da instituição.

A respeito do conhecimento sobre o Plano Catarina 2020, a ABAV declara que:

após a apresentação do plano às secretarias de turismo municipais e as instâncias de governança o que se percebe é ainda a falta de continuidade às ações do projeto, seja pela falta de recursos, seja pela falta de articulação política. Santa Catarina tem um potencial turístico enorme, já se avançou muito na consolidação do Estado como um dos principais destinos do Brasil, mas ainda o que se melhorar. Precisamos avançar as discussões entre a iniciativa pública, privadas e terceiro setor, no que se refere ao desenvolvimento das 10 regiões turísticas do Estado, bem como, na construção de uma legislação específica para desenvolvimento dos cruzeiros marítimos no Estado, apoio a projetos de desenvolvimento de pequenas empresas ligadas ao turismo, entre outras (ABAV, 2016).

AABIH-SC tem ações distribuídas pelas 10 regiões turísticas do Estado incluindo a Costa Verde Mar, região qual Balneário Camboriú faz parte. A entidade declarou que preza pelo contínuo desenvolvimento do setor por meio da capacitação de todos os profissionais envolvidos, por isso desde o final de 2015 promove capacitação que visa atender todas as áreas que compõem o setor de hospedagem. Ela declara que, somente com a qualificação da mão de obra poderemos atender a diversa gama de turistas que visitam o Estado, sendo este um dos grandes desafios citados no Plano Catarina 2020.

A associação tem seu foco de trabalho distribuído em quatro segmentos distintos: Defesa de Interesses; Networking, Capacitação; e Benefícios/Vantagens. Segundo ela, existe uma busca constante de parcerias para que o associado tenha benefícios, como o Programa de Iniciação Científica – PIC/Senac (que tem como objetivo a proposição de indicadores de gestão para o setor). Outra parceria mencionada é com a Universidade Federal de Santa Catarina, que desenvolve uma pesquisa visando diagnosticar as estratégias e ferramentas de marketing utilizadas pelos meios de hospedagem.

A Fundação Cultural de Balneário Camboriú lançou recentemente o Plano Municipal de Cultura que planeja as ações culturais para os próximos 10 anos. O plano contém diversas metas a serem cumpridas, sendo que entre elas constam algumas que se relacionam intrinsecamente com o Turismo.

Discorrendo a respeito, é evidenciada a Meta 14 que propõe programas de incentivo à pesquisa, promovendo diálogo entre o setor da cultura e as áreas do turismo, trabalho, ciência e tecnologia, educação, saúde e economia. Outra que pode ser relacionada é a Meta 26, que visa ampliar a relação entre cultura, turismo, hotelaria, comércio, ONGs, ações da comunidade, construção civil e sindicatos, de

modo a construir uma rede de fomento à produção cultural da cidade. Por fim, a Meta 27 que propõe a construção de uma rede de equipamentos fomentando um roteiro cultural da cidade.

A Fundação Municipal de Esporte de Balneário Camboriú (FMEBC) tem representantes no Conselho Municipal de Turismo, onde participam das reuniões e dos trabalhos relacionados com o setor na cidade. Essa cooperação auxilia na melhoria do setor turístico em Balneário Camboriú, tendo em vista que a fundação colabora com elaboração dos planos que tem essa finalidade.

Alguns dos planos/projetos e/ou ações da FMEBC são: Maturidade Saudável - programa que atende turistas e moradores da terceira idade com ginástica na praia; Verão Ativo - ação que oferece 8 modalidades esportivas na praia durante o verão, com monitoramento de professores de educação física da fundação; Academia do Pontal Norte - estrutura que atende turistas e moradores acima de 16 anos para prática de exercícios físicos; e o circuito de Saúde - projeto que tem o objetivo de melhorar a saúde, condicionamento físico e integração social dos moradores e turistas da cidade.

Foram implantados também, onze equipamentos multifuncionais na orla, além de 25 km de ciclofaixa compartilhada. Segundo a FMEBC, a próxima etapa consiste na implantação de uma academia na Barra Sul, nos mesmos moldes da existente no Pontal Norte. A Fundação ainda declara que, todos os seus projetos são relevantes para o turismo, pois garantem a manutenção da qualidade de vida de moradores e turistas.

A Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico informou a existência de alguns projetos em andamento ou em análise para os próximos anos. Dentre eles está o PMT (Plano Municipal de Turismo) que foi elaborado em 2014 e publicado em 2015. O plano apresenta um levantamento de informações sobre o município, além de um quadro de proposições e ações para os próximos 10 anos relativos ao planejamento, promoção e capacitação para o setor. No momento da pesquisa, ele se encontrava em fase de reavaliação dos prazos para ser dado o início da implementação.

O Visite Balneário Camboriú e Região, é um consórcio para ações de divulgação (sendo participantes algumas prefeituras municipais, equipamentos turísticos, empresários dos setores de receptivos e hoteleiros, Sindicatos e Convention Bureau) que tem como intuito promover e divulgar Balneário Camboriú no Brasil e na América do Sul. Sendo que os responsáveis pelo consórcio são a Prefeitura de Balneário Camboriú, o Sindisol e o Convention Bureau.

Outras ações foram elencadas pela secretaria, tais como a participação em feiras e eventos no país e no exterior. Ela possui ainda, um projeto de Capacitação em qualidade no atendimento ao turista para vendedores ambulantes da praia e trabalhadores de quiosques e pontos de milho e churros. Esta capacitação já é realizada há alguns anos com periodicidade anual e segue dentro dos projetos da

secretaria. E além de conhecer o Plano Catarina 2020, a secretaria declarou que “somos município indutor da Região Costa Verde e Mar”.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMAN) tem ciência da importância do turismo para a economia da cidade e elencou o Projeto Praia Limpa realizado todos os anos no período da alta temporada. Segundo a secretaria, pela grande quantidade de pessoas que se concentra nos meses de verão em nossas praias, é fundamental sensibilizar turistas e moradores sobre a importância de manter as praias limpas, os orientando a destinar corretamente o lixo que produzem.

Os monitores, que fazem parte do projeto, distribuem sacolas de lixo biodegradáveis e mini lixeiros (cinzeiros), pela praia Central, além de pulseiras de identificação, para as crianças. É oferecido capacitação aos monitores a partir da leitura de cartilha de orientação e palestras ministradas pela equipe técnica da SEMAN. A secretaria ainda declara que:

Com o projeto pretende-se atrair novos turistas para o município, aumentando sua visibilidade a nível regional, estadual e federal, com especial enfoque em estimular a prática da destinação correta de resíduos gerados nas praias, preservando o meio ambiente e estimulando mais pessoas a conhecerem a cidade (SEMAN,2016).

E complementam:

Para que a nossa praia continue sempre sendo admirada por moradores e turistas, é importante estimular os jovens para que participem do projeto, e ajudem a manter a ordem nas areias da praia, e espalhem a ideia em casa e nas escolas sugerindo que todos se comprometam a manter o meio ambiente limpo (SEMAN, 2016).

A Secretaria de Educação de Balneário Camboriú informou que até o momento não tem nenhum projeto/plano e /ou ações com o enfoque nessa área (turismo). Ela tem parceria com a Secretaria de Turismo por meio de divulgações de eventos, passeios, encontros e festividades vinculados ao município e região, além de participar também do Conselho do Turismo, da qual é cedido um membro para participar das reuniões.

Ao término da exposição, e tendo como base as respostas fornecidas pelas entidades pesquisadas, foi feito o confronto dessas informações com as diretrizes indicadas no Plano Catarina 2020. O Plano trabalha para que o processo de transformação de produtos em ofertas seja o mais adequado possível, para que assim, o objetivo final da atividade produtiva seja atingido: gerar maior bem-estar para a sociedade.

Para que isso se torne realidade, todo o processo de melhoria deve ser acompanhado e monitorado de forma que não importe o esforço empreendido, mas os resultados obtidos para alcançar a meta (geração de bem-estar social). Nesse contexto, a FMEBC promove ações e cria projetos para a população residente, para proporcionar saúde, qualidade de vida e bem estar social.

Os principais desafios a serem superados são: a diminuição da sazonalidade,

a qualificação e a capacitação da nossa mão de obra, bem como a busca da identificação de um estado com ações efetivas para o turismo sustentável. Neste quesito, a SEMAN realiza projeto incentivando a sustentabilidade, e mostrando principalmente a jovens a importância da mesma para a atividade turística.

O que falta em Santa Catarina é tornar o posicionamento do produto ofertado mais competitivo no mercado. Portanto a criação de projetos e ações estratégicas de promoção e comercialização são importantes para valorizar os serviços oferecidos pelo Estado. Sobre a promoção da competitividade nos serviços a ABAV-SC, promove ações e projetos para que, conforme o Plano Catarina 2020, a cidade se torne mais competitiva buscando desta maneira maior qualidade nos serviços.

A ABIH-SC, ABAV-SC, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e a SEMAN reconhecem a importância da capacitação profissional do setor turístico, visando o maior desenvolvimento e qualidade do produto final que é vendido aos turistas/visitantes. As metas qualitativas a serem alcançadas até 2020 priorizam a qualidade do turismo catarinense e não a quantidade de turistas no Estado, com ênfase para os produtos e serviços que potencializam a diversidade natural e cultural.

O plano orienta a criação de roteiros que combinam os ícones catarinenses com propostas inusitadas, valorizando as diferentes formas de acesso e meios de transporte. O feitiço de um “cardápio” de atividades temáticas que destaquem os diferenciais dos produtos turísticos catarinenses em cada segmento, convertendo-se em experiências únicas capazes de gerar desejo de viagem também está inserido.

Outras diretrizes consistem em combinar lugares, eventos e atividades de uma mesma região turística que permitam uma visão completa da região visitada e traduzam as particularidades de cada uma das diferentes identidades do Estado. A criação de um portfólio cuidadosamente selecionado de produtos turísticos, valorizando características naturais e identitárias do Estado e sustentabilidade catarinenses, também faz parte. A Fundação Cultural de Balneário Camboriú recentemente lançou um plano que promove ações para a criação de roteiros turísticos na cidade, estando em consonância com o plano.

Em relação a promoção de destaque da cidade a Secretaria de Turismo e desenvolvimento econômico demonstra a preocupação e a relevância da participação em feiras para a divulgação de Balneário Camboriú como de acordo com o Plano. Desta maneira é perceptível que muitos pontos citados no Plano Catarina 2020 estão sendo realizados e implantados no município de Balneário Camboriú.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa pudemos conhecer vários projetos e ações realizadas município de Balneário Camboriú para a melhoria da atividade turística. Foi possível perceber também, a importância do setor não só para a cidade e o estado, mas também para o país, já que ela representa uma porcentagem significativa na

economia.

Com o instrumento utilizado para a coleta dos dados obtivemos um valor relevante de informações, e a colaboração da grande parte das entidades/secretarias convidadas, obtendo 80% de retorno da população total. Mesmo com algumas recusas ao retorno do questionário, todas as respostas obtidas foram muito relevantes e de extrema importância para a realização da pesquisa. Podemos afirmar ao final desse estudo, que os objetivos propostos foram cumpridos a partir dos resultados alcançados.

Balneário Camboriú é uma cidade com um fluxo turístico intenso, e com muitos atrativos, o que faz com que (principalmente em época de alta temporada) a cidade fique lotada. O que se espera da cidade como um grande indutor do turismo que ela é, e que seus projetos/planos e/ou ações sejam os melhores desenvolvidos, principalmente quando se tem uma base como o Plano Catarina 2020. O município tem ótimos projetos a serem realizados para a melhoria do setor turístico, porém suas secretarias e entidades não trabalham conjuntamente para o mesmo objetivo, cada uma trabalha para si e suas metas.

É notório que há maior desempenho de algumas entidades do que outras, e que algumas dão mais importância para o turismo do que as demais. O que ocorre é que muitas vezes as secretarias não reconhecem a importância que seu setor tem para a atividade turística. Com o grande potencial do município esperava-se um pouco mais conversação e união entre suas secretarias e seu *trade*.

Balneário Camboriú é uma excelente cidade, e ainda tem muito que crescer e se desenvolver, principalmente quando se trata desse setor. Com um bom planejamento e preocupação, o futuro da atividade turística e seus serviços certamente se tornarão melhor e nossos turistas/visitantes e/ou pessoas locais terão maior bem estar e satisfação.

Por fim, quanto às orientações presentes no Plano Catarina 2020, é considerado que suas propostas de melhoria para o Estado são significativas, pois sugerem ações que devem ser realizadas no setor para que os produtos turísticos de Santa Catarina sejam melhor posicionados no mercado. Deste modo, as diretrizes estimulam que os produtos sejam comercializados na escala de sua potencialidade, promovendo desenvolvimento, gerando empregos, aumentando o valor das receitas e distribuindo renda para a população local.

Há um convencimento de que os resultados apresentados têm grande relevância para a sociedade, visto que o futuro e o planejamento da atividade turística ainda é um assunto pouco tratado. Assim, o presente estudo espera contribuir para novas discussões e pesquisas sobre o tema e sensibilizar as secretarias de Balneário Camboriú e entidades, a realizarem uma discussão profunda sobre o assunto, com consequente criação de planos/projetos e/ou ações que visem o futuro da qualidade da atividade turística.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Gustavo Henrique. **Agências ampliam a oferta de viagens associadas a cursos.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/920-agencias-ampliam-a-oferta-de-viagens-associadas-a-cursos.html>>. Acesso em: 07/03/2016.

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Plano Catarina 2020.** Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/institucional/index.php/pt-br/informacoes/politica-estadual-de-turismo/category/4-plano-catarina-2020?download=3:plano-catarina-2020>>. Acesso em: 12/11/2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Atlas, 2011.

ECONOMIA SC. **Balneário Camboriú é destaque em ranking de Turismo.** Disponível em: <<http://economiasc.com.br/balneario-camboriu-e-destaque-em-ranking-de-turism/>>. Acesso em: 24/11/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo.** 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade.** Brasília, 2007.

RICCI, G. L; FILHO, E. E. Medição de desempenho como suporte à inovação no turismo: proposta para pequenas empresas hoteleiras. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)**, n. 5, Jun 2008. Disponível em: <http://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt08-02.pdf>. Acesso em: 21/10/2015.

SEBRAE. **Balneário Camboriú em Números.** Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20Balne%C3%A1rio%20Cambori%C3%BA.pdf>>. Acesso em: 24/11/2015.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico.** São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

UM RIZOMA DE TROCAS, EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O COMÉRCIO DE AÇAÍ DO MARAJÓ DAS FLORESTAS

Daniel da Silva Miranda

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Belém – Pará

Fernando Arthur de Freitas Neves

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História
Belém – Pará

Ramiro Esdras Carneiro Batista

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Belém – Pará

Sabrina Campos Costa

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Belém – Pará

RESUMO: As presentes notas foram aqui elaboradas na condição de reflexões iniciais sobre determinados elementos que constituem a comercialização do açaí *in natura* marajoara à capital paraense. Com tal intuito, certos aspectos característicos a realidade observada em um trajeto que parte do município de Afuá-Pa rumo à Belém-Pa, foram aqui tomados como fontes para garantir acesso tanto ao que ocorreu na escala observável quanto na escala do observador em seu fazer de traduzir o que viu. Neste sentido, optou-se pela ótica do antropólogo como intérprete ou

tradutor, elaborada por Clifford Geertz, como meio que melhor propunha articulação dos dados empíricos; à experiência etnográfica e à experiência de representação do encontrado em campo. Para tanto, optamos pelo uso de duas categorias que escapam ao contorno cartesiano econômico usual, explicitado em reflexões que tradicionalmente representaram a prática deste comércio a partir de perspectivas rígidas e fechadas, tal qual a “cadeias” restringidas à ação antropogênica, quando não, inflexíveis ou cíclicas e repetitivas. Deste modo, o presente artigo sustenta-se no uso conceitual de “açáirizoma”, proposto por Romero Ximenes, como mecanismo de uma representação aproximada – ainda que preliminar – dos saberes, sensibilidades e práticas simbólicas envolvidas nestas negociações. Surgindo ao final, como desdobramento, uma elaboração adensada na perspectiva de “trocas rizomáticas” como significado da manutenção dinâmica das redes comerciais, considerando-as interseccionadas por intensa renovação no que diz respeito às relações homens-homens e homem-naturezas.

PALAVRAS-CHAVE: Açaí; Comércio; Trocas; Marajó;

A RIZOMA OF EXCHANGES, EXPERIENCES
AND SENSIBILITIES: INTRODUCTORY
NOTES ABOUT THE TRADE OF AÇAÍ FROM

ABSTRACT: These notes were elaborated here as initial reflections about certain elements that constitute the commercialization of açai *in natura* from Marajó island to the capital of Pará. In order to guarantee access to both the observable scale and the observer's scale, certain aspects that are characteristic of the reality observed on a route from the municipality of Afuá-Pa towards Belém-Pa to translate what you saw. In this sense, the optic of the anthropologist was chosen as interpreter or translator, elaborated by Clifford Geertz, as a means that best proposed the articulation of the empirical data; to the ethnographic experience and the experience of representation of the found in the field. In order to do so, we have chosen two categories that escape the usual economic Cartesian outline, which are explicit in the reflections that traditionally represented the practice of this trade from rigid and closed perspectives, such as chains restricted to anthropogenic action, if not inflexible or cyclic and repetitive. Thus, the present article is based on the conceptual use of "açai-rhizoma", proposed by Romero Ximenes, as a mechanism for an approximate - albeit preliminary - representation of the knowledges, sensitivities and symbolic practices involved in these negotiations. At the end, as an unfolding, a detailed elaboration in the perspective of "rhizomatic exchanges" as a sign of the dynamic maintenance of the commercial networks, considering them intersected by intense renewal with regard to relations between men and men and man-natures.

KEYWORDS: Açai; Trade; Exchanges; Marajó;

1 | INTRODUÇÃO

"O açai apresenta-se como um prato principal na mesa amazônica, onde quer que ele esteja os outros pratos se tornam periféricos a ele [...]. Você não come alguma coisa com açai, se costuma dizer que se come açai com alguma coisa... com pirarucu, açai com charque, açai com camarãozinho [...] enfim... o açai se demonstra como um vegetal que subverte a ordem das coisas"

A citação acima é de autoria de Romero Ximenes, antropólogo paraense e professor da faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Suas palavras foram proferidas em meio a uma conversa agradável acolhida entre os grandes títulos de sua biblioteca, na manhã de 24 de agosto de 2017. Visto de agora, seu relato pareceu ter encarnado algumas das muitas inquietações reveladas durante sua tese de doutoramento, quando a partir de então o autor se dedicou a analisar as relações sociedade(s)-natureza(s) por meio dos consumos transculturais do açai. Ximenes (2013) apontou por meio de seus estudos e experiências como as pessoas modelam o açai ao agrado de seu paladar e segundo as variáveis de suas subjetividades, vertendo o açai numa forma plástica dentro da equação antropológica, reconfigurando-o e transformando-o sob a força e à medida em que a presença da fruta conquista novos espaços e territórios.

Deste modo, o açai aparenta seguir uma expansão complexa e irremediável, como bem aponta o autor (XIMENES, 2013. p. 15), gerando aos pesquisadores um

desafio de imaginar modos que representem a liquidez que ele encarna no *real*. Ximenes ante a este enfrentamento, solucionou o empasse ao recorrer inventivamente às perspectivas epistemológicas do rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), combativo ao cartesianismo linear.

O autor representou então o açaí e sua liquidez, pela disposição conceitual de *açaí-rizoma*, uma forma não-estática atravessando sensibilidades de mundo, estabelecendo ou tornando mais elásticos múltiplos contatos inter-étnicos entre variados lugares na escala do local e do global.

Ximenes ultrapassou deste modo a condição de rastreador dos consumos e tornou-se referencial da teoria antropológica amazônica por uma interpretação rizomática do açaí, dando condições para que os modos de se espiar as etapas pelas quais o açaí é posto em travessia, articulando-se em uma não-fixidez, uma forma não-estaque ou melhor, uma não-cadeia.

Ante a tais possibilidades, quase que inevitavelmente surgem questões acerca do açaí-rizoma de Ximenes. O autor parte do consumo do paladar e alcança os consumos semióticos, mas não torna visível o rizoma anterior que deu condições à formação do rizoma do consumo.

Ora, de onde vem esta fruta para ser dilacerada em máquinas despoldadoras? Quem lhe dá condições para tal chegada? Por que caminhos e percursos segue o rizoma de trocas até a chegada da fruta à Feira do Açaí? E assim, com estas perguntas e uma mochila de inquietações fomos ao campo.

Ao dispor mais atenção a este *estar lá e chegar aqui*, nos surge um universo rizomático, responsável pela chegada do fruto aos consumidores finais, passando nada a mais e nada menos do que pelas próprias vidas dos diversos sujeitos comprometidos com a *tiração* do açaí.

Atingimos então os interesses que movem atualmente nossas pesquisas, dobrando-se a este *entre* a condição de *estar* fruta, de *ser* tirada – das árvores; das várzeas; dos cachos; dos trapiches; dos porões; da Feira – e *tornar-se* alimento. Mais ainda, tornar-se azia, manifestação do sono, um convite à preguiça segundo alguns; ou por outra um potente energético, vetor de mais disposição, ou mera mercadoria segundo outros.

Alicerçado no estuário do Marajó, estamos indicando alguns dos trajetos e zonas de contato que tece a experiência do traslado culminando no consumo do açaí, observando as apropriações feitas no estudo ainda em curso, na expectativa de construir uma etnografia-intérprete dos sujeitos que estão envolvidos com a (re)tirada do açaí. Indivíduos que tecem por seus cotidianos as normas e práticas reguladoras dos contratos, dívidas e solidariedades mantenedoras das dinâmicas e trocas do abastecimento do açaí.

Com tal intuito, temos tomado como locus para análise o fluxo responsável pelo abastecimento do açaí in natura dos arredores do Rio Bacabal em Afuá, ao comércio da Feira do Açaí em Belém do Pará. Não considerando esta rota como o

lugar no qual há de se manifestar a totalidade do que “realmente” é o comércio para abastecimento de açaí, mas considerando-a em sua especificidade e pluralidade, respeitando os limites do que é tangível à observação etnográfica.

Diante das particularidades do campo, dos colaboradores e do objeto de pesquisa acabamos por nos direcionar ao uso de uma antropologia interpretativa (GEERTZ, 1989) como campo teórico-metodológico razoável à problematização dos registros etnográficos produzidos e coletados in loco.

Ao recorrermos a tal modelo epistemológico de antropologia, buscamos refletir a respeito da incompletude imbricada à confecção do saber etnográfico em relação ao real observado, recorrendo a estratégias que ajudem a contornar alguns dos limites próprios à produção antropológica na representação do experienciado.

Deste modo, a partir das considerações de Geertz (2002) a respeito da função-autor do etnógrafo, partimos do entendimento de que o fenômeno etnográfico é, sobretudo, produto da interpretação de sujeitos historicamente localizados, procurando atribuir sentido aos discursos sociais observáveis na experiência de outros sujeitos igualmente produtos de construções temporais.

Assim, as análises aqui elaboradas são produtos de nossas próprias capacidades em captar algumas facetas que recobrem as condições materiais em suas específicas experiências e sensibilidades de mundo. Não tomamos o objeto de estudo como uma representação em si mesmo, por isso não subscrevemos a cultura do açaí como um processo estanque, pois sentimos pulsar a incompletude que o circunscreve, atribuí-lhe equidade e ética ante destes saberes e práticas observadas na sua relação com o sistema produtor de mercadorias. O saber em sua substância continua sendo de propriedade intelectual inviolável de nossos colaboradores, portanto, a operação descrita tem o fito de nos aproximamos de seu significado de objetivação, a fim de traduzi-lo através da interpretação antropológica. Obviamente estamos cientes do mais valor acrescido sobre o rizoma do açaí com o acréscimo de nossa interpretação.

Somos ainda devedores das variadas contribuições de investigadores da temática como Murrieta & Rueda (1995), Marinho (2005), Rocha (2004), Homma (2014), Nascimento, Gutemberg (2016) quando propuseram suas investigações sobre as interações entre segurança alimentar, as tramas do extrativismo e a agricultura, geração de renda, território e diversificação nos usos e aproveitamentos. De modo experimental apontamos uma descrição intérprete dos sentidos-significados das práticas dos sujeitos inquiridos nesse fazer antropológico.

Ensejamos a abordagem pelo circuito do açaí percorrendo as manifestações da vida estuarina marajoara em rizoma; do abastecimento do açaí in natura e das relações simbólicas que atravessam as múltiplas trocas deste rizoma de relações.

2 | UM RIZOMA DE TROCAS

Plantado e manejado pelos etno-saberes, o açaí se torna então razões para anseios e angústias desde gérmen. Transmuta-se em negociações e procuras nas matas; é colhido e tirado da árvore; é debulhado do cacho e posto em paneiros, latas e sacas; é trocado, catado e passado de mãos em mãos; é levado por barcos e caminhões; é despulpado e descartado, seguindo caminhos e travessias a tornar-se alimentação, artesanaria, cosmético, medicamento, adubo e asfalto.

Estes usos variados demonstram etapas distintas em uma escala generalizante das relações e produções simbólicas evocadas pelo açaí. Tais processos, são aqui tomados como demonstrações da amplitude de possibilidades entorno da fruta e, conseqüentemente o compromisso exigido quando se pretende elaborar representações e reflexões a respeito do vivido pelos sujeitos que escoam o açaí das várzeas amazônicas.

Urge então que se recorra a elementos textuais que representem de maneira aproximada o que ocorre nas paragens estuarinas. Como demonstrado anteriormente, a perspectiva de açaí-rizoma será a adotada aqui devido melhor aproximar-se do equilíbrio entre o real e a verossimilhança que pretende ser estas notas introdutórias.

O açaí-rizoma de Ximenes nasceu nos estuários do Baixo-Tocantins e do Baixo-Amazonas, idealizado para expressar o nomadismo intempestivo pelo qual a vida do açaí é guiada. Elaborado para externar o que é perceptível pela observação empírica na forma que o fruto existe no mundo “O açaí desliza sobre uma superfície lisa, com velocidade variável, com retornos, extinções, retomadas de trajetórias e variações múltiplas” (Ibidem, p. 29).

Sua perspectiva, sustenta-se no que foi percebido pelo autor a partir de seus dados empíricos e aqui, o é feito pois partilho da mesma perspectiva de Ximenes, para quem o “O conceito de rizoma permitiu conectar as ‘atracções’ múltiplas do açaí às várias dimensões da vida estuarina” (Ibidem, p. 14).

E a que dimensões se atraca o açaí do estuário? Os dados empíricos demonstram uma atracção à dimensão dos valores simbólicos e epistémicos destas comunidades, na reciprocidade envolvida nas trocas do fruto à simbiose entre sociedade-natureza, onde a natureza assume papel de sujeito e inter-relaciona-se junto aos saberes e fazeres daquelas localidades.

Defendemos assim uma perspectiva de que este modelo específico de comércio entra em condição de travessia com as vidas não-humanas que formam os universos que nos rodeiam, sejam (estejam) estas vidas (n)as florestas, (n)as margens ou (n) os rios. Há intercâmbio entre vidas, há movimento e envolvimento; há troca e ambos se põem em condição de manejo. Homens manejam açaí, o açaí maneja o Homem.

Ao seguir tais afirmações, caminho a partir dos avanços epistemológicos de Philippe Descola (2016) e sua Antropologia da Natureza. O autor anuncia por suas perspectivas, que sociedade e natureza constituem juntos uma variável tangível e

que deve ser tomada como referência aos estudos etnográficos, visto que as formas de convívio das comunidades amazônicas e o ambiente em que se localizam em muito diferem da perspectiva/matriz cartesiana produzida pela vida capitalista moderna ocidental.

Antônio Diegues (2000) converge às afirmativas de Descola, e aponta de maneira mais aproximada às pretensões da presente pesquisa que as comunidades tradicionais *ribeirinhas* demonstram, em seus saberes e práticas extrativistas, um modo de tratar o universo não-humano em seu entorno produzido como estratégias às adversidades experienciadas por gerações. Estes saberes, recentemente reconhecidos, vêm sendo amplamente tomados como objeto de pesquisa por etnocientistas, na sonhada ambição por equilíbrio na gerência ecológica.

Diante de tais aberturas, sugerimos tomar metaforicamente esta simbiose entre humanos e não-humanos, dentro da prática que mantém o abastecimento de açaí, como um *rizoma de trocas*.

Ao encarnar o rizoma, as trocas estariam ligadas a um entrelaço das relações cotidianas à experiências de solidariedade situacionais, nutrindo-os antes e durante, até o ponto de colheita e de trocas para aí então serem reelaborados, recriados e reinventados. Seguindo intempestivamente uma nova e rizomática troca-reciprocidade.

Quando não se está no tempo da safra do açaí no Bacabal, as relações que sustentam as trocas e as reciprocidades alimenta-se da adaptabilidade humana às condições possíveis, para além das solidariedades que surgem diante da impossibilidade de comércio.

Voltando, pois, o período de safra, formam-se os rizomas de troca, com elementos similares e sentidos-destinos parecidos: o comércio em Belém. Tendo assim novos rizomas, temos então novas trocas, que em suas particularidades e no sabor de suas experiências, demonstram consistentemente que para cada rizoma são produzidas novas trocas, novos acordos. Os contratos, os valores, as conversas, a confiança recíproca são outras; são novas. Variam e reformulam-se considerando o gelo partilhado ou não durante o comércio, a farinha encomendada que conseguiu ou não chegar e ser repartida, o diesel que foi ou não trazido... consideram a vida ordinária no ir e vir das vazantes e cheias que o rio faz.

O rizoma de trocas tem sua existência atravessada pela condição de receber influências das variações sazonais, refletido não apenas pelos momentos de safra e entressafra do açaí, mas estendendo-se às condições do inverno e verão amazônico; do fator incontrolável dos regimes de chuvas, ventos e marés; das disputas silenciosas entre os sujeitos que fazem parte de outras travessias de açaí, ligados a este mesmo entorno de relações, buscando munir-se de mais acordos e expandir-se mais em relação aos outros.

Tal rizoma de trocas, ainda que em meio ao conjunto de rizomas de outras trocas, mantém suas particularidades em desenhos e formatos singulares. Assim, a

lógica de troca do açaí não é a mesma do coco de babaçu, do dendê ou outro objeto de relações extrativistas. Ambos são trocas nitidamente comerciais, no entanto, as características simbólicas particulares, os desenhos e configurações/formatos de seus crescimentos, extensões e alcances demonstram-se singulares. Suas bases de sentido-significado social os são mais ainda. E o são porque são experimentados e vividos dessa maneira.

Acredito deste modo que a ideia de *rizoma de trocas* distancia-se positivamente da perspectiva ligada aos usos de *cadeia* extrativista; elementos estes que acionam a representação de um plano fechado, invariável, inflexível e antropocentrista. Elaboraões que parecem estar dispostas em primeiro plano a rastrear lucros, contabilizar prejuízos, apontar dissimetrias e encaixotar realidades a hierarquias.

Bem sabemos da necessidade de refinamento desta afirmação, principalmente no que condiz às suas sustentações e objetos próprios de interpretação, no entanto, nos apoiamos sobre as supostas fragilidades da inteligibilidade para anunciar os incômodos do atual estágio da pesquisa como fonte inspiradora para hipóteses e pretensões de descrever o açaí rizomático como uma possibilidade, particularmente considerando sua elevação ao posto de sujeito.

3 | SENSIBILIDADES DE MUNDO

Produzir uma etnografia demonstra-se como uma tarefa de dedicado esforço em torno do amadurecimento dos sentidos e das sensibilidades do *eu-pesquisador*, ao pôr-se na condição de ser intérprete e de ser interpretado pelos *outros* que lhe permitem espiar seus cotidianos.

Geertz (2002), ante as reconfigurações estruturais-estruturantes do global e do local nos anos 80, produziu críticas e apontou soluções às muitas dúvidas que o autor-etnógrafo via surgir em seu *estar aqui*, representando indivíduos que *estão lá*, distantes, e que não poderiam nada se não consentir ou discordar posteriormente do modo que suas representações tomaram forma.

Para o autor, o etnógrafo deve preocupar-se com os limites de sua própria produção, afinal, ainda que seus colaboradores lhe garantam o máximo de imersão e hombridade em campo, o produto final deste esforço é em si mesmo solitário; uma representação literária com autor conhecido, muito bem localizado no tempo-espço. Desta maneira, ainda segundo Geertz, não se deve esgueirar o texto por caminhos que conduzam a um “*ventriloquismo etnográfico*”, afirmando dar condições de fala aos atores sociais quando na verdade eles não falarão por/em nossos textos; tão pouco de “*confessionalismo*”, como se no contato com um etnógrafo os indivíduos resolvessem abrir mão da opinião particular e num instante resolvessem externar os recôncavos mais íntimos de seu mais escondido *eu* (GEERTZ, 2002. p. 188-189).

Distante, portanto, de tais angústias o etnógrafo deve muito mais preocupar-se com o “[...]modo [com que] as palavras se ligam ao mundo, os textos à experiência

Em viagem, o Marajó das florestas surge a partir das águas do município de São Sebastião da Boa Vista. A esta altura, as vidas humanas e não-humanas já pululam aos olhos, do amanhecer ao entardecer. Desta forma, fica assinalado neste percurso. Nos interessa sublinhar o quanto das formas de viver nos marajós não são gestadas apenas na terra firme e várzea das ilhas e outros espaços que compõem o arquipélago, mas que igualmente se apresentam em todo o trajeto fluvial do viajante. Na verdade, o rio é uma emenda da terra, uma extensão física como em único tecido, embora com superfície e texturas diferentes.

Veza ou outra os grandes navios e rebocadores lhe cruzarão o caminho a perder de vista. Mas haverá momentos em que lhe surgirão no olhar alguns barcos de porte mediano, levando consigo peixes... açaí... gelo e até mesmo areia, sim, como material de construção, pois as várzeas e mangues predominantes em certos municípios do Marajó das florestas faz com que estes barcos sejam comuns em certa medida.

A aparência destes barcos que surgem pode sugerir preliminarmente que se tratam apenas de meios de transportes inseridos em “cadeias” de trocas comerciais, navegando mais próximos dos viajantes do que os pequenos barcos, rabetas e canoas que tendem a transitar no raso seguro das margens.

Em tais barcos de médio porte, seguem o que tomamos aqui como os colaboradores precisos para espirmos as experiências e sensibilidades de mundo nestes pontos dos Marajós. Em meio as vibrações de porões e convés causados pelo funcionamento do motor não seguem apenas mercadorias, mas também vão ali, ocupando o pouco espaço que resta, homens e mulheres transportando memórias, narrativas e saberes. Cruzando-se com os saberes encontrados em cada porto, pondo os seus em posição de troca diante do interminável fluxo das viagens.

Aqui então poderíamos parar e realizar uma metafórica entrada em um destes barcos, para melhor acompanhar como são compostos e do que são compostos.

3.2 Barcos e homens: Atravessadores, intermediários e peconheiros

Tais barcos são predominantemente construídos nos estaleiros marajoaras, produtos do encontro das madeiras amazônicas com as mãos experientes dos mestres de estaleiros. Ao fim de meses de trabalho, são descidos à água, já calafetados e prontos a navegar.

Apesar de partilharem a origem dos estaleiros, as pretensões de seus usos ditam muito de suas formas. Tomemos, pois, como exemplo o barco de um de nossos colaboradores, um passador de açaí provado na área com pouco mais de dez anos fazendo travessias. Seu barco, “4 irmãos”, de 21 m de comprimento e 5,80 m de largura, conta com um grande e fundo porão central, alcançando 2 m em seu ponto mais alto e 1,2 m em seu ponto mais baixo, destinado a ser preenchido por grandes quantidades de açaí e gelo para o conservar nas viagens. Enquanto nos picos da safra ele chega a reservar uma quantidade de 13 toneladas de gelo para 3.500 rasas

de açaí, no princípio da quebra de safra ele comporta em média 10 toneladas de gelo para 2.200 rasas [ou menos].

Seu convés conta com um amplo espaço para armazenar os paneiros a mais e outras mercadorias que surgem durante a viagem [farinha e óleo diesel são os mais comuns], além de ser o compartimento para atar as redes dos tripulantes que trabalham durante a viagem [conforme sobram espaços].

O restante da estrutura do barco divide-se em dois compartimentos. Na frente, ou melhor, na proa há a cabine de comando [tendo como instrumentos de navegação o timão, uma bússola, um manete para controlar o holofote e um rádio VHF], seguida pelo único camarote do barco, que é ocupado por nosso colaborador. O convés separa a proa da popa, nesta última é possível perceber uma partilha de espaços. O primeiro diz respeito à alimentação e aos banheiros; com uma dispensa composta por 04 prateleiras e a cozinha, com um fogareiro de 04 bocas fixado à uma base de madeira. No segundo espaço encontramos a parte mais externa da popa, com uma bateadeira de açaí, um freezer horizontal de uma porta e um reservatório de água de aproximadamente 50 litros.

A parte externa do teto do barco também é por vezes utilizada, seja para facilitar as idas e vindas da popa à proa ou para ter uma melhor posição durante as vigílias na viagem. Tais descrições caracterizam um, dentre os vários barcos que cruzam os rios marajoaras em direção à capital para a venda de açaí, sem necessariamente caracterizar ou pretender ser o padrão entre eles.

Há notadamente uma relação dos tripulantes com estes espaços que concretizam esta travessia. Os timoneiros ocupam a cabine de comando e são geralmente os homens de mais idade na embarcação, o que lhes teria garantido o notório saber necessário para a função diante dos caminhos e descaminhos na capilaridade fluvial dos marajós. Os carregadores transitam por toda embarcação, são escolhidos entre sujeitos notadamente mais jovens pois deles é cobrada agilidade e vigor físico para em cada porto de peconheiro ou intermediário, descer ao trapiche e jogar precisamente de um para o outro os diversos paneiros cheios até o porão. A viagem conta ainda com a escolha de um cozinheiro, que deve saber lidar com as panelas e utensílios nos balanços das águas. Durante as noites o encargo da vigília é partilhado entre todos afim de manterem-se em alerta para a presença de “ratos d’água”; assaltantes de embarcação que surgem como seres brutais nas narrativas dos tripulantes.

Nosso colaborador aceita transitar por quase todas estas funções, exceto a de cozinheiro, pois para isto ele “não teve o dom”. Suas principais funções são as de administrar os valores combinados, sempre para garantir a “honradez de sua palavra” e ainda negociar e concretizar a venda final, na Feira de Açaí em Belém.

Ele surge deste modo como o sujeito *encarregado*, que desponta em papéis de significativa chefia no espaço rural do rio Bacabal em Afuá, e com destacado protagonismo quando na Feira do Açaí em Belém.

De suas performances resultará grande parte dos sucessos e insucessos da viagem, afinal, ele é o responsável por formar a tripulação, ele que tem voz na articulação dos contratos verbais entre peconheiros, intermediários e comerciantes da Feira de açaí, e igualmente deve partir dele a sensibilidade de notar quando a safra do Bacabal está se encerrando e é hora de atravessar açaí de outros lugares.

Estes quase dez anos de atuação de nosso colaborador parecem ter lhe garantido de algum modo um determinado prestígio entre a comunidade do Bacabal. Nota-se que o uso constante da palavra e a honradez com a qual ele pratica seus acordos tornam-se importantes fatores a serem considerados diante do respeito com que é tratado. Até aqui desconheço qualquer caso de quebra de palavra entre estes sujeitos, mas o receio constante de uma quebra de confiança demonstra muitas das possíveis penalidades que poderiam surgir por conta disto. Todavia, sem comparativos evidentes, não há como saber as particularidades de um desonrado.

O Bacabal anuncia então que o grande evento para o qual se preparam os sujeitos em suas imediações é a colheita de açaí. Iniciada pelos idos de fevereiro e que se encerra no final de julho, no entanto, se nosso colaborador e seus tripulantes podem ir para outro lugar atravessar açaí no período de entressafra das imediações do Bacabal, que dura de agosto a janeiro do próximo ano, o que ocorre com os outros indivíduos deste rizoma de trocas?

Atingimos desta maneira um ponto no qual para que haja sentido na existência deste barco e os investimentos de suas viagens, é necessário notar a presença dos indivíduos que pertencem a este fluxo comercial sem necessariamente atuarem como tripulantes dos barcos.

3.3 Intermediar, intermédio, interstício e peconha

Subir em uma árvore de açaí e apanhar-tirar-colher um cacho não é atividade para qualquer um, demanda um saber específico para uma subida segura, rápida e proveitosa. Os indivíduos que dispõem desta atividade são os chamados *peconheiros*, identificados assim pela coleta do açaí a partir do uso da peconha, um laço feito em saca de fibra ou galhos verdes torcidos que o auxilia na subida, na descida e no equilíbrio enquanto está na árvore.

Sua performance se inicia diante da negociação da colheita com seus contratantes, onde é estabelecido verbalmente uma determinada quantidade de produção, prazo e valor de mão de obra. Em seguida, selando o acordo, os peconheiros recebem a quantidade estipulada de paneiros e rumam às várzeas, em busca das árvores.

Em sua ida, levam geralmente consigo em seus cascos, rabetas ou catraios uma peconha, o terçado, alguns paneiros e, em certas vezes, algum de seus filhos, para além de aprender o ofício, debulhar os cachos. Após horas de trabalho, retornam a suas casas com os paneiros cheios e barrigas vazias, ávidos por comida e descanso, prontos a recomeçarem o mesmo trajeto até cumprirem a meta.

Num prazo que se demonstrou no máximo de uma semana, chega o dia de retorno ou a ida até os contratantes, nele os peconheiros lhes devem entregar os paneiros, recebendo a quantia contratada ou o equivalente por sua coleta, aguardando o retorno deles para um novo contrato.

No caso especificamente tratado aqui, seu ofício dificilmente está ligado ao “4 irmãos”, suas colheitas são geralmente contratadas por indivíduos que a revenderão para nosso colaborador sob o aspecto de ganharem uma relativa margem de lucro. A estes sujeitos não consta uma categoria local, mas devido sua função de intermediar estas colheitas às mãos dos atravessadores, aqui os trataremos por *intermediários*.

Estes indivíduos demonstram ter se instalado neste rizoma de trocas há algum tempo e, dispondo de certo capital para giro, estabeleceram articulações de contratos primários com um certo número de peconheiros, detentores das sensibilidades e saberes viabilizadores de uma boa colheita.

A nosso colaborador esta relação ao ser estabelecida é favorável, pois diversos peconheiros acabam trazendo sua produção a um mesmo porto, prontos para um rápido e único embarque. Aos intermediários parece ser interessante pois ao manter a intermediação da venda podem discretamente partilhar dos lucros da mesma pelo preço da rasa intermediada. Quanto ao peconheiro, as relações estabelecidas lhe favorecem em determinados aspectos, no prestígio comercial e social em negociar ou estabelecer laços com determinados sujeitos de dentro da comunidade, e pela segurança de ter a partir de um contrato verbal um determinado valor por venda concretizada.

Todavia, é no período de entressafra que ocorrem as mudanças significativas no quadro geral e o rizoma aparenta ganhar novos rumos. Nosso colaborador parte do Bacabal para o Município de Limoeiro de Ajuru, próximo ao Município de Currealinho, atravessando o açaí de lá para Macapá, considerando que o período de safra do açaí nos arredores de Belém faz o preço do fruto despencar na Feira da capital paraense, enquanto na capital amapaense ocorre o processo inverso.

Os intermediários mantêm-se a partir do conforto que o lucro de suas negociações os permitirá gozar. Enquanto isso, os peconheiros veem-se em um novo momento, sem as trocas comerciais do açaí suas rendas sofrem uma significativa perda. Muitos demonstram conseguir manter suas rendas a partir de aposentadorias ou benefícios sociais mantidos pelo Governo Federal, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso. Para sacar-lhes têm de viajar até Macapá, com a ajuda de caronas pegadas entre vizinhos da comunidade.

Esta prática possibilita a percepção de uma reorganização social no Bacabal, baseada na solidariedade costurada pelos muitos graus de amizade ou parentesco existentes. A comunidade está organizada de maneira dispersa na espacialidade do Bacabal e seu entorno, o principal foco de ocupação é no entorno da escola que há na comunidade. Deste modo, a expectativa gerada é que no entorno da escola esteja a maior concentração de solidariedade, por assim dizer. Todavia, o que se

demonstra é uma variabilidade e uma inconstância nestas ligações de ajuda mútua.

Os ritos de solidariedade se renovam e refazem-se até um novo período de safra voltar e tornar estas trocas menos comuns, quando as atenções se voltam para as questões do privado, do particular no lar do peconheiro e dos que moram no Bacabal. Até um novo retorno para uma nova entressafra e a reinvenção dos modos de adaptabilidade às adversidades nas paragens marajoaras.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de abastecimento de açaí *in natura* oriundo das imediações do Rio Bacabal/Afuá-Pa, apresenta muitos dos desafios que surgem aos pesquisadores que desejam analisar as trocas simbólicas que colocam o fruto em rizoma. Tais questões, trazem às produções e pesquisas o compromisso de lançar mão a conceitos não-estranhos, que deem condições para que se perceba a flexibilidade que organiza a vida estuarina amazônica.

Em nossas discussões, optamos pela utilização da perspectiva de rizoma, aferindo que as formas intempestivas e dinâmicas de expansão ou retração do fluxo comercial são resultados das relações humanas [conflitos e disputas em favor da troca; os sucessos e insucessos das negociações; a confiança renovada ou não...] e ainda de questões que transcendem estas primeiras, pondo-se em travessia aos caracteres da vida não-humana do estuário [os processos climáticos; a relação *euterpe oleracea*, temperatura, solo e nutrientes; as marés ...] De todo modo, existem ainda caracteres imbricados a este rizoma aos quais serão ainda necessárias longas incursões em campo, como por exemplo para perceber os processos etnocientíficos de manejo da planta; a face da honra rompida; os compromissos de reciprocidade... enfim, muitas questões que ainda despontam como fôlego a este trabalho, em continuada construção.

REFERÊNCIAS

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/Annablume. 2000.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Intepretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989, p. 13-41.

_____. Estar aqui: de quem é a vida afinal? In: **Obras e Vidas**: o Antropólogo Como Autor. Tradução Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 169-193.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extratativismo vegetal ou plantio**: qual a opção para a Amazônia?. Embrapa Amazônia Oriental-Capítulo em livro científico (ALICE), 2014.

MARINHO, José Antônio Magalhães et al. **Dinâmica das relações socio-econômicas e ecológicas**

no extrativismo do açaí: o caso do médio Rio Pracuuba, São Sebastião de Boa Vista, Marajó (PA). 2005.

MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón (Ed.). **Reservas extrativistas**. IUCN, 1995.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz In **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 01 April 2016, Vol.11(1), pp.225-241

ROCHA, Elektra. **Potencial ecológico para o manejo de frutos de açazeiro** (Euterpe precatoria Mart.) em áreas extrativistas no Acre, Brasil. *Acta amazônica*, v. 34, n. 2, p. 237-250, 2004.

WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Senac. 2006.

XIMENES, Romero. **Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açaí, acay-berry: rizoma**. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E (IN) SUSTENTABILIDADE URBANA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Marlon D'Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará - NAEA/UFPA.
Belém-Pará

Valéria Maria Pereira Alves Picanço

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará - NAEA/UFPA.
Belém-Pará

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre remanejamento de populações em risco socioambiental e sustentabilidade urbana a partir de duas intervenções para Urbanização de Assentamentos Precários produtos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Ananindeua e Belém: Conjunto Jader Barbalho e Residencial Ivy Portella. Para tanto, utilizou-se pesquisa qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético, apoiada no método regressivo-progressivo para análise do espaço produzido, buscando correlacionar reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes ao processo de remanejamento que os conduziu às intervenções. As técnicas utilizadas no estudo foram revisão bibliográfica, análise documental e

entrevistas semiestruturadas com beneficiários das intervenções estudadas. O estudo compreende o processo de remanejamento e reassentamento de populações em risco socioambiental como situação-limite na perspectiva da sustentabilidade urbana, vista aqui como confluência entre aspectos ambientais e sociais fundamentais para a produção do espaço social. Os projetos habitacionais executados e, aqui analisados (Conjunto Jader Barbalho e Residencial Ivy Portella), podem ser vistos como espaços abstratos que desde sua formulação negaram as vivências da população atendida, devido entre outros fatores, à tipologia das moradias, negligência com acessibilidade, ausência de espaços de lazer, trabalho e consumo, permanência de riscos, o que os contrapõe a espaços plenamente sociais e os distancia de uma perspectiva de direito à cidade, sendo interpretados ainda como espaços insustentáveis do ponto de vista socioambiental, embora no discurso utilizado para sua estruturação, neles seja demarcado claramente um movimento pró-sustentabilidade. **PALAVRAS-CHAVE:** PAC, remanejamento, reassentamento e sustentabilidade urbana.

URBANIZATION OF SEASONAL SETTINGS
AND URBAN (IN) SUSTAINABILITY:
CONTRADICTIONS IN THE PRODUCTION

ABSTRACT: This study analyzes the relationship between relocation of populations at socioenvironmental risk and urban sustainability based on two interventions for the Urbanization of Slums in products of the Growth Acceleration Program (PAC) in Ananindeua and Belém: Conjunto Jader Barbalho and Residencial Ivy Portella. For this, we used qualitative research based on historical-dialectical materialism, supported by the regressive-progressive method to analyze the space produced, seeking to correlate the reproduction of material existence and the daily life of the resident families to the process of relocation that led to the interventions. The techniques used in the study were bibliographic review, documentary analysis and semi-structured interviews with beneficiaries of the interventions studied. The study includes the process of relocation and resettlement of populations at social and environmental risk as a limiting situation in the perspective of urban sustainability, seen here as a confluence between environmental and social aspects fundamental to the production of social space. The housing projects executed and analyzed here (Housing Jader Barbalho and Housing Ivy Portella) can be seen as abstract spaces that since their formulation have denied the experiences of the population served, due, among other factors, to the typology of housing, neglect with accessibility, absence of spaces of leisure, work and consumption, permanence of risks, which opposes them to fully social spaces and distance them from a perspective of right to the city, being interpreted as still unsustainable spaces from the socio-environmental point of view, although in the discourse used for their clearly marked by a pro-sustainability movement.

KEYWORDS: PAC, relocation, resettlement and urban sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo discute o tema sustentabilidade urbana na política de Estado voltada à atenção de populações expostas a risco ambiental em municípios da Região Metropolitana de Belém, na expectativa de compreender como estão materializados em duas intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Belém (PA), os elementos que possivelmente as ratificariam como habitação de interesse social “sustentáveis”.

Desta maneira, o estudo teve como *objetivos*: a) analisar criticamente o conceito de sustentabilidade urbana a partir da literatura consolidada, e, b) analisar a correlação entre a reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes e os processos de reassentamento e remanejamento que as conduziu às intervenções, via dialética lefebvriana, tendo como pano de fundo a sustentabilidade urbana. Dentro do leque de ações abarcadas pelo PAC, optou-se analisar neste estudo a provisão habitacional (e, dentro desta, aquela especificamente ligada ao reassentamento e remanejamento urbano, no grupo Urbanização de Assentamentos Precários), por considerá-la a mais completa para situar a sustentabilidade urbana

dentro do Programa, uma vez que em seu escopo comporta projetos que visam não apenas a construção de unidades habitacionais, mas modificação do espaço geográfico como um todo, com ações de saneamento, mobilidade, macrodrenagem, pavimentação, equipamentos urbanos, saúde e educação de forma integrada, conferindo um sentido ambiental e social à reestruturação do espaço, indo ao encontro do referencial teórico utilizado.

As técnicas utilizadas foram revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com beneficiários reassentados e remanejados. Na parte empírica do estudo foi utilizada metodologia qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético, apoiada no método neomarxista regressivo-progressivo para análise do espaço produzido, buscando correlacionar reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes ao processo de remanejamento que os conduziu às intervenções.

Na perspectiva de analisar as contradições presentes nos processos de remanejamento e de reassentamento, parte-se da análise das representações contidas nas falas de alguns dos sujeitos que vivenciaram esses processos os quais envolvem não apenas a mudança de habitação, mas, também, a alteração das relações sociais e das relações com a natureza e com o espaço urbano. Pretendeu-se que, a partir das falas de um grupo de atores da comunidade reassentada, aparecessem contidas informações e elementos que ratificassem ou não a consideração da *sustentabilidade urbana* no contexto da política de provimento habitacional para reassentamento de comunidades em risco ambiental desenvolvida atualmente.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com oito chefes de família residentes no Conjunto Jader Barbalho e oito chefes de família residentes no Residencial Ivy Portella, com o objetivo de perceber sua visão sobre as mudanças e permanências nas condições de moradia, uso do espaço, condições do entorno, a configurar as relações entre espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido. Justifica-se a escolha destes atores devido ao fato de serem estes os principais sujeitos da comunidade atuantes na transição entre a ocupação anterior e a habitação no Conjunto e no Residencial, desde os primeiros levantamentos das Prefeituras, como mediadores entre a comunidade e o poder público, possibilitando assim, uma análise mais rica e crítica, sobretudo, no que diz respeito ao foco do trabalho, a transição entre dois universos habitacionais, materiais, cotidianos, simbólicos, relacionais e afetivos dentro do espaço intraurbano. O estudo está relacionado às observações iniciais dos projetos de tese de doutorado dos autores, ora em desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Inicialmente o texto discute a produção do espaço numa perspectiva crítica; em seguida, é discutido o tema cidade e sustentabilidade, destacando como a sustentabilidade se torna um elemento discursivo; posteriormente, faz-se uma rápida caracterização do PAC na esfera Urbanização de Assentamentos Precários e sua atuação na RMB; seguindo-se, finalmente, à caracterização dos objetos de estudo,

discussão dos dados obtidos, chegando às considerações finais.

2 | A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na discussão da problemática da produção do espaço, Lefebvre (1973, p. 78) impõe as seguintes questões: “*Quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?*” Segundo o autor as respostas devem levar em conta, que o conceito de produção não possui um sentido único, existindo um duplo entendimento e, portanto, sentidos diferentes quanto ao valor de explicação.

Pode-se dizer que existe um sentido mais amplo e um estrito. Segundo Lefebvre (1973, p. 79-80):

[...] a dupla acepção do termo (produção) decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. [...] A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos.

O sentido do conceito não faz referência somente à produção material, mas se define a partir das relações envolvidas no processo produtivo como um todo, bem como, as instituições responsáveis pela reprodução dessas mesmas relações, a saber: o Estado, a família, o direito, o sistema jurídico, etc.

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (LEFEBVRE 1991). Por conseguinte, a estruturação do espaço poderia ser definida dialeticamente como o resultado das relações de produção necessárias ao próprio processo de produção no arranjo territorial e na disposição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas nos territórios, que, em última análise, cria diferenciações sociais e espaciais culminando em desenvolvimentos desiguais e combinados em diferentes escalas.

Neste sentido, a urbanização seria uma forma de estruturação do território, quando o peso dos lugares varia historicamente em função das condicionantes e dos processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais que tomam corpo. E a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos.

Segundo Lefebvre (2001, p.85) a cidade demonstra a todo instante a dupla dimensão do conceito de ‘produção’. Primeiramente, a cidade “é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres”. Segundo, porque ela concentra funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos e ainda agrega mediações de convergências entre o movimento da totalidade e suas partes.

Lefebvre atribui à cidade um valor conceitual de extrema relevância para fundamentação teórica da concepção da ‘produção do espaço’ e da reprodução das

relações sociais. A cidade revela, em certo sentido, a unidade das relações capital-trabalho e da história da aventura humana no domínio sobre a natureza. De acordo com o autor, a cidade “[...] é um espaço, um intermediário, um meio, mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade”(LEFEBVRE, 2001, p. 85-86).

A cidade é concebida como “[...] um sujeito, e uma força coerente, um sistema parcial que agride o sistema global, que simultaneamente o revela e o destrói” (LEFEBVRE, 2001, p. 77), O sujeito está ligado necessariamente à questão da produção, isto é, à dialética capital-trabalho. O sentido do termo utilizado por Lefebvre não aponta para um caráter único do conceito de produção, mas como finalidade geradora.

Segundo Santos (1980, p. 161), indo ao encontro de Lefebvre, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. Neste sentido, a geografia se ocupa da análise do espaço transformado pelo movimento histórico em diferentes escalas através das noções de totalidade e de tempo. Isso ocorre devido ao fato de não ser possível definir os eventos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levarem em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social” (SANTOS, 1980, p. 206).

Não se pode falar nas condições atuais de reprodução do capital sem destacar a cidade. A cidade desempenha fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo e a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista. Os significados dos termos ‘urbano’ e ‘urbanização’ para Lefebvre vão além dos limites das cidades. Em seu entender a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado, na compreensão de que “[...] é neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico”. (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Apesar de Lefebvre colocar num mesmo plano o espaço social e as relações sociais de produção, não significa que tenha conferido ao espaço um papel transformador, mas sim condicionador e regulador:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo, entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço. (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

O espaço socialmente produzido assume um papel interativo com as relações sociais de produção. Para Lefebvre, a reprodução ampliada e as novas condições

materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação socioespacial de suas estruturas, tanto em nível da reprodução do cotidiano, da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, quanto em nível da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção, onde a organização do espaço passa a desempenhar um papel fundamental.

3 | CIDADE E SUSTENTABILIDADE

Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *lócus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e do encontro, a partir de relações sociais que são impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001), Santos (1995) e Gottdiener (2010). Dentre as relações mais frequentes estão: as econômicas, culturais, sociais e humanas, que dão características específicas a esse ambiente construído.

Segundo Souza (2010) a cidade pode ser compreendida como espaço de interação e que necessariamente precisa estar pautada em uma função social,

um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

Souza advoga por dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem estar e conseqüentemente de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Por este ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana. (SOJA, 1998; ACSELRAD 2009; GOTTDIENER, 2010).

Neste contexto, as cidades (e o urbano) são elos entre a economia local e os fluxos globais, sendo vistas como objeto de pressões competitivas, isto é, lugares onde confluência de características desejáveis à reprodução do capital em uma perspectiva neoliberal esteja cada vez mais especializada, desenvolvida. De tal

sorte, são vistas como máquinas de crescimento (LOGAN & MOLOTCH, 1987), principais *lócus* da reprodução do modo capitalista de produzir e viver.

Para Logan e Molotch, a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para se viver, o que cria outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido). Os autores baseiam sua abordagem na constatação de que o ativismo humano é intenso nas cidades norte-americanas em torno de questões relativas à preservação de elementos ligados à qualidade de vida e dos espaços para seu uso. Assim, cria-se um conflito entre aqueles que veem o espaço como uma mercadoria lucrativa (os proprietários), e os que o veem como um suporte para uma vida de qualidade e de relações sociais humanizadas e mais solidárias.

Do conflito entre viver e crescer, o planejamento estratégico suscitou que as cidades precisavam se tornar “cidades sustentáveis” em função da reestruturação pela qual o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o *desenvolvimento* urbano.

Prado (2015) diz que o desenvolvimento urbano sustentável não só é uma contradição de termos pelos conflitos inerentes à tentativa de fazer convergir os olhares do campo das análises e planejamento urbano com aqueles oriundos das disciplinas ambientais, mas principalmente, pelas contradições que a própria ideia de “sustentabilidade” contém e que são evidenciadas no território urbano. “A aplicação da ideia de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas ligados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, ampliou as limitações e contradições que o termo original trazia”. (PRADO, 2015, p.92).

Entretanto, alguns autores têm afirmado que em tempos de globalização tem-se desenvolvido um urbanismo pragmático ou de resultados, na busca de cidades sustentáveis que edificadas levando em consideração princípios norteadores ou referenciais de sustentabilidade, teriam condições, a partir de formas objetivas, de amenizar as consequências da crise ambiental global (ARANTES *et alii.*, 2000; ACSELRAD, 2009).

Assim, transposição da noção de sustentabilidade não se dá de forma confortável para o urbano. Assenta-se principalmente na crítica sobre os rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível, estando condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes do modelo desigual de cidades baseado na diferenciação dos espaços intraurbanos e desigualdade social, o que aqui chamamos *(in)sustentabilidade*. Características como habitação precária em áreas inundáveis e de risco, em áreas de alta vulnerabilidade ambiental e também social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, precariedade no acesso à água potável, diminuição da quantidade e qualidade de espaços públicos, etc.,

reforçam a compreensão de que a existência desta materialidade se dá conjugada à existência de outros espaços totalmente dotados de infraestrutura, atendendo a uma menor parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, percebe-se claramente que a discussão não está posta sobre a origem dos problemas – a desigualdade social – mas sobre suas consequências mais visíveis. O contexto de globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes nas cidades que concentram acentuada desigualdade social, sobretudo, nos países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil e demais latino-americanos, que possuem cidades com uma gama de problemas que não são apenas ambientais, mas fundamentalmente sociais.

Desta maneira, a noção de sustentabilidade encontra-se submetida à racionalidade de produção do espaço de forma pragmática, flexível e baseada na desigualdade, tal como ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável. Sua aplicabilidade está condicionada não apenas à questão semântica, mas pelo pragmatismo que possa torná-la evidente como elemento agregador de valor social e de respeitabilidade teórica. O conceito ou os conceitos de sustentabilidade estão postos ora de forma discursiva, ora de forma pragmática. Sustentabilidade tornou-se *slogan* de partidos políticos, de empresas, de supermercados, de indústrias de veículos, etc., na tentativa de criar um ambiente de familiaridade entre sujeitos e a noção, que serviria muito mais ao *marketing* e ao sucesso empresarial que propriamente à redução de impactos ambientalmente negativos e mudanças na produção.

A ideia da sustentabilidade tende, no contexto de globalização, neoliberalismo e flexibilização do capital atual, a absorver os sentidos da noção de bem estar nas cidades. Acselrad (2005) enfatiza que o ambiente evocado pelo discurso planejador busca reconstruir a unidade das cidades, sua coesão social e sua governabilidade política frente ao desmonte das instituições e propósitos do Estado regulador, frente às tendências à privatização da vida e à fragmentação do tecido social. Em paralelo, há a desmontagem do setor público e privatizações, a temática da sustentabilidade tem sido evocada, com frequência, de modo a fazer transitar as expectativas de bem estar dos âmbitos da habitação, da saúde e direitos sociais, fortemente marcados pelo acesso socialmente desigual, para uma noção de meio ambiente construída como uma e comum a todos (ACSELRAD, 2005, p.6).

O meio ambiente vestido desta roupagem sustentável universalista convém aos propósitos de construção de um consenso social, destinado a reconstituir o sentido de comunidade, solidariedade e interesse comum em um mundo socialmente fragmentado, buscando acomodar as diferenças em uma nova totalidade interdependente.

A insustentabilidade exprimiria, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um “*desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população*”

e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura”. A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais se podem reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços.

4 | O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA RMB

A expectativa de que a Nova Política Habitacional – período posterior à criação do Ministério das Cidades (MCIDADES) em 2003, da Política Nacional de Habitação, em 2004, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em 2005 – atendesse às camadas com menor renda da população, através da viabilização de subsídios e ampliação do leque de programas. No entanto, muitas críticas foram dirigidas a esse atendimento, principalmente pelo fato de considerarem para efeito de acesso apenas a faixa de renda e não a diversidade familiar, por exemplo.

Com o advento da Crise Mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008, o Governo Federal redirecionou a maior parte dos investimentos para uma política anticíclica específica com objetivos de fomentar grandes obras nas grandes cidades brasileiras, aquecer a economia e movimentar o setor da construção civil. O PAC foi criado em 2007 e teve como objetivo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, “contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e *sustentável*”. (MCIDADES, 2017).

O PAC foi pensado como um programa estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país exatamente nesse contexto, com objetivo de contribuir para o aumento da oferta de empregos e geração de renda, principalmente no setor da construção civil, elevando o investimento público e privado em obras consideradas estratégicas. O Programa foi anunciado como um pacote de expansão da economia brasileira, com a retomada de investimentos em moradia e infraestrutura social, por meio de grande número de projetos visando à melhoria de infraestrutura de espaços metropolitanos geridos pelo Governo Federal em parceria com estados e municípios.

Além disso, em 2009, o Governo lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) dentro da esfera do PAC, que teve como foco o acesso à casa própria principalmente à classe média e a atenção ao mercado da construção civil, que

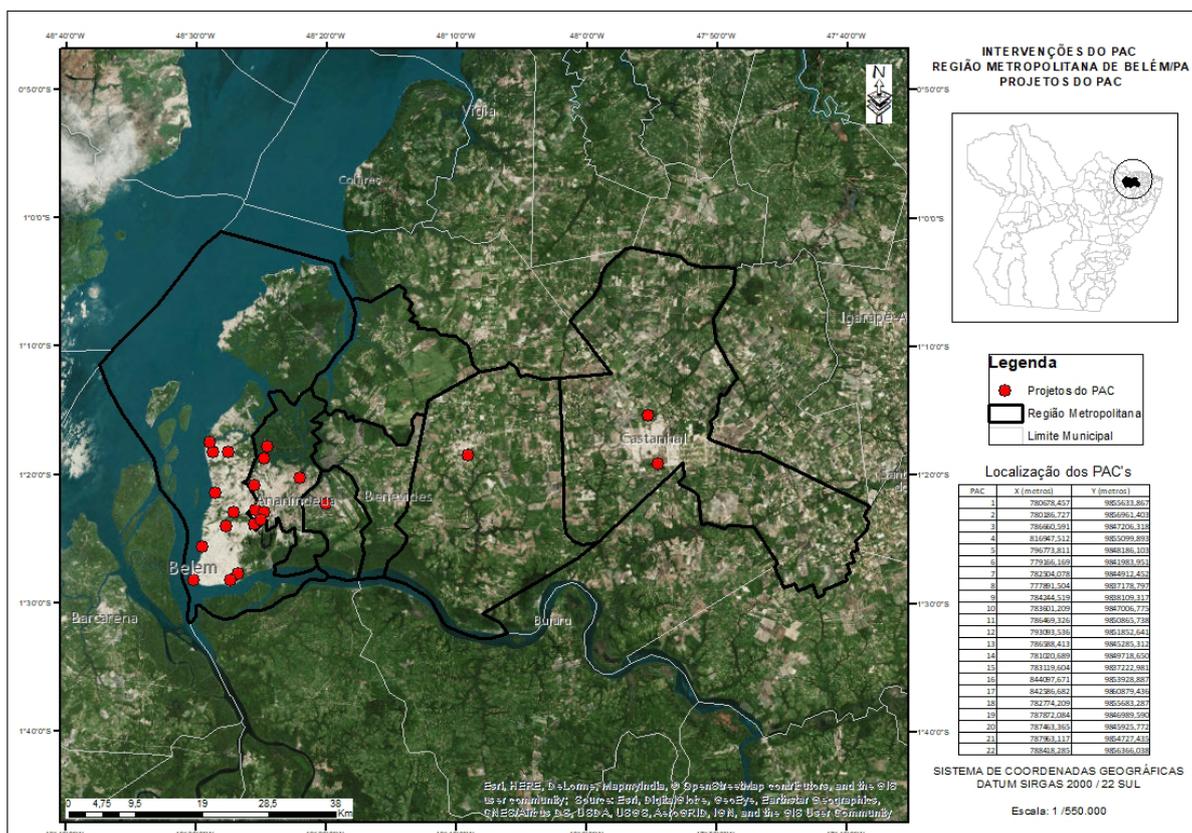
por sua vez, concentrou maior parte dos recursos e do crédito disponíveis. Estas ações praticamente paralisaram toda a articulação estruturada a partir do SNHIS e do FNHIS, em prol da objetividade da ação do mercado, em detrimento da política organicamente consolidada anteriormente (CASTRO, 2013).

Esta substituição não foi apenas semântica, mas resultado de pressão de setores do capital imobiliário sobre o governo. O PAC então passou a incorporar grande parte dos projetos até então ligados ao Sistema e ao Fundo, muito embora não houvesse quaisquer semelhanças na concepção entre o Programa e o Sistema, denotando assim, muito mais um arranjo politicamente criado em função do contexto.

O Programa é composto por um conjunto de medidas de médio e longo prazo, que integra ações em três “eixos estratégicos”: infraestrutura logística, energética, social e urbana (BRASIL, 2010a). Parte expressiva dos recursos destinados para a chamada “infraestrutura social e urbana” foi direcionada para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas e, mais especificamente, para ações relativas à urbanização de assentamentos precários (CARDOSO, 2009).

O PAC buscou priorizar na sua esfera Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), projetos de intervenção referentes à melhoria do saneamento básico nas metrópoles brasileiras e construção de conjuntos habitacionais com objetivo de reassentar comunidades removidas de áreas em situação de vulnerabilidade ambiental e social.

Nas operações de urbanização de assentamentos precários em escala nacional está previsto até 2018 o investimento de R\$ 36,4 bilhões em 3.434 ações selecionadas pelo programa. Até agora, foram concluídas 900 obras e 1.513 planos de habitação de interesse social, projetos de urbanização e ações de assistência técnica, totalizando o valor de R\$ 3,9 bilhões. São obras e serviços que beneficiarão cerca de 302 mil famílias em 1.741 municípios brasileiros integrando ações de caráter urbanístico, habitacional, fundiário, social e ambiental (MPOG, 2016). No Mapa 1, estão elencadas as intervenções do PAC na RMB.



MAPA 1: Intervenções do PAC na RMB

Fonte: elaborado por Castro (2019) a partir de MPOG (2016)

A seleção de ações para a composição do PAC nos municípios apresentou um recorte populacional que abrangeu áreas metropolitanas e municípios com população maior que 150 mil habitantes, restringindo, assim, o acesso aos recursos a algumas poucas cidades paraenses, entre elas, os municípios elencados. Os investimentos do PAC na área de habitação têm como objetivo promover o acesso à moradia a partir da atuação em três eixos: Programa Minha Casa Minha Vida, Urbanização de Assentamentos Precários e financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). São investimentos realizados em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais e setor privado (MPOG, 2016).

Segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) de 2016, os projetos PAC-UAP na RMB estavam majoritariamente localizados em Belém, que apresenta o maior número: 15, entre os 21 projetos iniciados, sendo 12 contratados pelo Governo do Estado do Pará e 9 pelas prefeituras dos municípios da RMB. Deste total, havia 15 projetos atrasados, 6 paralisados e nenhum finalizado. O total de moradias previstas é de 8.206 unidades habitacionais (MPOG, 2016).

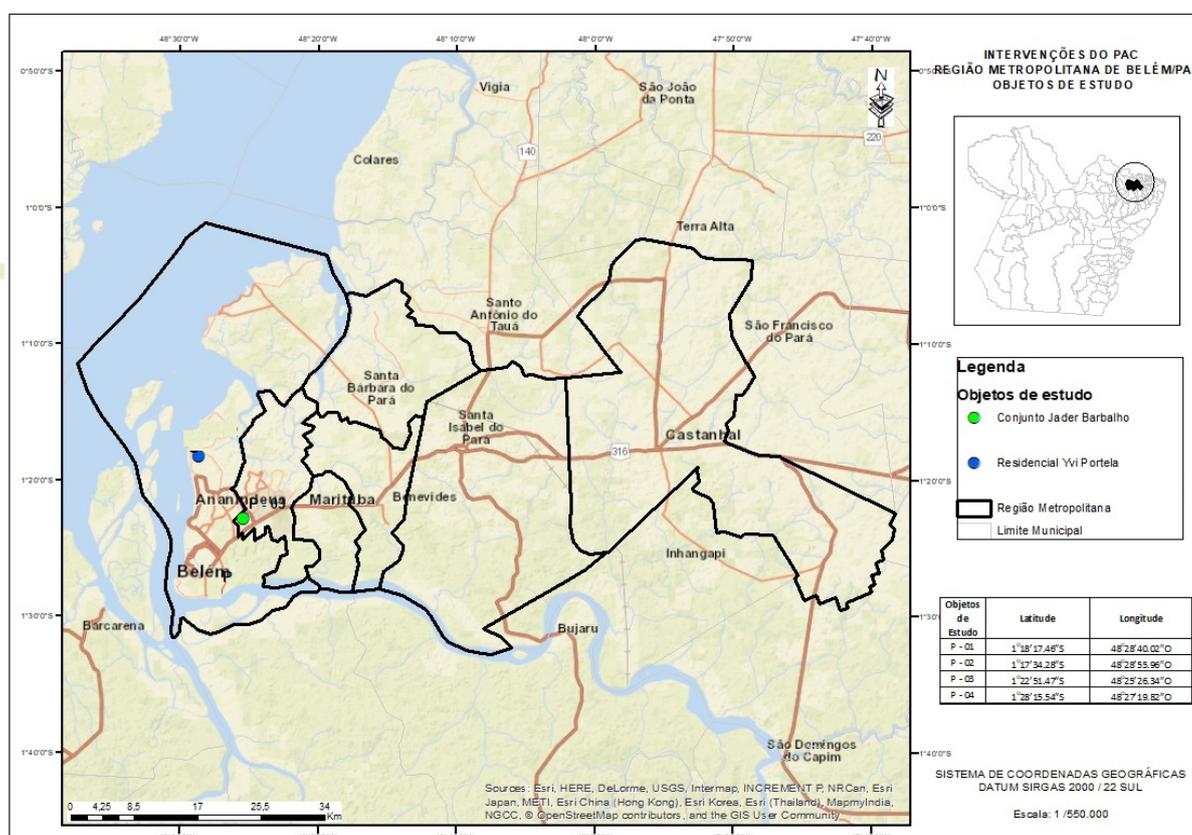
Tais projetos, ainda que apresentem grande dificuldade em sua implementação, representam a possibilidade de integração urbana e social de assentamentos precários, em sua maioria inseridos na malha urbana dos municípios e em localizações qualitativamente diferentes na perspectiva da reprodução social. Efetivamente, o

número de unidades habitacionais previstas também é relevante, frente à quantidade de unidades que governo estadual e prefeituras foram capazes de produzir nas últimas décadas, com o bônus de aceleração de processos de consolidação das comunidades e maior acesso da população a serviços urbanos.

5 | ESPAÇOS CONCEBIDOS, ESPAÇOS VIVIDOS, ESPAÇOS PERCEBIDOS

No *Conjunto Habitacional Jader Barbalho*, localizado no bairro Jaderlândia em Ananindeua foram remanejadas e reassentadas 330 famílias em blocos multifamiliares verticais, famílias estas que viviam às margens dos igarapés Ariri, Francisquinho e Maguariaçu, áreas que passaram ou ainda passarão por ações de macrodrenagem. O Conjunto faz parte das obras do PAC Jaderlândia/Maguariaçu, que inclui as obras do prolongamento da Avenida Três Corações e a drenagem do Canal Ariri que terá a nova avenida em uma das margens.

No *Residencial Ivy Portella*, localizado no bairro Paracuri, Distrito de Icoaraci, em Belém, onde foram reassentadas 48 famílias em blocos multifamiliares verticais, famílias estas remanejadas por meio do Projeto de Urbanização da Bacia do Paracuri, o qual contemplará ainda ações de drenagem, retificação de canais, implantação de rede de esgoto e abastecimento de água no entorno do Residencial. O Mapa 2, espacializa as intervenções do PAC objetos deste estudo:



MAPA 2: Residencial Ivy Portella e Conjunto Jader Barbalho

Fonte: elaborado por Castro (2019) partir de MPOG (2016)

Em ambos os conjuntos habitacionais houve remanejamento e reassentamento como práticas distintas de alocação: famílias do mesmo lugar passaram a nele habitar, como famílias oriundas de outras áreas de ocupação. A característica comum é a proximidade entre as comunidades atendidas e a intervenção habitacional.

As representações das famílias em relação ao espaço concebido vão desde a inadequação ao ambiente construído pela forma – blocos verticais –, até o tamanho das unidades habitacionais em desconformidade com os usos das famílias, passando pela ausência de equipamentos urbanos de toda ordem: de lazer, de convivência e de trocas. Como evidenciam E7 e E5, respectivamente:

Não tem uma quadra (*de esportes*) ou praça para as pessoas usarem, aí as crianças brincam por aqui mesmo (*apontando a passarela entre os blocos*) e o pessoal (*adolescentes e jovens*) aluga uma arena aqui perto pra jogar bola... (Grifos nossos)

Quando a gente morava lá no Xapuri (*ocupação*), o carro de lixo passava três vezes na semana (segunda, quarta e sexta) e aqui não tem nem horário, nem dia certo... (Grifo nosso).

A maioria dos entrevistados diz que ainda não ter se acostumado com o espaço das unidades habitacionais, pois apesar das condições precárias, a maioria dos beneficiados possuía habitações com uma área útil maior que os 32 m² das unidades, sendo este o principal componente relatado nas respostas. Para eles, o tamanho do apartamento fez com que mudasse a relação das pessoas com o espaço, pois famílias com maior número de membros tiveram que se adaptar ao tamanho das unidades, como frisou E3:

A nossa casa era grande. Era madeira, mas era de altos e baixos e quando a gente veio pra cá, tivemos que vender algumas coisas. O guarda-roupas não deu (*no quarto*) porque era de seis portas e não cabia no quarto; a mesa de cozinha também não tinha onde colocar... Aqui é ruim porque não tem onde estender as roupas, mas a gente se vira... (Grifo nosso).

Quanto à qualidade construtiva, foi mencionado que há problemas com o acabamento dos apartamentos, principalmente nos banheiros, onde infiltrações são recorrentes. Quanto ao conforto térmico, as informações aparecem principalmente relacionadas à alta temperatura no interior dos cômodos, relacionado por dois entrevistados à intensidade do verão.

[...] Os banheiros daqui têm um monte de problemas. Os ralos entopem, tem infiltração pra todo o lado. Mas isso a gente dá um jeito [...] O problema maior eu acho que é no verão e o calor porque o sol bate de frente e a parede desse lado (*aponta o sentido do bloco onde reside*). (E7. Grifos nossos).

Aparecem também fatores que precisam ser considerados como: valorização (no sentido da troca) das unidades, [...] A gente sabe que aqui mais tarde vai poder vender, alugar e é nosso mesmo.

O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido aqui como pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Geralmente advindo

de um saber técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. Portanto, o valor do espaço é entendido pela própria espacialidade contida e articulada no processo capitalista de produção, onde o próprio espaço torna-se objeto de troca. Apesar da transposição para um espaço edificado, diferenciado ante a precariedade do espaço ocupado anteriormente, a fala do entrevistado é reveladora no sentido de aglutinar aspectos essenciais para o estudo.

Percebe-se que o modelo de urbanização *pragmática* descrito por Acselrad (2009) é o que mais se enquadra no caso das intervenções. Buscou-se o remanejamento, mas sem efetivamente resolver a totalidade dos problemas anteriormente presentes na comunidade. Claramente observa-se que nesta perspectiva, insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade da política urbana adaptar a oferta de serviços à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um *desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de satisfazê-las* (ACSELRAD, 2009).

As crianças são vistas pelos entrevistados como principais “beneficiárias” da mudança para as intervenções, embora não haja, em ambos espaços e equipamentos urbanos para o lazer. A maioria dos entrevistados relaciona lazer ao processo de reassentamento, relatando que as antigas condições de moradia, devido à precariedade, não favoreciam o lazer na comunidade, havendo assim, um “ganho” neste sentido, como diz E7, “Era muito ruim pras crianças. Minhas netas brincavam em frente à nossa casa porque a gente comprou aterro e colocou, mas era muito ruim. Aqui é melhor pra elas... Criança ajeita qualquer lugar e brinca”.

Os entrevistados naturalizam o fato de as intervenções não possuírem espaços de convivência, sendo este fato visto como aspecto *menor* em relação à própria mudança havida de um espaço insalubre para outro estruturado e *projetado para a comunidade*, como frisaram o E4 e o E17, respectivamente:

A gente vivia em cima do Canal, só por estar aqui já me sinto melhor porque antes as crianças viviam brincando na terra e agora não. Quando chovia, não dava pra eles brincarem e a gente ficava com pena. A gente sabe que *falta muita coisa* ainda aqui, muita gente reclama, mas eu sei que é melhor aqui porque *fizeram* o Conjunto *pra* nós. Eu falo por mim. (Grifos nossos).

Se tivesse (*espaços para lazer*) seria uma maravilha porque nossos filhos brincam na rua e é perigoso... (E17)

As falas dos entrevistados têm grande relevância para a análise, pelo fato buscarem condensar elementos como a superação dos problemas causados pela chuva a partir da entrada no novo lugar de moradia, a percepção de que ele foi feito *para* os moradores e o entendimento de que *muita coisa* ainda falta para a plena satisfação pessoal, entretanto, a ausência de equipamentos de lazer e convívio é relativizada em função do acesso à moradia *digna*. Por outro lado, a possibilidade de

Percebe-se que a própria inexistência de equipamentos urbanos para o lazer, em

si, constitui a negação ao espaço público com qualidade, distanciando da percepção de Lefebvre (2001) da cidade produzida socialmente possibilitar o encontro entre os sujeitos. Assim, percebe-se que, neste caso, o espaço produzido é funcional – exclusivamente à habitação – mas que não atende a todas as necessidades dos habitantes, não possuindo espaços destinados à sociabilidade ou qualquer outra forma de interação para melhor qualidade de vida na cidade, como diria Souza (2009). As Fotografias 1 e 2, abaixo evidenciam as intervenções e espaços ao entorno:



Fotografias 1 e 2: Residencial Ivy Portella

Fonte: Castro (2018)



Fotografias 3 e 4: Conjunto Jader Barbalho

Fonte: Castro (2018)

O espaço vivido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais advindas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social (SOUZA, 2009, p.8). Por exemplo, nos conjuntos habitacionais estudados as relações de vizinhança têm grande destaque, pois as famílias são próximas e se unem na

busca de resolverem problemas que são individuais ou coletivos.

No Ivy Portella não existe Associação de Moradores, no entanto, a resolução de problemas comuns acontece de maneira espontânea, como no exemplo relatado:

As calçadas começaram a afundar com menos de um ano que nós mudamos pra cá. Juntamos o pessoal e compramos o material. Nós mesmo resolvemos fazer as calçadas porque a COHAB nunca voltou pra ver como estava afundando... (E13)

... o esgoto vai para a fossa só que a gente tem que fazer os reparos porque a que eles fizeram não está suportando. (E15)

Episódios de violência são comuns em ambas as intervenções, principalmente assaltos e violência policial, como frisado nas palavras de E15: “Não há muito policiamento por aqui; o policiamento passa só que às vezes a gente não sabe se tem que ficar com medo da policia ou do bandido...”.

Tanto no Jader Barbalho quanto no Ivy Portella os projetos arquitetônicos não incluíram espaços para comércio, fato que desarticulou inicialmente todo o arranjo do circuito pré-existente na comunidade, mas fez aflorar novas práticas comerciais nos blocos, como comércio de gêneros alimentícios, miudezas, vestuário, cosméticos, entre outros, inclusive, alguns que inexistiam nas ocupações previamente:

Hoje a gente compra água mineral. A água da COSANPA (*Companhia de Saneamento do Pará*) serve só pra tomar banho, lavar roupa e as louças... (E10). (Grifo nosso)

Aqui tem muita gente vendendo tudo. No início a COHAB disse que não podia, mas o pessoal vende porque pra compras as coisas é longe. (E14)

O espaço vivido, aqui, então, denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos, tornando-se um resíduo de clandestinidade, principalmente pelo fato de que os usos anteriores terem sido ignorados, desconsiderados. O espaço social configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela ação humana. Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia as contradições na implementação da política de habitação no processo para reassentamento das famílias, surgimento de outros problemas ligados à inserção na malha urbana, o que denota o distanciamento daquilo que poderia ser chamado discursivamente de *sustentabilidade urbana* ou num espaço produzido que ratifique a cidade como lugar de legitimação das políticas urbanas;

sem incorporar lutas sociais das comunidades envolvidas; sem coadunar com o pressuposto da cidade como espaço de interação e ratificação de sua função social; surgimento de espaços abstratos que se contrapõem a espaços sociais, isto é, espaços homogêneos, fragmentados, hierárquicos, que valorizam o quantitativo, o regulado, sem valor de uso, isto é, espaços-produto. Assim, a insustentabilidade está expressa nos processos de remanejamento e reassentamento como uma incapacidade das políticas urbanas em considerar temporalidades, vivências e diversidade de usos, além de não conseguir adaptar a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais.

As limitações do estudo estão relacionadas às conexões aqui ainda incipientes entre sustentabilidade e política de provisão habitacional, necessitando aprofundamento metodológico e ampliação da discussão pautada na abordagem escolhida sobre o conceito de sustentabilidade.

Nos estudos de caso, há a incorporação do espaço das representações, ou espaço vivido, sobre o espaço concebido, de certa maneira, o remodelando. Os conjuntos habitacionais não podem ser vistos como reflexo da *legitimação* de uma política urbana, pois está muito mais relacionado à *sustentabilidade urbana prática ou (in) sustentabilidade*, onde se cria um ambiente *novo*, sem buscar, entretanto, resolver quaisquer problemas que não o da habitação. Prepondera a lógica do espaço-produto sobre a produção do espaço social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª edição. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/ Lamparina, 2009.

_____. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. Anais do **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, ANPUR. Salvador: UFBA, 2005.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.

AVELAR, W. *et alii*. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém-PA. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR 15**, 2013.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação – Versão para debates**. Brasília, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2010b.

_____. Ministério das Cidades. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. ARRUDA, A.M.V; CUNHA, E.M.P; MEDEIROS, Y. (Orgs.). Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2008.

_____. **Estatuto das Cidades**. Lei Federal n. 10.257/2001. Congresso Nacional, 2001.

CARDOSO, A.C. **Uma discussão sobre políticas públicas relacionadas à habitação e à cidade e sua relação com os programas implantados durante a segunda gestão do Governo Lula.** Natal: Departamento de Políticas Públicas da UFRN, 2009.

CASTRO, M. O. **Os programas habitacionais de interesse social e sua atuação na Região Metropolitana de Belém:** a espacialização das ações na contramão do direito à cidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

CASTRO, M.O.; PICANÇO, V.M.F.; MERCÊS, S.S.S. Sustainable discourse in the practice of shantytown urbanization through resettlement of vulnerable population in an Amazonian metropolis. **International Journal of Development Research**, 09, (03), 2019.

COHAB. Companhia Executiva de Habitação do Pará. www.cohab.pa.gov.br. Acessado em 23 de setembro de 2017.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 2010.

IPEA/IDESP. **Relatório de Pesquisa 1.2:** Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum. Região Metropolitana de Belém. Brasília: 2013.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.o 25, 2016.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____. **A Cidade do Capital.** Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **The Production of Space.** (Tradução Roberta Tavares). Blackwell Publishing (EUA), 1991.

LIMA, J. J. F. **A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém:** reflexões sobre as distribuições sócio-espaciais de 1990 a 2000. Belém: Novos Cadernos do NAEA, volume 10, 2007.

LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place.** University of California Press, 1987.

MARQUES, E. *et alii*. **Assentamentos precários no Brasil Metropolitano.** Brasília, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

MCIDADES. **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários** — Edição Bilingue, Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, 1a edição/2010.

MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **4º. Balanço do PAC (Pará) 2015-2018.** Brasília: MPOG, 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **1º. Balanço do PAC (Pará) 2015-2018.** Brasília: MPOG, 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **1º. Balanço do PAC2 (2011-2014).** Brasília: MPOG, 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PAC2 (11º. Balanço- Pará).** Brasília: MPOG, 2014.

PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>
Acessado em 15 de maio de 2017.

PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. Ed. São Paulo. Edusp, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica; São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. La contribution d'Henri Lefebvre à la réflexion spatiale urbaine de l'Amazonie. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 5, 2009.

SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 115

Amazônia 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 70, 76, 80, 81, 101, 185, 205

Aromaterapia 132, 134, 137, 138

Assentamentos precários 204

C

Cicloturismo 41, 42, 43, 44, 47

Cooperativa de crédito 131

Cultura 5, 10, 17, 18, 81, 94, 110, 112, 116, 130, 155, 157, 158, 159, 167, 180, 185

D

Desenvolvimento regional 56

E

Ecoturismo 46, 82

Empreendedorismo sustentável 31, 37, 38

M

Meio ambiente 146, 186

Monólitos 82, 84, 90, 91, 92, 93, 94

S

Semiosfera 7

T

Território 5, 45, 67

Turismo 40, 43, 44, 46, 47, 83, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172

U

Urbanização 11, 67, 187, 188, 189, 196, 197, 198, 204

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-517-4



9

788572 475174